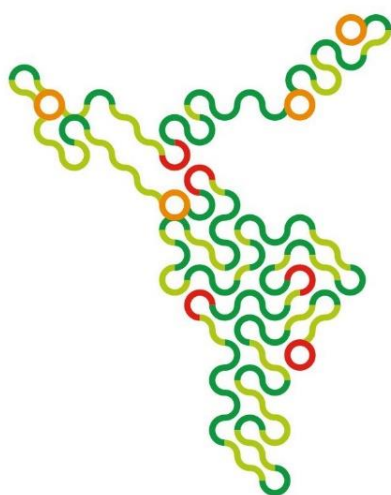




ANAIS DO EVENTO



III CONGRESSO
IBERO-AMERICANO
DE HUMANIDADES,
CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO:
**Produção e democratização
do conhecimento na
Ibero-América**

22 a 25 de maio de 2018

 Apoio:



 Realização:

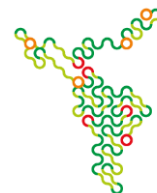


PROACAD
Pró-Reitoria
Acadêmica





Universidade do Extremo Sul Catarinense
III Congresso Ibero-Americano de Humanidades, Ciências e
Educação
Produção e democratização do conhecimento na Ibero-América

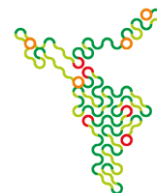


MUNDOS DO TRABALHO: POLÍTICA, TRABALHO E RESISTÊNCIA NA CONTEMPORANEIDADE



TRABALHOS

POSSIBILIDADES E DESAFIOS: A HISTÓRIA DO TRABALHO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO NA PERSPECTIVA DO TEMPO PRESENTE (1990-2000)	4
Geovanni Rocha Junior	
A GREVE DE JOGADORES DE FUTEBOL PROFISSIONAL NO URUGUAI: JORNAL EL PAÍS (1948 – 1949)	16
Thiago Santini Breda	
HABITAÇÃO EM FLORIANÓPOLIS: OS/AS TRABALHADORES/AS DA VILA OPERÁRIA HOEPCKE (1945-1960)	28
Jéssica Duarte de Souza	
"REALIDADE VORAZ": TRABALHADORES E TRABALHADORAS FRENTE A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DO SISTEMA BANCÁRIO PÚBLICO (FLORIANÓPOLIS, DÉCADA DE 1990)	38
Conrado de Oliveira e Silva	
AS FONTES JUDICIAIS COMO MATERIAL DE PESQUISA PARA HISTÓRIA: OS PROCESSOS DE ACIDENTES DE TRABALHO E AS DOENÇAS PROFISSIONAIS	51
Bruno Mandelli	
O TRABALHO DO PROFESSOR NA PRISÃO: A PRÁTICA DOCENTE DESTINADA A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE APRISIONAMENTO	60
Ruchelli Stanzani Ercolano; Deivis Perez	
A CONSTRUÇÃO DA CULTURA DOCENTE E O MUNDO DO TRABALHO: INTERFERÊNCIAS DA POLÍTICA EDUCACIONAL NO PARANÁ	71
Roberta Ravaglio Gagno; Andrea Garcia Furtado; Rita Schane	
A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO EM SAÚDE: TRABALHADORES, DOCENTES E DISCENTES DE UM CURSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM EM DIÁLOGO	83
Maristela Vargas Losekann; Daniel Klug	
AS RELAÇÕES DE TRABALHO NA FUMICULTURA EM RIO DO SUL/SC NO SÉCULO XXI	94
Stela Schenato	
DA CONCOMITÂNCIA DE DOIS TEMPOS DIVERGENTES: COLONOS AMBIENTALISTAS E OPERÁRIOS MINEIROS NA CRICIÚMA CONTEMPORÂNEA	106
Renato de Araújo Monteiro	
ECONOMIA SOLIDÁRIA E PROTAGONISMO SOCIAL: UMA LIÇÃO PARA A ESCOLA. 119	
Geraldo Augusto Locks; Júlia Pereira Damasceno de Moraes; Elisângela de Oliveira Fontoura	



A REINVENÇÃO DOS MERCADOS? OS PROCESSOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO EXISTENTES EM COLETIVOS/EMPRESAS ATUANTES NO MOVIMENTO <i>SLOW FASHION</i> , NA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE.....	129
André Luciano Viana	
A VISITA TÉCNICA COMO PRODUTORA DE (IN)FORMAÇÃO SOBRE O MUNDO DO TRABALHO NA PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE: ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DISCENTE	138
Daniel Klug; Maristela Vargas Losekann	
A LUTA PELO DIREITO AO TRABALHO NAS EMPRESAS RECUPERADAS PELOS/AS TRABALHADORES/AS NO BRASIL E NA ARGENTINA	146
Maria Alejandra Paulucci	
A LUTA DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DE ALAGOAS.....	159
Ana Maria Rita Milani; Emanuel Lucas de Barros	



POSSIBILIDADES E DESAFIOS: A HISTÓRIA DO TRABALHO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO NA PERSPECTIVA DO TEMPO PRESENTE (1990-2000)

Geovanni Rocha Junior¹

Resumo: Este ensaio busca tecer algumas considerações acerca da transformação nos mundos do trabalho no Brasil, expressão que acompanha o movimento do capitalismo em sua vertente neoliberal. No país, foi nos anos de 1990 que esses efeitos começaram a entrar em cena, a década ficou marcada pelo alto índice de desemprego, pela insegurança dos postos gerados, e como reação, pela mobilização dos sindicatos para evitar a perda dos direitos assegurados. Um dos objetivos deste estudo é propor uma história do trabalho a partir de uma perspectiva teórica e metodológica da História do Tempo Presente. Entende-se que a análise das relações de trabalho advindas da hegemonia neoliberal se faz mais complexa. Atualmente não é possível perceber os vínculos, a agência, a atuação política, as estratégias e as redes de sociabilidade constituídas pelos trabalhadores e trabalhadoras no Brasil, levando em consideração apenas o arcabouço teórico proveniente de uma história do trabalho que prima pela figura do operário, da consciência de classe e das disputas ideológicas. Dessa forma, uma reflexão partindo das ferramentas da História do Tempo Presente pode trazer outros questionamentos para a compreensão de múltiplas temporalidades associadas ao trabalho, e que estão em voga na contemporaneidade.

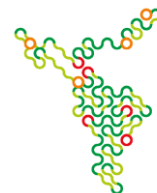
Palavras-chave: História do Tempo Presente, Trabalho, Neoliberalismo.

POSSIBILITIES AND CHALLENGES: THE HISTORY OF WORK IN CONTEMPORARY BRAZIL IN THE PRESENT TIME PERSPECTIVE (1990-2000)

Abstract: This essay tries to make some considerations about the transformation in the worlds of work in Brazil, an expression that accompanies the movement of capitalism in its neoliberal aspect. In the country, it was in the 1990s that these effects began to emerge, the decade was marked by high unemployment, insecurity of the posts generated, and in reaction to the mobilization of unions to avoid the loss of rights guaranteed. One of the objectives of this study is to propose a history of work from a theoretical and methodological perspective of the History of Present Time. It is understood that the analysis of labor relations arising from neoliberal hegemony becomes more complex. At present it is not possible to perceive the links, the agency, the political action, the strategies and networks of sociability constituted by the workers in Brazil, taking into account only the theoretical framework coming from a history of work that excels by the figure of the worker, class consciousness and ideological disputes. In this way, a reflection based on the tools of the History of the Present Time can bring other questions to the understanding of multiple work-related temporities, which are in vogue in the contemporary world.

Keywords: History of the Present Time, Work, Neoliberalism.

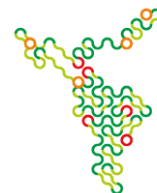
¹ Mestrando do programa de pós-graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Florianópolis, Brasil.



Em *A última catástrofe*, o historiador francês Henry Rousso propõe uma reflexão acerca da História do Tempo Presente, para isso evoca os desafios a serem acatados pelos pesquisadores que pretendem caminhar sobre os desígnios desse domínio no campo da produção histórica. Um dos paradoxos por ele colocado é a “tensão estrutural” entre o historiador e seu objeto de pesquisa, no qual existe a necessidade de estabelecer uma distância de algo próximo, pois a História do Tempo Presente “se interessa por um presente que é o seu, em um contexto em que o passado não está nem acabado, nem encerrado” (Rousso, 2016, p. 18), onde o historiador presencia os desdobramentos de sua própria investigação. Porém, não se trata de reduzir tal contribuição a casualidade do momento, e sim tornar complexa a relação entre presente/passado e passado/presente. Desse modo, é indispensável inserir o objeto de estudo em uma densidade temporal, haja vista que para fazer a História do Tempo Presente, assim como outras formas de se fazer a história, é preciso “restituir uma genealogia”, compreender o “acontecimento em uma duração”, além de tecer “uma ordem de inteligibilidade que tenta escapar à emoção do instante” (Rousso, 2016, p. 18).

Partindo do quadro traçado, a problemática proposta remete a transformação no mundo do trabalho, expressão que acompanha o movimento do capitalismo em sua vertente neoliberal. O que está em questão é a ascensão das ideias neoliberais no último quarto do século XX, e principalmente, os seus impactos identificados no trabalho, configurando um processo inacabado. Assim, algumas das consequências do neoliberalismo nas relações de trabalho são: a institucionalização de contratos mais flexíveis, o deslocamento das indústrias para regiões periféricas do globo, a demanda de emprego no setor de serviços em detrimento de outros setores, a crescente disposição de uma mão-de-obra excedente, o aumento da informalidade e a precarização do trabalho. No Brasil, foi nos anos de 1990 que esses efeitos começaram a entrar em cena, a década ficou marcada pelo alto índice de desemprego, pela insegurança dos postos gerados, e como reação, pela mobilização dos sindicatos para evitar a perda de direitos assegurados junto a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Um dos objetivos deste texto é propor uma história do trabalho a partir de uma perspectiva teórica e metodológica da História do Tempo Presente. Entende-se que a análise das relações de trabalho advindas da hegemonia neoliberal se faz mais complexa. Atualmente não é possível perceber os vínculos, a agência, a atuação política, as estratégias e as redes de sociabilidade constituídas por uma trabalhadora terceirizada no Brasil, levando em consideração apenas o arcabouço teórico proveniente de uma história do trabalho que prima pela figura do operário, da consciência de classe



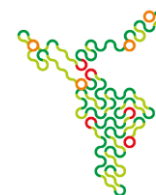
e das disputas ideológicas. Também não é viável acompanhar sob a ótica das reivindicações sindicais, vigentes nos países de economia central que passaram pelo estado de bem-estar social, a trajetória de um trabalhador alocado no setor de comércio na atualidade, pelo qual o contato com o sindicato ocorre somente em datas festivas, através de um cartão com dizeres de boas festas, ou então com mensagens de felicitações pelo seu aniversário. Sem mencionar a quantidade de autônomos, sem carteira assinada, que necessitam de pequenas tarefas semanais para garantir seus sustentos. Assim também, pode ser classificada a dura rotina de uma empregada doméstica, sujeita a diversos contratemplos para manter uma renda mínima. E como não falar dos motoboys? Pessoas que arriscam suas vidas nas turbulentas ruas dos centros urbanos do país, para fazer entrega de documentos, alimentos e medicamentos.

São inúmeros os exemplos, comprovando os desafios intrínsecos ao entendimento de diferentes relações com o trabalho seguida pela transformação do sistema capitalista, que coexistem com a permanência de outros ofícios, predominantes em períodos anteriores. De forma alguma se pretende aqui rejeitar as contribuições feitas pela historiografia do trabalho. Preencher esse espaço, abre precedente para a realização de pesquisas históricas sobre trabalhadoras e trabalhadores inseridos nas complexas fórmulas de trabalho em nosso tempo, por isso a relevância do aporte teórico e metodológico da História do Tempo Presente.

A fim de tornar o objeto principal tangível, o texto foi dividido em duas partes, na primeira será feita a discussão sobre a História do Tempo Presente e suas possibilidades de análise. Na segunda parte, serão apresentadas algumas problemáticas relativas à perspectiva de se praticar a história do trabalho com o auxílio da História do Tempo Presente.

As fissuras do Tempo Presente

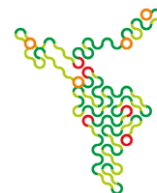
“Não sabemos o que virá a seguir, nem como será o segundo milênio, embora possamos ter certeza de que ele terá sido moldado pelo Breve Século XX” (Hobsbawm, 1995, p. 15). Com a frase de Eric Hobsbawm, podemos refletir sobre as mudanças encaminhadas pelos eventos do século XX, cujas implicações caracterizam as fissuras do nosso tempo. Sem sombra de dúvida foi um período marcante para a história da humanidade. Da primeira guerra mundial ao colapso da União Soviética, assistimos um avanço tecnológico jamais visto, a população mundial cresceu exponencialmente e no âmbito político-social, os anos manifestaram o desenvolvimento de ideologias e formas distintas de



governo. Contudo, as calamidades vivenciadas durante as duas guerras impactaram na relação dos sujeitos entre si e com o tempo, ambos foram fatores determinantes para repensar a escrita da história, oferecendo desafios teóricos e epistemológicos à disciplina. O dinamismo de tais transformações acabou impulsionando o plano de fundo para a elaboração de uma história do tempo presente. Novos elementos oriundos do mundo pós-guerra favoreceram a expansão de estudos voltados para as temáticas em voga, como é o caso da proliferação da mídia e dos áudios visuais. Em contrapartida, a possibilidade avistada pela presença de testemunhas, propensas a relatar as experiências obtidas, ampliou o leque de ferramentas disponíveis para a narração da história.

De acordo com Rousso, “as grandes catástrofes do século XX produziram figuras historiográficas novas, que participaram do enraizamento de uma história do tempo presente no campo científico e no espaço público” (Rousso, 2016, p. 219). Dessa forma, “não somente a catástrofe mudou a maneira de escrever a história contemporânea, mas suas longas sequelas contribuíram para mudar de maneira duradoura a relação com o passado e com o presente” (Rousso, 2016, p. 219). Para François Dosse, “o presente não é mais visto em nosso tempo como um simples lugar de passagem contínua entre um antes e um depois” (Dosse, 2012, p. 20). Seguindo Hannah Arendt, o autor vê esse tempo como uma “lacuna”, precedida por um passado e cujo desfecho demarca os sentidos do futuro. Através da noção de “lacuna” podemos “traçar melhor o que o presente pode revelar de descontínuo, de ruptura e de início” (Dosse, 2012, p. 20). Aberto a inúmeros cenários, esse tempo passa a ser alvo de uma operação mais cuidadosa, pois, é a partir daí que são produzidos relatos conflitantes, onde projetos políticos antagônicos são fomentados, e também onde as expectativas edificadas e compartilhadas preparam o terreno ao porvir. Dito de outro modo, é possível perceber múltiplas temporalidades, envolta de um único material alocado no presente.

Aos poucos o século XX forjou novas formas de comportamento diante do presente, no final desse período, o presentismo se tornou o regime de historicidade dominante. Para François Hartog, tal ordenamento se impôs de fato com a queda do muro de Berlim. Logo, o horizonte de expectativa acentuou sua fragmentação, vagarosamente “o futuro começava a ceder terreno ao presente, que ia exigir cada vez mais lugar, até dar a impressão recente de ocupa-lo por inteiro” (Hartog, 2013, p. 142). Como sugere o autor, um regime de historicidade baliza a experiência do tempo para uma sociedade, influenciando inclusive na escrita da história. Ao contrário do conceito de “época”, os regimes de historicidade são a “expressão de uma ordem dominante do tempo. Tramado por diferentes



regimes de temporalidade”, ele é, “uma maneira de traduzir e de ordenar experiências do tempo – modos de articular passado, presente e futuro – e de dar-lhes sentido” (Hartog, 2013, p. 142). O mecanismo apresenta traços de mudanças e permanências, do mesmo modo, diferentes regimes podem coexistir uns aos outros, variando conforme a particularidade de cada organização social. Nessa lógica, Hartog percebe outros dois regimes de historicidade: o regime antigo da história *magistral vitae*, e o regime moderno.

Embora passos importantes tenham sido dados durante os anos de 1960 a fim de alçar a História do Tempo Presente às discussões do campo historiográfico, foi somente em 1978 que houve a sua institucionalização com a criação do Instituto de História do Tempo (IHTP), sob a direção de François Bédarrida. O IHTP procurou posicionar-se de acordo com a “mudança epistemológica marcada pela ascensão da dimensão memorial, a busca ansiosa da identidade e a crise dos paradigmas utilizados nas Ciências Sociais, bem como uma crescente incerteza sobre o presente e o futuro” (Dosse, 2012, p. 5). Na década de 70, surgiram novas formas de curiosidade sobre o passado, a história tornou-se objeto de consumo de um contingente maior de pessoas, o “contemporâneo” gerou uma demanda, suscitando a produção de materiais que dessem conta das problemáticas em foco. Desse modo, o desenvolvimento da História do Tempo Presente “resulta de uma evolução própria à historiografia e ao universo científico, mas acompanha também uma ‘demanda social’ de história” (Rousso, 2016, p. 196). Todavia, é necessário contextualizar esse processo, sem perder de vista quatro pontos relevantes à História do Tempo Presente: a memória, a mídia, o acontecimento e o tempo.

À medida que os anos deixavam para trás as sombras melancólicas da Segunda Guerra Mundial, proliferava-se a ânsia por descrever os episódios sucedidos, porém, as grandes narrativas históricas apresentavam sinais de limite. Segundo Rousso, tivemos uma virada epistemológica na historiografia, que transcorreu pela guinada linguística nos anos de 1980, possibilitando “um contexto favorável ao questionamento dos paradigmas dominantes – entre os quais a história social determinista e a longa duração – e, portanto, favoreceram o surgimento de novas maneiras de fazer história, incluindo-se a história contemporânea renovada” (Rousso, 2016, p. 196). Ainda segundo o autor:

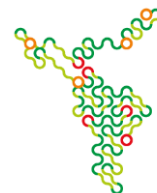
A reavaliação da narrativa no trabalho do historiador encorajou incontestavelmente a elaboração de uma história do acontecimento, da memória, das representações, da opinião, que constituíram aproximações ou objetivos que contribuirão para dar à história do tempo presente uma configuração mais problemática do que o simples “retorno”, um tempo caricaturado, à história política tradicional. Esses objetos novos ou renovados, que deram



uma credibilidade à nova história do tempo presente, devem tanto ao contexto político e cultural quanto a um contexto propriamente científico, o qual evolui também segundo ritmos que lhe são próprios. (ROUSSO, 2016, p.196)

Os tópicos elencados por Rousso, indicam as bases para a afirmação da História do Tempo Presente no centro dos debates do conhecimento histórico, ao mesmo passo em que interpela determinadas “certezas” fornecidas pela disciplina. Durante o século XIX, momento em que a história se tornou uma ciência, os componentes da Escola Metódica buscaram demarcar uma distância temporal do presente. O olhar para o passado, resguardaria o historiador das obsessões do tempo vivido, de modo que a temporalidade do objeto de estudo teria que estar encerrada. Esse modelo de história dedicava-se quase que exclusivamente ao Estado-Nação, para isso produzia-se a narrativa na qual os fatos conduziriam uma “linha do tempo”. As fontes, restritas aos documentos oficiais, passavam por um exame rigoroso e falavam por si, restringindo a quantidade de documentos plausíveis à pesquisa. Nos anos de 1920, após a Primeira Guerra Mundial, a história que privilegiava o nacional começou a entrar em declínio, “surgiram formas renovadas de história ciência, que tiveram como horizonte o materialismo histórico, o quantitativo, o serial” (Hartog, 2013, p.179). Em contrapartida, a escola dos Annales também cooperou nesse aspecto, principalmente por não considerar a relação entre passado e presente como uma ruptura, mas como uma correlação complexa, envolvendo o historiador e a construção de seu objeto de pesquisa. O fundamento apresentado por Marc Bloch em *Apologia da História* dava conta de uma dialética, na qual o ponto de vista do historiador posto no presente, seria de extrema importância na indagação acerca do passado investigado. Ou seja, o presente deveria ser entendido pelo passado, bem como o passado deveria ser entendido pelo presente. O modelo incrementado pelos Annales tentava contrapor a escrita da história do século XIX, a história política, por exemplo, caiu em descrédito, vista como factual, foi substituída por elementos econômicos e sociais.

Entretanto, a geração de Braudel rechaçou em certo sentido o tempo presente. Para Rousso, há um ponto semelhante entre essa vertente dos Annales e os metódicos: “a recusa, ou talvez a incapacidade, tanto de um Seignobos quanto de um Braudel, em aceitar o caráter incerto e inacabado de toda história do tempo presente, que vai ao encontro da sua perspectiva fundamentalmente cientificista” (Rousso, 2016, p. 170). Nota-se as demarcações de tempo a respeito do passado, presente e futuro, criadas no regime moderno de historicidade. Ainda hoje, esse fundamento guarda suas cicatrizes. Contudo, diferentes noções do presente foram esboçadas dependendo do período

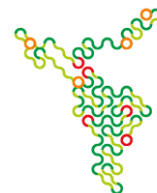


histórico tratado, o que pode caracterizar regimes temporais completamente distintos. Com a virada epistemológica na historiografia dos anos 80, houve uma mudança de historicidade. Debates como a história e memória, a renovação da história política,¹ o retorno do acontecimento, a objeção para com a justiça e o papel cada vez mais determinante das mídias, forneceram o suporte para a História do Tempo Presente.

A preocupação com a memória causou o crescimento excessivo de arquivos em nossa época, o receio pela possível ausência de alguma forma de recordação, dialoga com “o exato significado do presente e com a incerteza do futuro para dar ao mais modesto dos vestígios, ao mais humilde testemunho a dignidade virtual do memorável” (Nora, 1993, p. 14). Dessa maneira, a ideia defendida por Pierre Nora é que o historiador pode converter a memória em um objeto a ser investigado historicamente. Pois, ao contrário da memória – imersa sob a dualidade lembrar/esquecer – a História opera na construção do passado mediante os vestígios que resistiram com o transcorrer dos anos, portanto, a memória pode ser apreendida como um componente da representação do passado, realizada pelo pesquisador. Assim, Nora sugere a definição de lugares de memória, categoria que produz, simultaneamente, o material, o simbólico e o funcional. A existência de um lugar de memória só é confirmada “se a imaginação o investe de uma aura simbólica” (Nora, 1993, p. 14), como é o caso das celebrações e dos monumentos.

Por sua vez, o retorno do acontecimento está diretamente ligado ao papel que as mídias ocupam em nosso tempo. A indústria midiática com suas notícias, e por meio de ampla cobertura perante os eventos em andamento, é capaz de reter uma acepção histórica ao acontecimento no instante de sua produção. Por característica própria, o acontecimento moderno produzido pelas mídias intervém no imaginário social. Para François Dosse, a individualização do acontecimento e sua apropriação no espaço público, passa pelo crivo dos meios de comunicação. Uma sofisticada intervenção obedece às seguintes etapas: a descrição, a narração e a normalização. Em primeiro lugar, as informações são descritas com o objetivo de tornar coerente um conjunto de dados heterogêneos. Em seguida, é efetuado o enredamento, logo o acontecimento é narrado e ajustado a uma temporalidade. Por último, há a normalização, trata-se de reduzir as probabilidades circunscritas ao próprio episódio. Sendo assim, o acontecimento não é algo estático, e sim um processo de atribuição de sentidos e identificação. Sua aparição no espaço público é parte integrante do próprio fenômeno.

¹ Ver RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.



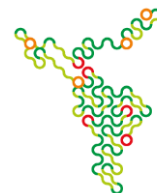
Deste modo, “o acontecimento entra em um campo semântico aberto, incerto e as mídias vão lhe atribuir um significado, ligando-o a uma categoria semântica particular que seja capaz de lhe dar um sentido” (Dosse, 2013, p. 268).

Pensar o lugar do presente no tempo histórico é um exercício de grande valia para a disciplina histórica, não se trata de enquadrá-lo no modelo quadripartite, e sim transpor essa preposição. Conforme a sugestão de Lohn e Campos, a História do Tempo Presente investe em formas de investigação que não dispõem de uma temporalidade fixa, acatar tal formulação requer uma prática historiográfica específica, assim os autores ressaltam a contribuição da História do Tempo Presente para além da discussão conceitual, por isso a entendem como uma atitude metodológica. “A discussão sobre o Tempo Presente passa a envolver então um conjunto de problemáticas que suscita aquilo que talvez seja a mais notória e sólida dificuldade da narrativa sobre o passado: as diferentes percepções de tempo histórico que se cruzam nos objetos estudados, particularmente aquelas que envolvem o próprio pesquisador” (Campos e Lohn, 2017, p. 102). Mais do que explicar a conjuntura do século XX, a História do Tempo Presente traz questões universais “sobre o lugar do historiador, sobre a escrita da história, sobre o que está em jogo nas relações entre observadores e atores” (Rouso, 2016, p. 215). Em síntese, assumir tal proposta teórica e metodológica, requer o enfrentamento dos desafios que pairam sobre uma série de complexidades que integram o presente, como por exemplo: ocupar-se dos fatos sociais, políticos e econômicos em pleno curso, lidar com o ator e a testemunha, considerar o avanço tecnológico e a velocidade atual da comunicação, atentar para o alcance de ideias que transcendem os limites espaciais, e por fim, levar em consideração a instabilidade da periodização em história.

Entre mudanças e resistências: o trabalho no Tempo Presente

As relações estabelecidas entre os sujeitos e os mundos do trabalho, é uma das fendas abertas pelo dinamismo do tempo presente. Quero propor dois pontos para pensar a história do trabalho na perspectiva do Tempo Presente, por meio dessas questões, julgo ser possível levar adiante as pesquisas sobre as relações de trabalho no Brasil durante a década de 1990, assim como, os discursos e as representações sociais que foram criadas para explicar os conflitos gerados naquele período.

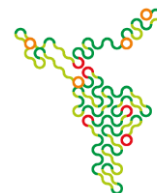
O primeiro ponto, advém da transformação do capitalismo com a ascensão do neoliberalismo. Embora boa parte do processo tenha transcorrido nos países ditos de economia central, os reflexos da



mudança no sistema não tardaram a chegar em diferentes locais do mundo. É no contexto de crise econômica do início da década de 1970, que as ideias neoliberais encontraram espaço propício para oferecer alternativas ao momento de instabilidade. As indicações do “receituário” neoliberal, tenderam a dismantlar o estado de bem-estar social vigente na Europa Ocidental. Os arquitetos da doutrina, viam como obstáculo as conquistas obtidas pelos trabalhadores diante do estado, responsável por assegurar os direitos sociais, no qual incluía o acesso a saúde pública, a educação, a moradia e a previdência. Porém, é preciso salientar que uma parcela grande dos trabalhadores (as) do sul global não se enquadravam nessas fórmulas, visto que seus países não passaram pelo estado de bem-estar.

A estabilidade desfrutada na esfera do trabalho, possibilita a projeção de conquistas materiais de acordo com a melhoria das condições de vida, como era o caso dos trabalhadores alocados na lógica do estado de bem-estar. No entanto, o neoliberalismo trouxe a insegurança e a impossibilidade de se pensar o tempo em longo prazo. Segundo Hartog (2013, p. 147), “a crise de 1974, a inexorável escalada do desemprego em massa, o enfraquecimento do Estado de Bem-Estar Social, construído em torno da solidariedade e a partir da ideia de que amanhã será melhor do que hoje”, junto com as respostas neoliberais, “mais ou menos desesperadas ou cínicas, que apostaram todas no presente, e somente nele”, engendraram um clima de desilusão diante do futuro.

O simples ato de trabalhar é parte integrante da relação que os indivíduos mantêm com o tempo. Mas como é possível idealizar uma percepção de futuro em um contexto que prevalece o trabalho informal, temporário, intermitente e precário? Além do mais, o desemprego também “contribui fortemente para o confinamento no presente e para um presentismo, agora penoso e desesperado” (Hartog, 2013, p. 147). Para Richard Sennett (1999, p. 13-33), uma das características do que o autor chama de novo capitalismo, é o trabalho flexibilizado. Dessa maneira, o caráter pessoal dos indivíduos vem sendo afetado diretamente, tendo em vista que estes não conseguem construir expectativas de longo prazo de acordo com as suas próprias experiências de vida. Isso porque, o novo modelo capitalista é pautado em relações de curto prazo, flexíveis, fragmentadas e não duráveis. Ainda segundo o autor, tal fenômeno trouxe outras formas de se conceber o tempo, cujas consequências são o esvaziamento dos sentidos e a perda da identidade social experimentada pelos trabalhadores.



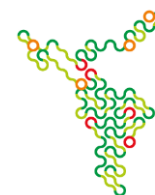
O segundo ponto a ser levado em consideração, consiste em avaliar a pluralidade dos trabalhadores no tempo presente através de novas abordagens. Isso não quer dizer que em outros períodos históricos os trabalhadores formassem um grupo homogêneo, mas as transformações ocorridas a partir da segunda metade do século XX denotam um grau de complexidade a ser melhor investigado. Ao tratarmos da historiografia do trabalho, logo vem à mente a importante obra de Thompson, *A formação da classe operária inglesa*,² no mesmo parâmetro, estão os estudos empreendidos por Eric Hobsbawm.³ Ambos os autores, expoentes de uma Nova História do Trabalho nos anos de 1970 e 1980, trouxeram abordagens que até então não eram cogitadas no estudo sobre o trabalho. Os conceitos criados por essa geração, podem e devem ser utilizados em uma história do trabalho sob a perspectiva do Tempo Presente, desde que não se percam as reais preocupações dessas produções, pois, as alternativas disponíveis aos trabalhadores e trabalhadoras da metade do século XVIII ou do século XIX, contém diferenças significativas ante o que está em jogo na atualidade.

Outras propostas estão surgindo no âmbito acadêmico. Marcel Van der Linden, sugere uma história global do trabalho. O autor indica que a obra de Thompson, sem tirar seus méritos, possui contornos ligados a um “nacionalismo metodológico” que “funde sociedade e Estado”. Por sua vez, a história global do trabalho propõe questionar aspectos essenciais a fim de quebrar dois paradigmas: o eurocentrismo e o nacionalismo metodológico. Para Linden (2009, p. 17), “apenas nas últimas décadas a monadologia eurocêntrica tem sido questionada como um todo”, a conjuntura após a segunda guerra mundial, forneceu as bases para o adensamento de reflexões globais, feitas no início da década de 1990. Entre as mudanças pós-guerra, o autor cita: a descolonização de países da África e Ásia, a presença de comunidades imaginadas transcontinentais, as culturas “fronteiriças” que não cabem numa perspectiva eurocêntrica, e por fim, os ciclos de mobilizações grevistas transnacionais. A História do Trabalho, portanto, estaria dando lugar a uma História Global do Trabalho. Embora a proposta de pensar o trabalho a partir do global se aproxime de uma História do Trabalho na perspectiva do Tempo Presente, a última lida diretamente com a operação historiográfica no presente, sendo fundamental o entrelaçamento dos tempos históricos intrínsecos a um objeto de estudo.

A pluralidade de formas de trabalho e de trabalhadores e trabalhadoras no mundo contemporâneo - seja no plano cultural, do político ou do social - exige de uma História do Trabalho

² Ver THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

³ Ver HOBBSAWM, Eric J. *Mundos do trabalho*. São Paulo: Paz e Terra, 2015.



do Tempo Presente a discussão de gênero, etnia e classe, sem esses três elementos é impossível compreender o enredamento dos processos em curso. Dessa forma, para Homi Bhabha (1998, p. 23), “o presente não pode mais ser encarado simplesmente como uma ruptura ou um vínculo com o passado e o futuro, não mais uma presença sincrônica: nossa autpresença mais imediata, nossa imagem pública, vem a ser revelada por suas descontinuidades, suas desigualdades, suas minorias”. Por outro lado, ao analisar as incertezas que pairam sobre as classes sociais na história do trabalho, Mike Savage (2004, p. 28) cita o desenrolar de dois processos contemporâneos. Em primeiro lugar “um certo número de problemas remete para a natureza cambiante da política contemporânea; e a história do trabalho sempre se poiou em inquietações políticas do tempo presente ao refletir sobre o passado”. Em segundo, “o recuo do movimento sindical em muitos países conduziu a uma profunda crise de autoconfiança na história do trabalho”.

Acredito que uma história do trabalho na perspectiva do Tempo Presente, pode ajudar a desatar essas duas incertezas indicadas por Savage. Pois, partindo de tais reflexões, é possível afirmar que o trabalho é um fenômeno constitutivo do Tempo Presente, seja em sua prática real da vida cotidiana de um indivíduo, ou na acepção teórica, como fenômeno a ser investigado empiricamente.

Referências

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

BATALHA, Claudio et al (orgs.). **Culturas de classe**. Campinas: Unicamp, 2004.

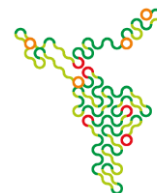
CAMPOS, Emerson Cesar de; LOHN, Reinaldo Lindolfo. **Tempo presente entre operações e tramas**. Revista História da Historiografia. Ouro Preto, n. 24, agosto de 2017.

DOSSE, François. **História do tempo presente e historiografia**. Revista Tempo e Argumento. Florianópolis, v. 4, n.1, p. 5-22, jan/jun. 2012.

DOSSE, François. **O renascimento do acontecimento**: entre a Esfinge e Fênix. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

HARTOG, François. **Regimes de Historicidade**: Presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HARTOG, François. **Tempo, História e a escrita da História**: a ordem do tempo. Revista de História, n. 148, São Paulo, 1º Sem. 2003, pág. 09-34



HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Ática, 2000.

HARVEY, David. **Neoliberalismo como Destruição Criativa**. INTERFACEHS – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente – v. 2, n. 4, Tradução, ago. 2007.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

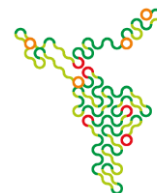
LINDEN, Marcel Van Der. **História do trabalho: o velho, o novo e o global**. Mundos do Trabalho, Vol. 1, No. 1, (2009), pp. 11-26.

NORA, Pierre. Entre a Memória e a História. A problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo, vol. 10, 1993.

POCHMANN, Marcio. Desafios atuais do sindicalismo brasileiro. In.: **Sindicatos y nuevos movimientos sociales em América Latina**. Enrique de la Garza Toletto (Org.). Colección Grupos de Trabajo de CLACSO, Buenos Aires, Arg. 2005.

ROUSSO, Henry. **A última catástrofe: a história, o presente e o contemporâneo**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 1999.



A GREVE DE JOGADORES DE FUTEBOL PROFISSIONAL NO URUGUAI: JORNAL EL PAÍS (1948 – 1949)

Thiago Santini Breda¹

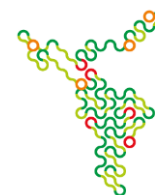
Resumo: No ano de 1948 o futebol uruguaio vivenciava uma grave crise. Os jogadores, recém profissionalizados (1932), não tinham acesso aos mesmos direitos trabalhistas - conquistados principalmente durante os governos batllistas das primeiras décadas do século XX – que as outras categorias de trabalhadores dispunham. Decididos a conquistar direitos, criaram no ano de 1946 a MUTUAL Uruguaya de Futbolistas Profesionales, primeira entidade representativa de atletas do futebol criada naquele país, funcionando em um modelo muito semelhante ao sindical. Tal entidade organizou no ano de 1948 uma greve de jogadores, paralisando os campeonatos locais por longos 8 meses. Os jogadores reivindicando - entre outras demandas - uma mudança no regime de contratações, reconhecimento sindical e salário mínimo. A greve gerou um impacto importante na sociedade e na política uruguaia já que o futebol é um elemento de destaque naquele país, bem como em toda a América do Sul. O presente trabalho busca analisar, através das páginas esportivas do jornal El País (principal periódico do país), o conflito entre jogadores e dirigentes, bem como sua cobertura pela imprensa e opinião pública e as consequências geradas.

Palavras-chave: Futebol, Uruguai, Greve

Abstract: In the year of 1948 the Uruguayan soccer experienced a serious crisis. The newly professionalized players (1932) did not have access to the same labor rights - won mainly during the Batllist governments of the first decades of the twentieth century - that other categories of workers had. In 1946 MUTUAL Uruguaya de Futbolistas Profesionales, the first representative body of football players created in that country, was created, working in a model very similar to the trade union. In 1948, this entity organized a players' strike, paralyzing the local championships for a long period of 8 months. Players claiming - among other demands - a change in the regime of hiring, union recognition and minimum wage. The strike has had an important impact on Uruguayan society and politics since football is a prominent element in that country, as well as throughout South America. The present work seeks to analyze, through the sports pages of the newspaper El País (main newspaper of the country), the conflict between players and leaders, as well as their coverage by the press and public opinion and the consequences generated.

Keywords: Soccer, Uruguay, strike

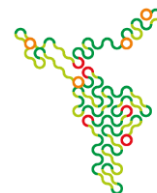
¹ Mestrando em História, PPGH – UFSC, Florianópolis/Brasil



Meu avô materno, senhor Ernesto Santini, foi caminhoneiro durante toda sua vida. Conheceu boa parte do Brasil, bem como Uruguai e Argentina para onde levava caminhão carregado de madeira e voltava com ele recheado de trigo. De bom papo, torcedor do Caxias assim como eu, sempre me dizia: “Olha meu filho, já conheci cada lugarzinho que nem capela tinha, mas é impressionante, o campinho de futebol tá lá! Sempre tá!”. Essa frase do meu avô sempre me deixa impressionado e me faz questionar: Como o futebol, algo tão presente na vida da população brasileira e latino-americana, que mobiliza uma quantidade enorme de pessoas, emoções e contradições é tão pouco analisado, estudado e pesquisado pelas ciências humanas? Por que desse tratamento do futebol como um campo secundário?

O escritor uruguaio Eduardo Galeano sintetiza bem essa relação entre futebol e as ciências humanas: “Em que o futebol se parece com Deus? Na devoção que desperta em muitos crentes e na desconfiança que desperta em muitos intelectuais.” (Galeano, 2010, p.40). Apesar de esse esporte constituir-se como um notável elemento cultural e social na grande maioria dos países ocidentais, bem como ser um importante componente da cultura popular dos países sul-americanos, a historiografia durante muitos anos negligenciou o futebol como temática relevante à pesquisa. A desconfiança - com um certo tom de arrogância – despertada em muitos intelectuais, gerou a tese de que o futebol seria o “ópio do povo”. Muito influenciada por um marxismo ortodoxo, a historiografia latino-americana, principalmente durante as décadas de 1960 e 1970, onde diversas ditaduras assolaram os países da região, acreditava que o futebol não passava de uma maneira de cegar a população frente aos crimes cometidos aos direitos humanos e os graves problemas sociais (Lopes, 2014, p. 139). Gostar de futebol, no meio acadêmico, era coisa de alienado.

Tal cenário vem se transformando nos estudos acadêmicos, principalmente nas Ciências Humanas. As publicações referente a temática do futebol e suas infinitas possibilidades, bem como a criação de revistas especializadas, grupos de pesquisa, eventos acadêmicos, crescem de maneira vertiginosa. Esse breve artigo tem como objetivo contribuir nessa construção de uma historiografia do futebol, buscando analisar uma greve de jogadores profissionais no futebol uruguaio. Ao estudar o movimento grevista dos jogadores profissionais de futebol que eclodiu no Uruguai no ano de 1948, busco mostrar que reivindicações por melhores condições salariais e de trabalho são lutas antigas e presentes na trajetória de toda a classe trabalhadora. A precária situação dos profissionais do futebol não é uma novidade e os esforços por conquistas trabalhistas também não. Dar luz aos trabalhadores



que no ano de 1948 desafiaram o poder econômico, as dificuldades em que eram impostas e se enxergaram como classe é o objetivo de suma importância neste trabalho.

Contexto Político

Politicamente o Uruguai da década de 1940 era dividido em dois grandes e tradicionais partidos políticos que dominavam o poder local, o Partido Nacional e o Partido Colorado. Ambos os partidos tinham diferentes correntes internas que se confrontavam pela hegemonia do projeto político que seria levado adiante.

No interior do Partido Colorado de 1903 a 1910, moldado por uma imprecisa ideologia liberal, podia-se perceber a presença de três correntes ideológicas: i) a sustentada pela maioria dos dirigentes partidários no Senado e na Câmara de Representantes, tradicionalista em relação organização econômico-social do país e atenta a demanda das classes conservadoras; ii) a moderada, representada pelo presidente Cláudio Williman e sua equipe de Ministros, admitiu a necessidade de algumas reformas econômico-sociais para “manter” o sistema, ou seja, reformas para garantir a continuidade da ordem vigente e; iii) a radical, liderada por Batlle desde o Poder Executivo, buscou a substituição do “modelo” por outro de conteúdos éticos e humanitários (CABRAL, 2003, p. 6)

Uma dessas correntes, que dominou o cenário político no país durante as primeiras décadas do século XX era o *Batllismo*, corrente política do Partido Colorado em referencia a figura de José Batlle y Ordóñez, presidente uruguaio durante os anos de 1903 – 1907 e 1911 – 1915. O primeiro governo de Batlle y Ordóñez impulsionou – com a clara intenção de tornar o estado um agente ativo de primeira ordem - amplamente a industrialização e a nacionalização/estatização de empresas e recursos. Buscando romper com a dependência dos ganaderos (grandes proprietários de gado), o governo buscou a diversificação da economia, criando em 1907 o *Ministerio de Industrias, Trabajo e Instrucción Pública*. A criação do ministério foi fundamental para o desenvolvimento da indústria local, destinada a atender as demandas do mercado interno e diminuir a dependência de produtos manufaturados. Os principais produtos produzidos pela jovem campanha industrial nacional eram alimentos, bebidas, móveis, tecidos e produtos do couro (Leonor, 2007, p 110).

No plano social, o Uruguai viveu no período batllista um avanço em relação aos direitos trabalhistas. As primeiras *Leyes Laborales* foram criadas na primeira década do século XX, sendo o Uruguai primeiro país da região a garantir direitos que até hoje são conferidos aos trabalhadores como, por exemplo, a *ley de las ocho horas* (1915). Além da lei que estabelece oito horas como



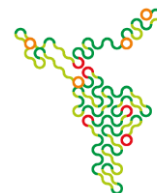
jornada de trabalho, outras leis de proteção e melhores condições de trabalho bem como leis sociais foram criadas no período: *Ley de Silla* (1918) que garantia e estabelecia um número mínimo de cadeiras para mulheres que trabalhavam no comércio “puedan tomar asiento siempre que sus tareas lo permitan” (Uruguai. Lei nº 6102 de 10 de Julho de 1918), bem como um amplo debate de reformas que culminaram na elaboração da nova constituição no ano de 1918, substituindo a constituição de 1830 (ano da independência política do Uruguai). Antes mesmo da aprovação da nova constituição, diversas reformas já haviam sido aprovadas, entre elas a lei que garante o direito ao divórcio (1907) por mútuo consentimento e por “sola voluntad de la mujer” (1913), além da proibição do ensino religioso nas instituições de ensino (1909) (Cabella, 2004, p.4). A constituição de 1918 consolidou essa onda reformista e aprovou propostas importantes para a modernização do país. A laicidade do estado: “Todos los cultos religiosos son libres en el Uruguay. El Estado no sostiene religión alguna.”; o voto secreto, a proibição dos militares formarem parte de grupos políticos e o sufrágio universal obrigatório para homens acima dos 18 anos.

Em 1946 realizaram-se eleições que externaram pela primeira vez uma disputa interna do setor batllista do Partido Colorado entre a chamada Lista 14 nucleada no jornal *El Día* e a Lista 15 encabeçada por Luis Batlle Berres e o veterano Tomás Berreta.

La 14 era la ortodoxia histórica, el colegialismo, la invocación casi religiosa a don Pepe, el cultivo de la austeridad que emanaba de la fuerte personalidad de César Batlle Pacheco. La 15 se mostraba más juvenil y reformista. (SANGUINETTI, 2004, p. 44).

Nas prévias do partido, a lista 15 saiu vitoriosa lançando a chapa Berreta (presidente) Batlle Berres (vice) que posteriormente ganharia a eleição. Um ano após eleito, Tomás Berreta morre vitimado de um câncer e Luis Batlle Berres assume a presidência, inaugurando um período conhecido como neobatllismo, que resgatava muito da tradição política dos governos batllistas. Já em seu discurso de posse, Batlle Berres deixa claro o caráter conciliador, dos conflitos sociais, do seu governo.

[...] no es posible desatender el hecho de que la humanidad está viviendo una violenta revolución social y política que convulsiona a todos los pueblos. Nadie puede pretender que nos pongamos al margen de ese movimiento para abominarlo y apedrearlo; sino que, lo que la hora exige, es entrar y formar parte de esa inmensa columna para orientar el movimiento, para dirigir las fuerzas aunque para ello sea necesario acelerar la evolución. Nosotros los que fuimos formados en los últimos aleteos de la filosofía liberal del siglo pasado y dimos los primeros pasos hacia la socialización de ciertas actividades del organismo social, comprendemos que tenemos que continuar esse ritmo para encauzarlo por las vías normales.



Apresurarse a ser justos, es asegurar la tranquilidad; es brindarle al ciudadano los elementos principales y básicos para que tenga la felicidad de vivir y hasta él lleguen los beneficios del progreso y de la riqueza. Apresurarse a ser justos, es luchar por el orden y es asegurar el orden. (SANGUINETTI, 2014, p.44).

No pós-guerra, o Uruguai vivia um período de prosperidade econômica e de diminuição significativa da desigualdade. Frases como “*Un país feliz*”, “*el Uruguay del optimismo*” e “*Suiza de las Américas*” eram constantemente usadas para exemplificar esse período de crescimento. Alicerçado em uma política de bem-estar social, o governo de Batlle Berres tinha como um dos principais objetivos a retomada do processo de industrialização do país.

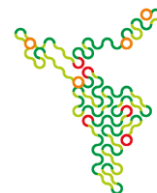
A primeira fase do governo de Batlle Berres, momento em que ocorre a greve dos jogadores, é caracterizada pelo sucesso de sua política econômica e social. O Uruguai é tido como a “Suíça das Américas”, pela sua excepcionalidade perante aos seus vizinhos de continente. Um país que tinha uma estabilidade e taxas de desigualdade visivelmente menores. Esse ambiente certamente influenciaram os atletas, que, como veremos, repetidamente afirmavam que eram trabalhadores que não gozavam dos mesmos direitos trabalhistas e sociais que eram garantidos as outras categorias.

Situando a fonte: o jornal El País

As fontes desse trabalho provêm das páginas esportivas do jornal El País, periódico de grande popularidade no Uruguai até os dias atuais. Fundado em 1918 na cidade de Montevidéu, o jornal tem forte ligação com o Partido Nacional. Seu primeiro diretor, Eduardo Rodríguez Larreta, era homem forte do Partido e foi Ministro das Relações Exteriores do Uruguai entre os anos de 1945 e 1947. Defensor do liberalismo econômico e do conservadorismo político, o periódico era a época da greve declaradamente anticomunista e crítico da política econômica nacionalista imposta pelos governos batllistas no Uruguai.

A Mutual de jogadores e a greve

Fundada no ano de 1946, MUTUAL *Uruguay de Futbolistas Profesionales*, entidade que até hoje representa os atletas de futebol no país, foi a primeira iniciativa dos atletas se organizarem de forma sindicalizada depois da profissionalização do futebol no país no ano de 1932.



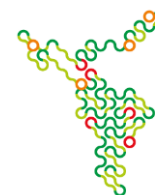
Diferentemente de outras categorias de trabalhadores, os jogadores de futebol não estavam amparados pelas diversas leis trabalhistas aprovadas e consolidadas durante os governos batllistas e neobatllistas, sendo sua atividade regida por um regime de contrato próprio e amplamente favorável aos dirigentes e aos Clubes.

Alcides Ghiggia, notável ponta-direita do Peñarol, autor do segundo gol uruguaio no *Maracanazo*, como ficou conhecida a épica final do Campeonato Mundial de Futebol de 1950, afirmava que antes da fundação da MUTUAL, “los jugadores no tenían ninguna defensa. Dirigentes y los clubes hacían lo que querían” (Bednarik, 2014). A complexidade da relação entre jogador e clube passou a ser um tema cada vez mais presente, também no meio jurídico, como aponta Franklin Morales ao mostrar a opinião de dois juristas da época:

el doctor Héctor Hugo Barbagelata decía después de concluir que se estaba frente a un contrato de trabajo; "el club, gracias al derecho al pase, dispone de un 'derecho al jugador' de carácter estrictamente feudal". Hay quien interpreta, como el doctor Héctor Odriozola, que el jugador es un artista y debe estar sometido a un régimen legal especial: "El contrato de trabajo deportivo presenta modalidades que justificarían una legislación especial y aun encarecen la necesidad de la misma. La discontinuidad del trabajo, su realización dominical y nocturna, el sistema de adiestramiento, concentraciones y viajes, el régimen de transferencias, las penalidades aplicables por la propia asociación y por órganos federativos son, entre otros, aspectos peculiares que la ley debe regular de un modo específico”(MORALES, 1969, p. 52)

Ter acesso aos direitos trabalhistas conquistados pelos trabalhadores reconhecidos – o futebolista ser tratado como um trabalhador – era uma das principais reivindicações da MUTUAL, acentuando a insatisfação com o regime contratual até então vigente. Os dirigentes alegavam que o contrato diferenciado era legítimo, já que os clubes eram - segundo eles – entidades sem fins lucrativos (o que entra em contradição com a venda de ingressos, turnês pela Europa e América do Sul, premiações, etc.). Entretanto, o jogador era o único funcionário do clube desamparado pelas leis trabalhistas, diferentemente de outros trabalhadores que desempenhavam outras funções como por exemplo a limpeza ou a jardinagem, que eram assegurados pelas leis laborais vigentes com vencimentos mínimos estabelecido por Consejos de Salarios. Com um texto intitulado “El Futboleres un Obrero”, a MUTUAL buscou tornar pública e explicar a sua “missão gremial”.

Esta es la base de la que deben arrancar los Sres. Dirigentes de los Clubes y Asociación U. de Fútbol, para tratar nuestro Proyecto. No obstante entender esto, nuestros dirigentes en el mismo, la serie de ventajas de que goza cualquier empleado u operario, como ser: Asignaciones Familiares, Seguro contra Accidentes etc, etc, no se incluyeron, para que se nos dijera que pedíamos lo imposible. Los Sres. Dirigentes de los Clubes aducen a ese respecto, que sus instituciones no fueron creadas con espíritu lucrativo y que el contracto del



jugador, es un contrato “sui-géneris” o especial y que el mismo no puede ser aceptado como una contratación de servicios de cualquier otro profesional, sin embargo la Ley del Consejo de Salarios, fijó por otro lado y fue aceptado por ellos, el laudo correspondiente a los demás empleados de administración y oficina, que debe tener cada Club y que se remuneran los servicios del jugador del fútbol, es decir que, cada uno en su tarea, desempeña para la institución, el cargo que tiene asignado. (El País, p. 9, Montevideo, 15/10/1948.)

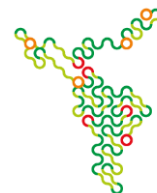
A MUTUAL era mantida por um fundo criado pelos próprios jogadores e sobrevivia de contribuições de seus associados. Não encontrei nas fontes e na escassa bibliografia existente sobre a entidade, números como a quantidade de sócios e valores pagos, porém mais de 500 atletas estavam presentes na Assembleia Geral que deliberou a greve. Um número muito elevado, tendo em vista que o Campeonato Uruguaio da primeira divisão em 1948 era formado por dez clubes apenas, o que sugere uma grande mobilização e representatividade. Jogadores dos principais clubes, que tinham salários mais elevados, bem como ex-jogadores, podiam ser sócios em uma categoria denominada Socios Protectores, onde doavam quantias “espontâneas”. Entretanto, a ampla maioria dos atletas ganhava salários baixos e tinham que complementar a renda com outras atividades além do futebol. Com isso, uma lesão – algo corriqueiro para um atleta profissional – poderia significar um grande prejuízo nas finanças do futebolista.

Nesse sentido, a MUTUAL tinha uma comissão responsável por ajudar financeiramente aos jogadores lesionados (associados ou não), até a sua recuperação. Além disso, estava no horizonte da entidade a criação de um “Regimento Interno de Seguros por Acidentes”, cujo o alcance podia ser estendido até mesmo para os familiares.

De las escasas posibilidades de las arcas de la M.U.F.P, ha sido muy amplia en todo sentido, ya que aparte de la ayuda monetaria, en forma de subsidio, prestada a afiliados o no, se ha tratado se trata y se tratará en el futuro, no sólo de aliviar su situación económica, sino, y esto es lo más importante, de llevar siempre la voz de aliento de nuestra entidad a futbolistas que por diversas y desgraciadas lesiones, se han visto alejados de los fields, por cuenta de la práctica del fútbol. (El País, Montevideo p. 10. 13/10/1948).

Os jogadores profissionais estavam cada vez mais conscientes de que somente com luta poderiam conquistar direitos trabalhistas necessários para a categoria. Podemos dizer que com a profissionalização surge uma nova classe de trabalhadores. Como aponta E.P. Thompson:

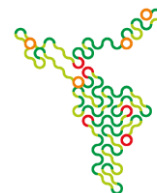
A classe acontece quando alguns homens como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas) sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. (THOMPSON, 2011, p.10).



Com essa classe cada vez mais organizada, a possibilidade da greve como forma de luta estava cada vez mais próxima de acontecer. Era noite do dia 14 de outubro de 1948 quando, pontualmente às 20h, mais de quinhentos atletas profissionais de futebol filiados a MUTUAL se reuniram no prédio da Asociación Española localizado na rua Paraguay, centro da cidade de Montevideu, para uma assembleia extraordinária. A pontualidade era justificada pela importância do encontro que seria realizado. Após dois frustrados anos de tentativas de negociações, com os dirigentes dos clubes e da Asociación Uruguay de Fútbol, a possibilidade de paralisação das atividades futebolísticas era real e iminente. Os jogadores presentes, acostumados a se digladiarem pela pelota branca dentro das quatro linhas estavam ali reunidos para discutir e construir seus interesses comuns.

No dia seguinte, nas bancas de jornal, um dos principais periódicos do Uruguai, o jornal El País trazia em sua capa o título: “En vibrante asamblea quinientos jugadores decretaron a noche la huelga en el fútbol”. Abaixo, é estampada uma foto da assembleia lotada. A capa de um jornal apresentava todos os seus esforços e recursos para a propaganda da mercadoria, para a atração do público (Capelato, 1994, p. 18). O fato de paralisação do futebol ser noticiado na capa foi significativo da importância atribuída. Os jogadores de futebol tinham em suas mãos um elemento diferente de outros trabalhadores quando se organizam em greves. A opinião publica. Diferentemente de quando, por exemplo, professores entram em greve, e a opinião publica, afetada com a falta do serviço constantemente vai contra as reivindicações da classe, os jogadores de futebol possuíam um prestígio, pois são os representantes da “paixão” de muitos uruguaios que acompanham o futebol.

O regime de contrato obsoleto e a falta de reconhecimentos trabalhistas eram as principais reclamações dos jogadores paralisados. Buscavam reconhecimento sindical, salário mínimo, seguro contra acidentes, melhores condições de campo e vestiário e a mudança no regime de contratações. Essa situação afetava todos os jogadores, porém é evidente que os jogadores com salários menores e de times de menor expressão estavam mais vulneráveis. Um elemento dessa greve foi o apoio massivo de jogadores consagrados e com grande apelo popular o que foi fundamental para que a greve fosse concretizada. O que levou um jogador consagrado como García, grande atacante do Nacional ou mesmo o capitão da seleção, o lendário volante Obdulio Varela, a concordar e participar de um movimento grevista já que ocupa um lugar privilegiado em sua profissão? Tal questionamento seguramente merece uma maior atenção para trabalhos futuros.



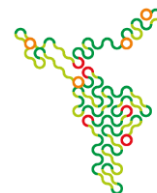
A reação dos dirigentes a declaração de greve por parte dos jogadores foi rápida. Um dia depois, os delegados dos dez clubes da primeira divisão se reuniram para discutir sobre a situação do futebol local na sede da AUF, com a presença do presidente da entidade, César Batlle Pacheco, filho de José Batlle y Ordóñez, membro do Partido Colorado e rival político de seu primo e Presidente da República, Luis Batlle Berres. O primeiro dirigente que se pronunciou foi o delegado do Club Nacional, Francisco del Campo. Mostrou uma posição mais aberta ao diálogo com a MUTUAL e de fato deu a entender que julga justas algumas das reivindicações.

Dijo que reconoce que en buena parte de las aspiraciones presentadas por los players, les asistía razón a éstos, pero no era posible bajo la presión de la declaración de huelga, entrar directamente a tratar el problema con la entidad gremial. Por eso es partidario de suspender la fecha, para tratar de encontrar soluciones en un clima de perfecta calma [...] Cree, repite, que la suspensión de la fecha favorecería soluciones. Claro está que sin perder un ápice sus condiciones de dirigentes, que tienen la responsabilidad de la marcha normal del fútbol. (El País.Montevidéu. 15/10/1948. p. 9)

O Peñarol, clube mais popular do país, foi o clube que assumiu a postura mais conservadora e enérgica contra os jogadores. Através de seu delegado Julio Canassa o clube foi contrário a qualquer tratativa de negociação com os jogadores grevistas, bem como defendeu que a rodada deveria ser mantida. Com um tom autoritário, Canassa defendia que “Se es dirigente o se es dirigido”, acreditando que os jogadores não podem ser sujeitos ativos no processo de construção de um novo regime de contrato ou de qualquer outra atribuição no meio futebolístico que não seja a de jogar futebol. Essa posição ficou consagrada por alguns autores que citam a greve como a posição de todos os delegados o que – apesar de ser uma postura de boa parte dos dirigentes – não é verdade. A fala do delegado do Club Atlético Cerro é um indicativo disso.

Las glorias del fútbol uruguayo las escribieron los players en las canchas. No se cubrió de gloria – dice – nuestro deporte popular porque el Dr. De Gregorio sea vicepresidente de la Junta. Es necesario ir a una reforma integral del régimen vigente porque los cimientos del edificio futbolístico se resquebrajan. Dijo luego que las reiteradas notas que la Mutual había enviado a la Junta no habían tenido andamio y la despreocupación de ésta por el problema había traído esta situación (El País.Montevidéu. 15/10/1948. p. 9).

O jornal El País, na figura de Davy – Dionísio Alejandro Vera – um dos primeiros colunistas esportivos opinativos do Uruguai (Morales, 1968, p. 669), criticou duramente a postura da classe dirigente, principalmente a posição do Peñarol, que segundo ele só aprofundou a crise e em nada contribuía para o fim do conflito. Como aponta Andrés Morales, o time carbonero desde 1914 tinha

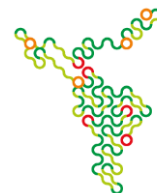


tido apenas presidentes filiados ao Partido Colorado e seu presidente durante a greve, Constante Turturiello, era um importante membro da lista 15, comandada pelo presidente da república Luis Batlle Berres. O jornal El País, historicamente ligado ao Partido Nacional, teria motivos para atacar os dirigentes do clube, colocando-se ao lado dos atletas.

O governo de Batlle Berres recebeu com preocupação a greve dos atletas profissionais. O Ministério de Industria y Trabajo, na figura de seu chefe, o membro do Partido Colorado Alberto Fermín Zubiría tratou de rapidamente enviar o subsecretário do ministério para iniciar a mediação das negociações entre MUTUAL e Junta Directiva para a criação de um Conselho Paritário (governo como mediador, atletas e dirigentes). A intervenção do ministério era uma reivindicação constante dos jogadores e um dos primeiros efeitos da declaração de greve. A preocupação do Executivo não se limitou ao estratégico Ministério do Trabalho, o próprio Presidente Luis Batlle Berres se ofereceu como mediador do conflito, como uma forma de demonstrar força de seu ainda inicial governo além de a possibilidade de confrontação com seu primo, adversário político e Presidente da AUF César Batlle Pacheco.

No dia 23 de outubro, Batlle Berres se reuniu com uma delegação de representantes da MUTUAL, entre eles o presidente da entidade Enrique Castro, o goleiro da seleção e do Peñarol Roque Máspoli, bem como Schiaffino e Obdúlio Varela. Estava presente também um “destacado dirigente del fútbol” cujo o nome não é revelado pela reportagem publicada no El País. Seguindo a orientação do seu plano de governo, Batlle Berres adotou uma tática de conciliação, com um discurso breve e ponderado, reconhecendo a legitimidade dos reclamos dos atletas, porém pedindo-lhes que repensem a necessidade da greve. Defendeu também a criação, o quanto antes, do Conselho Paritário para o estudo e negociação da proposta elaborada pelos jogadores, além de comentar o regime de contratos.

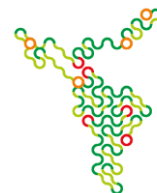
El deseo del Presidente es que delegados de las tres partes se reúnen, estudian los puntos capitales del memorándum – los más necesarios para el jugador – se aprueban y de inmediato se levanta la huelga, llamándose al efecto a asamblea. Mientras sigue el Campeonato, prosigue el estudio del asunto y dentro del determinado plazo se termine el estudio del documento de la Mutual. [...] Presidente expresó en forma categórica que él creía que el jugador con contrato tenía que cumplir con sus compromisos, pero que el jugador que no tenía contrato tenía que quedar libre sin más trámites. (El País. Montevideú. 24/10/1948. p. 8).



O fim da greve significou uma vitória para os jogadores. Garantindo uma série de direitos para uma categoria de trabalhadores que estavam quase totalmente desamparados pelas leis trabalhistas vigentes no Uruguai. O governo de Luis Batlle Berres, que tinha na política de bem-estar social um dos seus pilares, certamente ficou preocupado com uma longa greve de jogadores de futebol, pois o esporte é um elemento identitário e social importante no país. Além da população ficar sem futebol durante sete meses, ela percebeu que boa parte de seus ídolos estão em situação precária de trabalho e apoiou a causa dos atletas. A classe dirigente se viu obrigada a negociar e teve prejuízos significativos durante a greve que representou um aprofundamento do profissionalismo do futebol uruguaio, principalmente por inaugurar um regime de contratações onde o jogador se transformou em um sujeito ativo no processo de contratação. Futebol esse que em 1950 (um ano após a greve) conquistou o seu mais emblemático campeonato, a Copa do Mundo diante de um Maracanã lotado.

Referências

- CABELLA, Wanda. **La evolución del divorcio en Uruguay (1950 - 1995)**. Montevideo. Programa de Población de la Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad de la Republica. 2004.
- CABRAL, José Pedro Cabrera. **O pensamento de José Batlle y Ordóñez no Uruguai do Novecentos**: componentes de sua ideologia. In: PAULA, Dilma Andrade de (org);
- MENDOÇA, Sonia Regina (org). **Sociedade Civil: ensaios históricos** Jundiaí. Paco Editorial. 2012.
- CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo. Ed Contexto. 1994.
- GALEANO, Eduardo. **Futebol ao sol e à sombra**. Porto Alegre: 2010.
- LOPES, Felipe. **Futebol e Poder**: reflexões sobre a tese do “ópio do povo”. Revista Espaço Ética. São Paulo, ano I, nº 2 Maio de 2014.
- MORALES, Franklin. **Fútbol y Literatura**. Montevideú. Capítulos Orientales nº42.[s/d].
- MORALES, Franklin. **Literatura y Fútbol**. Montevideú. Centro Editor de América Latina. Capitulo Oriental 42, s/d
- MORALES, Franklin. **Maracanã**: os labirintos do caráter. São Paulo. Companhia das Letras, 2014



THOMPSON, Edward Palmer. A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade. São Paulo. Paz & Terra, 2011.

Filmes:

Maracanã. Direção: Sebastián Bednarik; Andrés Varela. Produção: Coral Cine. Montevideu, doc, 75 min. 2014.



HABITAÇÃO EM FLORIANÓPOLIS: OS/AS TRABALHADORES/AS DA VILA OPERÁRIA HOEPCKE (1945-1960)

Jéssica Duarte de Souza ¹

Resumo: O objetivo desse estudo é verificar as relações de trabalho e moradia ocorridas em Florianópolis entre os anos de 1945 a 1960. A pesquisa em andamento pretende verificar como ocorreram os modelos de políticas habitacionais na cidade, quem elas atingiam e que diálogos traçavam com o cenário nacional. Percebendo a moradia como um espaço importante de sociabilidade entre os(as) trabalhadores(as), mas também como uma política de extensão do controle da força de trabalho pelos patrões e Estado, esse trabalho buscou dar base empírica a essa relação com o estudo de uma vila operária da Companhia Hoepcke, empresa de diferentes ramos e com importância econômica e política da cidade. Analisando um Livro de Registro de Funcionários dessas fábricas e entrevistas de trabalhadores/as dos locais, foi possível revelar questões sobre o perfil desses(as) operários(as), como a hierarquia de trabalho nas fábricas, com os locais ocupados por descendentes de imigrantes, mulheres, nacionais negros e brancos, e quem habitava a vila da empresa. Buscou-se estabelecer uma conexão entre a realidade desses(as) trabalhadores(as), as condições de moradia na vila com as políticas de habitação ocorridas nesse período.

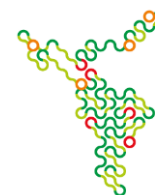
Palavras-chave: Trabalho, Moradia, Florianópolis.

Housing in Florianópolis: the workers of the working village Hoepcke (1945-1960)

Astract: The objective of this study is to verify the relations of work and housing that took place in Florianópolis between the years of 1945 and 1960. The research in progress intends to verify how the models of housing policies occurred in the city, who they reached and that dialogues traced with the national scenario . By perceiving housing as an important space of sociability among workers, but also as a policy of extending labor force control by employers and the State, this work sought to provide an empirical basis for this relationship with the study of a working village of the Company Hoepcke, company of different branches and with economic and political importance of the city. By analyzing an Employees' Record of these factories and interviews of local workers, it was possible to reveal questions about the profile of these workers, such as the hierarchy of factory work, with the locations occupied by descendants of immigrants , women, black and white nationals, and who inhabited the village of the company. It was sought to establish a connection between the reality of these workers, the living conditions in the village and the housing policies that occurred during this period..

Keywords: Work, Housing, Florianópolis.

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

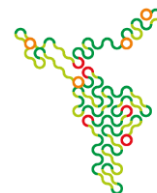


Florianópolis, apesar de ser a capital, não era a cidade mais populosa e com desenvolvimento econômico mais relevante do estado. Em 1950, sua população era de 67.630 habitantes, dos quais 23.223 eram eleitores (PELUSO JÚNIOR, 1991, p. 1). Era considerada uma cidade pobre em virtude da falta de estabelecimentos industriais, mecanismo valorizado no período como meio de desenvolvimento econômico (PAIVA, RIBEIRO, GRAEFF, 1952). Essa ausência pode ser verificada quando a dinâmica empregatícia do município é analisada. No levantamento do Anuário Estatístico de 1945, das 21 capitais arroladas, Florianópolis estava entre as três menos industrializadas, com 13 estabelecimentos industriais contando com 530 trabalhadores/as. No âmbito comercial, no mesmo levantamento, a cidade apresentava 43 comércios, somando 544 funcionários/as¹. Para o setor público, considerada a dinâmica empregatícia mais importante de Florianópolis a partir da década de 1930, a soma das atividades governamentais, em 1940, correspondia a 32,5% da oferta de empregos do município, em uma população ativa de 7.745 pessoas (PELUSO JÚNIOR, 1991, p. 7).

A capital era uma cidade quase sem indústrias, que vivia de um pequeno comércio e muito dependente dos empregos públicos oferecidos pelo Estado. Além dessas ocupações registradas, haviam muitos trabalhadores/as informais, sem vínculo empregatício, vivendo de comércio de artesanatos, gêneros alimentícios e pesca artesanal. Essa parcela não possuía nenhuma segurança sobre o seu amanhã. Porém, não havia uma nítida fronteira entre esses dois grupos de trabalhadores formais e informais, que em muitos casos compartilhavam laços familiares, culturais, ou mesmo transitavam entre as duas situações de classe. Também uma prática comum em Florianópolis era a complementação da renda do trabalho formal, aquele registrado, com a pesca, pequenas hortas e venda de animais, principalmente nas regiões mais periféricas do perímetro central. Desse modo, o rural e o urbano entrecruzavam-se em Florianópolis, algo que foi enfraquecendo na medida que a urbanização e o mercado imobiliário se expandiam (AREND, LOHN, 2013, p. 55)

Diante desse cenário, uma empresa destacava-se por ser o único estabelecimento de envergadura do setor produtivo na cidade. A Carlos Hoepcke S.A foi fundada pelo imigrante alemão Carl Hoepcke na última década do século XIX e desde sua criação já atuava em diferentes ramos econômicos. A Companhia Hoepcke, como era chamada logo após sua criação, ainda nas primeiras décadas do século XX possuía casas comerciais, cooperativas de crédito, Companhia de Navegação,

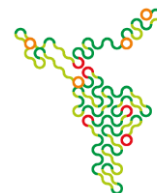
¹ BRASIL. INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **Anuário Estatístico do Brasil**. Rio de Janeiro: Tipografia do Departamento de Estatística e Publicidade, 1946. p. 365.



Estaleiro, Oficina mecânica e as fábricas de Pontas (pregos) Rita Maria (1896), de Gelo (1897) e Rendas e Bordados (1913). Além dos empreendimentos em Florianópolis a empresa tinha filiais de suas casas comerciais em outras regiões catarinenses (MÜLLER, 2007). No início século XX, os estabelecimentos da empresa faziam saltar o número de indústrias e de operários(as) do município florianopolitano, que em comparação com as demais cidades do estado, ocupava o terceiro lugar na distribuição de estabelecimentos industriais por município (BOSLLE, 1988, P. 47). Ao longo do século XX o empreendimento manteve-se em progressão econômica e destaque social. Em 1940 Aderbal Ramos da Silva chega à presidência da empresa. Ramos da Silva era a principal figura política do PSD (Partido Social Democrático) na capital e integrante de uma das maiores oligarquias catarinense: os Ramos. Nesse sentido, pólos de influência política e econômica juntavam-se na capital.

Para a realidade econômica de Florianópolis, o número da mão de obra movimentada pelas fábricas da Companhia têm grande significado. Essa circunstância fez com que surgisse uma pequena vila operária nas imediações das três fábricas que estavam situadas no bairro Rita Maria, próximo ao centro da cidade. A criação da vila ocorreu poucos anos após a fundação da Fábrica de Pontas Rita Maria (1896) e ficava na rua posteriormente chamada de Rua Hoepcke. Nesse momento, o local em que a vila se situava não era o mais apropriado para habitações, a rua tinha como vizinhos um cemitério e um forno incinerador de lixo. A região tinha poucas habitações por ser bastante íngreme e rochosa, mas a medida em que a cidade foi crescendo e principalmente com a inauguração da ponte Hercílio Luz, em maio de 1926, a vila foi sendo incorporada à cidade (VEIGA, 2010, p. 280). Desse modo, em 1945, início do período que essa pesquisa analisa, a rua Hoepcke fazia parte do distrito central e estava próxima ao único acesso terrestre da Ilha com o continente, já não sendo mais um local tão facilmente habitado por trabalhadores(as).

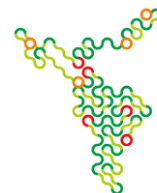
A urbanização de Florianópolis se deu de maneira peculiar, apesar de ser uma cidade com baixa densidade demográfica, as fronteiras de expansão urbana limitavam-se a baía norte e o Morro da Cruz, sendo o restante da Ilha composto por pequenas povoações isoladas e de difícil acesso (LOHN, 2002, p. 81). Mesmo com espaços vacantes, a precariedade de acesso ao interior da Ilha impedia que a população pobre, que matinha seu sustento no centro comercial, ocupasse essas regiões. Desse modo, residir na vila operária da empresa, apesar de todos os problemas que veremos a seguir, estava carregado de um significado importante, dentro do contexto urbano de Florianópolis.



Portanto, quais os locais ocupados pela população mais pobres e quais eram suas demandas? Na tentativa de responder essa questão foram analisados Ofícios da Prefeitura de Florianópolis para a Câmara Estadual de Santa Catarina. Entre esses documentos a demanda por estrutura básica de urbanização, como falta de água, energia elétrica, acesso básico a saúde e pavimentação de ruas estavam muito presentes. Os relatos analisados na documentação demonstram que os problemas citados apresentavam-se em lugares demarcados, geralmente às margem da parte central, como o Estreito e Saco dos Limões. Essa espacialização faz sentido devido a necessidade de proximidade com o centro, mas a impossibilidade de residir naquela região por causa dos elevados preços de aluguéis e a constante desapropriação de populares no local. Nesse sentido, essas margens próximas ao centro tornavam-se alvo para habitação, já que não possuíam estruturas básicas acabavam tornando-se mais baratas e conseqüentemente, habitadas pela população pobre geralmente trabalhadora do centro da cidade.

O encarecimento do distrito central da cidade vinha ocorrendo desde 1920, com o calçamento e abertura de ruas. Mas em 1940 essas mudanças ganham outro volume, prédios passam a ser construídos destinados a escritórios e/ou hotéis e as transformações nas feições das ruas do centro acontecem com mais intensidade e rapidez. Essas obras faziam parte de um momento de mudanças socioeconômicas que ocorreram após 1945 e que impactaram Florianópolis. Era caracterizado por uma longa transição, nas décadas seguintes, de um paulatino abandono de atividades produtivas e importantes ramos comerciais pelo investimento no mercado imobiliário (AREND, LOHN, 2013, p. 35). No estudo de Carina da Cruz (2008), em que investigou os balanços financeiros da principal empresa do município, a Carlos Hoepcke, constatou que entre 1942 e 1945 o valor de imóveis e propriedades no ativo imobilizado praticamente dobrou. Mesmo atuando em diferentes setores produtivos, a empresa deslocou investimentos para o mercado imobiliário, que segundo a autora, era uma tendência que apontava para a “falta de perspectivas nas atividades produtivas de Florianópolis”. O investimento imobiliário se dava ao mesmo tempo em que ocorria o desmembramento de grandes áreas de chácaras localizadas nas imediações do perímetro urbano para a formação de loteamentos (a maior delas, com cerca de 20 mil metros quadrados, pertencia à família da Carlos Hoepcke).

O espaço da cidade estava em disputa, a distribuição espacial obedecia às divisões de classe e isso indicou um constante processo de afirmação de determinados valores e finalidades para as políticas urbanas implementadas. O projeto político fomentado nesse período como principal



alternativa para superação do atraso econômico de Florianópolis teve implicações direta na fragmentação e manutenção do espaço como clivagem social: o turismo. Assim, a exploração imobiliária assumiu ares de estratégia para ativação da economia da cidade e ganhou respaldo social. O discurso de modernizar os espaços para a recepção dos visitantes legitimou os projetos e planos urbanísticos com intenções de manter intacta a distribuição de poderes e riquezas na cidade (LOHN, 2002).

Nesse contexto em que a exploração imobiliária ganhava corpo o poder público criou ferramentas institucionais que pudessem auxiliar a capacidade de gestão desse processo. Para pensar o planejamento urbano a Prefeitura contratou um Escritório de Urbanismo de Porto Alegre para a criação de um Plano Diretor, que promovesse a urbanização. O primeiro Plano Diretor da capital catarinense foi elaborado por dois arquitetos (Demétrio Ribeiro e Edgar Albuquerque Graeff) e um engenheiro urbanista (Edvaldo Ruy Pereira Paiva) em 1952. A versão final do Plano, em 1955, foi transformada em lei municipal, mas poucas das propostas chegaram a ser implementadas (LOHN, 2002).

O Plano Diretor salientou a importância do resgate da função portuária da cidade. O caminho para o crescimento econômico seria o desassoreamento entre a Ilha e o continente, permitindo a entrada de grandes navios e a necessidade da construção de um grande porto na região continental. Sem essas condições Florianópolis continuaria com suas feições de atraso e com pouca articulação com a parte continental do município, um dinamismo essencial para o desenvolvimento urbano.

A cidade enfrentava o problema de muitas zonas vazias entre as povoações e esses problemas estruturais faziam com que apresentasse grande dispersão urbana. Essa condição desfavorecia a produtividade do trabalho e despendia com obras de expansão viária e de transporte. Em 1946, pouco mais de 25% da área urbana florianopolitana era “constituída por terrenos vacantes”, situação diretamente relacionada à especulação com a propriedade imobiliária (DIAS, 1948, p. 60-61 apud AREND, LOHN, 2013, p. 50).

Nesse quadro, não é de se estranhar a habitação como um problema fundamental da cidade. Através dos ofícios conseguimos apreender um pouco de como a temática estava chegando no poder público. Em um documento de 1955, redigido pelo prefeito recém eleito (1954) Osmar Cunha, do PSD, a prefeitura solicitava a doação de terreno estatal para a construção de casas populares. Nesse



documento ele enfatizou o problema da fragmentação da urbe e do processo de formação de "malocas" nos arredores da cidade:

E o resultado é a existência de grande número de núcleos esparsos da população, na cidade e arredores, localizados, predominantemente, nos morros, vivendo em miseráveis casebres, na mais pernicioso promiscuidade e desoladora condição de conforto e higiene².

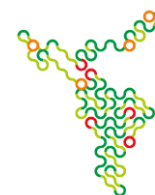
Conforme demonstrado no excerto do documento do prefeito Osmar Cunha, havia uma preocupação com as ocupações dos morros, que também configuravam um dos locais de população de baixa renda, mas esses eram ainda mais precarizados que o Estreito e Saco dos Limões, citados anteriormente. É provável que o projeto do prefeito era que as pessoas que moravam nos morros ocupassem as casas populares que queria construir em sua gestão, aplicando assim a lei municipal 105 de 1951. Provavelmente essa era uma tentativa de conciliar a necessidade de um modelo urbano para a cidade, em que os morros não faziam parte com o atendimento das demandas populacionais, causando mais popularidade com a sua gestão e possíveis futuros eleitores para o seu partido.

Sob a referida lei, ela foi criada em 1951, pelo prefeito da UDN, Paulo Fontes. Entre os artigos estabelecidos pela legislação, estavam a destinação de 3% da receita municipal para a construção de casas populares, que deveriam ocorrer preferencialmente em terrenos suburbanos, sua venda seria destinada apenas para quem não possuísse algum imóvel, a preço de custo e com o pagamento a vista ou em parcelas mensais com o prazo máximo de dez anos, sem juros³. Até o momento não há nenhuma indicação que essa doação de fato ocorreu e que a legislação foi colocada em prática, mas é importante pensar que o debate estava ocorrendo em nível municipal, e que não pôde passar ao largo das preocupações, pelo menos de algum modo, dos governante.

Porém, apesar da referida lei, não foi encontrada nenhuma informação sobre a execução dessas casas. Desse modo, os problemas gerados pela urbanização e crescente processo de exploração imobiliária são agravados pela quase nula responsabilidade dos poderes públicos com habitação popular. Como únicos responsáveis pela concessão e manutenção da moradia, estratégias de solidariedade como a construção coletiva de casas, foram traçadas entre os/as trabalhadores/as. Seu

² FLORIANÓPOLIS. Câmara Municipal. **Assistência Social**. 28 de fevereiro de 1955. Ofícios das Prefeituras Municipais para o Governo. Pasta 1955. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC).

³ FLORIANÓPOLIS. Lei nº 105, de 05 de outubro de 1951. **Dispõe Sobre Construção de Casas Populares**. Florianópolis, SC, Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/sc/f/florianopolis/lei-ordinaria/1951/11/105/lei-ordinaria-n-105-1951-dispoe-sobre-construcao-de-casas-populares?q=105>>. Acesso em: 15 out. 2017.



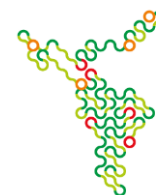
Higino, funcionário de uma madeireira do município, contou em sua entrevista como ocorria o processo de construção das casas dos trabalhadores do local. Quando um dos seus colegas ia construir sua casa, um grupo de 10 a 15 trabalhadores da madeireira deslocava-se até o local para auxiliar na construção. Essas atividades eram sempre exercidas nos finais de semana, momento que em tese seria destinado ao descanso e lazer⁴.

Desse modo, quais eram os locais que os(as) trabalhadores(as) da Companhia Hoepcke se estabeleciam na cidade? Visando compreender essa questão esse artigo analisou um livro de Registro de Funcionários que compilava trabalhadores(as) de duas das fábricas da empresa, sendo elas: Fábricas de Pontas e Fábrica de Gelos. Esse livro foi pesquisado no Instituto Carl Hoepcke e foi utilizado na empresa entre os anos de 1945 a 1960, aproximadamente. As informações contidas no livro são: número da carteira de trabalho, nome do(a) trabalhador(a), data de admissão, data e local de nascimento, local de residência, salário, cargo, informações de retiradas de férias e de acidentes de trabalho, além de, em quase todas as fichas, conter uma foto 3x4 do(a) funcionário(a).

São ao todo 144 fichas, 84 de homens e 60 de mulheres. Porém, algumas dessas fichas pertenciam ao mesmo trabalhador(a), por ter sido contratado e dispensado(a) mais de uma vez nas fábricas. Desse modo, entre os homens são 13 fichas e as mulheres 28 fichas que pertenciam ao um trabalhador(a) já admitido anteriormente pela empresa, tirando as fichas duplicadas do mesmo funcionário(a) contratado novamente, são 71 homens e 32 mulheres registrados no livro.

Como o recorte desse estudo está centrado na habitação, serão analisadas apenas as informações do local de moradia desses empregados(as). Para fins didáticos, foi separado o grupo masculino e feminino. Começaremos pelos homens, entre as 71 fichas de diferentes homens, 7 delas não informava a residência, dos 64 restantes o maior número morava na região continental. Trinta operários tinham como local de moradia principalmente o bairro Estreito, 23 situavam-se no distrito central e 11 nas margens periféricas desse distrito, em especial próximos ao maciço do Morro da Cruz. Dos 23 que moravam na parte mais urbanizadas, 3 eram moradores da vila operária. Desses 3 funcionários, 2 tinham data de admissão superior a 20 anos e 1 figurava entre os melhores remunerados do livro, esse ficou na empresa até se aposentar, conforme consta em sua ficha. O que tinha em comum entre os três era sua função: oficial das máquinas.

⁴ NOVAES, Higino Francisco. **O Olhar do Operário**. [ago, 2003]. Entrevistadora: Andréia Pacheco. Laboratório de História Oral - UFSC.

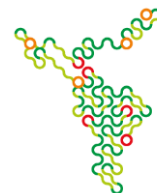


Já entre o grupo feminino, das 32 fichas 8 não identificava o local de moradia das trabalhadoras. Assim como os homens, a maior parte das mulheres residiam no Estreito, contabilizando 12 funcionárias. 7 viviam nas margens periféricas, como os bairros Saco dos Limões e Trindade. 5 residiam no distrito central e entre essas 3 moravam na vila operária. Dessas 3 apenas uma não teve mais de um registro computado, as outras duas tiveram 3 admissões cada uma. A função e salário não diferia entre as demais trabalhadoras.

Os estudos sobre vilas operárias demonstram que os critérios para locação de uma casa nas vilas tinham semelhanças. Uma família numerosa e mão-de-obra com alguma qualificação geralmente estavam associados aos requisitos à locação da casa. Para as empresas era importante ter próximo ao local de trabalho funcionários que soubessem resolver possíveis problemas com a produção e famílias extensas proporcionavam mão-de-obra disponível mais facilmente (BLAY, 1985, p. 175). Nesse sentido, os 3 trabalhadores operadores de máquinas eram figuras importantes na produção, a qualificação da mão de obra pode ter sido o critério de serem moradores da vila. O caso das trabalhadoras, pelo fato de serem temporárias, é provável que outros familiares trabalhassem nas fábricas e elas eram chamadas em períodos de maior produção.

A situação nas vilas operárias criava um vínculo entre contrato de trabalho e moradia, causando dupla instabilidade aos operários(as) e sua família. Essa condição podia reprimir as expressões de reivindicação e insatisfação desses(as) trabalhadores(as). José Sérgio Lopes (1988, p. 119) chama atenção para esse processo de interiorização da dominação por parte dos(as) operários(as) residentes nas vilas. Segundo o autor, ao focar exclusivamente no ponto da dominação, o papel da casa como aspecto importante dessa legitimação é negligenciado. Outras circunstâncias precisam ser analisadas para compreender a realidade do(a) trabalhador(a), como o valor de aluguel mais acessível, a proximidade do local de trabalho e manutenção da vila. O significado da moradia não se restringe ao econômico; esses locais estão permeados de laços de solidariedade, de conflitos e de sociabilidade.

O caso da vila da empresa Carlos Hoepcke não se enquadra no padrão mais clássico de vila operária isolada, com dependência quase total da fábrica, os(as) funcionários(as) tinham acesso à outras dinâmicas empregatícias. Essas pessoas residiam no centro da cidade, com aluguel acessível e próximo ao seu local de trabalho. Isso significava ter acesso a alguma infraestrutura e não levar horas no caminho de casa ao serviço. Ao meio das políticas urbanas e encarecimento de aluguéis da região central de Florianópolis, residir no centro da cidade acarretava um valor simbólico. Residir na vila



operária não era apenas estar submetido ao controle patronal, são muitos aspectos que poderiam se apresentar nessa relação.

Porém, conforme vimos através da amostra do Livro de Registro de Funcionários, a maioria dos(as) trabalhadores(as) residiam na parte continental da cidade, o bairro Estreito, e uma outra parcela em regiões periféricas ao distrito central. Para tentar elucidar as condições que essas pessoas passavam, nas entrevistas do Laboratório de História Oral da UFSC duas trabalhadoras da empresa relataram seus trajetos de casa ao trabalho. Uma delas, funcionária da Fábrica de Rendas e Bordados, residia no bairro Saco dos Limões, local relativamente próximo do centro de Florianópolis, porém, devido aos escassos horários de ônibus da linha que faria esse trajeto, precisava caminhar até o local de serviço todos os dias. Segundo seu relato, levava quase duas horas para chegar ao trabalho⁵. O outro caso, também trabalhadora da Fábrica de Rendas e Bordados e moradora do bairro Estreito, queixou-se da falta de transporte público na cidade. Não havia ônibus do seu bairro para o centro, apesar de a distância ser mais próxima do que o caso anterior, a ex-funcionária da fábrica de pregos contou que em dias de chuva era inevitável se molhar, tendo que muitas vezes permanecer com a roupa molhada durante todo o dia de trabalho⁶.

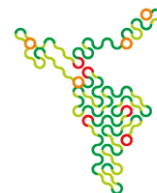
Desse modo, percebemos as dissonâncias entre um projeto de desenvolvimento urbano pautado no turismo e que negligenciava os próprios moradores. Esse pequeno estudo demonstra empiricamente onde as pessoas que trabalhavam na região central da cidade moravam e os problemas urbanos que enfrentavam. Em Florianópolis as questões de espacialização das desigualdades sociais estavam presentes e não ancoradas em uma lógica de produção, mas de uma capitalização do solo. Os projetos políticos de Florianópolis para a urbe, sempre mantendo os privilégios das elites locais, não pautaram-se na dinâmica da industrialização, mas em um projeto do turismo.

Referências

AREND, S. M. F; LOHN, R. L. Estado e populações pobres no Brasil: a espacialização da desigualdade social em Florianópolis - SC (décadas de 1930-1950). **Geosul**, Florianópolis, v. 28, n. 56, p 33-64, jul./dez. 2013.

⁵ ABREU, Adélia Vieira. **Trabalho da Fábrica de Rendas e Bordados Hoepcke de 1945-1950**. [ago, 2002]. Entrevistadora: Maria das Graças Santos Luiz Brightwell. Laboratório de História Oral - UFSC.

⁶ SILVA, Zulma Rosa. **Trabalho operário na Fábrica de Rendas e Bordados Hoepcke**. [jun, 2003]. Entrevistadora: Raquel Bertoncini Filomeno. Laboratório de História Oral - UFSC.



BLAY, Eva Alterman. **Eu não tenho onde morar:** vilas operárias na cidade de São Paulo. São Paulo: Nobel, 1985.

BOSSLE, Ondina Pereira. **História da industrialização catarinense:** das origens a integração no desenvolvimento brasileiro. 2. ed. Florianópolis: CNI/FIESC, 1988.

CRUZ, Carina Martins da. **A contribuição de alemães e descendentes para a formação sócio-espacial catarinense:** o caso da região metropolitana de Florianópolis (SC). 206f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. **Pontes para o futuro:** relação de poder e cultura urbana, Florianópolis, 1950 a 1970. 2002. 442 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, 2002.

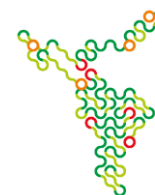
LOPES, Jose Sergio Leite. **A tecelagem dos conflitos de classe na 'cidade das chaminés'.** São Paulo: Marco Zero; [Brasília]: Ed. UnB, 1988.

MÜLLER, Max José. **Carl Hoepcke:** estruturador do desenvolvimento catarinense. Florianópolis: Insular, 2007.

PAIVA, Edvaldo; RIBEIRO, Demetrio; GRAEFF, Edgar. **Florianopolis:** Plano Diretor (1952). 1952.

PELUSO JÚNIOR, Victor Antônio. O crescimento populacional de Florianópolis e suas repercussões no plano e na estrutura da cidade. In: _____. **Estudos de Geografia Urbana de Santa Catarina.** Florianópolis: Editora da UFSC; Secretaria do Estado da Cultura e do Esporte.

VEIGA, Eliane Veras da. **Florianópolis:** memória urbana. 3. ed. rev. ampl. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 2010.



"REALIDADE VORAZ": TRABALHADORES E TRABALHADORAS FRENTE A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DO SISTEMA BANCÁRIO PÚBLICO (FLORIANÓPOLIS, DÉCADA DE 1990)

Conrado de Oliveira e Silva¹

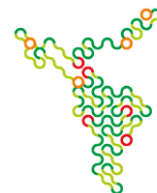
Resumo: O presente trabalho é o resultado de uma pesquisa historiográfica que teve como objetivo analisar de que modos os trabalhadores e as trabalhadoras do setor bancário público experienciaram o processo de reestruturação produtiva nos bancos públicos na cidade de Florianópolis/SC durante a década de 1990. As fontes históricas documentais utilizadas para a realização desta pesquisa foram às ações trabalhistas sob a guarda do Arquivo Geral do Tribunal Regional do Trabalho 12ª Região. Buscamos perceber como o modelo de acumulação flexível modificou completamente o setor e o serviço bancário, dando-lhe aparência completamente nova, tornando-o competitivo e internacionalizado, precarizando as relações de trabalho no setor com o desemprego estrutural, com as terceirizações, flexibilizando direitos historicamente conquistados e modificando suas condições e formas de trabalho. Analisamos as ações trabalhistas postuladas por trabalhadores e trabalhadoras bancários diretos ou terceirizados, buscando compreender como diante do processo de reestruturação produtiva, de demissão em massa e de flexibilização da norma legal, foram estes à Justiça do Trabalho reivindicando seus direitos.

Palavras-chave: Justiça do Trabalho; Reestruturação Produtiva; Terceirização.

Abstract: The present article is the result of a historiographical research that had as objective to analyze in which ways the workers of the public banking sector experienced the process of productive restructuring in the public banks in the city of Florianópolis/SC during the decade of 1990. The historical documentary sources used to carry out this research were the labor lawsuits under the custody of the General Archive of the Regional Labor Court 12ª Region. We sought to understand how the flexible accumulation model has completely changed the sector and the banking service, giving it a completely new appearance, making it competitive and internationalized, precarization the work relations in the sector with structural unemployment, outsourcing, flexibilizing rights historically won and modifying their conditions and ways of working. We analyze the labor actions postulated by direct or outsourced bank workers, trying to understand how before the process of productive restructuring, mass dismissal and flexibilization of the legal norm, were these to the Labor Court claiming their rights.

Key-words: Labour Justice; Productive Restructuring; Outsourcing.

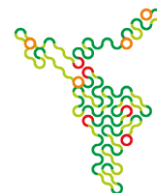
¹ Graduado em licenciatura em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Mestrando em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).



As dinâmicas e as formas pelas quais se organizam a produção e as relações de trabalho na atual etapa do capitalismo tem se modificado nas ultimas décadas desde os anos 1970. Na dinâmica das diversas economias globais interconectadas por sistemas de informação em distancias e um leque de novas tecnologias, o fluxo de capital tem sido cada vez mais intenso e veloz através do globo, ainda mais com o gradual aumento do uso de transferências de capitais não vinculados a um lastro. Este novo momento da economia capitalista tem feito com que os detentores de capital tenham maior interesse em dinâmicas flexíveis e pouco restringidas ou regulamentadas, visto que com o rápido fluxo de informações e a facilidade de transferência de capital os investimentos e a produção buscam as condições mais favoráveis ao seu lucro, deslocando-se ou re-configurando-se de forma a melhor explorar dadas situações.

Em um mundo cada vez mais conectado entre si¹ e que busca cada vez maior mobilidade e agilidade a palavra de ordem dos interesses centrais do capitalismo é a queda de qualquer barreira ou empecilho a livre ação e deslocamento dos capitais. Ou seja, o enfraquecimento ou o fim de qualquer política social de Estado, tanto de combate a pobreza e a desigualdade, a previdenciárias e auxilio medico, mas também as leis trabalhistas e as normas garantidoras de direitos e estabilidade. Estas posturas flexibilizadoras e precarizadoras de direitos e conquistas sociais se condensam como discurso político sobre a forma do neoliberalismo, proposta política propagandeada desde a década de 1960 e muito associada ao discurso favorável à globalização, buscando a abertura dos mercados para os capitais e a redução da participação do Estado na economia para facilitar suas operações. Políticas propagadas como benéficas pelos países centrais do capitalismo, em muitos casos colocadas como inexoráveis, e em muitas vezes se tornaram à medida que foram implantadas em uma diversidade de países em desenvolvimento ao redor do mundo de forma unilateral, como contra partida ao acesso de fundos de empréstimo através do Fundo Monetário Internacional (FMI), oferecidos a países em necessidades econômicas e historicamente explorados pelo centro do

¹ Não que ele já não fosse assim de diferentes formas. A ideia propagada pelo discurso da globalização faz parte de processos históricos muito maiores e muito mais amplos, o mundo pode ser compreendido como interconectado nas mais diversas épocas de nossa história e as navegações europeias a partir do século XV, consideradas como as origens do mundo onde vivemos pelo discurso da globalização, não são os únicos processos que podem ser vistos dessa forma, como afirma o historiador Frederick Cooper (2001) o império mongol pode ser visto da mesma forma, como uma conexão entre o ocidente e o oriente e entre uma diversidade de perspectivas através de rotas de comércio e troca de produtos e conhecimentos.



capitalismo através do colonialismo e do imperialismo, como é o caso da América Latina durante a década de 1970², sendo a ditadura militar chilena de Augusto Pinochet elegida como laboratório de teste ideal para as políticas neoliberais³.

Segundo o economista francês François Chesnais⁴, a globalização como ideário a ser atingido se consolidou apenas na década de 1970, porém sem abandonar completamente suas origens imperialistas⁵, apenas as revestindo sobre um novo discurso, utilizando-se de termos que mascararam sua real intenção como: “libertação”; “inserção”; “integração” ou até mesmo “solidariedade”. Esta ideia se originou nas escolas de administração (*Buisness Schools*) norte-americanas e rapidamente foi adotada pelo discurso político neoliberal. Para as corporações econômicas, este novo mundo global se constituía como sem fronteiras (*borderless*) e sem nacionalidade (*stateless*). A globalização é a expressão das forças do mercado liberadas dos entraves e barricadas levantadas durante o século XX, permitindo que as empresas possuam absoluta liberdade de movimento em todos os meios da vida social com economias liberalizadas e desregulamentadas, guiando-se exclusivamente pela melhor valorização do capital privado⁶. Nas palavras da socióloga Aldaiza Sposati⁷, a globalização vendida como ideal de unidade e integração, costuma causar desemprego, redução salarial, combate aos sindicatos, desestruturação de legislações trabalhistas e sociais, em geral um enfraquecimento das instituições sociais que dão suporte a soberania e autonomia dos Estados-nação e de sua população.

Conforme Casanova⁸ e Wallerstein⁹, outro fator que levou a grande propagação do neoliberalismo a partir da década de 1970 é a crise do petróleo de 1973, que encerrou a fase do “acordo” tripartite, entre Estado, empregadores e empregados, que marcou o modo de produção fordista e o capitalismo keynesiano durante grande parte do século XX, gerando grande expansão e lucratividade para capitalismo nas décadas anteriores¹⁰. Inaugurava-se um período recessivo que combinou baixas taxas de crescimento e altas taxas de inflação, influenciadas pela sobretaxação do

² CASANOVA, 2000, p. 46-63.

³ COMBLIN, 1999, p. 51-57.

⁴ CHESNAIS, 1996.

⁵ SPOSATI, 1997.

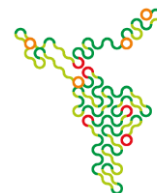
⁶ CHESNAIS, 1996.

⁷ Idem.

⁸ Idem, p. 46-63.

⁹ WALLERSTEIN, 2000, p. 223-250.

¹⁰ HARVEY, 2009, p. 121-134.



preço do barril de petróleo por parte da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). A consequência foi à queda da taxa de lucro nos países centrais do capitalismo, que repassaram o ônus da crise aos países periféricos já endividados.

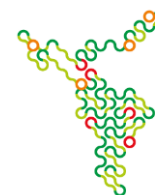
Além de profundos impactos na economia mundial e na forma de gerir e investir os capitais, após a crise de 1973 se iniciou uma paulatina modificação dos modos de se produzir, reestruturando e adequando estes as novas tendências mundiais. Conforme Harvey¹¹, já na década de 1960 o fordismo passava a perder seu vigor. Com a queda da lucratividade, as desvantagens de uma produção pouco flexível geradas pelas instabilidades econômicas do pós-1973, a presença de diversas linhas de produção ociosas e diversos novos mercados a serem mais incisivamente explorados, bem como as novas tecnologias e a automação, tornaram o método fordista obsoleto, assim os modos de produção e gestão de capitais se inseriram no amplo processo de reestruturação econômica e reajuste sociopolítico que o mundo como um todo passou durante as décadas de 1970 e 1980.

Diante desta nova perspectiva de uma economia cada vez mais globalizada e rapidamente afetada pelas variações do mercado internacional que o sistema financeiro brasileiro busca reestruturar-se em busca de maior competitividade a nível internacional. Novas tecnologias como os caixas eletrônicos, os sistemas computadorizados e outras ferramentas que possibilitam a realização de operações bancárias remotamente pelo telefone ou pela internet começam se difundir nos bancos brasileiro buscando uma maior eficiência e redução de custos com postos de trabalho substituídos por estas tecnologias. Os bancos públicos brasileiros agora sobre mira das políticas neoliberais que buscam privatiza-los argumentando sua ineficiência e prejuízo aos cofres públicos¹² pela não total adequação as novas práticas flexíveis, vem-se obrigados pelos governos estaduais e federal a reestruturar-se e realizar um saneamento de sua estrutura, guiando-se pelo princípio empresariais do *Just in time* e da *Lean production* buscam enxugar sua estrutura e seus gastos, readequando seu quadro de funcionários e buscando tirar destes o máximo de sua produtividade, mesmo que isto venha as custas da precarização do trabalho.

Os bancos públicos brasileiros durante a década de 1990 passam modificar suas estrutura de atuação, externalizando muitas funções para os correspondentes bancários, como casas lotéricas que

¹¹ Idem, 2009, p. 135-162.

¹² Muitos dos bancos públicos estaduais possuíam grandes dívidas e dinâmicas de arrecadação e geração de recursos pouco eficientes, pois eram comumente utilizados por seus governadores como ferramenta para a tomada de empréstimos que nunca eram pagos novamente aos bancos que eram obrigados a contrair para si a dívida de suas administrações estaduais. LUZ; VIDEIRA. 2009, p.6-7. SILVA, 2006, p. 85-91.



passam a poder realizar algumas formas de pagamento e depósito, e reorganizando-se para mudar o seu foco institucional principal do atendimento de serviços bancários diversos e básicos para a população geral para a venda de produtos e planos de aplicação e investimento direcionados as classes medias e altas.

A década de 1990 é marcada em Florianópolis pela mobilização serviço público e de movimentos sociais em defesa do Banco do Estado de Santa Catarina (BESC) que esteve durante todo este período sobre fortes ameaças de privatização, passando por uma série de políticas precarizadoras do emprego e dos direitos trabalhistas de seus funcionários e funcionárias. Acerca dos impactos destas políticas podemos observar no relato de uma trabalhadora bancária:

antes, porém, dada a amplitude da controvérsia instaurada neste feito, vale tecer breves comentários acerca das nefastas consequências que o processo de privatização acarretou no âmbito das relações de trabalho entre as instituições financeiras e seus empregados, como consequência de uma política neoliberal implementada pelo governo Federal.

Nesse contexto, aparenta-se visível a intensificação do trabalho e instabilidade do emprego no cotidiano bancário, porquanto programas de reorganização do trabalho destinam-se a converter os bancos que se mantêm estatais em empresas lucrativas, atraentes ao capital privado transnacional.

Dominados pela lógica privada de gestão e seguindo as tendências da reestruturação nos sistemas bancários de países capitalistas, esses bancos estatais intensificam inovações tecnológicas, sofisticando seus produtos e serviços para venda a uma clientela segmentada segundo critérios de renda ou patrimônio financeiro, deslocando o foco de suas atividades para os negócios.¹³

É nesta mentalidade que os representantes do setor financeiro privado e público argumentam a inexorabilidade das mudanças e das novas práticas relacionadas a administração, requerendo que seus empregados as compreendam e as aceitem, independente de quais sejam os impactos e consequências sobre o seu próprio trabalho. Bancos públicos como a Caixa Econômica Federal reproduzem o discurso das instituições financeiras privadas transnacionais, segundo o qual estas medidas são necessárias e inevitáveis, muitas vezes sendo inclusive argumentadas como um mal menor para evitar consequências ainda maiores da não adequação, como abaixo podemos observar no texto de defesa de uma peça processual impetrada junto a Justiça do Trabalho:

aliás, em tempos de grandes alterações no cenário econômico nacional, onde a palavra de ordem é globalização e realinhamento do foco para os resultados dos negócios, essa mudança organizacional deve estar amparada por todo o corpo funcional que em seu fim maior é quem determina o sucesso ou insucesso de qualquer modelo de gestão. Mister se faz a

¹³ Ação Trabalhista nº 4710 – 2006, folha 68.



conscientização do corpo funcional, de maneira que os próprios empregados se envolvam e se responsabilizem, possibilitando desta forma a manutenção do emprego, objetivo maior¹⁴.

Vinculadas a esta reestruturação do sistema capitalista de produção, estão associadas novas formas muito mais flexibilizadas de contrato de trabalho¹⁵, quais sejam: a diminuição do trabalho regular e sua substituição progressiva por modalidades trabalho em tempo parcial, trabalho temporário, subcontratação e as formas cada vez mais recorrentes do trabalho informal, ilegal ou desprotegido. Mesmo entre os empregados regulares é cada vez mais comum à presença de novas dinâmicas de trabalho, como a jornada móvel e variável, que reduz o número de horas trabalhadas em períodos de pouca demanda, mas as aumentam em períodos de maior fluxo de negociações onde a produção ou a prestação de serviços são mais requisitadas. O sistema financeiro não apenas absorve os novos modelos flexíveis, como se torna constitutivo, aumentando a duração e a velocidade do trabalho nos períodos do mês onde as transações e operações são mais intensas¹⁶.

Uma das modalidades de trabalho mais propagadas pela reestruturação produtiva flexível é a terceirização, a deleção da realização atividades e processos para outras empresas e seus empregados, mesmo que estes trabalhem na sede da empresa que contrata os serviços terceirizados. A terceirização é uma forma comumente utilizada pelas empresas para baratear custos, visto que facilita a dinâmica administrativa da empresa ao mesmo tempo em que externaliza-se qualquer custo e ônus com a relação de trabalho, já que o trabalhador terceirizado não possui vínculo com a empresa a qual presta serviços e esta não tem qualquer responsabilidade para com estes, os trabalhadores terceirizados podem ser removidos para outros postos de trabalho a qualquer momento e possuem vínculos de trabalho muito mais frágeis do que qualquer funcionário diretamente contratado^{17 18}. A terceirização das atividades bancárias se deu de diversas formas no Brasil, tanto através da prestação de serviços por outras empresas, quanto pela contratação de funcionários autônomos como Pessoa Jurídica, ou pela utilização de estagiários como força de trabalho especializada e barata¹⁹.

¹⁴ Reclamatória Trabalhista número 316 de 1999, folhas 44.

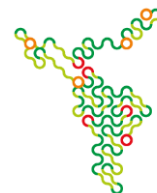
¹⁵ Harvey frisa que estes novos arranjos de emprego flexível não criam por si mesmas fortes insatisfações trabalhistas, visto que em alguns casos a flexibilidade pode ser mutuamente benéfica. É na realidade estas associadas à flexibilização das garantias e dos direitos sociais e trabalhistas que causam insegurança e prejuízos aos trabalhadores e trabalhadoras, deixando-os desamparados perante o capital voraz por utilizar-se de qualquer brecha e oportunidade para maximizar seus lucros e minimizar suas despesas, transferindo-as para os trabalhadores e trabalhadoras através destas flexibilizações (HARVEY, 2009, p.144).

¹⁶ HARVEY, 2009, p. 117-162.

¹⁷ TELLES, 1996, p.99-100.

¹⁸ MOURA, 2015, p. 302-307.

¹⁹ DIAS, 2011, p.6



Ao terceirizar uma atividade os bancos públicos utilizam-se de uma mão de obra enquadrada em categorias gerais de trabalho, argumento utilizado em muitos casos pela empresa para distanciar-se e negar a relação de trabalho ao afirmar que tal categoria nem existe em seus quadros de funcionários. Quando muitas vezes o trabalho terceirizado é utilizado para realizar atividades que já foram ou ainda são atividades centrais do cotidiano da empresa, apenas precarizadas e flexibilizadas, com salários menores e sem o acesso a direitos garantidos para certas categorias bancárias²⁰. Em muitos casos trabalhadores e trabalhadoras terceirizados dividem os espaços e atividades de trabalho com trabalhadores diretamente contratados pelos bancos dentro dos estabelecimentos desta instituição, sendo diferentes apenas na disparidade de benefícios e direitos trabalhistas aos quais tem acesso²¹.

Trabalhadores e trabalhadoras terceirizadas em diversos momentos contestam esta lógica e se colocam de forma contrária a ela, como podemos observar na perspectiva de uma trabalhadora de terceirizada dentro da Caixa Econômica Federal:

É de se prever, no entanto, que ocorram resistências de parte daqueles que ainda querem persistir em atividades já consideradas anti-jurídicas e anti-sociais. Assim, é que se proliferam empresas “prestadoras de serviço”, que na verdade, são empresas locadoras de mão-de-obra, cujo objetivo é propiciar, às locatárias fugir “às imposições de uma tutela especial de trabalho e obterem sem compromisso mão-de-obra a preço inferior”²².

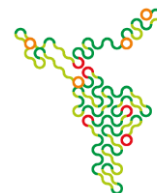
Justamente por estas características e pelo total descaso e precarização do trabalho terceirizado bancário quando em comparação ao trabalho bancário direto, que é pedido comum entre as ações trabalhistas e pauta comum na luta pelos direitos dos terceirizados a busca pelo direito a responsabilidade subsidiária da contratadora dos serviços, que caso a empresa terceirizada não possa arcar com os direitos e as verbas trabalhistas de seus empregados seja responsabilidade da tomadora de serviços para fazê-lo, isso se deve ao fato de ser muito comum constatar nos processos trabalhistas que os representantes das empresas terceirizadas geralmente desaparecem e abrem falência de suas empresas após o fim do contrato de licitação de prestação de serviços²³. Bem como o pedido frente à

²⁰ Idem, 2011, p.17

²¹ MOURA; PRAXEDES. 2015, p. 308.

²² Ação Trabalhista nº 1906/1999, p.8. Neste trecho a autora e seu representante legal se fundamenta no trabalho intitulado *O Regime de Trabalho Temporário* da jurista Isis de Almeida. (ALMEIDA, Isis de. 1997, p.4)

²³ É comum observar que muitas das empresas terceirizadas prestadoras de serviços desaparecem ou alegam não possuir capital para pagar seus funcionários após o fim do contrato de licitação, sendo muito raro seus representantes sequer aparecerem nas audiências marcadas pela justiça para fornecer algum esclarecimento ou para apresentar-se a estas,



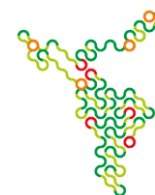
justiça de equiparação profissional, que sejam reconhecidos como se fossem contratados diretamente pelo banco, gozando dos mesmos direitos que seus empregados que realizem a mesma função, pedido na imensa maioria que é rejeitado pela Justiça do Trabalho, não sendo reconhecido por esta o vínculo de emprego destes e destas trabalhadoras mesmo que elas trabalhem lado a lado com funcionários diretos dos bancos desempenhando as mesmas funções. É contra as injustiças realizadas pela prática massiva da terceirização e contra o descaso do poder público e do judiciário em reparar os danos sofridos, que uma trabalhadora terceirizada em bancos afirma:

Chega de superprivilegiar o administrador que não cumpre com a lei. Chega de exploração. Chega de trabalhador exercendo funções iguais, com o mesmo zelo e dedicação, ocupando e desenvolvendo o cargo e explorando. O benefício/recebimento da mão de obra foi recebido pelo órgão público, então nada mais justo do que a indenização correspondente²⁴.

Outra maneira em que os bancos públicos buscaram reduzir seus gastos com pessoal pela reestruturação do seu quadro de funcionários foi a adoção de programas de demissão incentivada (PDI) ou de demissão voluntária (PDV), onde os funcionários em sua maioria mais velhos e com diversos anos de trabalho para a instituição eram incentivados a requer sua demissão, abrindo mão de todos os seus direitos a estabilidade e garantias como servidor público em troca de uma indenização financeira. Entretanto, estes programas nunca se apresentavam de forma clara, comumente as administrações dos bancos públicos como o BESC faziam correr pelos corredores da empresa o boato de seria aberto um novo Programa de Demissão Incentiva, mas que não existiam garantias de que haveriam outros após estes ou que suas contrapartidas financeiras de indenização não seriam tão vantajosas. Os trabalhadores bancários muitas vezes já desgastados por anos de práticas flexibilizadoras e precarizadoras da relação de trabalho, como a imposição da realização de no mínimo duas horas extras além da jornada convencional de seis horas diárias dos bancários, em muitos casos não remuneradas corretamente como horas extras, a intensificação do ritmo de trabalho e do grau de exigência, que comumente ocasionavam aos trabalhadores e trabalhadoras bancários doenças psicológicas ou físicas assim como a Lesão por Esforço Repetitivo (LER), pesavam como fatores que levaram grandes números de trabalhadores e trabalhadoras dos bancos públicos em

geralmente não é possível nem encontrar alguém que as represente e receba a notificação judicial. Pode-se compreender esta prática como mais uma forma de evadir-se de responsabilidades trabalhistas, desaparecendo e criando outra empresa em outro lugar com capital, deixando o ônus da precarização e flexibilização para os próprios trabalhadores que as sofreram, constituindo-se assim como dupla exploração.

²⁴ Posicionamento de uma trabalhadora terceirizada contrário à tentativa de desobrigação quanto a direitos trabalhista por parte de instituição financeira federal pública. Ação Trabalhista nº 4244/1997, folha 293.



Florianópolis a desistirem da carreira que haviam seguido durante anos a fio e o abandono de um vínculo de emprego estável em um período de grande recessão econômica e desemprego pois não conseguiam mais suportar a rotina de trabalho exaustiva e precarizada que levavam, para muitos trabalhadores e trabalhadoras bancárias o PDI se constituiu como esperança por dias melhores, pela busca do descanso merecido na aposentadoria após longos anos de trabalho, ou na busca por um novo emprego que lhes possibilitassem a realização pessoal e melhores condições de trabalho as quais seus velhos empregos não mais conseguiam prover-lhes.

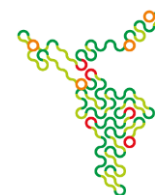
Os sistemas de bancos estaduais que em 1996 existiam com 134 mil trabalhadores em 3.899 agências poucos anos depois em 2001 reduziu-se para 40.367 trabalhadores e 1.507 agência. Os Programas de Demissão Incentivada ou Voluntária tiveram parte importante neste processo redução de custos fixos com pessoal, retirando bancários e bancárias concursados e estáveis, por meio da pressão e da drástica precarização dos ambientes e das condições de trabalho anteriormente experienciadas. Os bancários e bancárias viram-se gradualmente em um processo global que buscava a todo custo desconstruir seus direitos e conquistas históricas, formados a partir de décadas de luta e mobilização coletiva, nivelando para baixo cada vez mais as condições de trabalho e os direitos de todos e todas as trabalhadoras brasileiras. Viram seus trabalhos substituídos por máquinas e sistemas eletrônicos que os tornaram obsoletos e aos quais não buscaram adapta-los²⁵. Podemos observar tais fatos a partir do que trazem BESSI e GRISCI:

Dentro desse contexto e alimentados pelo sentimento de que a gerência não compartilhava de seu sofrimento, a adesão ao PADV por parte dos sujeitos visava, em especial, ao abandono de um ambiente considerado como gerador de pressão e de estresse, tomado como um ambiente onde imperava a falta de valorização dos funcionários por parte da gestão de pessoas. O sofrimento que o PADV acarretou aos sujeitos está ligado à tomada de consciência de serem substituíveis e à percepção de que seus talentos e potencialidades não eram considerados²⁶.

Estes trabalhadores e trabalhadoras deste setor frente à incerteza da manutenção de seu emprego e clara precarização deste, viram em muitos casos como única solução a renúncia a seus direitos, vendendo-os por uma indenização sobre a qual não possuíam qualquer participação. Agarrando-se a tudo que restava da vida que conheceram por anos e preferindo lançar-se a incerteza

²⁵ BESSI; GRISCI. 2003, p. 1-15.

²⁶ Idem, p. 13.



de novos projetos e novas experiências em um mercado de trabalho voraz e precário, mas em busca de algo melhor do que lhes esperava se continuassem onde estavam. Ainda nas palavras de BESSI e GRISI:

Os novos modos de trabalhar bancário (re)constroem uma categoria fragmentada, onde as relações são permeadas pela individualidade. Os sujeitos que aderiram ao PADV preferiram a condição de desemprego, ainda que temporária, por terem dificuldades de consumirem a subjetividade produzida pela empresa. O PADV é, desta forma, percebido pelos sujeitos como uma oportunidade de realização de seus sonhos, de (re)encontro com o sentido que o trabalho um dia lhes proporcionou. Sentido esse que foi afetado pelos novos modos de trabalhar e de gestão²⁷.

Aqueles que saíram foram prontamente substituídos por trabalhadores e trabalhadoras terceirizados, que somaram-se com o tempo e passaram a ser mais predominantes que os bancários e bancárias com vínculos diretos e relações de pertencimento com a categoria e com a instituição. Estes novos trabalhadores viram-se realizando as mesmas funções desempenhadas por aqueles que substituíram, porém a partir de suas próprias experiências, permeadas por condições ainda mais precárias, onde o desamparo, a injustiça, os baixos salários e a certeza de serem descartáveis se faziam ainda mais presentes²⁸.

Podemos perceber de que modo esta experiência afetou de forma negativa os trabalhadores e trabalhadoras do setor bancários público a partir do relato de uma destas trabalhadoras:

Induzida pela realidade voraz vivenciada no cotidiano do ambiente de trabalho, a autora, indubitavelmente, foi mais uma vítima do malfadado processo de privatização implementado pelo governo Federal²⁹.

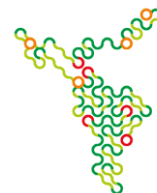
Assim, através da análise dos processos jurídicos conseguimos compreender que a experiência vivida em seus processos de mediação, negação, resistência e formação em seus diversos espaços de prática, forma identidades, que podem ser das mais variadas naturezas, de classe, de raça, de gênero, de lugar de origem, de geração, de normalidade e de capacidade. Deste modo a experiência da precarização social e do trabalho e da flexibilização de direitos podem também ser compreendidas como uma experiência vivida e compartilhada entre os sujeitos que por ela se constituem. Como nos afirma o sociólogo Giovanni Alves acerca da reestruturação produtiva:

O que conseguimos apreender é que a reestruturação capitalista no Brasil sob a era neoliberal constituiu, no decorrer da década passada, uma nova morfologia social de

²⁷ Idem, p. 14.

²⁸ SANCHEZ, 2006.

²⁹ Ação Trabalhista nº 04710 – 2006, folha 70.



acumulação capitalista baseada na “lógica da redundância do trabalho vivo” (instaurada, seja por meio de cortes de pessoal, seja por meio da contratação precária). Nessa perspectiva, torna-se necessário apreender as novas “experiências da precarização do trabalho” – “experiência percebida” e “experiência vivida”, processos dialeticamente articulados, que se impõem aos sujeitos/agentes assalariados em processo de reestruturação³⁰.

A precarização e flexibilização do trabalho trazidas pela reestruturação produtiva do sistema financeiro público marcaram a vida dos diversos agentes sociais que a experienciaram, fazendo-lhes experienciar situações que lhes levaram a seus limites, atacaram seus direitos e conquistas historicamente atingidas, instaurando a insegurança e a incerteza como ordem do dia, modificando permanentemente a forma como aqueles que permaneceram e os outros que vieram no futuro experienciaram o trabalho bancário na cidade de Florianópolis.

Fontes históricas analisadas:

Fontes históricas pertencentes a região das cidades de Florianópolis, São José e Palhoça, armazenadas no SEDIG - Serviço de Digitalização e Guarda de Documentos do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região.

Ação trabalhista nº 316 de 1999.

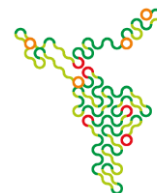
Ação Trabalhista nº 1906 de 1999.

Ação Trabalhista nº 4244 de 1997.

Ação Trabalhista nº 4710 de 2006.

Referências:

³⁰ ALVES. 2009, p. 196.



ALVES, Giovanni. **Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil neoliberal** – Precarização do trabalho e redundância salarial. Rev. Katál. Florianópolis v. 12 n. 2 p. 188-197 jul./dez. 2009, p. 196.

BESSI, Vânia Gisele; GRISCI, Carmen Ligia Lochins. **Daqui pra frente vai ter que ser diferente: Programa de Apoio à Demissão Voluntária em Tempos de Reestruturação Produtiva do Trabalho Bancário**. Enanpad: 2003.

CASANOVA, Pablo Gonçalves. Globalidade, neoliberalismo e democracia. In GENTILI, Pablo (org). **Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial**. Vozes. Petrópolis-RJ, 2000.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. Tradução Silvana Finzi Foâ. São Paulo: Xamã, 1996.

COMBLIN, José. O neoliberalismo: ideologia dominante na virada do século. Petrópolis-RJ, Vozes, 1999.

COOPER, Frederick. **What is the concept of globalization good for? An african historian's perspective**. African Affairs (2001), 100, 189-213.

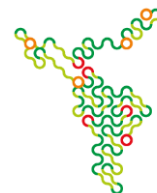
DIAS, Ana Patricia. **O trabalho terceirizado: a estratégia do capital que fomenta cisão entre os trabalhadores**. 2011, p. 1-21.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. Tradução Adail Ubirajara Sobral; Maria Stela Gonçalves. Editora Loyola. São Paulo, 2009.

LUZ, Ivoir; VIDEIRA, Sandra L. **A privatização dos bancos estaduais no Brasil**. 2009.

MOURA, Francisco Ercílio; PRAXEDES, Antonio Torquilha. A terceirização como fator de desigualdade formal entre trabalhadores e como mecanismo de fragilização da relação de trabalho. v. 4, n. 41, 2015.

SANCHEZ, Ana Tercia. **Terceirização e terceirizados no setor bancário: relações de emprego, condições de trabalho e ação sindical**. Dissertação de mestrado, São Paulo, 2006.



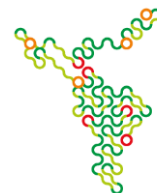
SILVA, José Carlos da. **A Reestruturação Produtiva no Setor Bancário em Santa Catarina.**

Revista de Ciências da Administração – v.4, n.08, jul/dez 2002.

SPOSATI, Aldaiza. Globalização: um novo velho processo. *In* DOWBOR, Ladislau.

TELLES, Vera. **Pobreza e cidadania:** precarização e condições de vida. *In* MARTINS,

WALLERSTEIN, Immanuel. A reestruturação capitalista e o sistema-mundo. *In*



AS FONTES JUDICIAIS COMO MATERIAL DE PESQUISA PARA HISTÓRIA: OS PROCESSOS DE ACIDENTES DE TRABALHO E AS DOENÇAS PROFISSIONAIS

Bruno Mandelli¹

Resumo: Este artigo faz um balanço da importância que as fontes judiciais têm crescido nas últimas décadas nas pesquisas para a História Social, em especial envolvendo assuntos relacionados ao mundo do trabalho. Desde as instituições jurídicas e seus modos de funcionamento, passando pela história do cotidiano dos trabalhadores e das suas lutas por direitos, bem como das variadas concepções em torno das leis, dos direitos e da justiça, as fontes jurídicas fornecem um rico material para análise do historiador. Além disso, o artigo problematiza a questão da pesquisa nos arquivos judiciais, em especial dos processos de acidentes de trabalho, como uma fonte jurídica que possui especificidades jurídicas e legais que devem ser levadas em conta pelo pesquisador.

Palavras-chave: fontes judiciais; História Social; acidentes de trabalho.

JUDICIAL SOURCES AS RESEARCH MATERIAL FOR HISTORY: THE PROCESSES OF OCCUPATIONAL ACCIDENTS AND OCCUPATIONAL DISEASES

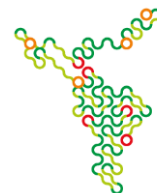
Astract: This article takes stock of the importance that the judicial sources have grown in the last decades in the researches for Social History, especially involving subjects related to the world of work. From legal institutions and their modes of operation, to the history of workers' daily lives and their struggles for rights, as well as the varied conceptions surrounding laws, rights and justice, legal sources provide a rich material for the analysis of the historian. In addition, the article problematizes the question of the search in the judicial archives, especially of the labor accident processes, as a legal source that has juridical and legal specificities that must be taken into account by the researcher.

Keywords: judicial sources; Social History; accidents.

Introdução

É fato que o interesse despertado pelas chamadas questões judiciais têm crescido de maneira ampla nas ciências humanas nas últimas décadas, em especial a História em seu campo de pesquisa que mais têm desenvolvido pesquisas envolvendo aspectos do terreno jurídico: a História Social.

¹ Mestrando do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, bolsista CNPq.



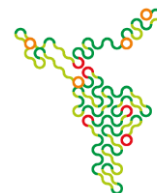
Sabemos enquanto historiadores, ou, pelo menos, fomos ensinados durante nossos cursos que o documento não pode ser levado ao pé da letra, como uma prova que guarda uma verdade irrefutável. A tendência ao se agir dessa maneira, quase sempre, é da possibilidade de encontrar uma afirmação diametralmente oposta àquela que encontramos em algum lugar. Se somos levados pelos ofícios da profissão à busca por rastros do passado através dos documentos, é preciso lembrar, contudo, tal como observou Carlo Ginzburg que “o conhecimento histórico é indireto, indiciário, conjectural” (GINZBURG, 1989, p. 157).

Nessa acepção que os historiadores sociais têm feito uso da pesquisa nos documentos judiciais nos últimos anos, com uma ampla gama de temas e de problemáticas de pesquisa: desde as instituições jurídicas e seus modos de funcionamento, passando pela história do cotidiano dos trabalhadores e das suas lutas por direitos, bem como das variadas concepções em torno das leis, dos direitos e da justiça (GOMES; SILVA, 2012, p. 26). Todas essas representações abarcam atores dos mais variados matizes sociais que entram nas fontes judiciais de formas distintas: escravos, indígenas, os chamados “trabalhadores livres”, homens e mulheres anônimos que entram em cena diante de algum conflito, ou exigindo a aplicação de determinada norma ou costume para defesa de um direito.

Talvez, não fosse a aparição inesperada em algum processo judicial de um crime, um roubo, ou talvez um processo de acidente de trabalho (que será o foco do presente estudo) - em que o trabalhador entra contra seu patrão na defesa de um direito -, esses milhares de trabalhadores e trabalhadoras ficassem no anonimato da história. Como exemplo da importância do estudo dessas fontes, Chalhoub afirma que até o século XIX, praticamente todos os crimes de homicídio aconteciam entre relações de pessoas que se conheciam ou de parentesco muito próximo: vizinhos, briga entre senhores e escravos que resultavam em mortes em ambos os lados, não raro ocorriam no interior de comunidades pequenas, o que informavam “um momento de crise profunda em uma comunidade”.¹

No caso dos processos de acidentes de trabalho, a partir da lei de 1919, foi verificado através dos autos que as relações conflitivas que aparecem em um processo são, na maioria dos casos, entre pessoas conhecidas, talvez muito próximas: um operário acidentado que conta com o depoimento de outros companheiros de trabalho que afirmam terem presenciado o acidente; o relato do perito médico pelo qual o trabalhador passou para comprovar sua incapacidade temporária ou permanente; o

1 CHALHOUB, Sidney. *O Conhecimento da História, o Direitos à Memória e os Arquivos Judiciais*. Fonte: http://www.trt4.jus.br/ItemPortlet/download/8534/O_conhecimento_da_historia%2C_o_direito_a_memoria_e_os_arquivos_judiciais.pdf. Acesso em 15/01/2018.



Delegado de Polícia que era responsável pela lavratura dos autos no caso do acidente de trabalho; o patrão/empregador que se empenha na comprovação do trabalhador não ter se acidentado no local de trabalho, mas fora dele, com o objetivo de não pagar a indenização devida. São todas relações sociais que se desenrolam em um espaço e de vivência que geralmente se resume a um mesmo município, não raro um mesmo bairro.

Nesse sentido que o arquivo judiciário remete a um elemento conflitivo: os conflitos latentes escondidos entre as malhas da ordem social emergem muitas vezes de forma desordenada nos emaranhados de um processo judicial, cabendo ao historiador a tarefa de juntar os fragmentos “soltos” nos arquivos.

Por esse caminho que a pesquisa nos arquivos judiciais emerge com o objetivo dos pesquisadores iluminarem a experiência dos trabalhadores e trabalhadoras em aspectos que não haviam sido abordados, como destaca Chalhoub: “o cotidiano nas fábricas, as relações de sociabilidade no botequim, as relações de amor dos trabalhadores e etc.”² Assim, parte-se do pressuposto de uma necessária ampliação dos horizontes de pesquisa sobre a participação dos trabalhadores na construção da sociedade, além da ampliação da perspectiva antes centrada no binômio Rio/São Paulo, a história operária também foi “alargando suas fronteiras para outras regiões do país” (CHALHOUB; SILVA, 2009, p. 12).

Na esteira desse debate, a capacidade de fazer história dos trabalhadores para além do movimento operário organizado (porém sem desprezar essa dimensão da análise), e em outras regiões do país – nessa pesquisa em andamento sobre os trabalhadores e trabalhadoras do carvão na região carbonífera de Criciúma – contribui sobremaneira para que novos temas de pesquisa emergjam, e para que consigamos compreender uma multiplicidade de sociabilidades e culturas fabris.

Os arquivos judiciais e os processos como fontes para História Social

Já afirmou-se que “o arquivo judicial é específico” (FARGE, 2009, p. 10). Mas em que exatamente consiste esta especificidade, ou no que se difere das demais fontes históricas? Um dos fatores levantados por Arlette Farge em *O Sabor do Arquivo* (2009) que trabalha com essa fonte é da produção de um “efeito de real” que se sente ao pesquisá-la. Ao encontrar um documento rico em

2 Idem.



informações sobre um acontecimento passado, sentimos que, de alguma maneira, podemos “tocar esse passado”.

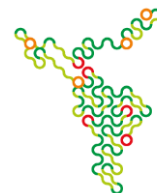
É como se aqueles relatos, depoimentos, testemunhos e fotografias dos autos judiciais pudessem nos dizer algo de um fragmento do tempo. Esse efeito de real relacionado à pesquisa nos arquivos judiciais faz sentido se pensarmos que ele não foi produzido para ser uma fonte de pesquisa aos historiadores futuros, tal como uma outra fonte, os impressos; estes foram escritos para serem dirigidos ao público. Tal como sugere Farge: “O impresso é um texto dirigido intencionalmente ao público. É organizado para ser lido e compreendido por um grande número de pessoas” (...) (FARGE, 2009, p. 10).

Por seu turno, situação oposta é dotada do arquivo judicial. Como um vestígio de vidas que não queriam, em um primeiro momento, que suas situações particulares fossem expostas a um amplo número de pessoas, ele emerge como um fragmento particular. Realidades de violências ou de repressão, situações de defesa de uma ideia pessoal ou coletiva, que levaram àquelas pessoas a exporem pensamentos e falas que talvez em outra situação particular de suas vidas não chegassem a fazer. Farge, mais uma vez, contribui com sua análise dos arquivos:

Por trás das palavras expostas nos autos, pode-se ler a maneira como cada um procura se posicionar diante de um poder coercitivo, como cada um articula sua própria vida, com êxito ou não, em confronto com a do grupo social e em relação às autoridades (FARGE, 2009, p. 35).

Como exemplo paradigmático de uma situação dessas está a obra de Carlo Ginzburg, *O queijo e os Vermes* (1976), traduzido no Brasil na década de 80. Ginzburg estuda nessa obra dois processos inquisitoriais de um moleiro friulano – Domenico Scandella (conhecido como Menocchio) —, que fora queimado por ordem do Santo Ofício, “depois de uma vida transcorrida em total anonimato” (GINZBURG, 2013, p. 11). Entre outras questões fundamentais presentes no livro, de maneira geral, o autor constrói uma explicação para o pensamento de Menocchio sobre o surgimento do universo: na visão do moleiro é de que não foi uma criação divina, mas sugere uma narrativa a partir da analogia do surgimento do mundo como do queijo nascem os vermes.

Contudo, o interesse despertado pelo processo do moleiro não está unicamente na vontade de se contar sua história de vida, por mais que pareça demasiadamente instigante. Mas pelo fato de que Ginzburg procura através da vida de Menocchio e de seus processos inquisitoriais dar uma explicação



para uma cultura popular camponesa na Europa pré-industrial, ou “cultura das classes subalternas” como se refere.

Para além das questões que envolvem o fazer da micro-história e suas peculiaridades, o fato do autor trabalhar com fontes da inquisição retomam uma figura de linguagem a que nos referimos atrás: do efeito de real proporcionado pelas fontes, no caso inquisitoriais. A própria imersão do autor no mundo de Menocchio é uma tentativa de se aproximar do mundo camponês do século XVI e de sua cultura popular. O autor acredita, portanto, que as fontes pesquisadas possuem algo de real, algo que tangível que deve ser observado pelo pesquisador em sua análise minuciosa da sociedade passada: uma cultura camponesa comum, em que

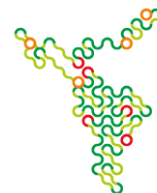
(...): da cultura do próprio tempo e da própria classe não se sai a não ser para entrar no delírio e na ausência de comunicação. Assim como a língua, a cultura oferece ao indivíduo um horizonte de possibilidades latentes – uma jaula flexível e invisível dentro da qual se exercita a liberdade condicionada de cada um. Com rara clareza e lucidez, Menocchio articulou a linguagem que estava historicamente à sua disposição (GINZBURG, 2013, p. 20-21).

Ao partir dessa linguagem que estava historicamente disponível para exercitar seu pensamento e suas ideias sobre a criação do mundo, Menocchio partilhou de elementos da realidade que estavam ao seu dispor. Diante dessa retomada do real que as fontes parecem conduzir remetem a um encontro entre o historiador e o passado, entre a vida e a morte³.

Entretanto, essa visão proporcionada pelo arquivo ao mesmo tempo em que impressiona pode despertar a dúvida, a incerteza, a inexatidão. Isso porquê a ida ao arquivo na busca de um sentido ou uma informação que já se espera de antemão, seja para reforçar uma hipótese ou concluir um raciocínio histórico, pode conduzir a equívocos interpretativos das fontes. Farge nos sugere que é necessário se desprender desse caminho “fácil” das respostas prontas para as perguntas que temos em mente. Quase sempre essa exatidão encontrada nos documentos conduz a uma escrita excessivamente descritiva que se ampara nas longas citações das fontes para comprovar uma evidência. Como se o documento fosse a prova daquilo que já sabíamos antes de conhecer aquela fonte, sendo esta um simples apêndice da teoria que estava contida na resposta.

Uma saída para esse aparente beco que a pesquisa conduz em algum momento de nossa trajetória deve levar para uma necessária ampliação dos horizontes de análise em que se insere o tema

3 Arlete Farge chega a afirmar que “A história, evidentemente, é antes de tudo um encontro com a morte” (p. 15).



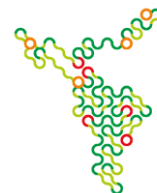
e objeto de pesquisa. A perturbação provocada pelos vestígios do passado revela indícios de pessoas, lugares, situações que são sempre lacunares, incompletos, desconexos. O esforço de historiar sobre esses indícios requer uma interrelação com o contexto macrosocial no qual aquele evento está inserido. No caso de Menocchio, como analisado por Ginzburg, dois importantes eventos históricos contribuíram para que a incidência de suas ideias aflorassem naquele contexto:

a invenção da imprensa e a Reforma. A imprensa lhe permitiu confrontar os livros com a tradição oral em que havia crescido e lhe forneceu as palavras para organizar o amontoado de ideias e fantasias que nele conviviam. A Reforma lhe deu audácia para comunicar o que pensava ao padre do vilarejo, conterrâneos, inquisidores (...) (GINZBURG, 2013, p. 25).

Todavia, ainda que essa relação entre eventos macrosociais e a narrativa de uma micro-história possa ser relacionada e explicada, é fundamental refletir que o arquivo judicial não surgiu como uma fonte documental direta a ser pesquisada por um historiador na posteridade. Isso reforça a importância do historiador em questioná-lo: saber de sua história, como foram produzidos, em quais circunstâncias, em qual contexto, de que maneira, por quê ficaram tanto tempo no esquecimento.

Mais uma vez, isso reforça uma questão mencionada atrás sobre a proximidade social dos envolvidos em um acontecimento, na maioria dos casos, pessoas de um mesmo povoado, de um município, ou de um mesmo bairro. Nesse âmbito que a historiadora Ann Laura Stoler no seu livro *Along the Archival Grain* (2009), afirma no capítulo *The pulse of the Archive* (o pulso do arquivo) que o arquivo não é somente um repositório de documentos, como uma coisa, mas antes de tudo, como um “arquivo-processo”, como um “lugar condensado de ansiedade epistemológica e política, e não como fontes distorcidas e tendenciosas” (STOLER, 2009, p. 20).

Essa afirmação feita pela autora remete à história contada no início do seu capítulo sobre um livro chamado *House of Glass*, um romance da literatura indonésia escrita por Pramoedya Ananta Toer, que possui Jacques Pangemanann, um oficial nativo, filho da elite local e que trabalha como oficial da inteligência do Estado Colonial das Índias Holandesas, como protagonista do romance. Mestiço e letrado, Jacques era o responsável por captar informações sobre o movimento nacionalista em Java. Trabalho que, de forma mais ampla, exigia que ele lesse os arquivos estatais, espionasse, e servisse de informante do governo. O relatório de Pangemanann após lido pelo alto escalão do estado colonial seria descartado. Isso sugere que o espião adentrara o arquivo, mas como mestiço, jamais poderia produzir conhecimento que efetivamente se tornasse parte dele.



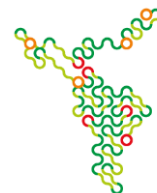
Segundo Stoler, esse seria o motivo pelo qual esses documentos nunca tiveram o direito de pertencerem aos arquivos oficiais do governo Java, como um arquivo “oficial”, devido a sua característica de ansiedade epistemológica e política contida nos mesmos que traduz relações de dominação, ou de tentativa de dominação. Através de uma leitura etnográfica dos arquivos de fontes coloniais, a autora está preocupada nas formas de constituição e das relações de poder que estão implícitas nesses documentos, e que não aparecem diretamente, como algo transparente ao leitor. A autora relaciona essa visão com a noção do arquivo colonial como um grão: como o próprio nome do livro diz *Along the archival grain*, ao longo do grão arquivístico.

Sobre a relação entre essa analogia da autora e as pesquisas dos processos judiciais, pode-se refletir sobre a constituição do arquivo dos processos de acidentes de trabalho e sua trajetória, bem como das relações contidas no “grão arquivístico”.

Nesse mesmo campo de discussão, a historiadora Kathryn J. Burns, em seu livro *Into the Archive: writing and power in colonial Peru (2010)* trás como reflexão a experiência de pesquisa nos arquivos coloniais do Peru dos séculos XVI e XVII, especialmente nos arquivos de Cuzco. Através de uma série de documentos de posses, dotes, dívidas, crédito, herança, entre outros a autora desconstrói uma série de elementos aparentemente “neutros” da pesquisa em arquivos.

Para chamar atenção para a complexidade dos arquivos, Burns relaciona metaforicamente os arquivos de Cuzco a tabuleiros de xadrez em oposição à metáfora de que os arquivos seriam “janelas para o passado” ou “espelhos”. Os registros não refletem diretamente, mas sugerem e atestam estruturas sociais e relações de poder. Para que sejamos bem sucedidos numa partida de xadrez precisamos conhecer as regras do jogo, tal qual os sujeitos da Cuzco colonial que sabiam como movimentar-se e o que fazer para atingir seus desejos em conformidade com o lugar e a condição que ocupavam na sociedade. A autora afirma no quinto capítulo que “estou sugerindo que façamos nossos arquivos e fontes partem de nossa pesquisa, olhando para eles, bem como através deles” (BURNS, 2010, p. 112).

Se as fontes judiciais não podem ser vistas como uma “janela para o passado” ou “espelhos” que refletem de maneira direta as sociedades, todavia, descartar completamente a importância que essas fontes têm para a reconstrução do passado e do direito à memória dos trabalhadores e trabalhadoras pode interditar novos caminhos interpretativos da História Social. Ângela de Castro Gomes e Fernando Teixeira, no livro *A Justiça do Trabalho e sua História (2013)* problematizam a



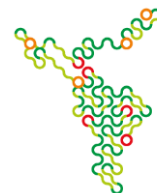
constituição dessa instituição enquanto produtora de documentos históricos, fontes para pesquisa. Sobre sua importância, afirmam que:

Por meio dos documentos da Justiça do Trabalho (...), podemos compreender melhor não apenas o funcionamento dessa instituição, mas também as diferentes visões sobre sua legitimidade e os sentimentos de recompensa, gratidão e frustração dos trabalhadores diante das decisões ou reparações judiciais. Se atentarmos para os detalhes, os processos trabalhistas constituem uma possibilidade de aproximação da fala dos trabalhadores, **ainda que filtrada e destilada pela linguagem e pelo exercício do poder judicial**, em situações formais e mesmo opressivas (GOMES; SILVA, 2012, p. 34).

Partimos desses pressupostos teórico-metodológicos na análise das fontes judiciais; por conseguinte, acreditamos ser possível uma aproximação da fala dos trabalhadores, mesmo passando pelo filtro do escrivão do Judiciário e da polícia, pois algumas informações sobre o trabalhador, idade, cor, sua jornada de trabalho, salário, se possuía família, como se acidentou, eram informações procedimentais, obrigatórias na lavratura do inquérito policial, conforme veremos a partir da Lei de Acidentes de 1919. Mas não só. Foi constado, entre cerca de trezentos processos de Acidentes de trabalho de mineiros de carvão analisados até o momento da vara da Fazenda da Comarca de Criciúma/SC, entre os anos de 1943 e 1947, que muitas das fontes apontam para elementos de aproximação dos depoimentos dos trabalhadores e trabalhadoras acidentados e da forma que partilhavam de certas ideias e experiências em comum.

Tratam-se de processos, em que o trabalhador relata ter sofrido determinado acidente durante o seu trabalho e exige da seguradora que pague uma indenização pela redução de sua capacidade de trabalho, quer seja temporária ou permanente. Nos meandros dos processos é possível verificar a alegação dos trabalhadores; os encaminhamentos do Juiz para perícia médica e os resultados das perícias nos trabalhadores e seus respectivos laudos; as formas de solidariedade de classe com os depoimentos e testemunhos de companheiros de trabalho que afirmam terem visto o acidente; e as contestações das empresas em não quererem pagar indenização com suas alegações, por exemplo, de que o acidente não ocorreu no local de trabalho e sim fora dele ou de que a culpa foi exclusiva do trabalhador.

Nesse sentido, muitas vezes, o trabalhador acidentado, encontra-se diante de uma situação que precisa defender seu direito à indenização, quer seja pecuniária, médica, farmacêutica, hospitalar, para poder garantir a sua sobrevivência e de sua família. E a narrativa que o operário acidentado constrói para a exigência de um direito que diz possuir, pode nos dizer algo sobre como este percebia



a sua condição de trabalho e de vida, e em que medida a nova legislação trabalhista se inseria em seu horizonte de possibilidades de mobilização desses novos direitos.

Referências

BURNS, Kathryn, "Power in the Archives" e "Archives as Chessboards" in: *Into the Archive: Writing and Power in Colonial Peru*. Durham: Duke University Press, 2010, p. 95-147.

CHALHOUB, Sidney. O conhecimento da História, o Direito à Memória e os Arquivos Judiciais. In: *Curso de Formações de Multiplicadores em "Políticas de resgate, preservação, conservação e restauração do patrimônio histórico da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul"*. Porto Alegre, 2005. Disponível em: <<http://iframe.trt4.jus.br/portalttr/htm/memorial/index.htm>>.

CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980, *Cadernos do AEL*, v. 14, n. 26 (2009), 12-47.

FARGE, Arlette. *O sabor do arquivo*. Trad. Fátima Murad. São Paulo, EDUSP, 2009.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas, Sinais: Morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. *O Queijo e os Vermes*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2013.

GOMES, Ângela de Castro; SILVA, Fernando Teixeira da (orgs.). *A Justiça do Trabalho e sua história: os direitos dos trabalhadores no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013, p.

STOLER, Ann Laura. "The Pulse of the Archive" in: *Along the Archival Grain: Epistemic Anxieties and Colonial Common Sense*. Princeton: Princeton U. P., 2009, p. 17-53.



O TRABALHO DO PROFESSOR NA PRISÃO: A PRÁTICA DOCENTE DESTINADA A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE APRISIONAMENTO

Ruchelli Stanzani Ercolano
Deivis Perez

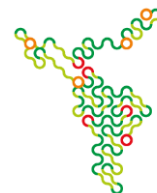
Resumo: Este trabalho aborda pesquisa de mestrado em andamento que propõe a investigação do trabalho de professores que atuam no campo da educação formal realizada em estabelecimento penitenciário no atendimento a pessoas em situação de aprisionamento por meio da aplicação do dispositivo metodológico de instrução ao sócia. Este instrumento tem sido desenvolvido no quadro teórico da Clínica da Atividade, a qual se insere no campo da Psicologia do Trabalho, e possui como raiz epistemológica a Psicologia Histórico-Cultural de Vigotski. Especificamente, o objetivo desta pesquisa é (re)conhecer os aspectos constituintes do cotidiano de trabalho dos professores que atuam em processos da educação formal com presos internos de estabelecimentos prisionais de uma cidade do oeste paulista e, num processo de coanálise da atividade laboral, identificar os aspectos potencializadores e dificultadores desse trabalho e as formas alternativas de realizá-lo tencionando a transmutação da laboralidade. Ao final do trabalho se espera apresentar como foi realizada a aplicação do método e os seus resultados de modo a registrar como e em que o dispositivo contribuiu para a transformação do trabalho do profissional e para a formação de um coletivo de trabalhadores, bem como a produção de saberes sobre o ofício e suas modificações pelos próprios trabalhadores. Além disso, o dispositivo será aplicado comparativamente às prescrições da Clínica da Atividade a fim de adaptar e produzir um protocolo técnico de aplicação da instrução ao sócia mais coerente ao contexto brasileiro.

Palavras-chave: Psicologia do Trabalho. Clínica da Atividade. Professor em prisão.

THE WORK OF THE TEACHER IN PRISON: THE TEACHING PRACTICE AIMED AT PEOPLE IN SITUATIONS OF IMPRISONMENT

Astract:

This work deals with an ongoing research project that proposes the investigation of the work of teachers who work in the field of formal education carried out in a prison in the care of people in a situation of imprisonment through the application of the methodological device of instruction to the lookalike. This instrument has been developed in the theoretical framework of the Activity Clinic, which is inserted in the field of Work Psychology, and has as its epistemological root the Historical-Cultural Psychology of Vygotsky. Specifically, the objective of this research is to (re) know the constituent aspects of the daily work of teachers who work in formal education processes with inmates of prisons in a city in the west of São Paulo and, in a process of co-analysis of labor activity, identify the potential aspects and difficulties of this work and the alternative ways of realizing it, aiming at the transmutation of labor. At the end of the work it is expected to present how the application of the method and its results was performed in order to record how and in which the device contributed to the transformation of the work of the professional and to the formation of a collective of workers, as well as the production of knowledge about the craft and its modifications by the workers themselves. In addition, the device will be applied comparatively to the requirements of the Clinic of the Activity



in order to adapt and produce a technical protocol of application of instruction to the semester more coherent to the Brazilian context.

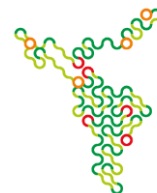
Keywords: Psychology of Work. Activity Clinic. Professor in prison.

Introdução

O presente trabalho versa sobre pesquisa de mestrado em andamento que propõe a investigação do trabalho de professores que atuam no campo da educação formal realizada em estabelecimento penitenciário no atendimento a pessoas aprisionadas. Especificamente pretende-se (re)conhecer os aspectos constituintes do cotidiano de trabalho dos professores que dedicam-se à escolarização dos presos internos de estabelecimentos prisionais e, num processo de coanálise da atividade laboral, identificar os aspectos potencializadores e limitadores desse trabalho por meio da aplicação de um dispositivo colaborativo e coanalítico do trabalho, a instrução ao sócia, a ser conduzido pela pesquisadora juntamente com dois professores voluntários, que apoia o exame e a produção de saberes sobre um ofício tencionando favorecer não somente a reflexividade sobre a atividade laboral, mas também a apropriação dos conhecimentos produzidos no processo aplicativo do instrumento metodológico pelo trabalhador visando transmutar e aperfeiçoar o trabalho por ação do próprio profissional.

Considerando o exposto acima, cumpre notar que a instrução ao sócia é uma ferramenta que possibilita, em uma experiência de coanálise, a produção de saberes e o processo formativo sobre o trabalho de modo a contribuir para a transformação e instrumentalização da atividade laboral. De modo estrito, este método interventivo será implementado junto a uma dupla particular de profissionais, os professores que atuam no contexto de uma penitenciária do interior do estado de São Paulo. De modo complementar, pretende-se realizar o estudo do processo aplicativo da instrução ao sócia nos cenários brasileiros do trabalho e da pesquisa acadêmico-científica, de modo a identificar as semelhanças, diferenças e adaptações necessárias para o contexto do nosso país comparativamente às prescrições dos pesquisadores europeus que criaram e tem aperfeiçoado este dispositivo no intuito de validar o uso e elaborar um protocolo técnico aplicativo da instrução ao sócia apropriado para a realidade dos ambientes ocupacional e científico brasileiros.

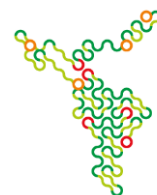
Vale mencionar que a instrução ao sócia, a qual este estudo se refere, é aquela que foi criada na Itália pelo pesquisador Ivar Oddone (1986) e desenvolvida no cenário da Psicologia do Trabalho francófona por estudiosos inseridos no quadro teórico da Clínica da Atividade, que tem suas raízes



epistemológicas na perspectiva racionalista-materialista de Baruch Espinosa, no materialismo dialético de Karl Marx e, de maneira central, na abordagem de Psicologia Histórico-Cultural de Lev Semenovich Vigotski . A instrução ao sócia é um método indireto de acesso ao psiquismo humano que pretende contribuir para que um trabalhador ou um coletivo de trabalhadores, mediado por um analista do trabalho ou pesquisador, se torne capaz de (re)conhecer, examinar e ampliar a sua capacidade de agir sobre a sua atividade laboral, potencializando a reconfiguração ou transformação do trabalho conduzida pelos próprios profissionais. Notadamente a instrução ao sócia consiste na descrição, feita pelo trabalhador, das atividades laborais a um pesquisador ou analista do trabalho, de modo a criar as condições para que o trabalhador fale sobre o trabalho, redescubra e reexamine seu ofício e tome consciência dos aspectos constituintes, potencializadores e dificultadores do seu trabalho. Ainda, o dispositivo visa oferecer ao trabalhador, por meio da modificação da sua ação laboral, a possibilidade de ampliar a sua potência de atuação sobre o meio, de desenvolver ou aprimorar as suas capacidades cognitivas, afetivas e sociais, e de torna-lo sujeito de sua atividade.

Oddone é o autor que conferiu o passo elementar ao desenvolvimento do método científico e de intervenção denominado instrução ao sócia. Médico e psicólogo, com forte sintonia e engajamento aos movimentos sociais dos trabalhadores de seu país, era um dos líderes em prol à saúde do trabalhador. Nesse sentido, envolvido por estas questões e solicitado pelos trabalhadores a oferecer informações sobre os riscos que o ambiente de trabalho poderiam causar à saúde, Oddone se desvinculou de um modelo científico psicológico o qual visava a adaptação do homem ao seu contexto de trabalho para adotar um novo modelo que partia das experiências do sujeito e da abordagem completa dos problemas de modo a modificar o ambiente de trabalho em função do bem-estar do trabalhador. Então, partindo dos pressupostos deste novo paradigma científico, o psicólogo italiano buscou desenvolver um instrumento metodológico que viabilizasse a contemplação de uma competência profissional a qual nem mesmo o trabalhador teria acesso, isto é, a abrangência mais fiel possível de todos os aspectos da atividade profissional, incluindo aqueles invisíveis, subentendidos, implícitos, não expressos, mais humanizados e contextualizados. Assim, Oddone concatenou a instrução ao sócia como meio, método, que possibilita condições favoráveis à formalização e à transmissão da experiência profissional. (VASCONCELOS; LACOMBLEZ, 2005)

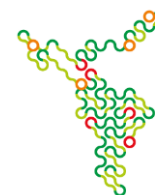
Nesta conjectura, de acordo com Oddone, a instrução ao sócia representava uma forma de persuadir o trabalhador de que havia em sua atividade fatores que estavam para além daquilo que



poderia ser transmitido diretamente. Assim, o trabalhador se tornava consciente dessas partes por meio da relação com o psicólogo, pesquisador ou analista do trabalho durante a aplicação da instrução ao sócia, ou seja, uma nova abordagem de sua atividade era construída conjuntamente com o analista do trabalho. Esta redescoberta do seu ofício pelo trabalhador era viabilizada pelo fato de a instrução ao sócia ter sido desenvolvida para abranger o maior número possível de variáveis que perpassavam pela atividade profissional de modo a contemplar as interfaces do trabalho: físicas, cognitivas, ambientais, relacionais, organizacionais e entre outras (VASCONCELOS; LACOMBLEZ, 2005). Isto porque, ao ter se dedicado a questão da saúde do trabalhador, Oddone (1986) em *“Ambiente de trabalho: a luta dos trabalhadores pela saúde”* evidenciou o quanto as condições do ambiente de trabalho estavam relacionadas ao adoecimento do trabalhador e como o trabalho é composto por diversos elementos que não se resumem unicamente ao trabalhador, mas ao coletivo de trabalho, a cultura organizacional, as prescrições laborais, a hierarquia, o espaço físico e etc.

Outro aspecto importante da nova abordagem da Psicologia do Trabalho desenvolvida por Oddone e presente no método em questão foi conceder a relevância devida ao coletivo de trabalhadores, aos seus conhecimentos e ao seu trabalho real, estimulando a participação e socialização dos saberes por eles constituídos na resolução de seus problemas e buscando favorecer a ampliação do poder de agir dos profissionais (CLOT, 2010). É sob este viés que a instrução ao sócia foi composta para contemplar também a dimensão coletiva do trabalho a partir da restituição cujo o propósito é dinamizar os coletivos profissionais, tornando-os ativos no movimento de modificação da situação laboral que ocorre por meio do conhecimento de procedimentos cotidianos que são socializados, compartilhados, deixando de ser somente um estilo pessoal para compor o gênero profissional e promover sua plasticidade.

Tendo Oddone realizado a consolidação da instrução ao sócia, ela posteriormente foi retomada e incorporada pela Clínica da Atividade sendo aperfeiçoada neste âmbito. Yves Clot, teórico desta linha, influenciado por Oddone e tendo raízes epistemológicas em Vigotski, passou a considerar que a tarefa do pesquisador do trabalho é apoiar o homem a ampliar o seu poder de agir sobre o meio, em particular no ambiente laboral. Cabe mencionar, ainda, que para Vigotski o desenvolvimento psicossocial humano ocorre por meio do contato de cada sujeito com outras pessoas e grupos e do estabelecimento de processos colaborativos na mediação da transmissão dos saberes socialmente construídos. A abordagem desenvolvimentista vigotskiana orienta a Clínica da Atividade, de acordo

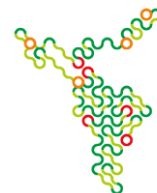


com Clot (2010; 2006), na compreensão acerca do trabalho, que é definido como experiência tipicamente humana que permite ao homem, simultaneamente, transformar o meio em que está inserido e desenvolver a si mesmo, em função do estímulo que o trabalho oferece a articulação entre a ação individual e a atividade coletiva, o que faz emergir e consolidar as capacidades de indivíduos e grupos.

O interesse desta investigação pelo exame da experiência dos profissionais que atuam no processo educacional de presos justifica-se em vista das carências formativas específicas para prática educativa empregada em meio carcerário as quais preparariam esses profissionais para o enfrentamento de uma realidade distinta, adversa e hostil a qual pode gerar sentimentos de medo, angústia e ansiedade, bem como instrumentalizariam um exercício educacional mais condizente, contextualizado e que atendessem as reais necessidades desse público.

Os autores Onofre (2002), Silva (2004), Araújo (2005), Lobo (2009), Santos (2014), Garutti (2015), e Duarte (2017) convergiram no sentido de abordar a escola na prisão como uma instituição que tenta funcionar dentro de outra instituição detentora de uma lógica totalmente oposta: enquanto a primeira tem caráter libertário, socializador, construtivo, criativo e emancipador, a segunda é regida pela punição, disciplinarização, vigilância e castração. Esta foi uma das grandes dificuldades relatadas por professores participantes das pesquisas, uma vez que as regras do sistema prisional interferem diretamente na prática escolar, principalmente no que se relaciona às medidas de segurança como, por exemplo, a limitação dos materiais escolares que podem ser dados aos alunos, relação professor-aluno que deve ser pautada pelo respeito às normas da prisão, dependência de agentes penitenciários para acompanhar professores e trazer os alunos/presos até as salas de aula, flutuação da frequência e rotatividade dos alunos devido a outras atividades do presídio (visitas, trabalho, consultas, oficinas). Santos (2014) evidenciou tais restrições ao analisar o depoimento de uma professora iniciante em penitenciária:

Foi possível perceber em sua fala elementos que fazem parte da rotina dos professores, que são limitadores do trabalho em sala de aula, que as demais já “naturalizaram”. Era necessária uma reconfiguração dos significados de práticas simples: como a proibição de uso de determinados materiais para fins pedagógicos, que na prisão eram vistos, como armas em potencial, e a ocupação do espaço de sala e aula pelos professores e estudantes (que estava submetido às normas de segurança do complexo prisional). (SANTOS, 2014, p. 172)



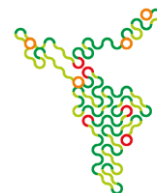
Outro elemento comum encontrado nas entrevistas com professores participantes dessas pesquisas foi a expressão da carência na formação básica do professor para atuar em espaços prisionais, o que exige do professor a aprendizagem na prática. Silva (2004) em sua tese trouxe a fala de uma professora que expôs a deficiência dos cursos de formação inicial os quais não contemplam nenhum conteúdo específico sobre educação de jovens e adultos (EJA) e, menos ainda, no que tange a ensino de jovens e adultos em privação de liberdade. Assim, as professoras entrevistadas por esta pesquisadora disseram recorrer a formações continuadas como “capacitação em EJA”, contudo, essas últimas também não atendem a sua particularidade de se voltar ao aluno/preso. A consequência disso é uma prática infantilizada, descontextualizada e despreparada. Complementarmente a essa visão, Duarte (2017) enfatizou a existência de políticas públicas, leis e decretos que sustentam a preocupação com a formação de professores e com o incentivo à parceria entre escolas prisionais e universidades, todavia, apontou a grande distância que existe entre a teoria e a prática, evidenciando a não execução dessas propostas.

Por outro lado, os professores pesquisados, quando questionados acerca do contentamento em exercer a profissão nesse meio, afirmaram gostar de trabalhar em escola de prisão devido à relação de confiança, respeito e reconhecimento.

Somos de acordo com Onofre (2012, p. 211), que o possível mal-estar docente inspirado pela estrutura da instituição prisional é rapidamente superado e se torna “fonte de bem-estar docente, pelo reconhecimento de seu valor para os alunos, o respeito e a confiança na figura do professor, despertando motivações intrínsecas pertinentes à carreira, como gosto de ser professor e realização profissional”. (DUARTE, 2017, p. 86)

Outro aspecto relacionado ao prazer em lecionar em escola prisional foi o fato das salas de aula serem compostas por no máximo vinte alunos, número bem menor comparado à quantidade de estudantes em salas do ensino público regular. Além disso, foi citada a questão do maior interesse dos alunos-presos, uma vez que percebem a importância da escola no ambiente prisional e em suas vidas. Onofre (2002) evidenciou como os alunos se preocupam em aprender a ler e a escrever com o intuito de estabelecer uma comunicação com o externo à prisão, escrevendo as próprias cartas de modo mais verdadeiro e sem precisar oferecer trocas a outros presos alfabetizados para esse fim.

No entanto, o que mais pareceu predominar na fala dos professores foi uma prática docente limitada por várias questões: o despreparo formativo o qual faz com que, na maioria das vezes, os professores fiquem impactados e até traumatizados com a realidade escolar carcerária, causando o



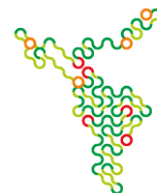
abandono do trabalho logo no primeiro dia devido às intensas sensações de angústia, ansiedade, choque de realidade e medo (ONOFRE, 2002) bem como acarreta na falta de instrumentalização para uma prática educacional efetiva; o respeito às normas de funcionamento e de segurança do meio prisional que tolhem a autonomia pessoal e profissional dos professores; a não aderência e a desvalorização dos demais funcionários penitenciários acerca da escola, não considerando a educação como um direito dos detentos. Nesse sentido, a proposta desse projeto de pesquisa representa uma tentativa de contribuir com a produção de saberes e a formação de profissionais para o trabalho docente em contexto prisional bem como com a visibilidade e reconhecimento da importância desse protagonista social.

Dessa forma, foi possibilitada a oportunidade de simultaneamente contribuir com os profissionais em tela e aplicar o dispositivo metodológico e interventivo da instrução ao sócio. Isto está em consonância com o pressuposto básico do uso da instrução ao sócio orientado pela Clínica da Atividade que é a existência anterior à utilização do método de uma demanda advinda dos trabalhadores. Já a aplicação da instrução ao sócio se deve a este dispositivo ser mais do que um mero procedimento usado na coleta de dados para pesquisas, uma vez que se caracteriza por ser um instrumento que focaliza a transformação do trabalho e o desenvolvimento do trabalhador e seus pares e, a partir disso, é que emergem as informações e dados que poderão ser recolhidos por um pesquisador para a construção de um estudo acadêmico-científico. Portanto, é um instrumento metodológico original que articula intervenção em situação laboral e exigências de pesquisa.

Hipótese:

A proposta dessa pesquisa de mestrado representa uma tentativa de contribuir com a produção de saberes e a formação de profissionais para o trabalho docente em contexto prisional bem como com a visibilidade e reconhecimento da importância desse protagonista social. Logo, a hipótese levantada para esta pesquisa é de que os professores, após a coanálise mediada pela pesquisadora, identificarão os elementos que potencializam e que dificultam seu próprio trabalho, que muitas vezes vão além do que esperavam dessa categoria profissional.

Objetivos:



A partir da aplicação do dispositivo metodológico de instrução ao sócia pretende-se (re)conhecer os aspectos constituintes do cotidiano de trabalho dos professores que atuam na prisão e identificar os aspectos potencializadores e dificultadores desse trabalho bem como as formas alternativas de realizá-lo tencionando a transmutação da laboralidade, isto é, visa-se o aprimoramento e aperfeiçoamento da atividade docente.

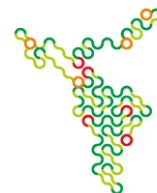
De modo complementar será possível realizar o estudo do processo aplicativo da instrução ao sócia nos cenários brasileiros de trabalho e acadêmico, de modo a identificar as semelhanças, diferenças e adaptações necessárias para o contexto do nosso país comparativamente às prescrições dos pesquisadores europeus que criaram e têm aperfeiçoado este dispositivo.

Metodologia proposta:

Os procedimentos de recolha, sistematização e coanálise de dados ocorrerão amparados nos constructos teóricos e metodológicos da Clínica da Atividade, pertencente às Ciências do Trabalho, que tem suas raízes epistemológicas na perspectiva racionalista-materialista de Espinosa, no materialismo dialético de Marx e, de maneira central, na abordagem de Psicologia Histórico-Cultural de Vigotski. A Clínica da Atividade possui uma perspectiva ampliada da noção de trabalho, que reconhece a sua relevância para a efetiva realização das capacidades humanas, na mesma medida em que está atenta para o fato de o trabalho se constituir, sob certas circunstâncias, em dimensão que conduz à paralisia da ação, ao sofrimento da pessoa e à doença.

Nesse sentido, este estudo se propõe a realizar a coanálise do trabalho docente por meio da aplicação do dispositivo de instrução ao sócia, o qual foi criado no âmbito da Psicologia do Trabalho por Ivar Oddone (1986) e tem sido desenvolvido e aperfeiçoado no quadro teórico da Clínica da Atividade. A instrução ao sócia é uma ferramenta que possibilita, em uma experiência de coanálise, a produção de saberes e o processo formativo sobre o trabalho de modo a contribuir para a transformação e instrumentalização da atividade laboral.

De modo estrito, este método interventivo será implementado junto a uma dupla particular de profissionais, os professores vinculados institucionalmente à uma Etec que atuam no contexto de uma penitenciária do interior do estado de São Paulo. A intervenção consistirá em observações do contexto



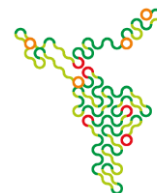
sociointeracional de trabalho, entrevistas que contemplem a descrição detalhada da atividade do professor de modo que ele se confronte com seu modo de agir e com outras possibilidades que proporcionem seu desenvolvimento pessoal, social e profissional. Portanto, a coleta de dados, composta por entrevistas, recolha de documentos e registros, ocorrerá na escola técnica em que acontecerão possíveis formações, planejamento, reuniões e preparações dos professores que atuam em penitenciária. Por outro lado, no ambiente penitenciário, a atividade metodológica da pesquisadora se dará exclusivamente com fins de observação da prática docente onde as aulas serão ministradas a alunos em privação de liberdade de modo a não realizar qualquer tipo de interferência na rotina escolar. Será estabelecido entre a pesquisadora e os voluntários do estudo o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) conforme previsto no capítulo IV, itens 1 a 8, da Resolução 466/2012 – Conselho Nacional de Saúde (2012) e segundo às orientações para investigação com seres humanos, do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da FCL Câmpus de Assis-SP. Serão respeitados todos os procedimentos éticos em pesquisa com humanos.

Desfecho primário

Após a coleta de dados realizada por meio da aplicação da instrução ao sósia será possível o acesso às diversas dimensões constituintes da atividade docente e suas interferências, adaptações e modificações ao contexto penitenciário. Nesse sentido, esperamos com o emprego deste dispositivo metodológico identificar as manifestações expressas diretamente e observáveis bem como aquelas disfarçadas, não expressas ou exteriorizadas de forma indireta a fim de detectar, compreender, interpretar e refletir os sentidos, afetos e sentimentos atribuídos à atividade laboral docente, os elementos concretos e semióticos e os aspectos dificultadores/facilitadores do trabalho, pela perspectiva dos próprios voluntários da pesquisa.

Desfecho secundário

Tendo trazido à tona todos esses conteúdos acerca da prática docente, espera-se que o professor consiga realizar seu ofício de forma mais consciente e empoderada, ampliando o seu leque de possibilidades e modos de agir. Além disso, pretende-se instrumentalizar a atividade, promover a



socialização de saberes e experiências bem como melhorar as interações entre os pares de trabalho, ampliando assim também o raio de ação do coletivo de trabalhadores.

Referências

AUTOR DA OBRA. **Título da obra:** subtítulo. Número da edição. Local de Publicação: Editor, ano de publicação.

AUTOR da parte. Título da parte. Termo In: Autor da obra. **Título da obra.** Número da edição. Local de Publicação: Editor , Ano de publicação. Número ou volume, se houver, páginas inicial-final da parte, e/ou isoladas.

ARAUJO, D. A. DE C. **Educação escolar no sistema penitenciário de Mato Grosso do Sul:** um olhar sobre Paranaíba. 07/12/2005. 213 f. Doutorado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Estadual de Campinas, Campinas. Biblioteca Depositária: Biblioteca Central

BARROS, A. M. A Educação Penitenciária em Questão: Notas Para Uma Metodologia. **Revista Saberes**, Recife, v. 02, p. 103-120, 2009.

BATISTA, M.; RABELO, L. Imagine que eu sou seu sócia: aspectos técnicos de um método em clínica da atividade. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 16, n. 1, p. 1-8, 2013.

BRONCKART, J.P. **Atividade de Linguagem, Discurso e Desenvolvimento Humano.** Tradução e organização Anna R. Machado e Maria L.M. Matencio. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006.

CLOT, Y. **A Formação pela Análise do Trabalho:** por uma terceira via em maneiras de agir, maneiras de pensar em formação. Trad. Claudia Osorio da Silva, Kátia Santorum e Suyanna Barker. Paris: CNAM, 2000.

CLOT, Y. **Trabalho e poder de agir.** Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira e Marlene Machado Zica Vianna. Belo Horizonte, MG: Fabrefactum, 2010.

DUARTE, A. J. O. **Processo de constituição da identidade profissional de professores da educação escolar de uma unidade prisional de Minas Gerais.** 20/02/2017. 148 f. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, Biblioteca Depositária: UFTM.

ERCOLANO, R. S.; PEREZ, D. Relatório da pesquisa: **O dispositivo metodológico e interventivo instrução ao sócia:** exame das suas aplicações em teses e dissertações brasileiras. Assis, Iniciação Científica, FCL – UNESP/Assis, 2015.

GARUTTI, S. **Políticas Públicas Educacionais na Penitenciária Estadual de Maringá - Paraná (1999-2010):** Possibilidades de reinserção do apenado. 06/03/2015. 174 f. Doutorado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa Biblioteca Depositária: Biblioteca Central - Campus de Uvaranas.



LOBO, E. S. **A escola por trás dos muros da prisão:** percepções de alunos detentos sobre educação, religião e vida cotidiana. 01/11/2009 999 f. Doutorado em Ciências Sociais. Instituição de Ensino: Universidade do Estado do Rio De Janeiro, Rio de Janeiro. Biblioteca Depositária: Biblioteca do IFCH.

ODDONE, Y. **Ambiente de trabalho:** a luta dos trabalhadores pela saúde. Trad. Salvador Obiol de Freitas. São Paulo: HUCITEC, 1986.

ONOFRE, E. M. C. **Educação escolar na prisão.** Para além das grades: a essência da escola e a possibilidade de resgate da identidade do homem aprisionado. 01/08/2002. 187 f. Doutorado em Educação Escolar. Instituição de Ensino: Universidade Est. Paulista Júlio De Mesquita Filho, São Paulo. Biblioteca Depositária: Faculdade de Ciências e Letras.

RODRIGUES, D. L. D. I. **A autoconfrontação simples e a instrução ao sósia:** entre diferenças e semelhanças. 2010. 165 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2010.

SANTOS, P. DOS. **Os sentidos das experiências escolares nas trajetórias de vida de mulheres em privação de liberdade.** 02/06/2014. 227 f. Doutorado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Biblioteca Depositária: Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Santa Catarina.

SILVA, M. DA C. V. DA. **A prática docente da EJA:** o caso da Penitenciária Juiz Plácido de Souza em Caruaru. 01/11/2004. 274 f. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Federal de Pernambuco, Recife. Biblioteca Depositária: Central e Setorial de Educação da UFPE.

VIGOTSKI, L. S. O significado histórico da crise da psicologia: uma investigação metodológica. In: **Teoria e método em psicologia.** São Paulo: Martins Fontes, 1927/1996, p. 203-417.

WISNER, A. **Por dentro do trabalho:** ergonomia: método e técnica. Trad. Flora Maria Gomide Vezzà. São Paulo: FTD, 1987.



A CONSTRUÇÃO DA CULTURA DOCENTE E O MUNDO DO TRABALHO: INTERFERÊNCIAS DA POLÍTICA EDUCACIONAL NO PARANÁ

Roberta Ravaglio Gagno¹
Andrea Garcia Furtado²
Rita Schane³

O objetivo principal desta comunicação é refletir sobre a construção da cultura profissional do pedagogo, em especial no que tange aos processos de trabalho, sua interferência nessa construção, as condições e políticas educacionais no Paraná. O pedagogo, no exercício de seu trabalho profissional, é imbuído de inúmeras responsabilidades, sejam elas educacionais, sociais, culturais ou políticas. Pretende-se refletir a respeito das relações dependentes de condicionantes desse com a natureza e a sociedade principalmente no que concerne a política paranaense e suas interferências na construção da cultura docente. Nesta comunicação, a metodologia dialética foi utilizada com a convicção de que se sustenta na não exclusão de nenhum dado ou conhecimento produzido, mas os incorpora e supera numa síntese mais compreensiva. Por meio do método dessa pesquisa foram perquiridos os vestígios da realidade indo aos sujeitos trabalhadores da educação. Buscou-se as formas existentes na formação cultural nesses agentes educadores, pois se entende tratar de um fenômeno condicionado pelos acontecimentos que o circundam, a educação não existe isolada, mas em conjunto com a natureza e a sociedade às quais pertencem. O artigo articula considerações baseadas nos seguintes autores, Bauman, Marx, Heller, Gramsci, Ianni, Konder, Saviani, Kosik, Ball, dentre outros. Aborda-se o perfil do professor pedagogo, a cultura social e as condições de trabalho no Paraná sob a ótica da teoria do trabalho

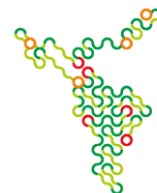
Palavras-chave: Trabalho; Cultura docente; Práticas Educacionais

Astract: The main purpose of this communication is to reflect on the pedagogue's professional culture construction, especially with regard to the work processes, its interference in this construction, the educational conditions and policies in Paraná State. The pedagogue, in the professional activity exercise, is imbued with numerous responsibilities, whether they are educational, social, cultural or political. The intention is to reflect on the relations which depend on conditions of this with the nature and the society, especially when it comes to the politics in Paraná and its interferences in the teaching culture construction. In this communication, the dialectical methodology was used with the conviction that it is based on the non-exclusion of any data or produced knowledge, and it incorporates and surpasses them in a more comprehensive synthesis. Through this research method the reality traces were questioned among the education workers. The existing forms have been sought in the educational agents' cultural formation, because it is understood to be a conditioned phenomenon by the events that surround it, the education does not exist in an isolated way, but together the nature and society to which they belong to. The article articulates considerations based

¹ UNESPAR, Curitiba, PR.

² UTP, Curitiba, PR.

³ FARESC, Curitiba, PR



on the following authors, Bauman, Marx, Heller, Gramsci, Ianni, Konder, Saviani, Kosik, Ball, among others. From the work theory perspective it is approached the pedagogue teacher profile, the social culture and the working conditions in Paraná.

Keywords: Work; Teaching culture; Educational Practices

O professor pedagogo

Refletir a respeito de como se constitui o profissional pedagogo na sua relação com o meio em que está inserido, ou diante das contradições e da realidade enfrentada, quais as situações que o constituíram e o constituem no cotidiano e, para o compreender não apenas no plano da imediatividade, mas, principalmente, entender a cultura profissional docente no histórico de suas relações e diante de que intervenientes ele está incluído, foi condição precípua para a efetivação dessa pesquisa. Vale lembrar a reflexão de Agnes Heller (2008) quando afirma que os homens fazem sua própria história por meio da imanência, da subjetividade e da objetividade. Nela o homem aspira fins que são determinados pelas circunstâncias que, por sua vez, modificam essas aspirações. Assim se constitui o professor pedagogo, também a partir de objetivos, sonhos, na convivência e na relação com o meio, com as demais pessoas e com as políticas e práticas que interferem em seu trabalho. Um constituir-se modificado a cada dia nesse relacionar-se ininterrupto e constante.

A escolha da temática se justifica pela necessidade de examinar a cultura profissional docente diretamente articulada aos aspectos legais das políticas educacionais que interferem na sua constituição. São elas que regulam a atuação desse profissional, a formação e a sua percepção das relações estabelecidas entre a prática e a teoria, questões pertinentes à especificidade do trabalho por ele desenvolvido. É uma cultura vivenciada, muitas vezes por esse profissional no interior dos sistemas nos quais ele atua, que não pode ser silenciada, pois cabe à academia desvelar a homogeneidade aparente expressada pelas formas de nivelamento que as políticas, a sociedade e os meios de comunicação de massa tratam essa profissão. Esse nivelamento se dá quando os sistemas não observam uma série de questões que afetam diretamente a constituição da cultura profissional, como a realidade diferenciada de cada escola e a formação continuada padrão, por exemplo. Uma compreensão que precisa se dar no cotidiano do trabalho no interior das escolas e das salas de aula, experiências que ultrapassam currículos, legislação, planejamentos e avaliações, mas que tratam sobre o professor pedagogo em sua totalidade, e mais, na construção da cultura profissional docente.



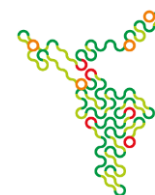
Cabe ressaltar a inexistência de um estudo aprofundado, científico e sistematizado sobre a cultura profissional docente.

O professor pedagogo, ao se relacionar e ao constituir uma determinada cultura profissional, transforma o meio em que está inserido e transforma a si mesmo, numa relação dialética que modifica o conjunto das relações. Esta é também constituída no processo de trabalho que, por sua vez, é a atividade por meio da qual o homem se relaciona com a natureza e produz. É a realização do ser social, que é fundamental na constituição humana enquanto uma “necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio entre o homem e a natureza” (MARX, 1996, p. 50). O processo de trabalho é uma atividade direcionada para um objetivo: a produção de valores de uso para satisfazer as necessidades humanas, propiciada pela apropriação da natureza.

Pelo compromisso social que desempenha, o professor pedagogo precisa compreender essas questões para formar uma consciência comum sobre os problemas sociais, dando-lhes novas interpretações a fim de superá-los, pois “A mesma condição alienada de sua existência, como classe, constitui a base da sua posição crítica” (IANNI, 1988, p. 61). Esse profissional precisa conhecer-se enquanto ser social imbuído de uma cultura construída ao longo da história, ancorada na cotidianidade, nas relações humanas, nos fatos enquanto processo, e de seus intervenientes, de forma a manter uma postura crítica e revolucionária diante da realidade. Precisa definir o objetivo de seu trabalho revestindo-se de conhecimentos técnicos e éticos. Esse perfil contribui para a criação da cultura, medeia as relações entre o homem e a natureza; tem, portanto, um compromisso com a verdade, responsabilidade diretamente ligada à sua história e à história da comunidade que está desenvolvendo seu trabalho, independentemente do nível de ensino em que seu trabalho esteja atrelado. Isso o obriga a refletir a respeito do produto do seu trabalho, o destino das suas ideias, a consciência que produz e o exemplo que se perpetua no entendimento dos alunos, famílias e comunidades.

A cultura social

O termo cultura pode ser conceituado como hábitos e capacidades adquiridos pelo homem na convivência em uma sociedade; envolve costumes, conhecimentos, crenças, que interferem diretamente nas práticas cotidianas desse sujeito. São múltiplas as determinações que marcam



(precedem e sucedem) a construção da cultura e constituem o indivíduo. Para Marx e Engels (2007) esses indivíduos não se explicam por si mesmos, mas no conjunto das relações que estabelecem e determinam. O que são está diretamente relacionado às condições materiais, ideológicas e de produção a que estão submetidos.

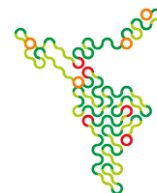
Demerval Saviani considera que: “Cultura é o processo pelo qual o homem transforma a natureza, bem como é o resultado dessa transformação” e explicita: “No processo de autoproduzir-se, o homem produz, simultaneamente e em ação recíproca a cultura”. (2007, p. 122-123). O que conduz à compreensão de que não há cultura sem o homem e não há homem sem cultura.

É um sistema complexo, que compreende uma rede de atividades e com significados compartilhados. O sujeito não é consciente de forma plena desse processo, que é redefinido com a prática coletiva em função desses múltiplos fatores criados e assumidos pelo ser humano. Tem-se que “[...] o homem é um ser social, [...] sempre age, pensa, sente como um sujeito social; e isto antes ainda de tomar consciência de tal realidade ou até mesmo para dela se dar conta” (KOSIK, 2002, p. 85).

Sendo um termo complexo, pode também ser utilizado como ideologia para legitimar um determinado tipo de direcionamento político e/ou o poder (BAUMAN, 2012). Ao se estipular a cultura da escola, a cultura do museu, a cultura da fotografia, direciona-se um modo de vida de um determinado grupo de pessoas que se unem nesta ideologia, posto que, essas pessoas pertencem a um determinado local ou classe, profissão e geração. A constituição dessa cultura ocorre quando as pessoas compartilham também os modos de falar, de proceder, os saberes em comum, os sistemas de valores, e ainda, uma autoimagem coletiva de pertença a uma determinada classe ou grupo.

A cultura é, também, essencialmente política em função de se apresentar enquanto um terreno de disputa, das condições históricas e de um processo contínuo de resistências e dominações em nome dela. “A cultura não é unicamente aquilo que vivemos. Ela também é, em grande medida, aquilo para o que vivemos” (EAGLETON, 2011, p. 184). Nesse direcionamento a cultura “É ao mesmo tempo uma entidade feita pelo homem e uma entidade que faz o homem; [...] relaciona-se ao ser humano em sua qualidade tanto de sujeito quanto de objeto” (BAUMAN, 2012, p. 128-129).

Concebe-se que a cultura é também constituída no processo de trabalho, que, por sua vez, é a atividade por meio da qual o homem se relaciona com a natureza e produz. É a realização do ser social, que é fundamental na constituição humana, enquanto uma “necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio entre o homem e a natureza” (MARX, 1996, p. 50). O processo de trabalho é



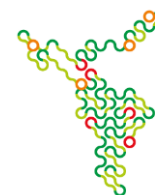
uma atividade direcionada para um objetivo: a produção de valores de uso para satisfazer as necessidades humanas pela apropriação da natureza.

É uma relação intensa e permanente entre ser humano e natureza, quando o homem a transforma e também se transforma. É nesta via de raciocínio que se entende o movimento histórico em que o homem se constitui e é constituído. É o trabalho intencionado, acompanhado pela razão, segundo Marx, o que distingue os homens dos demais animais. Ao pensar, planejar suas ações, o ser humano se diferencia dos animais, que, por sua vez, produzem sua existência baseados no instinto. Essas transformações produzidas pelo homem não são espontâneas no meio natural.

O homem produz a si mesmo a partir de condições dadas, com isso ele produz sua existência nas relações que estabelece com os outros, consigo e com a natureza. É o homem, por meio de seu trabalho, das relações de produção estabelecidas, que se constitui como homem e que, por conseguinte, é modificado e modifica a natureza (MARX, ENGELS, 2014). Esse processo ocorre em função, principalmente, do efeito das ideias humanas (VIEIRA PINTO, 1979). São as ideias desenvolvidas em conjunto com as ações humanas que complexificam as relações e propiciam transformações da realidade.

As condições de trabalho no Paraná sob a ótica da Teoria do Trabalho

As diferentes formas de organização do trabalho resultam na construção de diferentes homens, por isso é que se pode afirmar que a formação humana é diretamente perpassada por diversas formas históricas de produção. Os trabalhadores da educação vêm vivenciando novas condições de trabalho (ou a falta delas), marcadas por formas flexíveis, terceirização, controle externo, precarização, expansão do trabalho temporário, e essas mutações afetam diretamente o trabalho e a cultura profissional docente. E isso é absorvido de tal forma que interfere diretamente na prática pedagógica e nas relações estabelecidas com colegas e alunos. Mas, todas essas questões não são ‘uma sentença de morte’, onde o professor pedagogo precisa seguir à risca todas essas determinações sem possibilidade de mudanças. Incorpora-se o pensamento de Gramsci quando se afirma que não se pode ignorar a autonomia manifestada na criação cultural. Sempre há o elemento sujeito humano envolvido, por mais que esteja entre a miséria e o senso comum. Mesmo quando determinadas situações possam parecer irreversíveis.



Por outro lado, o Estado “organiza” a sociedade na medida em que admite a existência de injustiças, portanto, corrobora para que essas se perpetuem. Um exemplo disso é o ocorrido em abril de 2015, no Estado do Paraná. O governo, diante de uma manobra política, se apossou do dinheiro da aposentadoria de milhares de funcionários públicos do estado e alegou não ter caixa para honrar suas contas nos próximos anos. Com violência física contra professores pedagogos e demais funcionários, comprou instâncias legislativa e judiciária, onde as decisões seriam votadas. Nesse episódio as palavras de Marx, no ano de 1844, ainda se fazem atuais.

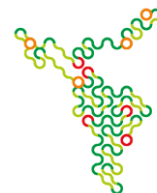
O Estado é a organização da sociedade. Na medida em que o Estado admite a existência de anomalias sociais, ele procura situá-las no âmbito das leis da natureza, que não recebem ordens do governo humano, ou no âmbito da vida privada, que é independente dele, ou ainda no âmbito da improbidade da administração, que é dependente dele. “[...] todos os Estados buscam a causa nas falhas casuais ou intencionais da administração e, por isso mesmo, em medidas administrativas o remédio para suas mazelas”. (MARX e ENGELS, 2010, p. 38-39).

O que dizer então de um Estado que não só corrobora com as anomalias, mas que as produz? Que desrespeita o professor e o funcionário enquanto ser humano? Que coloca a culpa exclusivamente nestes pela pouca qualidade do ensino? Que afirma em rede nacional que professores são manipulados e manipuláveis por organizações políticas contrárias e de esquerda, que são utilizáveis como massa de manobra? (GLOBO, 2015)

A posição dos professores pedagogos é complexa, pois não são meros fantoches do sistema, mas são constituídos por este. Alguns participam de lutas históricas pela educação e pela emancipação das classes populares, e são oprimidos pelo poderio do Estado e seus *lobbies*, utilizados para a perpetuação no poder, para obtenção ou manutenção de regalias e vantagens. E tudo isso em função do capital e dos interesses dominantes.

Pode-se refletir sobre as palavras de Marx, que muito embora tenham sido direcionadas para o trabalho da fábrica, cabe, em certa medida, ao docente do estado do Paraná, no contexto atual:

[...] no processo de produção capitalista, não é o trabalhador que usa os instrumentos de produção. Ao contrário: os instrumentos de produção – convertidos em capital pela relação social da propriedade privada – é que usam o trabalhador. Dentro da fábrica o trabalhador se torna um apêndice da máquina e se subordina aos movimentos dela, em obediência a uma finalidade – a do lucro – que lhe é alheia. O trabalho morto acumulado no instrumento de produção suga como um vampiro cada gota de sangue do trabalho vivo fornecido pela força de trabalho, também ela convertida em mercadoria, tão venal quanto qualquer outra. (MARX, 1996, p. 34).

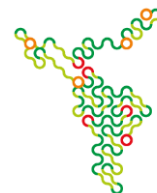


O desenvolvimento da produção é transformado em exploração e domínio sobre os trabalhadores, alienando-os e degradando-os. O professor pedagogo, em seu trabalho, obedece à máquina do sistema burocrático, que é o Estado, que por sua vez também se orienta pelo capitalismo. No Paraná o governo iniciou, em 2015, um processo de fechamento de 150 escolas, visto que, de acordo com o argumento das autoridades, têm poucos alunos e salas e espaços ociosos.

Onde está a qualidade que se cobra dos professores? Em salas lotadas? Escolas também cheias? Sem investimento público? O governo alegou otimização de salas e respeito aos recursos públicos, que devem ser utilizados de forma eficiente (nas palavras do próprio governo divulgadas amplamente na mídia). Cabe ressaltar que no início do ano de 2015 mais de 2 mil turmas foram fechadas e que, devido a isso, as salas de aula estão lotadas (GLOBO, 2015).

Todo esse comportamento gera a construção de uma ideologia de proteção ao sistema e muitos trabalhadores/professores pedagogos nem percebem esses meandros da política, internalizados por meio de cursos, de sentimentos voltados à ética, destacando a participação de todos nas escolas como importante para a tomada de decisões. Mas, será que as decisões podem ser realmente tomadas, ou se finge tomá-las? Vive-se em nome de uma pseudoparticipação que pode ser destruída em segundos por um estado governado em bases autoritárias. Ou ainda, se apregoa a não participação, um não envolvimento político efetivo da classe, quase como um apoliticismo, quando a atividade humana é demonstrada como duas esferas distintas e contraditórias, como a vida pública e a vida privada. Cabe ressaltar que “A ilusão do apoliticismo nasce da alienação”. Nesse caso, “[...] a alienação possibilitou o aparecimento dessa ilusão segundo a qual a atividade do indivíduo na esfera de sua vida particular permitiria um abandono de suas responsabilidades como cidadão” (KONDER, 2009, p. 183).

Na semana pedagógica preparada pelo estado para todas as escolas no primeiro semestre de 2016 (PARANÁ, 2016), essas questões foram amplamente abordadas. O material versava a respeito dos direitos humanos, da ética, da dignidade humana, da democracia na educação, com o discurso de se promover um ensino voltado para a transformação social. Nesse mesmo material constava entrevista com o Sr. Deputado Ademar Traiano, falando sobre um programa de combate à corrupção. Vale lembrar que esse mesmo deputado é investigado em diversos processos, isso sem contar sua postura diante do movimento de professores e funcionários em abril de 2015. O referido político direcionou as votações a favor do governo e contra o funcionalismo público. Questões como equidade e equiparidade são abordadas, no entanto, o que o estado deixa de abordar nessas formações



continuadas são questões como condições de trabalho, falta de verbas, violência, recursos estruturais. O material é insuficiente para uma formação com qualidade aos profissionais da educação, além de ser fragmentado e com informações e depoimentos duvidosos e tendenciosos. Esse tipo de formação valoriza o preenchimento de tabelas e planilhas em detrimento de estudos aprofundados sobre temáticas relevantes para a realidade das escolas e profissionais da educação. Essa é uma questão que remete ao conceito de ‘cegueira moral’, utilizado por Bauman e Donskis (2014, p. 18), definida como sendo “voluntariamente escolhida e imposta ou aceita com resignação”, pois traz conceitos ilusórios que são construídos por tecnocratas a fim de perpetuar uma dada situação.

No entanto, é importante observar que essas condições não estão dadas simplesmente. É necessário que esse profissional da educação também se envolva e cobre mudanças da mantenedora, assunção de compromissos que são da sua responsabilidade.

Sem querer subestimar a eficácia de tais fatores ideológicos, é preciso constatar, no entanto, que a combatividade de uma classe é tanto maior quanto melhor for a consciência que ela puder ter na crença de sua própria vocação, quanto mais indomado for o instinto com que é capaz de penetrar todos fenômenos conforme seu interesse (LUKÁCS, 2012, p. 168).

Mesmo que por vezes a realidade mostre o contrário, na luta contra a desigualdade e a injustiça se avança um pouco sempre, mesmo que o retrocesso pareça inevitável. Na linguagem popular diz-se que ‘se anda um passo para trás, mas um para frente’. É um combate constante pela consciência.

Outro exemplo do que ocorreu no estado do Paraná, desde o final de 2014, foi a redefinição de um direito da comunidade escolar, a saber, a eleição de diretores. Após um ano, a lei foi finalmente sancionada em 14 de outubro de 2015. Segundo o governo do PSDB, as eleições ocorreram no dia 04 de dezembro daquele ano. A aprovação dessa lei na ALEP⁴ causou discussões e polêmicas entre governo e oposição, principalmente no que tange a universalização do voto, que anteriormente era paritário; e no que diz respeito à duração do mandato, antes de três anos e agora de quatro, e a possibilidade de reeleição sem limite. Cabe destacar que a eleição é apenas um dos mecanismos de gestão escolar democrática. Aliado a isso, tem-se o funcionamento dos Conselhos Escolares, das

⁴ Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.



Associações de Pais e Mestres, dos Conselhos de Classe e dos Grêmios Estudantis, por exemplo. O cerceamento de qualquer uma dessas instâncias colegiadas demonstra o que Ball explica a seguir:

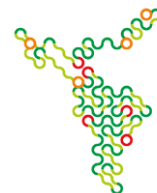
Na sua forma mais visceral e íntima, o neoliberalismo envolve a transformação das relações sociais em calculabilidades e intercâmbios, isto é, na forma de mercado, e, portanto, a mercantilização da prática educacional – por exemplo, nas economias de valor-aluno, por meio de remuneração por desempenho, gestão de desempenho e flexibilização e substituição do trabalho. As tecnologias neoliberais trabalham em nós para produzir um corpo docente e discente ‘dócil e produtivo’, e professores e alunos responsáveis e empreendedores (BALL, 2014, p. 64).

Mais um exemplo a ser citado neste mesmo estado é sobre o Conselho Deliberativo de uma Universidade, que decide os rumos dessa instituição e, posteriormente, essas decisões, que eram legais, dentro do esperado pela comunidade acadêmica, são barradas pelo governo. São modelos “[...] de administração da educação baseado em uma estrutura verticalizada e rigidamente hierarquizada” que não possibilita “[...] mudanças, participação, ou criatividade” (FERREIRA, 2000, p. 308). Observa-se que no governo atual, no Paraná, há muitas organizações a serviço da economia neoliberal que direcionam o poder do Estado com vistas à troca de favores, evidenciando sua estruturação em redes com a iniciativa privada, “[...] as organizações de redes são opacas, consistindo, em boa parte, de trocas sociais informais, negociações e compromissos que se constituem ‘nos bastidores’” (BALL, 2014, p. 33). As decisões envolvem participantes diversos, porém não de direito, mas ligados a compromissos, influências, finalidades ligadas a uma determinada rede de relações, de onde advém esse suporte e de interesses políticos e econômicos.

Compreender essas relações da profissionalidade do trabalhador docente, a desigualdade social e a necessidade de se construir uma sociedade mais igualitária, emancipada e justa, é mister, de forma a superar a concepção taylorista e fordista que infelizmente ainda hoje apresentam resquícios na educação. Para tanto, os educadores precisam ser educados, conforme ressaltou Marx (1854), na terceira tese sobre Ludwig Feuerbach⁵. Essa educação é uma tarefa árdua com a finalidade da transformação social.

Como foi observado ao longo da exposição, a educação também pode ser uma mercadoria ou pode se submeter à lógica do capital, em uma sociedade dirigida pelo capital, mesmo tendo como mantenedores os órgãos públicos. Corroborando o pensamento de Saviani (2007), o mercado não é

⁵ Terceira tese de Marx sobre Ludwig Feuerbach: A teoria materialista de que os homens são produto das circunstâncias e da educação e de que, portanto, homens modificados são produto de circunstâncias diferentes e de educação modificada esquece que as circunstâncias são modificadas precisamente pelos homens e que o próprio educador precisa ser educado. Leva, pois, forçosamente, à divisão da sociedade em duas partes, uma das quais se sobrepõe à sociedade (como, por exemplo, em Robert Owen). A coincidência da modificação das circunstâncias e da atividade humana só pode ser apreendida e racionalmente compreendida como prática transformadora. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_fontes/acer_marx/tme_13.pdf



absoluto: pensar que ele seria absoluto significaria adotar uma posição de determinismo, o que aqui não é o caso, pois envolve diversos fatores socialmente manifestados, em ações recíprocas e complementares.

Nesse contexto, a formação profissional é imprescindível no sentido de preparar professores pedagogos para o desenvolvimento da identidade e autonomia com suas bases na coletividade e no âmbito social, com a finalidade de lutar pelos seus direitos e pela emancipação da classe, visto que esses profissionais exercem uma função de orientação na sociedade, e podem ser considerados intelectuais. Profissionais que atuam com pessoas, principalmente das classes mais exploradas e necessitadas, precisam estar preparados para auxiliar a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Em decorrência tem-se que “Somente de um trabalho comum e solidário de esclarecimento, de persuasão e de educação recíproca é que nascerá a ação concreta de construção” (GRAMSCI, 2004 b, p. 245).

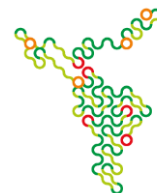
Uma das formas de adquirir essa compreensão é o envolvimento com as situações sociais, políticas e culturais da sociedade em que atua, além do estudo e reflexão sobre essas questões. Uma tarefa que exige dedicação e disciplina, que desenvolverá a consciência de ser um homem individual, porém histórico e coletivo, por meio do desenvolvimento da consciência de classe

[...] o processo de tomada de consciência de classe operária desenvolve-se ao longo das suas próprias lutas, como classe. Isto é, a classe operária não se constitui apenas porque o regime capitalista se desenvolve; ela se forma na medida em que luta contra as relações de alienação em que se acha inserida. É no curso dessa luta que acaba por identificar toda a hierarquia dos seus inimigos, até compreender o Estado burguês como núcleo do regime em que se funda a sua alienação (IANNI, 1988, p. 46).

De acordo com a concepção marxiana e gramsciana, um ser humano histórico, concreto e ativo se define no conjunto dessas relações sociais que estabelece, que transforma e é transformado a partir de tais relações. Um profissional cuja existência e essência caminham ao largo, na universalidade do constituir-se humano com vistas à transformação social.

Considerações Finais:

Cada profissão constrói sua cultura e com ela uma linguagem própria, um modo de tratar assuntos e situações peculiares que interfere na sociedade e recebe a sua interferência. O professor pedagogo também está inserido em uma sociedade, um ambiente cultural que desenvolve



direcionamentos relacionados a uma série de questões recebendo suas interferências e nele interferindo.

No cotidiano, cabe ao professor pedagogo conviver com a diversidade dessas práticas, as políticas e os relacionamentos nas instâncias diferentes da sua, como mantenedoras, instituições de saúde, de justiça, ONGs e empresas. Tudo isso interfere diretamente na construção da cultura, visto que essa não pode ser explicada isoladamente, pois está entrelaçada a relações dinâmicas que, por sua vez, remontam à necessidade de concebê-las na sua totalidade, já que se compõem pela multiplicidade de relações, interações, conflitos, contradições e ligações. Essas relações constroem uma experiência social, e a sociedade interfere na constituição das culturas individuais, sem definir cada sujeito, pois esse também interfere e constrói a sua individualidade, que é modelada e remodelada a todo instante em uma relação mútua.

REFERÊNCIAS

BALL, Stephen J. Educação Global S.A. *Novas redes políticas e o imaginário neoliberal*. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014.

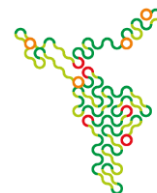
BAUMAN, Zygmunt. *Ensaio sobre o conceito de cultura*. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BAUMAN, Zygmunt. DONSKIS, Leonidas. *Cegueira Moral – A perda da sensibilidade na modernidade líquida*. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

EAGLETON, Terry. *A ideia de cultura*. 2ª Ed. Tradução: Sandra Castello Branco. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. Gestão democrática da educação: ressignificando conceitos e possibilidades. IN: FERREIRA, Naura S. Carapeto e AGUIAR, Márcia Â. da S. (orgs). *Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos*. São Paulo: Cortez, 2000.

GLOBO. *MP Responsabiliza Beto Richa por operação policial de 29 de abril*. 29/06/2015. Disponível em <http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2015/06/mp-pr-responsabiliza-beto-richa-por-operacao-policial-do-dia-29-de-abril.html>. Acesso em 11 mar. 2016.



GRAMSCI, Antônio. *Escritos políticos*. V.1 e 2. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004b.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

IANNI, Octavio. *Dialética e capitalismo*. 3ª Ed. Petrópolis – Rio de Janeiro: Ed Vozes, 1988.

KONDER, Leandro. *Marxismo e alienação*: contribuição para um estudo do conceito marxista de alienação. 2ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Tradução: Célia Neves e Alderico Tríblio. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe*: estudos sobre a dialética marxista. 2ª Ed. São Paulo: Editora WMF / Martins Fontes, 2012.

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. Tradução de Maria Helena Barreiro Alves. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

_____. *O capital* – v. 1. 1996. Disponível em:

http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_fontes/acer_marx/ocapital-1.pdf. Acesso em: 14 jul. 2015.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Lutas de classes na Alemanha*. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2014.

SAVIANI, Demerval. *Escola e democracia*: teorias da educação, curvatura da vara - Onze teses sobre a educação política. 39ª Ed. Campinas - SP: Autores Associados, 2007.

VIEIRA PINTO, Álvaro. *Teoria da Cultura*. IN: VIEIRA PINTO, Álvaro. *Ciência e existência: problemas filosóficos da pesquisa científica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.



A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO EM SAÚDE: TRABALHADORES, DOCENTES E DISCENTES DE UM CURSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM EM DIÁLOGO

Maristela Vargas Losekann¹
Daniel Klug²

Resumo: Trata-se de um estudo descritivo, tipo relato da experiência vivenciado pelos discentes, docentes e supervisores do Estágio Curricular Supervisionado em uma instituição de ensino pública vinculada à uma instituição de saúde. Objetivo: descrever a experiência da inserção dos discentes no estágio que acontece já no primeiro semestre do curso Técnico em Enfermagem. A primeira aproximação dos discentes com o mundo do trabalho acontece a partir da visita observacional realizada em Unidades Básicas de Saúde e de Internação hospitalar. Considerando seu potencial para produzir uma melhor integração ensino-serviço, elas compõem o Plano Didático do Curso Técnico do Centro de Educação Tecnológica em Saúde do Grupo Hospitalar Conceição e demandam organização prévia dos docentes e preparação dos discentes para olhar trabalhadores em seu fazer cotidiano. Realizadas antes do primeiro contato dos discentes com os campos, são direcionadas aos estudantes que Unidade temática Saúde do Adulto e do Idoso. Realizadas em grupos, foram organizadas para promover um ambiente de aprendizado na perspectiva da curiosidade, voltando o olhar do discente para o trabalho em saúde e para as práticas de atenção à Saúde. Permitem que os discentes tenham o primeiro contato com trabalho e reconheçam as relações estabelecidas entre os profissionais técnicos em enfermagem e os usuários, bem como com os demais membros da equipe, levando em consideração os princípios do Sistema Único de Saúde e suas diretrizes.

Palavras-chave: Formação. Trabalho. Saúde.

TECHNICAL PROFESSIONAL EDUCATION OF MEDIUM LEVEL IN HEALTH: WORKERS, TEACHERS AND DISCIPLES OF A TECHNICAL COURSE IN NURSING IN DIALOGUE

Astract: This is a descriptive study, as a report of the experience experienced by the students, teachers and supervisors of the Supervised Curricular Internship in a public education institution linked to a health institution. Objective: to describe the experience of the insertion of the students in the stage that happens already in the first semester of the Technical course in Nursing. The first approximation of the students with the work world happens from the observational visit realized in Basic Units of Health and Hospital Inpatient. Considering their potential to produce a better teaching-service integration, they make up the Didactic Plan of the Technical Course of the Center for Technological Education in Health of the Hospitalar Conceição Group and demand the prior organization of the teachers and preparation of the students to look at their daily work. Held before the first contact of

¹ GRUPO HOSPITALAR CONCEIÇÃO, Centro de Educação Tecnológica em Saúde do Grupo Hospitalar Conceição, Porto Alegre, Brasil.

² GRUPO HOSPITALAR CONCEIÇÃO, Centro de Educação Tecnológica em Saúde do Grupo Hospitalar Conceição Porto Alegre, Brasil.



the students with the fields, they are directed to the students that Thematic Unit Health of the Adult and the Elderly. In groups, they were organized to promote a learning environment from the perspective of curiosity, turning the students' gaze to work in health and health care practices. They allow students to have the first contact with work and to recognize relationships established among the technical professionals in nursing and the users, as well as with the other members of the team, taking into account the principles of the Unified Health System and its guidelines.

Keywords: Formation. Job. Health.

Introdução

O estágio curricular supervisionado compõe obrigatoriamente o currículo do Curso Técnico em Enfermagem e deve ser inserido ao longo do curso (BRASIL, 2012). Ele representa o momento em que o estudante entra em contato direto com a realidade de saúde da população e do mundo do trabalho (SANTOS et al, 2016, p. 1879; MARRAN, LIMA, BAGNATO, 2015, p. 104; BURGATTI, BRACIALLI, OLIVEIRA, 2013, p. 940; LIMA et al, 2014, p. 137; SILVA, RODRIGUES, 2010, p. 69; COLLISELLI et al, 2009, p. 935; COSTA, GERMANO, 2007, p. 708) e com a rotina decorrente deste (SANTOS et al, 2016, p. 1880; BORGES *et al*, 2011, p. 413).

O Projeto Pedagógico do Curso do Técnico em Enfermagem (2010) do Centro de Educação Tecnológica em Saúde do Grupo Hospitalar Conceição (CETEPS) – Escola do Grupo Hospitalar Conceição (GHC) insere o estágio desde o primeiro semestre. O objetivo dessa prática é a integração do ensino teórico com a prática diária, visando a aquisição de experiências, nas diversas áreas de atuação do profissional Técnico em Enfermagem. Nesse sentido, as atividades são desenvolvidas junto aos usuários do Sistema Único de Saúde em serviços diversos, unidades básicas de saúde, comunidade e em hospitais com diferentes níveis de atenção e especialidades médicas variadas.

A formação em enfermagem tem como base o fornecimento, ao aluno, de conhecimento teórico, prático e científico, requeridos para o exercício das competências e habilidades para atuar na realidade de saúde local e regional, na atenção individual ou coletiva, visando a promoção, proteção, reabilitação e recuperação da saúde dos indivíduos e grupos. Assim sendo, o estágio deverá servir como espaço de aproximação do discente com o mundo do trabalho, de reflexão crítica e de ação criativa. Aprendizado prático, o estágio utiliza-se da teoria, adequando-a à realidade local (BORGES *et al*, 2011, p. 413). Para que isso aconteça é preciso que o estudante se aproprie da realidade através de uma educação problematizadora (BURGATTI, BRACIALLI, OLIVEIRA, 2013, p. 940), uma formação articulada à realidade da região, que considere tanto as necessidades de saúde da população,



quanto as fragilidades e potencialidades do serviço (COLLISELLI et al, 2009, p. 935). A partir da realidade contextualizada, emergem problemas socialmente relevantes (SILVA, RODRIGUES, 2010 p. 70) e espera-se que o estudante possa inserir-se, vivenciando a atuação profissional da enfermagem em seu contexto histórico, político, social, cultural e financeiro (MARRAN, LIMA, BAGNATO, 2015, p. 105) com a supervisão direta do professor supervisor nos cursos técnicos em enfermagem.

Para que isso aconteça, antes de iniciar o estágio curricular propriamente dito, escola realiza uma primeira aproximação dos discentes com o mundo do trabalho a partir da visita observacional realizada em Unidades Básicas de Saúde e de internação hospitalar. Considerando seu potencial para produzir uma melhor integração ensino-serviço, elas compõem o Plano Didático do Curso Técnico e demandam organização prévia dos docentes e preparação dos discentes para olhar trabalhadores em seu fazer cotidiano.

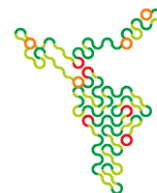
Este artigo trata-se de um estudo descritivo, tipo relato da experiência vivenciado pelos discentes, docentes e supervisores do Estágio Curricular Supervisionado em uma instituição de ensino pública vinculada à uma instituição de saúde. Tem como objetivo descrever a experiência da inserção dos discentes nos locais de estágio através da visita observacional.

Visitação nas Unidades de Internação e Unidades Básicas de Saúde: o primeiro contato com o trabalho em saúde.

As visitas observacionais são realizadas no primeiro semestre do curso e direcionadas aos estudantes que Unidade temática Saúde do Adulto e do Idoso. Efetuadas em grupos de seis estudantes, foram organizadas com o objetivo de promover um ambiente de aprendizado na perspectiva da curiosidade.

Acontecem a partir de uma programação prévia – sempre antes dos alunos irem para o primeiro estágio do curso. O estágio é supervisionado por docente do CETEPS, em campos e serviços estabelecidos por meio de pactuação entre a referida a escola e o GHC a cada ano. A realização dessa modalidade de estágio, por parte do estudante, não acarreta vínculo empregatício de qualquer natureza e nem gera qualquer tipo de encargos sociais (BRASIL, 2008).

Dentre os objetivos da visita cabe destacar: provocar reflexões sobre a atuação dos profissionais de enfermagem, bem como da equipe de saúde; oportunizar o contato dos estudantes com as unidades de saúde; proporcionar ao aluno o primeiro contato com áreas de internação clínica



e cirúrgica e de atenção primária, bem como vivenciar na prática, conceitos e teorias abordados em aulas teóricas; despertar no aluno o espírito de equipe, desenvoltura nos relacionamentos interpessoais com a equipe multiprofissional e com os usuários do sistema de saúde; propiciar ao aluno a observação e acompanhamento da assistência prestada, dos fluxos formais e informais existentes; proporcionar ao aluno o primeiro contato e manuseio com prontuários e registros de saúde diversos; estimular no aluno a atuação com respeito e ética, como embasamento de sua atuação profissional; preparar o aluno para os campos de estágio subsequentes.

Além da formação do aluno, a atividade oportuniza ao professor, através da aproximação com a realidade dos serviços, experimentar a aplicação de teorias trabalhadas no mundo acadêmico, confrontá-las e até mesmo questioná-las, para assim aperfeiçoar e sedimentar seus conhecimentos (SILVA, RODRIGUES, 2010, p. 69).

O trabalho do docente na organização do processo

A atividade de visitação acontece sempre em horário de aula e com acompanhamento do professor que assume nessa atividade o papel de facilitador. Elas se desenvolvem da seguinte forma: os alunos recebem a proposta e o cronograma de visitas, sendo que a distribuição dos grupos e dos docentes responsáveis para acompanhar a atividade já está predeterminado. Cada grupo irá realizar dois dias de visitação, sendo um deles em uma unidade de internação e outro em uma unidade básica de saúde.

A carga horária total da atividade é 15 horas, sendo que 06 horas são para as duas visitas e 04 horas são destinadas à elaboração em grupo do relatório que será entregue e apresentado posteriormente. As outras 5 horas são destinadas para o encontro de apresentação e discussão das vivências, em que todos os docentes que acompanharam as visitas participam.

Nos serviços de atenção primária à saúde deverão ser observados, no mínimo, os seguintes aspectos: identificar como ela se organiza para a assistência ao usuário (área física, equipe de trabalho); qual o perfil dos usuários (procedência, problemas de saúde); reconhecer como ocorre o acolhimento dos usuários, como se estabelece a comunicação dos profissionais com os usuários e a comunicação entre os diferentes profissionais dentro da equipe; observar como ocorre o acesso ao serviço e o tipo de produção de saúde que este serviço garante.



Nas unidades de internação deverão ser observados, no mínimo, os seguintes aspectos: como acontece a recepção do paciente internado; portas de entrada e saída das unidades de internação; inter-relacionamento das equipes assistenciais; os registros realizados; a distribuição das tarefas e atividades entre as equipes.

Contextualizando o serviço visitado

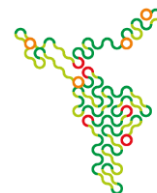
“Por que os ossos doem
Enquanto a gente dorme
Por que os dentes caem
Por onde os filhos saem” (*Oito Anos*,
Paula Toller/Dunga)

Por que? Por que? Na leitura do fragmento da música “Oito Anos” podemos observar a forma como a criança constrói a aprendizagem na perspectiva da curiosidade. Fazendo referência ao desenvolvimento da criança, convidamos os discentes para fazer emergir a criança que há em nós. A partir dessa proposição colocamos para os alunos a atividade das visitas, destacando que para a realização a sua realização o importante é exercitar o poder de reflexão, fazer muitas perguntas e ativar a curiosidade sobre o assunto observado.

Para a realização do registro das visitas indicamos a confecção de um diário de campo, ferramenta que permite que acrescente e enriqueça as observações com informações que considere relevantes. Os registros do diário serviram como base para a realização de um relatório que será apresentado para a turma e para professores, ampliando a rede de discussões. A apresentação deve ser breve e cabe ao aluno selecionar, dentro do seu aprendizado em campo, o que considera relevante para compartilhar. Além disso, ele deve realizar uma produção textual com o auxílio de referências e entregar o produto dessa atividade por escrito.

A preparação dos discentes para a atividade

Partimos do pressuposto de que a observar consiste na ação de perceber, tomar conhecimento de um fato ou esclarecimento que ajuda a explicar a compreensão da realidade objeto do trabalho e, como tal, encontrar os caminhos necessários aos objetivos a serem alcançados. Um processo mental e ao mesmo tempo técnico (SOUZA, 2000, p. 32).



Destacamos que o momento de preparação antes da ida à campo é importante para qualificar a observação e os registros. Muitas vezes, esse é o primeiro contato do aluno com um serviço de saúde. Pode haver, então, por parte do aluno, dificuldade em saber o que observar e como. Por exemplo, o discente esquece, muitas vezes, de contemplar o espaço físico de uma sala e refletir como as pessoas que atuam naquele espaço se deslocam e realizam suas atividades, ficando mais restritos a listar quantas salas o serviço possui e o que cada uma delas tem a oferecer. Ensinar a realizar uma boa observação é o principal papel do docente nesse momento, pois um olhar atento e reflexivo pode desvelar inúmeras questões que serão determinantes para uma adequada contextualização do serviço visitado.

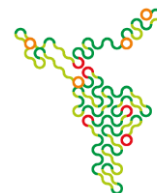
Algumas questões devem ser levadas em conta para que o processo de aprendizagem se estabeleça da melhor forma possível. A apresentação do local, do trabalho que se realiza, os processos e fluxos e as tecnologias que estão disponíveis e como são utilizadas devem ser feitas pelo trabalhador do local. Acreditamos que não deva ser o docente e sim um trabalhador do local, sendo ideal que diferentes trabalhadores falem sobre o seu trabalho, não sendo indicado que um único profissional apresente o que todos fazem. Ninguém melhor do que o trabalhador para falar do seu trabalho e das suas dificuldades em realizá-lo.

Preparar o olhar e/ou aprender a olhar: docentes e discente em diálogo antes da visita

Antes do início das atividades de visitação, professor e alunos promovem uma reunião para acertar a distribuição dos grupos e locais a serem visitados, compartilhar informações gerais sobre os campos escolhidos, localização e forma de acesso, deslocamento e questões gerais com o intuito de realizar as combinações necessárias e a preparação para o momento, cabendo ao docente fazer uma breve apresentação dos locais a serem visitados.

Nesse momento da preparação um dos tópicos que ganha destaque são as questões éticas e o sigilo das informações que serão coletadas nesses locais. A forma de realizar perguntas para equipe também deve ser salientada, pois pode gerar um estranhamento e os alunos produzirem um constrangimento ao falarem sobre inadequações ou processos de trabalho que analisem ou considerem inadequados para o funcionamento adequando daquele serviço.

É importante ressaltar aspectos sobre a postura durante o período de vivência no ambiente de trabalho, bem como os princípios de ética que orientam a prática profissional em saúde dentro de



estabelecimentos de atenção à saúde e produção desta. O uso de redes sociais nesses locais é proibido para que não haja exposição da imagem de usuários, devendo o aluno utilizar formas alternativas de uso de imagens, como por exemplo desenhos que contemplem plantas e distribuição de espaços, fotos da fachada e sem expor nenhum usuário, familiar ou trabalhador da saúde.

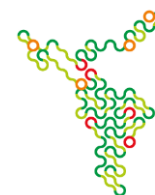
Devemos considerar que para a realização plena da atividade, ou seja, para que ela alcance os objetivos propostos, é importante que tanto o docente quanto o aluno exercitem o seu poder de reflexão. Salientamos que uma das formas que isso pode se dar é através da realização de perguntas sobre o trabalho realizado, ou seja, como você(s) faz(em) em determinada situação, pois como não estamos vivenciando aquela situação, o trabalhador ao relatar consegue sistematizar sua atividade, ativando a curiosidade de outros sobre o mesmo e também sendo produtor de mais e mais dúvidas. Aguçar a curiosidade sobre o trabalho realizado pode ser uma forma também de impelir o trabalhador a refletir sobre o seu trabalho.

A observação como parte da formação em enfermagem: o olhar dos alunos

Os alunos, de modo geral, durante as visitas conseguem observar com detalhes a área física das unidades e a sua importância para o desenvolvimento das ações de saúde. Surgem nos relatos, por exemplo, a construção de pequenas plantas físicas, com destaque para assuntos que já foram trabalhados até aquele momento.

No início do curso, um dos primeiros temas tratados diz respeito ao uso de equipamentos de proteção individual e coletiva, prevenção de infecções como a lavagem de mãos e o descarte adequado de resíduos no ambiente de saúde. Nos relatos aparecem em destaque a localização das pias limpas e disponíveis para a limpeza das mãos, as caixas para descarte de material perfuro cortante, álcool gel e disponibilidade para o uso. Trazem nos relatos a importância da limpeza do ambiente e de locais arejados. Salientam ainda o espaço entre os leitos, acham os quartos muito apertados, com falta de privacidade em alguns locais e paciente graves dividindo o mesmo quarto com pacientes lúcidos, sendo esse um fator gerador de ansiedade.

A área física foi destacada como fator de aproximação da equipe: como por exemplo, no caso dos agentes de saúde comunitária, pelo fato de ter na unidade uma área para que eles permaneçam, facilita a integração e a aproximação com a equipe de saúde. Do mesmo modo, a existência da equipe multidisciplinar foi mais ressaltada nas unidades de atenção primária à saúde e nas áreas hospitalares



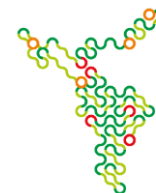
os alunos perceberam fragmentação da equipe. Além disso, identificaram diferentes enfoques da atenção à saúde nas duas áreas, nas unidades básicas o foco nas ações de prevenção e promoção, e nas unidades de internação hospitalar ações de saúde mais voltadas para o diagnóstico e tratamento.

Observaram a atuação de outros profissionais como a assistente social, e a participação do Conselho Tutelar nas ações de saúde, demonstrando que a identificação de situações de maus tratos muitas vezes ocorre em consultas de rotina ou situações não protocoladas, como em visitas domiciliares e outras situações. Isso demonstra que o grupo, percebeu que o atendimento e as ações de saúde envolvem muito mais do que a consulta médica. Além disso, relataram sobre grupos de prevenção e acompanhamento de agravos como diabetes. Destacaram também, a horta comunitária que auxilia a população do território na educação para uma alimentação saudável e em alternativas para a alimentação e reeducação alimentar: "A educação nutricional voltada para todos e não só para os doentes".

Nas observações apareceram relatos das formas de comunicação existentes nas unidades, ou seja, folhetos com gravuras, desenhos, histórias em quadrinhos, próximas da linguagem do usuário e tornando o processo de educação em saúde mais adequado. Mencionam a importância do profissional de saúde utilizar uma linguagem acessível, independente do paciente e sem discriminação de qualquer gênero.

Perceberam na relação usuário *versus* profissional de saúde, uma distorção no entendimento de que o cuidado e as ações de atenção à saúde são direitos assegurados pela Constituição Federal. Segundo os alunos, muitos usuários têm ideia de que estão "recebendo um favor" e colocam-se em situação de fragilidade diante de quem presta o cuidado. Muitos relatos trouxeram a manifestação do usuário de que "desconhecem quem é o seu médico", situação que causa muita ansiedade e insegurança nos usuários. No caso dos serviços de atenção primária de saúde, os relatos evidenciaram situações diferentes, de estabelecimento de vínculos e maior aproximação. De acordo com os alunos, a situação de desconhecimento do diagnóstico é um dos maiores causadores de ansiedade e estresse nos pacientes.

Nos relatos, evidenciamos muitos dos temas tratados em aulas teóricas, como por exemplo, a importância do cuidado da dor, o grande número de idosos nos territórios, a visita dos profissionais ao paciente e a coleta da história, formas alternativas de estimular adesão ao tratamento, a importância dos registros dos cuidados, a privacidade do usuário na realização dos procedimentos. Trouxeram nos



relatos que viram profissionais realizando o cuidado de forma mecânica, muitas vezes parecendo que o paciente é invisível, não tendo o cuidado com a circulação de pessoas estranhas, a exposição do corpo e o frio, o respeito às diferenças.

No que diz respeito à comunicação, perceberam que nas unidades básicas há um bom fluxo de informações, "lá parece uma família" apesar da equipe não ser pequena, enquanto que no hospital a comunicação é mais restrita, somente o essencial e a equipe é mais individualista. Os alunos destacaram que para alguns membros da equipe no hospital eles eram "invisíveis".

Na atenção primária observaram como se constitui o Prontuário familiar, o controle das consultas e o agendamento por telefone priorizando os idosos, a divisão do território por equipes a organização do atendimento por prioridade. Apareceram também nos relatos, o acolhimento e a orientação dada na atenção primária, sendo que os alunos consideraram esses serviços mais resolutivos, lá "ninguém fica sem atendimento" e "existe muita promoção de saúde". Ouviram os usuários e estes relataram que o "acesso é bom".

Dentro do hospital os alunos destacaram as especialidades médicas e o aumento da demanda de trabalho como um diferencial, sendo que observaram que nas escalas de serviço há redução do número de trabalhadores no turno da noite e nos finais de semana e que são poucas as visitas do enfermeiro aos pacientes. Nas conversas com os usuários, ouviram relatos de que não tem atividades para fazer passar o tempo, tendo que enfrentar, além da distância da família, o tédio.

Conforme a proposta da atividade, avaliamos que os alunos atingiram satisfatoriamente os objetivos da observação, pois algumas situações que não foram percebidas por alguns grupos, acabaram sendo relatadas pelos colegas de outros. Na apresentação dos relatórios compartilharam aprendizagens, solicitaram material escrito para leituras complementares, integrando-se e buscando sempre trabalhar no coletivo. De modo geral, verbalizavam dificuldades, mantiveram uma postura ética nas visitas, não comentando e nem interferindo em situações que não estavam autorizadas.

Considerações Finais

As visitas observacionais são realizadas com o intuito de colocar os estudantes em contato inicial com os campos em que irão realizar os estágios, bem como serviços que compõem a rede de serviços da saúde e/ou relacionados com a sua produção. Percebemos que elas têm propiciado adequadamente uma aproximação com o mundo do trabalho em saúde. Através delas os alunos têm



percebido como se estruturam os serviços, trabalhando conceitos de rede e de território em saúde, ou seja, os locais tornam-se ambientes de aprendizagem.

Outro resultado importante, é que fazem com que o aluno perceba já nesse momento inicial as diferentes formas de relacionamento entre as equipes nos ambientes de trabalho, como são construídos e fortalecidos os vínculos entre equipes e usuários e os diferentes enfoques da assistência oferecida e/ou prestada nos diferentes espaços de saúde.

A observação tem sido um instrumento importante na formação técnica em enfermagem, pois a partir delas os discentes voltam o olhar para as práticas de atenção à Saúde, reconhecendo a relação estabelecida entre os profissionais técnicos em enfermagem e os usuários, bem como com os demais membros da equipe de saúde, levando em consideração os princípios do Sistema Único de Saúde e suas diretrizes.

Referências

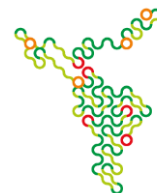
BORGES, José Wicto Pereira et al. Estratégia saúde da família: experiência de acadêmicos de enfermagem em estágio curricular. *Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste*, v.12, n. 2, p. 409-416, jun. 2011.

BRASIL. Grupo Hospitalar Conceição. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Enfermagem do Centro de Educação Tecnológica em Saúde do Grupo Hospitalar Conceição (CETEPS)** – escola. GHC. Porto Alegre, dez. 2010, 58 p.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução n. 6**, de 20 de setembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192> Consulta em: março de 2018.

BRASIL. **Lei nº 11.788**, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11788.htm> Consulta em: março de 2018.

BURGATTI, Juliane Cristina; BRACIALLI, Luzmarina Aparecida Doretto; OLIVEIRA, Maria Amélia de Campos. Problemas éticos vivenciados no estágio curricular supervisionado em Enfermagem de um currículo integrado. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 47, n. 4, ago. 2013. p. 937-942



COLLISELLI, Liane et al. Estágio curricular supervisionado: diversificando cenários e fortalecendo a interação ensino-serviço. **Revista Brasileira de Enfermagem**, vol. 62, n 6, p. 932 - 937 dez. 2009.

COSTA, Lauriana Medeiros; GERMANO, Raimunda Medeiros. Estágio curricular supervisionado na Graduação em Enfermagem: revisitando a história. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 60, n. 6, p. 706 - 710, dez. 2007. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-4412013_19664.html> Acesso em: 11 out. 2017.

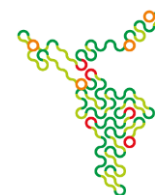
LIMA, et al. Estágio Curricular Supervisionado: análise da experiência discente. **Revista Brasileira de Enfermagem** [online], v. 67, n.1, p. 133-140. jan./fev. 2014.

MARRAN, Ana Lúcia; LIMA, Paulo Gomes; BAGNATO, Maria Helena Salgado. As políticas educacionais e o estágio curricular supervisionado no curso de graduação em enfermagem. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 89 - 108, abr. 2015

SANTOS et al. Estágio Curricular em Enfermagem na Unidade de Saúde da Família Baiana: relato de experiência. **Revista Enfermagem UFPE** [online], Recife, v. 5, n.10, p. 1877-83, maio, 2016.

SILVA, Rosiele Pinho Gonzaga da; RODRIGUES, Rosa Maria. Sistema Único de Saúde e a graduação em enfermagem no Paraná. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 63, n. 1, p. 66 - 72, fev. 2010.

SOUZA, Maria Luiza de. Desenvolvimento de Comunidade e Participação. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.



AS RELAÇÕES DE TRABALHO NA FUMICULTURA EM RIO DO SUL/SC NO SÉCULO XXI

Stela Schenato¹

Resumo: O fortalecimento da cultura do fumo, nos estados do Sul do Brasil, e o processo de modernização da agricultura abriram espaço para inserção de multinacionais – que dominavam o setor – e a implementação de um novo sistema tecnológico. Esse processo intensificou, a partir dos anos 1960, desnacionalizando o parque industrial fumageiro. O presente artigo tem como objetivo investigar as relações de trabalho entre fumicultores e empresas multinacionais fumageiras no município de Rio do Sul/SC, buscando estabelecer as transformações desta relação ao longo do século XXI em Rio do Sul e confrontando com análises realizadas por pesquisadoras como Lucila Mareli Meyer (1993), Liége Alendes de Souza (2010), Ana Carolina Dionísio (2016), em outros municípios dos estados do Sul. Elegemos a história oral como metodologia de pesquisa, pretendendo tecer a história social da agricultura familiar fumageira presente nas regiões que compõem a zona rural de Rio do Sul. Analisaremos entrevistas, realizadas por nós, em 2016, com cinco fumicultores e ex-fumicultores, bem como, além das fontes orais, relatórios oficiais de instituições relacionadas à fumicultura. Utilizaremos como referencial teórico as ideias de Edward P. Thompson (1998), com a finalidade de auxiliar-nos na compreensão da questão do costume e das relações de trabalho dentro da agricultura familiar.

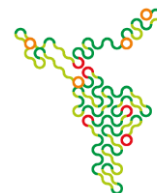
Palavras-chave: Trabalho. Fumicultura. Fumicultores.

THE WORKING RELATIONS IN TOBACCO FARMING IN RIO DO SUL/SC IN THE 21ST CENTURY

Astract: The strengthening of the tobacco culture in the southern states of Brazil and the process of modernization of agriculture opened space for the insertion of multinationals - that dominated the sector - and the implementation of a new technological system. This process intensified, starting in the 1960s, by denationalizing the industrial park of tobacco. This article aims to investigate the labor relations between tobacco farmers and multinational tobacco companies in the city of Rio do Sul / SC, seeking to establish the transformations of this relationship throughout the 21st century in Rio do Sul and confronting with analyzes carried out by researchers such as Lucila Mareli Meyer (1993), Liége Alendes de Souza (2010), Ana Carolina Dionísio (2016), in other municipalities of the southern states. We chose oral history as a research methodology, intending to weave the social history of the family farms present in the regions which compose the rural area of Rio do Sul. We will analyze interviews carried out by us in 2016 with five tobacco growers and former tobacco growers, as well as, in addition to the oral sources, official reports of tobacco-related institutions. We will use as theoretical reference the ideas of Edward P. Thompson (1998), with the purpose of assisting us in understanding the question of custom and labor relations within family agriculture.

Keywords: Work. Tobacco farming. Tobacco farmers.

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina. Bolsista da FAPESC/SC. Florianópolis, Brasil.



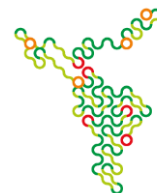
O presente artigo¹ tem como objetivo investigar as relações de trabalho entre fumicultores e empresas multinacionais fumageiras no município de Rio do Sul/SC, buscando estabelecer as transformações desta relação ao longo do século XXI. O trabalho tem como fontes cinco entrevistas realizadas na área rural fumicultora de Rio do Sul/SC, bem como relatórios oficiais de instituições relacionadas à fumicultura. Das treze entrevistas que desenvolvemos na região, foram selecionadas, em específico, aquelas que articulavam em seu conteúdo o histórico das relações estabelecidas entre fumicultores e empresas fumageiras. Gostaríamos de esclarecer que a identidade das pessoas que conversaram conosco, em qualquer momento da pesquisa, e dos entrevistados será mantida em sigilo. Tomamos essa decisão respeitando a história de vida e o trabalho dos colaboradores.

Portanto, com o objetivo de entender as relações de trabalho através das experiências dos fumicultores e ex-fumicultores realizamos duas etapas de entrevistas, nos bairros Serra do Taboão e Albertina, em Rio do Sul. Estas duas localidades representam uma parte da área rural da cidade, tendo como principais atividades a fumicultura, a produção de milho e cebola.

Desenvolvendo as entrevistas pudemos perceber alguns elementos que contribuem na análise deste trabalho. A primeira observação é em relação à abordagem na realização das entrevistas, aqueles que ainda trabalham com a fumicultura pareciam receosos em conversar conosco e até algumas vezes fomos questionados se “queríamos acabar com o fumo”. A presença de fumicultores que defendem a fumicultura não é rara, se tornando hostis a algumas perguntas relacionadas a possíveis problemas com a cultura.

O receio se demonstra ao longo da entrevista, quando os agricultores são questionados em relação à empresa fumageira, geralmente as respostas eram rápidas e sucintas. Em nenhuma das entrevistas realizadas com fumicultores em exercício foi citado uma relação conflituosa com a empresa para a qual trabalham. O exercício de transcrever e analisar as entrevistas fez com que surgissem lacunas, perguntas, questionamentos, “pugas atrás da orelha” que nos levaram a repensar essa primeira experiência, a abordagem das entrevistas e a liberdade de entrar em assuntos mais pessoais, como por exemplo, a dívida familiar, dentre outros elementos. Portanto, a segunda leva de entrevistas teve outro aspecto.

¹ O presente trabalho foi realizado com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina.



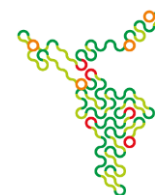
Na segunda etapa das entrevistas pudemos ter contato com mais ex-fumicultores e agricultores que estavam em transição. Com maior compreensão de como funcionava a agricultura na região, podemos dizer que nesta fase as conversas foram mais rentáveis e conseguimos ir mais a fundo no que se refere às relações de trabalho e exploração percebidos pelos/as fumicultores.

Esta pesquisa levará em conta “conselhos” de prática de trabalho com a História Oral de dois historiadores, Paulo Pinheiro Machado e Eric Hobsbawm. O primeiro autor pesquisou as lideranças da Guerra do Contestado, ocorrida em terras contestadas por Santa Catarina e Paraná, de 1912 a 1916. O elemento mais marcante do trabalho **Lideranças do Contestado** são os relatos e memórias que o historiador trabalhou e como as trabalhou. Assim se manifesta Machado:

É evidente que não podemos tratar a memória da Guerra do Contestado, reproduzida e recontada pelos moradores do planalto, como uma fonte fixa, imóvel ou amorfa. A memória é espaço de recriação e reelaboração de experiências individuais, familiares e sociais. Mesmo sendo relatada por um indivíduo, a memória é fruto de concepções, visões e experiências socialmente compartilhadas (MACHADO, 2004, p.41).

Portanto, para se trabalhar com a História Oral o pesquisador deve perceber as construções da memória, tendo em vista que nenhum depoimento/retrato/entrevista contém “erros”, mas que a memória se transforma e é construída em tempos, locais e comunidades (Machado, 2004, p.42) Hobsbawm começou sua vida de historiador entrevistando sobreviventes da Sociedade Fabiana pré-1914 a respeito de seu tempo e com esse trabalho ele aprendeu três lições: a primeira é de que devemos pesquisar sobre o assunto antes de fazer uma entrevista, a segunda é que a memória pode se enganar e a terceira é que não devemos tentar mudar a ideia do entrevistado/a, a memória certamente se formou e fixou há muito tempo antes (Hobsbawm, 2013, p.321). O historiador/pesquisador deve “saber ouvir” e saber interpretar, quando tratamos de História Oral.

Adentrando na discussão, consideramos que com o estabelecimento do cultivo e das exportações de fumo nos estados do sul do Brasil (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná), a partir da década de 1850, cresce a demanda pela cultura que se tornou o principal artigo agrícola da economia de cidades como Blumenau e Rio do Sul, em Santa Catarina. O fortalecimento da cultura e o processo de modernização da agricultura abriram espaço para inserção de multinacionais e a implementação de um novo sistema tecnológico. Esse processo “se intensificou a partir dos anos 60, ocasionando o que se denominou de “desnacionalização” do parque industrial fumageiro”, como explica Souza (2010, p.51-52).



É importante ressaltarmos a internacionalidade desse processo. Os fumicultores levam em conta o fato de que “quem manda” nas empresas fumageiras não está ao acesso deles, dificultando suas ações reivindicatórias contra um sistema desigual e exploratório. O que podemos perceber é a necessidade da figura de um “patrão”, “dono”, “mandante”, “chefe”, ou até “senhor”, responsável pela situação vivenciada pelos agricultores. Liége Souza demonstra que houve um estreitamento nos laços entre a fumageira e os produtores, sendo a empresa representada por um funcionário de assistência técnica nas propriedades, caracterizando uma individualização (Souza, 2010, p.52).

Um dos ex-fumicultores do bairro Albertina, nos relatou esse distanciamento com a fumageira e o estreitamento da relação com o instrutor, representante da empresa nas propriedades.

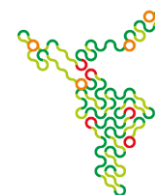
E como era sua relação com o instrutor que vinha na propriedade?

Não, com meu instrutor eu me dava bem. Com o instrutor eu sempre tinha aí, até na realidade eu nunca pude assim reclamar, ele até, na realidade ele **levava muito assim pela amizade, né?! Pelo menos comigo aqui.** Ele sempre que nem, eu peguei um ano, chegou um ano nós fizemos um dinheiro bom com o fumo, aí onde nós pegamos, aí eu peguei e disse “pô, se nós planta tanto, nós temos tanto” e daí a firma começou “não, vamos bota uma estufa, uma estufa, uma estufa” e grande coisa e o instrutor me tirando da cabeça e ele disse “não [nome do fumicultor], fica como tu tais”, só que daí eu com a firma, a firma começou né?! **Acabei botando, acabei tomando no ...levando².** (grifo nosso)

O papel do instrutor, como coloca Meyer, é muito importante na relação da fumageira com o fumicultor. As funções desse “ator” permeiam o processo do início ao fim: é o instrutor que faz as primeiras visitas nas propriedades agrícolas para apresentação do sistema integrado e é o técnico agrícola durante o período de produção – orientando no aumento da produtividade e na utilização e manuseio de fertilizantes e agrotóxicos. Mas o que a autora enfatiza é que a “outra função é a de manter os laços de compromissos entre a agroindústria de fumo e o produtor agrícola” (Meyer, 1993, p.103). Mas isso para a década de 1990, época em que a autora realiza a pesquisa, pois a relação dos fumicultores e instrutores atualmente têm suas nuances.

No caso deste ex-fumicultor de Albertina, o instrutor com quem ele “achava ter uma relação de amizade” o alerta/orienta no sentido de não aumentar sua produção. Mas o que o trabalho de Lucila Meyer elucidada é que o papel de fazer o agricultor aumentar sua produção era, principalmente, do instrutor que tinha uma relação estreita com o fumicultor. Mas ela também aponta o motivo do agricultor acabar sendo levado por esse discurso, como segue:

² Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 8 out. 2016. Entrevista.



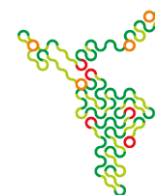
O produtor é sensível ao apelo de maiores rendimentos monetários e, na tentativa de compensar os baixos preços que obtém para o fumo, planta maiores áreas, instala novas estufas e altera seus implementos agrícolas. Para realizar tais inovações, torna-se cada vez mais dependente do crédito oferecido pelas indústrias de beneficiamento. Por outro lado, passa também a depender sempre mais dessas agroindústrias, na medida em que cresce para ele a importância do fumo como produto que oferece rendimentos monetários necessários para a garantia de sobrevivência da unidade de produção familiar (MEYER, 1993, p.104-105).

Na dissertação de Lucila Mareli Meyer podemos entender os aspectos dessa relação na década de 1990, a autora define a relação de fumicultores e empresas fumageira como “oligopsônio”, ou seja, é uma competição imperfeita, já que há muito vendedores (produtores de fumo) e poucos compradores (empresas), o que caracteriza uma relação de mercado entre as partes (Meyer, 1993, p.102). Iremos perceber ao longo do trabalho que este é um dos elementos que define o caráter desigual do sistema integrado de produção na fumicultura.

Como acontece o vínculo entre fumicultor e empresa fumageira? Primeiramente a empresa fumageira, através de um instrutor, faz uma visita na propriedade em potencial e procura convencer o agricultor a plantar fumo para a empresa. O perfil de propriedade que essas empresas procuram é definido pelo pequeno contingente de terras e mão de obra familiar disponível. No trabalho de Ana Carolina Dionísio, desenvolvido na fumicultura do Alto Vale do Rio Tijucas, ela relata uma situação em que um agricultor é recusado pela empresa fumageira por não ter uma família com membros suficientes para trabalhar na lavoura de fumo. Segue relato do fumicultor Geremias Kriscinki, de Nova Trento.

Eu fui um que dançou, porque não tinha família pra trabalhar. Na época da Souza Cruz, quando eu botei a estufa eu botei pra Universal, que antigamente era Tabacos. Aí maior parte era da Souza Cruz, os plantador. Aí o cara veio pra cá, mandando pelos outros, aí ele não me aceitou de plantador de fumo porque eu tinha pouca família pra trabalhar, pouca gente pra trabalhar. E não me aceitou de plantador! (DIONÍSIO, 2016, p.53).

O relato do senhor Geremias remonta para a época de larga expansão do sistema integrado em Santa Catarina, por volta do início da década de 1970. A situação de recusa de uma família pela empresa fumageira se definia pelo trabalho, pois na época a demanda por trabalho manual era maior. Em conversa com um instrutor da empresa Souza Cruz em visita a AFUBRA (Associação dos Fumicultores do Brasil) com sede em Rio do Sul/SC, em 2016, ele nos relata que “nos dias de hoje” o produtor de fumo não escolhe mais a empresa, mas é a empresa que escolhe o fumicultor.



Essa afirmação tem dois elementos a serem considerados. O primeiro é que quando a fumicultura se insere em Santa Catarina, existiam poucas empresas fumageiras, sendo a Souza Cruz a maior delas, com a composição de uma concorrência entre fumageiras o agricultor tinha a possibilidade de trocar de empresa quando se sentisse coagido ou desrespeitado. O que os agricultores apontam nas entrevistas é que antes as empresas precisavam de grandes contingentes de fumo para a exportação e hoje elas têm em estoque, isso levou a uma baixa nos preços do fumo (Dionísio, 2016, p.68-69). E o segundo elemento diz respeito aos avanços tecnológicos e inovações das práticas agrícolas, como a introdução da estufa de folha solta, agrotóxicos, o sistema de conservação do solo com rotação de culturas, mouchão, plantio direto, curvas de nível, entre outros.

As transformações tecnológicas na produção de fumo estabeleceram uma maior produtividade em menor área plantada, otimizando a lavoura, consequentemente pode-se reduzir o número de plantadores. Esse é o fator de escolha da fumageira. O instrutor da Souza Cruz relatou que as empresas procuram um perfil de produtor que cumpra com o estabelecido em contrato, respeitando o pacote tecnológico; segundo ele se o agricultor seguir as instruções à risca, fazer-se “caprichoso e interessado”, a produção será satisfatória, tanto para a empresa, quanto para o agricultor. Mas esse é um discurso reproduzido pela fumageira conhecido pelos agricultores no início da produção.

O discurso que a empresa fumageira reproduz, através do instrutor, para convencer os agricultores a estabelecerem um contrato com as fumageiras é no sentido de que se o produtor realizar uma boa produção ele vai ganhar mais dinheiro do que em qualquer outra produção. Quando perguntamos para os fumicultores da área estudada como foi a abordagem feita pela empresa no seu início de produção, a lembrança de um discurso de esperança é rememorada. Segue trecho da entrevista com um dos ex-fumicultores da localidade de Albertina em Rio do Sul/SC.

Meu, no início, quando eles vêm atrás de ti pra tu plantar fumo?! Meu, tu parece, pelas conversas deles **tu parece que dentro de um ano tu tá rico**. Aí depois que eles te amarram, porque daí eles te dão tudo, se tu queis dinheiro pra levanta as estufa, dinheiro pra trator, pra tobata, eles te dão, vão de dando [...] é essa parte assim que eu te disse assim “oh”, o que tu queis eles vão te dando, se tu pedir, se tu queis dinheiro pra construir casa, se tu queis dinheiro por aí, eles vão te soltando, porque aí eles vão te amarrando. Daí o primeiro ano tu planta o fumo, eles pagam bem, passa teu fumo bem, daí o segundo ano pra frente, daí eles tiram teu lombo e tu só cada vez se enrola mais na vida, mais na vida. E a primeira coisa que eles te prendem é quase o valor do teu terreno pra ta empenhorado na mão, é a primeira coisa que eles fazem, tens que empenhora o teu terreno. **Teu terreno tem que tá empenhorado na empresa de fumo**³. (Grifo nosso).

³ Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 8 out. 2016. Entrevista.



O relato retrata a forma como o vínculo se estabelecia na década de 1990, quando, provavelmente esse agricultor iniciou a produção de fumo em suas terras. O vínculo entre empresa fumageira e o agricultor era estabelecido quando ele adquiria suas primeiras dívidas com ela. Para o agricultor iniciar a produção eles vendiam o “pacote tecnológico” com sementes, insumos, agrotóxicos – herbicidas, inseticidas, fungicidas e anti-brotantes - e assistência técnica (Souza, 2010, p.75). Além do financiamento de uma estufa para o beneficiamento das folhas de fumo. A empresa entrava com o fornecimento desse primeiro financiamento – feito através do Banco do Brasil – e o produtor se comprometia em vender/entregar sua produção exclusivamente para a empresa contratada. A autora Lucila Mareli Meyer nos explica como se firma o vínculo entre as duas partes desta época.

Portanto, o vínculo que existe entre os produtores e as empresas não se dá através de um contrato formalizado e sim através de um pacto firmado entre ambos, ou seja, o relacionamento e a dependência direta entre o produtor e a empresa diz respeito à forma de aquisição dos insumos por parte do produtor, ao padrão tecnológico a ser posto em prática e, fundamentalmente, à exclusividade e garantia de aquisição do produto por parte da empresa (Meyer, 1993, p.106).

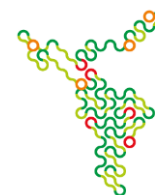
O vínculo atualmente é estabelecido através de um contrato de compra e venda. Mas no mesmo sentido o sistema integrado pressupõe a perda de autonomia dos agricultores, pois o contrato também estabelece a compra garantida pela empresa. Nas duas situações a perda de autonomia pode acabar levando ao endividamento da família, pois tanto na década de 1990, como nos dias de hoje, os agricultores realizam financiamentos para iniciar ou expandir a produção. Um ex-fumicultor relata a forma como as empresas agiam na região em caso de não pagamento das dívidas.

Na realidade eles, primeiro, assim, que nem muita gente assim que eu vi eles entravam na propriedade e tirava tobata, tirava gado, tirava tudo! E daí muitos colonos, assim, não sabia da lei, coisa, né?! Achava que podia, né?! Chegavam e tiravam tudo, chegavam até a entrar dentro de... tinha firma de fumo aí, que entrava até dentro de casa, tirava televisão, geladeira, tudo⁴.

As dívidas se dão em decorrência da classificação e pagamento do fumo. É ao final da lavoura que o fumicultor entrega sua produção para a fumageira, que classifica as folhas de fumo⁵; o processo de classificação é que define o preço a ser pago para o agricultor no final da produção. O preço a ser

⁴ Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 8 out. 2016. Entrevista.

⁵ No site do SINDITABACO podemos entender como funciona a classificação do tabaco, suas classes e categorias, segue dois links do site que exemplificam esse processo: link 1 [<http://sinditabaco.com.br/sobre-o-setor/instrucao-normativa-n10-classificacao-do-tabaco/>]; link 2 [<http://sinditabaco.com.br/sobre-o-setor/tipos-de-tabaco/>].



pago por cada classe é definido todo ano em negociação; a safra de 2015/2016 a negociação foi realizada entre as seguintes partes: empresas fumageiras Souza Cruz, JTI, Phillip Morris, China Brasil Tabacos, Universal Leaf e Alliance One, as federações Fetag/RS, Farsul, Fetaesc, Faese, Fetaep e Faep e a AFUBRA (AFUBRA, 2016, p.16).

Após a definição da quantia que o fumicultor irá receber pela produção, é descontado o montante pela compra do “pacote tecnológico” e, se houver, é descontada a parcela da dívida contraída com o banco no financiamento de uma estufa, trator, tobata, entre outros. Neste momento o fumicultor toma conhecimento de se sua dívida com a empresa foi saldada ou não.

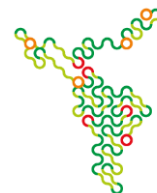
Eventualmente há relatos de fumicultores que resolvem não vender/entregar sua produção para a empresa fumageira. Essas ações decorrem com a intencionalidade de protestar diante de uma situação de má remuneração pela safra produzida. Porém, quando o produtor não cumpre o acordo contrai uma dívida também, por já ter recebido o “pacote tecnológico” no início da safra. Por conta desses relatos em pesquisas estudadas, um dos questionamentos realizados com os fumicultores de Rio do Sul foi relacionado a mobilizações que os produtores da região já realizaram. Um fumicultor da localidade, da Serra do Taboão, relata os acontecimentos que viraram notícia em 2011 em sites por conta da mobilização de fumicultores pedindo a melhor classificação do fumo da região de Rio do Sul⁶.

É teve um ano ali que deu sindicato e junto uns produtores ali, aí eles tentaram fazer umas grevzinha, mas não deu muito resultado, porque eu lembro que eles pagaram bem mal, né?! Mas não resolveu muita coisa porque tinha muita produção, né?! Dáí foram obrigados a vender barato mesmo⁷.

A questão da classificação e preço do fumo é pauta recorrente nas reivindicações dos fumicultores. As ações desenvolvidas pelos agricultores, contra essa precarização do trabalho, além das organizações nos sindicatos, são feitas individualmente. Na região estudada não fomos contemplados com nenhum relato pessoal de ação direta frente à fumageira nos últimos dezesseis anos (2000-2016), quando questionados sobre o assunto os agricultores buscavam na memória algum caso distante, de que ouviram falar pela região. Porém ao final ressaltavam que essas práticas “não davam em nada”. Nossa hipótese é de que a região é hegemonicamente dominada por apenas uma fumageira, a Alliance One, pelo menos 80% dos nossos entrevistados trabalham ou, no caso dos ex-

⁶ Segue o link de uma das notícias de 2011 da Radio 107.9: <http://www.radio1079.fm.br/noticia-abrir.php?uid=1131>. As manifestações tiveram repercussão regional.

⁷ Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 8 out. 2016. Entrevista.



fumicultores, trabalharam com essa empresa. Essa dominação de apenas uma fumageira pode causar entroncamento das falas e das ações sociais por parte dos fumicultores na região.

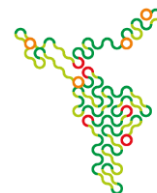
Em **Costumes em comum**, Edward P. Thompson propõe alguns elementos em relação à cultura plebéia e a *gentry* que nos ajudam a pensar as relações de trabalho na fumicultura. Um deles é a consciência de exploração que a cultura plebéia percebe em relação à *gentry*, assim essa está aprisionada aos parâmetros da hegemonia destes e eles nunca deixaram de estar cientes disso. Ao mesmo tempo em que entendem a reciprocidade das relações “*gentry-multidão*”, ficando atentos para exercer pressão em proveito próprio (Thompson, 1998, p.70).

A precarização do trabalho na fumicultura pode ser explicada pelo contrato estabelecido entre empresa fumageira e fumicultor. O trabalho de Liége Alendes de Souza analisa o contrato a fim verificar sua adequação na base legislativa brasileira. Uma de suas conclusões que cabe em nossa discussão é o fato do contrato estabelecer muitas obrigações/responsabilidades para o fumicultor e quase nenhuma para a empresa fumageira (Souza, 2010, p.12). Tendo isso em vista, fica a pergunta, qual é o tipo de contrato estabelecido entre as duas partes?

Atualmente é feito um contrato de compra e venda, não de trabalho, mas que mesmo assim estabelece relações de trabalho específicas. Esta forma de contrato impede vínculos trabalhistas, portanto o agricultor trabalha na lavoura de fumo por sua “sorte e riscos” (Souza, 2010, p.50). Ele não prevê possibilidade de discussão das cláusulas, tendo que uma das partes aceitar totalmente ou não aceitar aquele contrato. No caso o agricultor aceita todas as cláusulas do contrato sem questionar (Souza, 2010, p.63).

Essa elucidação nos leva a pensar no caso de um de nossos entrevistados, também morador do bairro Albertina, hoje ex-fumicultor. Nós o abordamos explicando sobre a pesquisa e nossos objetivos, ele concordou em conversar conosco, perguntamos se poderíamos gravar a entrevista e ele também concordou, mas ao final da entrevista quando pedimos sua assinatura no termo de consentimento de entrevista ele se negou a assinar.

A situação desse agricultor com a empresa fumageira está se desenrolando na justiça há alguns anos devido a dívidas, ele nos contou que tem dificuldades para dormir e vive na expectativa de que sua vida se “desenrole”. A dívida contraída na fumageira decorreu de financiamentos para a produção e também das terras. O agricultor relatou que existia uma “facilitação” por parte dessa empresa fumageira para o financiamento de terras, por isso se mudaram para a região. Por ter assinado os



contratos de integração e financiamento sem saber de seu conteúdo específico, confiando na empresa, o agricultor não quis assinar nosso termo de consentimento, alegando que já tinha assinado papéis para a empresa e hoje passava por um dos piores momentos de sua vida.

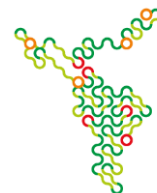
O que precisamos ressaltar em relação a este caso é a desconfiança que se instaurou na vida deste agricultor. Na visão dele, assinar documentos que tenham relação com o trabalho na fumicultura pode acarretar problemas, por este motivo o agricultor se sentiu desconfortável com a possibilidade de assinar e assim se encerrou nossa entrevista.

Segundo Souza, o Ministério Público do Trabalho (MPT) esteve investigando esses contratos de integração entre as empresas fumageiras e os produtores de fumo, a fim de reconhecer, junto à justiça do trabalho, o vínculo trabalhista existente. O MPT faz uma série de denúncias. Primeiramente, ele entende que os produtores de fumo são sujeitos a condições análogas à escravidão por exigir trabalho excessivo, má remuneração, com longa jornada de trabalho (noturno e diurno), por não terem poder de negociação de seu próprio produto, entre outros (Souza, 2010, p.64). Aponta também para a questão da classificação e preço do fumo, questões ambientais e a utilização de mão de obra infantil. Mas sua principal denúncia é em relação à exploração desses agricultores. O MPT defende o seguinte:

[...] o MPT tem defendido a tese de que os trabalhadores produtores de fumo são explorados pelas fumageiras, submetidos à condições que os assemelham a escravos, caracterizando uma relação de dependência e subordinação e, como este dois aspectos são requisitos do contrato de trabalho, amparam seu pedido de reconhecimento de vínculo empregatício. Se os tribunais reconhecerem o vínculo pedido pelo MPT, as fumageiras serão obrigadas a registrar os trabalhadores (produtores e os familiares maiores de 18 anos), anotando em suas CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social – os respectivos contratos de trabalho, que darão ensejo à percepção de um salário fixo mensal, horas extras, adicional de insalubridade, licença maternidade, adicional noturno, férias e terço constitucional, 13º salário, descaso semanal remunerado e todos os outros direitos trabalhistas reservados aqueles com vínculo formal (SOUZA, 2010, p.69).

As ações do MPT não são do agrado nem das fumageiras e nem dos agricultores, que gostariam apenas do reconhecimento do seu trabalho através de uma remuneração justa (Souza, 2010, p.70). As condições de trabalho desses agricultores fogem a lógica do “trabalho livre”, autônomo e independente. Esses agricultores vivem sob a lógica da exploração capitalista, sem quaisquer direitos garantidos.

Pois, não custa repetir, esse é o século do avanço do trabalho “livre”. E a característica distintiva do sistema manufatureiro era a de que, em muitos tipos de trabalho, os trabalhadores (aí incluídos pequenos mestres, oficiais diaristas e suas famílias) ainda controlavam em certa medida as suas relações e modos de trabalho imediatos, embora



tivessem muito pouco controle sobre o mercado para seus produtos ou sobre os preços das matérias-primas ou dos alimentos (THOMPSON, 1998, p.70).

Thompson em **Costumes em Comum**, também, descreve as mudanças que houveram do sistema tradicional para o capitalismo industrial. No trecho acima podemos perceber a descrição de como os trabalhadores tinham controle de seu trabalho. Assim como os fumicultores, os trabalhadores do século XVIII tinham certo controle - até aquele momento - de suas relações de trabalho, porém tinham pouco controle em relação ao mercado. Na fumicultura podemos perceber que funciona da mesma forma. O agricultor tem “certa” liberdade em relação ao seu trabalho⁸ e tempo, porém não tem controle sobre sua renda. Sendo de sua total conta e risco os problemas durante o período de semeadura até o dia da entrega do fumo, mas quem decide a qualidade de seu produto, sua remuneração, sua qualidade de vida e seu futuro, é a empresa multinacional fumageira.

Referências bibliográficas

AFUBRA – ASSOCIAÇÃO DOS FUMICULORES NO BRASIL. **Relatório de atividades da AFUBRA 2000/2001**. Santa Cruz do Sul, AFUBRA, 2001-2016.

DIONÍSIO, Ana Carolina. **Memórias de trabalho, veneno e fumaça: uma análise histórica sobre os impactos socioambientais da produção integrada de tabaco no Alto Vale do Rio Tijucas (SC, 1970-2000)**. 2016. 199 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

DIRKESEN, Valberto; KLUG, João. **Rio do Sul: uma história**. Rio do Sul: Fundação Cultural de Rio do Sul, 2000, p.311.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre História**. Companhia de Bolso: São Paulo, p.435, 2013.

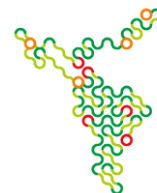
MACHADO, Pinheiro Machado. **Lideranças do Contestado**. UNICAMP: Campinas, p.397, 2004.

MEYER, Lucila Mareli. **A relação entre produtores e a agroindústria fumageira em Santa Cruz do Sul – RS**. 1993. 205 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1993.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. **Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. Estudos feministas**. Florianópolis: v. 12, nº1, p. 229-252, 2004.

SOUZA, Liége Alendes de. **Análise do contrato de integração entre produtores de fumo e a indústria fumageira**. 2010. 115 f. Dissertação (Mestrado) – Área de concentração em

⁸ Ressaltando que existem muitas obrigações que ele deve cumprir como a utilização de produtos fornecidos pela empresa fumageira, uso do EPI, não utilização de mão de obra infantil, entre outros.



desenvolvimento regional, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2010.

THOMPSON, E.P. **Costumes em comum**. São Paulo, 1998, p.70.

Fontes

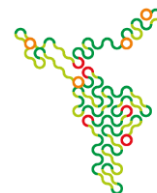
E, I. Entrevista Concedida a Stela Schenato. Albertina, Rio do Sul, 08 out. 2016. Entrevista.

S, M. Entrevista Concedida a Stela Schenato. Serra do Taboão, Rio do Sul, 08 out. 2016. Entrevista.

S, J. Entrevista Concedida a Stela Schenato. Serra do Taboão, Rio do Sul, 08 out. 2016. Entrevista.

S, S. Entrevista Concedida a Stela Schenato. Albertina, Rio do Sul, 05 set. 2016. Entrevista.

S, V. Entrevista Concedida a Stela Schenato. Albertina, Rio do Sul, 05 set. 2016. Entrevista.



DA CONCOMITÂNCIA DE DOIS TEMPOS DIVERGENTES: COLONOS AMBIENTALISTAS E OPERÁRIOS MINEIROS NA CRICIÚMA CONTEMPORÂNEA

Renato de Araújo Monteiro¹

Resumo: Com base em uma concepção heterogênea do tempo, este estudo procura refletir sobre os conflitos entre o movimento operário mineiro e os movimentos ambientalistas que tiveram seu ápice em Criciúma sobretudo a partir da década de 1990, admitindo-os enquanto concomitância de dois tempos que traziam consigo divergentes projetos de futuro para a cidade: o passado-presente da *Capital do Carvão*, ainda em busca da plena realização do progresso que por ele fora prometido ao longo do século XX, e o tempo “presentista” da Cidade das Etnias, disposto a quase tudo para deter o alcance desta mesma promessa carvoeira. Entende-se que as crescentes práticas de patrimonialização do meio-ambiente e da memória, sobretudo de uma sobrevalorização da memória dos grupos que colonizaram a região a partir do final do século XIX, desempenharam papel estratégico nos processos de reacomodação de uma cultura política legitimada nos tradicionais esquemas de identificação étnica, e que tinha na força do movimento operário mineiro um dos seus principais adversários.

Palavras-chave: Colonização. Mineração. Criciúma. Ambientalismo.

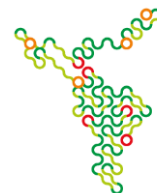
THE CONCOMITANCE OF TWO DIVERGENT TIMES: ENVIRONMENTAL COLONIES AND MINING WORKERS IN THE CONTEMPORARY CRICIÚMA CITY

Astract: Based on a heterogeneous conception of time, this study seeks to reflect on the conflicts between the workers' movement and the environmental movements which had their culmination in Criciúma especially since the 1990s, admitting them as concomitance of two times that brought with them divergent projects of future for the city: the past-present of the *Capital do Carvão*, still in search of the full realization of the progress promised by him during the twentieth century, and the "presentism" time of *Cidade das Etnias*, willing to almost everything to stop the reach of this same promise coal. It is understood that the growing practices of patrimonialization of the environment and memory, especially of an overvaluation of the memory of the groups that colonized the region from the end of the 19th century, played a strategic role in the processes of rearrangement of a political culture legitimized in the traditional schemes of ethnic identification, and who had in the strength of the labor movement one of its main opponents.

Keywords: Colonization. Mining. Criciúma city. Environmentalism.

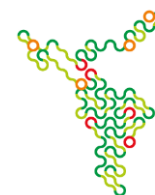
A cidade de Criciúma é produto de dois projetos “modernizadores”: o processo de colonização europeia e o desenvolvimento da indústria carbonífera, ambos iniciados no final do século XIX. Utilizo aqui a categoria *modernidade* enquanto portadora de uma experiência de tempo que institui

¹ Colégio Marista e Municipal São José, São José/SC, Brasil.



uma ruptura com o passado, movida por uma ideia de *progresso* que faz predominar, no tempo presente, a presença de um futuro idealizado, prometido (KOSELLECK, 2006). Nesse sentido, uma atual *crise da modernidade* poderia ser indicada pelas práticas de preservação – do meio ambiente, do patrimônio histórico –, que estariam ligadas a uma valorização da *memória* que faz predominar, no tempo presente, a presença de um futuro ameaçador e de um passado que também pode ser idealizado, sobrevalorizado (HARTOG, 2014). Em Criciúma, a *ideologia do progresso* esteve por muito tempo atrelada às expectativas geradas pela indústria carbonífera, que consolidou sua imagem de *Capital do Carvão*, ao passo que esta *sedução pela memória* desde muito tempo tem se voltado para a experiência da colonização, que nas últimas décadas vem apresentando Criciúma como a *Cidade das Etnias*. Os conflitos entre colonos ambientalistas e operários mineiros se inscrevem também neste debate acerca da “identidade” da cidade, assim como dos divergentes usos do passado e perspectivas de futuro que elas carregam.

Em 12 de novembro de 2016, um jornalista de Criciúma publicou uma matéria sobre o que chamou de “conflito entre agricultura e mineração” que, naquele dia, estava completando exatos 20 anos. A reportagem inclui um audiovisual com imagens de arquivo e registros atuais das áreas disputadas no passado. A saber: paisagens rurais supostamente preservadas e estruturas de minas de carvão desativadas. O título parece não deixar espaço para divergências: “A noite que dividiu a nossa história” (MANIQUE, 2016). Já durante os acontecimentos, uma historiadora envolvida com os movimentos sociais confessara não saber mais como se posicionar, se ao lado do movimento operário ou favorável à causa ambientalista. Diante da indecisão, teria avaliado que só “uma coisa era certa: a cidade estava mudando” (COSTA, apud CAMPOS, 2003, p. 141). O historiador Emerson César de Campos (2003, p. 148) também conclui coisas do tipo: “os momentos de luta do movimento dos mineiros haviam voltado, mas não era o mesmo, tampouco era a mesma cidade”; “o futuro estava aberto”; “inicia uma nova história”. Existe, portanto, toda uma produção historiográfica que tende a concordar com o título da matéria jornalística. Apenas uma semana antes da sua publicação, eu mesmo havia defendido minha dissertação de mestrado, na qual busquei, dentre outras coisas, fazer uma leitura de Criciúma a partir de distintas experiências de tempo vivenciadas na cidade: a ideologia do progresso materializada no *Monumento aos Homens do Carvão*, construído em 1946, e o movimento ambientalista de 1996, que exatamente 50 anos mais tarde provocara o fechamento da maior carbonífera do país (MONTEIRO, 2017).

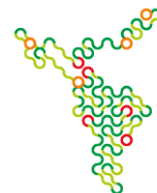


Quando iniciei minha primeira pesquisa sobre Criciúma em 2010, ainda refém de uma visão bastante linear da história e do tempo, esperava que a análise pudesse revelar o crescimento de uma consciência ambiental que se consolidaria em meados dos anos 1990. Contudo, desde as fontes mais antigas havia críticas à atividade carbonífera, que na ocasião interpretei como “uma possível tensão entre mineradores e agricultores que culminaria nos movimentos contra a instalação de novas minas na virada do século”. Para demonstrar o contraste, iniciava com uma citação do prefeito em 1951, dizendo que Criciúma dependia e sempre dependeria do carvão, e outra dos ambientalistas de 1996, que alegavam estar conscientes dos malefícios que advinham do carvão (MONTEIRO, 2011).

Posteriormente fui por diversas vezes incentivado pelo historiador Carlos Renato Carola a pesquisar aquele que era, para ele, o primeiro movimento organizado de resistência ao carvão na região carbonífera. A estas alturas já estava familiarizado com a tese do historiador Dorval do Nascimento (2012), sobre “o processo de mudança da identidade urbana de Criciúma” entre 1945 e 1980, ou entre a *Capital do Carvão* e a *Cidade das Etnias*, e com a tese do historiador Emerson César de Campos, que também defende “a cultura do carvão” e o “mercado étnico” como “duas aberturas imponentes” para “se entrar em Criciúma”. Para pensar a “cidade contemporânea”, Campos reflete sobre o conflito entre mineiros e ambientalistas de 1996, e dele extrai a sentença de que “não coube ao presente realizar a promessa de um passado carvoeiro” (2003, p. 148).

A reflexão básica de que o presente de hoje é o futuro de ontem, nos conduz a constatação de que nele convergem no mínimo dois tempos, que podem ou não ser convergentes: o hoje tal qual projetado pelo passado, o futuro-passado; e o hoje como visto, representado e defendido pelo contemporâneo, o tempo presente. É isso que atribui tanta historicidade ao conflito entre colonos ambientalistas e operários mineiros em Criciúma. Eles são como que a presença concomitante de dois tempos divergentes: o tempo carvoeiro, prometido no passado e ainda em busca da sua plena realização; e o tempo “presentista” da preservação ambiental, disposto a deter a busca da promessa carvoeira. Mas na medida em que ambos recorrem ao passado – seja para denunciar os impactos da mineração, para pretender legitimidade na memória da colonização ou até para defender uma cultura e uma memória do carvão –, há também esses passados-presentes que convergem no tempo presente, da mesma forma que cada presente faz usos diferenciados destes mesmos passados.

Com este posicionamento, apresento uma proposta de revisitar a história de Criciúma utilizando as mesmas “portas de entrada” abertas pela historiografia: a *Capital do Carvão* e a *Cidade*

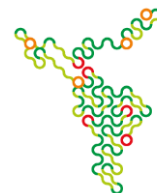


das Etnias. No entanto, evitando tomá-las como duas “identidades urbanas” que se sucederiam num processo de transição “ocorrido no tempo”, mas sim as admitindo como duas experiências que, por complementaridade, oposição ou mera concomitância, constituem passados simultaneamente disponíveis “ao longo do tempo”, geradores de memórias a partir das quais a história da cidade tem sido preferencialmente narrada e/ou interpretada. É desse modo que pretendo contribuir para com a análise da historicidade que envolve os conflitos entre o movimento operário mineiro e os movimentos ambientalistas na Criciúma contemporânea, assim como arriscar alguns apontamentos sobre a sua provável relação com aspectos da cultura política local.

Um futuro-presente: a forja da Capital do Carvão

A exploração das jazidas de carvão mineral de Santa Catarina teve seu início ainda no final do século XIX, contudo, este primeiro empreendimento se revelou economicamente inviável e foi logo abandonado pelos investidores. Cenário desfavorável que só mudou com a deflagração da Primeira Guerra Mundial em 1914 e a consequente implementação das políticas de substituição das importações. A partir deste momento é possível traçar uma periodização segura do processo de desenvolvimento da indústria carbonífera. Nos anos 20, com o restabelecimento do comércio mundial, o setor carbonífero nacional foi impelido para a sua primeira crise. Depois, com a mudança no modelo de desenvolvimento adotado pelo país a partir de 1930, dezenas de leis de proteção e incentivo ao carvão nacional criaram uma demanda artificial que fez aumentar a produção e o número de mineradoras. Mas foi somente com a irrupção da Segunda Guerra Mundial em 1939, com a intensificação das políticas protecionistas e com o início da construção da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em 1941, que a década de 1940 se configurou em “uma década de ouro para a indústria carbonífera catarinense” (CAROLA, 2002, p. 17-18).

A produção anual de carvão em Santa Catarina passou então de 204 toneladas em 1939 para mais de um milhão em 1949, e este novo surto de oferta de empregos intensificou o processo de migração para Criciúma, fazendo com que sua população praticamente dobrasse em uma década, saltando de 27 mil habitantes em 1940 para 50 mil em 1950. Números que conduzem à interpretação de que “somente com o segundo conflito mundial se iniciaram processos sociais e culturais que transformaram Criciúma em uma típica cidade carbonífera” (NASCIMENTO, 2012, p. 19), mas que

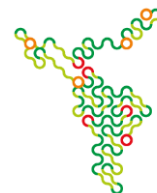


“passados o drama e a euforia da grande guerra, mais uma vez entraram em cena os discursos oficiais da crise no setor carbonífero” (CAROLA, 2004, p. 27).

Para mim, o malogro do primeiro projeto de exploração do carvão catarinense foi fundante da experiência da modernidade que seria vivenciada no transcorrer do século XX em Criciúma. Devido à má qualidade que impossibilitavam sua concorrência com o carvão importado, somente com a interrupção do comércio durante as guerras foi possível constituir uma indústria carbonífera nacional. Entretanto, sobretudo no período pós-guerra, quando o carvão respondia pela principal atividade econômica da região ao mesmo tempo em que enfrentava a concorrência do carvão estrangeiro, sua sobrevivência dependia da elaboração de defesas cujas justificativas estiveram embasadas não necessariamente em questões econômicas, mas sim em discursos que traziam em seu bojo outras ideias-força características da época, como a valorização dos ideais de “patriotismo” e “progresso”. Em suma, a sobrevivência de Criciúma enquanto *Capital do Carvão* passava pela necessidade de parecer mais importante para o país do que ela talvez fosse naquele momento, pelo menos se considerarmos seu diminuto reconhecimento para além da região carbonífera.

Segundo Carola (2002, p. 18), principalmente após 1945 “o discurso do progresso era usado para justificar a necessidade de ‘soberania nacional’, [...] e para exacerbar o desenvolvimento econômico da região produtora”. E complementa que, depois de 1946, ano em que Santa Catarina assumiu a liderança da produção nacional de carvão e o *Monumento aos Homens do Carvão* foi inaugurado, “tornou-se uma prática, sobretudo nos discursos oficiais, enaltecer Criciúma como a ‘Capital Brasileira do Carvão’ e/ou a ‘Metrópole do Carvão’”. Ao abordar o que é apresentado como esses “tempos em que o carvão mineral forjou a economia e a cultura da cidade e da região”, Nascimento (2012, p. 23) aponta o contraste das memórias que se referem ora à “modesta condição de cidadezinha”, ora ao “pomposo cognome de Capital ou Metrópole do Carvão”. Estes títulos, na sua visão, “remetem ao forjamento de representações sociais que vinculam, nesse período, Criciúma ao progresso e ao carvão”, concluindo que é nesse momento que, além de depender economicamente do carvão mineral, a cidade passa a ser “identificada com ele, como também sua população, rompendo, de certa forma com os esquemas identitários mais presentes em Santa Catarina”, se referindo aos marcadores étnicos dos processos de colonização.

Portanto, os historiadores citados concordam em descrever o período pós-guerra como um momento privilegiado de consolidação de uma imagem de Criciúma como a *Capital do Carvão*.



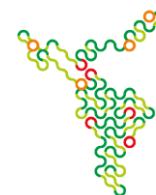
Ambos desenvolvem ideias semelhantes para falar da época em que a crença no *progresso* tornava presente a promessa de um futuro melhor, e necessariamente carvoeiro. Criciúma foi forjada enquanto *Capital do Carvão* tanto no sentido metafórico, de ter sido trabalhada à ferro e fogo para conformar um dado substrato de experiências naquilo que era pretendido pelos seus principais idealizadores, quanto no sentido figurado, de ter sido inventada por esses mesmos idealizadores no momento em que o futuro carvoeiro estava sob ameaça e para construí-lo era preciso dizer que a cidade *já era* um importantíssima “capital do carvão”, mesmo que tudo indicasse que *ainda não*.

Admitindo uma crise do carvão que se estende do final da década de 1940 até meados dos anos 1950, Carola (2004, p. 32) assinala o caráter estratégico que os discursos de progresso e de crise adquiriram nestes momentos. Para ele, existe “uma ‘ideologia da crise’ que acompanha toda a história da indústria carbonífera”, onde “o discurso da crise é acionado principalmente para acusar o descaso das autoridades governamentais em relação à inexistência de uma política nacional estável e sólida”. Somente com a aprovação do Plano do Carvão Nacional, em 1953, a situação do setor carbonífero ficou mais estável, marcando uma nova fase de crescimento da indústria carbonífera e atestando que não bastava projetar os potenciais daquilo que Criciúma *já era*, era indispensável falar também daquilo que ela *poderia ser*, por mais incipiente ou idealizado que o fosse.

Um passado-presente: o cultivo da Cidade das Etnias

Ao analisar as primeiras aparições da memória-história oficial da colonização a partir da segunda metade dos anos 1950, Nascimento (2012, p. 119) observa que um dos aspectos mais constantes é uma “espécie de divisão do trabalho entre a imigração, como obra civilizatória que forneceu as bases para o início da cidade, e o carvão, que lhe garantia o crescimento econômico e urbano”. Na década de 1970 surgiram os primeiros livros invariavelmente escritos a partir de relatos orais que acabavam “fortalecendo um certo imaginário da imigração, que havia ganhado um espaço considerável”, mas ainda sem deixar de “vincular progresso e imigração através do carvão mineral”. Foi neste contexto que italianos, alemães e poloneses surgiram como os principais atores históricos.

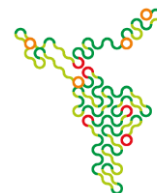
Esta distribuição do mérito colonizador entre grupos imigrantes oriundos de diferentes nacionalidades está inserida dentro de um debate sobre a história de Criciúma que foi um dos principais aspectos que ocupou os memorialistas locais. Quando a excessiva dependência da cidade para com a atividade carbonífera começou a ser questionada de um modo mais contundente,



possibilitando a propagação de discursos que defendiam a necessidade da diversificação econômica e permitindo o fortalecimento de representações alternativas à *Capital do Carvão*, Criciúma se voltou preferencialmente para o passado da imigração, que estava prestes a comemorar 100 anos. Entretanto, em 1980 aquele pequeno núcleo colonial fundado por algumas dezenas de famílias europeias já possuía mais de 112 mil habitantes, tendo sido grande parte desta população atraída pelas ofertas de emprego nas minas de carvão. Ou seja, ao lado do arquétipo ideal do colonizador italiano, existiam aqueles de outras nacionalidades, como o alemão e o polonês, e, para além destes, havia grandes contingentes cuja ascendência procedia de processos históricos completamente diferentes: lusos, negros, açorianos, indígenas, caboclos... enfim, os chamados “brasileiros”.

Para contar uma história de grandes feitos heroicos, circunscritos ao passado e tidos como legados que serviriam no máximo como exemplo para as gerações do presente e do futuro, não havia dificuldades em atribuir o pioneirismo à imigração e o desenvolvimento posterior ao carvão, mas para contar uma história de progresso capaz de fazer projeções sobre o futuro, era preciso conjugar colonização e indústria carbonífera, sem ignorar os “homens do carvão”, mineradores e mineiros que não eram, na sua grande maioria, descendentes dos fundadores da cidade. Antes da crise da experiência progressista do tempo e da sobrevalorização da memória no final do século XX, a história da colonização também foi organizada segundo um modelo que gerava expectativas de futuro, tal qual no futuro-presente da *Capital do Carvão* que começava a dar os seus primeiros sinais de enfraquecimento. Daí surgem duas nuances historiográficas bastante sutis: uma que compunha com o carvão e positivava também a colonização, e outra que buscava traçar uma história de progresso como fruto principalmente da colonização, paralela ao carvão.

Esta questão foi engenhosamente resolvida durante as comemorações do Centenário em 1980. Através da divisão dos diferentes grupos sociais em etnias, abriu-se a possibilidade de elaborar uma história principalmente a partir do processo de imigração e colonização, que colocava italianos, alemães e poloneses como protagonistas, mas admitia também a presença dos antigos “homens do carvão”, lusos e negros, necessariamente tomados nesta ordem de importância. No final do século XX o futuro parecia enfim se tornar presente, mas já não se tratava daquele futuro carvoeiro. Juntamente com a representação da *Cidade das Etnias* que florescia, a diversificação econômica se impunha como realidade, contestando cada vez mais o título da *Capital do Carvão* e a experiência progressista do tempo da modernidade que ela representava.



Logicamente, este processo não esteve restrito ao que podemos chamar de historiografia. Em 1966 foi erguido o *Monumento ao Imigrante*, composto por três colunas mestras que representavam os colonizadores italianos, alemães e poloneses. Cinco anos depois, em 1971, o *Monumento aos Homens do Carvão* foi parcialmente destruído e deslocado do centro para uma das extremidades da principal praça da cidade. Em 1980 foi inaugurado o que ficou popularmente conhecido como *Monumento às Etnias*, já que é formado por cinco colunas de concreto com 70, 33, 25, 17 e 14 metros de altura, que se erguem com diferentes inclinações. Como destaca Nascimento (2012, p. 158), “muito rapidamente a população identificou as colunas maiores com os grupos étnicos pertencentes às correntes migratórias mais recentes, os imigrantes italianos, alemães e poloneses”, com destaque para a “supremacia da etnia italiana, representada pela maior coluna”. Para Campos (2003, p. 70), também a realização anual da *Festa das Etnias* a partir de 1989 deve ser considerada uma “extensão festiva das comemorações do centenário” que também constitui o lugar em que “a crescente etnização da cidade é finalmente celebrada”.

Para dar conta de uma imagem que ajudasse a explicar o processo de construção de Criciúma como a *Capital do Carvão*, recorri à metáfora da forja. Em contrapartida, para pensar a *Cidade das Etnias*, lanço mão da noção de cultivo, que aos poucos soube regar e esperar o momento propício em que pudesse florescer uma representação da cidade produzida sobretudo a partir de uma leitura do seu passado, presente através da *sedução pela memória*. Partindo das primeiras sementes lançadas pela experiência da imigração e espalhadas pela tradição oral a partir do final do século XIX, passando pelo florescimento de uma história-memória oficial em meados do século XX e chegando até a colheita dos frutos de uma leitura bastante particular sob a perspectiva étnica no aproximar do século XXI. Cultivo, principal atividade dos colonizadores italianos, alemães e poloneses, por oposição ao trabalho operário, mineiro, de quase todos os “homens do carvão”.

Colonos ambientalistas Vs. operários mineiros

Como forma de protesto, no dia 19 de novembro de 1996 um pequeno grupo de pessoas se encaminhou até o *Monumento aos Homens do Carvão* para, sem dificuldades, colocar um cacho de bananas no pescoço da estátua que as representava. Nove delas tinham acabado de sair da prisão, onde haviam ficado reclusas por uma semana.

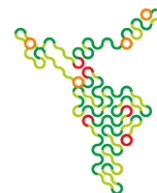


Com a estabilização do setor carbonífero a partir de 1953, as mineradoras de Santa Catarina se concentraram em torno de dois blocos econômicos: um formado por grupos privados e outro composto pelas estatais reunidas em torno da Carbonífera Próspera. Fundada em 1917 por colonos locais, neste contexto a empresa havia sido adquirida pela CSN, passando a integrar o complexo industrial que o governo federal possuía na região. Com o passar do tempo, a mineradora foi encampando as demais estatais da zona carbonífera. Na década de 1980 ela representava 20% de todo o carvão produzido em Santa Catarina e possuía a maior reserva mineral, fornecendo 2.600 empregos diretos (RABELO, 2004, p. 296). Em 1985 “se atinge a maior produção de toda a história da indústria carbonífera catarinense”, quando “havia cerca de 15 mil trabalhadores nas minas, e a produção de carvão bruto atingiu mais de 19 milhões de toneladas” (CAROLA, 2002, p. 23).

No início de 1988 a Próspera não cumpriu o reajuste salarial, gerando uma greve de 40 dias encerrada com um violento conflito envolvendo mineiros e policiais. Depois deste episódio, foi dado início a um processo de dissolução da mineradora. Algumas minas foram desativadas, provocando a demissão de 680 mineiros. Com a chegada de Fernando Collor de Mello à presidência com sua política de privatizações, a desativação da estatal foi logo oficializada. Mais de 1500 mineiros receberam aviso prévio de demissão, deflagrando no dia seguinte, 08 de maio de 1990, aquele que seria “o mais longo movimento operário da história do Brasil” (RABELO, 2004, p. 300).

Mas em que pese toda a resistência dos mineiros, o Comando de Greve não obteve êxito no seu intuito de transferir a administração da empresa diretamente para os trabalhadores. Um minerador local acabou vencendo o processo licitatório da empresa em 1991, rebatizada de Nova Próspera Mineração. As minas só foram desocupadas mediante promessa de recontração de parte dos funcionários, o que jamais foi cumprido pelo novo proprietário. Durante cinco anos a Nova Próspera seguiu extraindo carvão das antigas jazidas da CSN sem grandes problemas, mas quando precisou abrir uma nova frente de mineração, teve que enfrentar a resistência de um movimento ambientalista bem organizado, formado por agricultores legalmente protegidos em uma Área de Preservação Ambiental (APA). O tempo era outro.

Em maio de 1995 os moradores do Morro Estevão e do Morro Albino, região conhecida como Morro da Bananeira, procuraram o Ministério Público para denunciar a intenção da Nova Próspera em explorar carvão dentro dos limites protegidos pela APA (CORRÊA, 2001, p. 106). O promotor então sugeriu a criação de uma ação pública, mas advertiu que, por consistir em reivindicação de



caráter preventivo, portanto mais difícil de ser demonstrada, eles precisariam se organizar para abastecê-lo com muitos documentos, laudos, pareceres, fotografias, etc. O relatório posteriormente entregue no Centro das Promotorias da Coletividade possuía mais de cinco mil documentos, entre fotografias, cadastros das propriedades, das nascentes d'água, das áreas de mata nativa e pareceres assinados por renomados técnicos ligados a várias instituições.² Ao mencionar tal relatório, Campos também chama atenção para o fato do mesmo ser composto por um histórico que “busca em famílias tradicionais – em sua maioria italianas – seus feitos”:

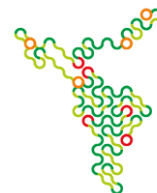
A colonização efetiva do Morro Estevão iniciou-se nos idos de 1890, quando as famílias Zanette, Lutemberg, Bortuluzzi, De Luca, Dagostim, Dal Toé, Bortogollo, Dal Pont, Tognon entre outras, lá fincaram suas bandeiras da colonização, iniciando um processo, já naquela época, de preservação ambiental, pois ainda hoje, nota-se matas nativas que cobrem grande parte do referido local. Nestas condições dedicavam-se exclusivamente à agricultura, ao manuseio de gado leiteiro e criação de suínos [...]. A comunidade do Morro Estevão questiona: para atender interesses econômicos de uma empresa é valido agredir o ambiente em equilíbrio em prejuízo de mais de cinco mil pessoas que dependem direta ou indiretamente da riqueza do solo, da água em abundância e da boa convivência com a natureza??? (CAMPOS, 2003, p. 139-140)

A campanha deflagrada pelos colonos logo encontrou “ressonância em vários segmentos: entre empresários, entre políticos, entre movimentos sociais, igrejas”. Em novembro a Câmara de Vereadores por unanimidade ampliou os limites da APA para mais que o dobro e proibiu expressamente “a extração mineral, sob qualquer título ou propósito” (CORRÊA, 2001, p. 106). Em dezembro o Ministério Público entrou com a Ação Civil Pública contra a Nova Próspera Mineração, da qual Campos destaca o seguinte fragmento:

Os operários das minas, antes atraídos pela esperança de uma vida mais digna, também foram lenta e gradativamente sendo corroídos pelas doenças adquiridas em razão das condições hostis de trabalho, transformando-se ao longo do tempo em uma legião de inválidos. A situação agravou-se a tal ponto que em sua fase áurea, a poluição atmosférica decorrente da exploração das jazidas de carvão respondeu por cerca de 70% das internações hospitalares, isto somente aqui, que em tais tempos ostentou com orgulho o título de Capital Nacional do Carvão (CAMPOS, 2003, p. 141-142).

A justiça concedeu liminar favorável aos colonos, mas em janeiro de 1996 a Nova Próspera conseguiu efeito suspensivo. Em abril, mais de cem tratores invadiram a região central da cidade e se posicionaram em frente ao Fórum Municipal. No mês seguinte o resultado final da Ação Civil julgou o município competente para agir em relação ao meio ambiente, portanto mantendo a proibição da mineração na APA. O prazo para recurso se esgotou e a Nova Próspera anunciou a demissão dos seus

² Jacson Corrêa, entrevista concedida em 05 de outubro de 2016.



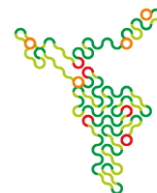
480 funcionários. Foi então que o Sindicato dos Mineiros interveio e iniciou um contra movimento pela derrubada da lei. Entre junho e setembro de 1996 as sessões na Câmara de Vereadores de Criciúma foram “sempre muito tensas, marcadas pela pressão psicológica e ameaças físicas”. (CAMPOS, 2003, p. 145) Os vereadores ainda poderiam votar alterações na lei, e uma proposta de redução da APA de 3.600 para 1.500 hectares, foi levada a plenário.

No dia 12 de novembro de 1996, “desde muito cedo faixas e máquinas dividiam espaço com muitas pessoas”. Um vereador favorável à manutenção da lei foi hostilizado ao entrar no Fórum. Megafones anunciavam: “se mineiro perder, pau vai comer”. Centenas de operários impediam o trânsito “com o estacionamento de 11 caminhões retirados do pátio abandonado da Nova Próspera” (CORREA, 2001, p. 84). Com votos abertos “a ex-capital do carvão assistiu a vitória dos agricultores por doze votos contra oito”. O que se viu foi “pedras, gritarias, depredação, espancamentos, perseguições, prisões”. O Fórum foi depredado e, no dia seguinte, “Criciúma ganhava a manchete de quase todos os maiores jornais do estado, bem como rádio e televisão local, estadual e nacional”. Nove haviam sido presos. Após pagamento da fiança foram liberados sete dias depois, quando, acompanhados por simpatizantes, fizeram então um desfile até o que restava do *Monumento aos Homens do Carvão*, para em forma de protesto alçar um cacho de bananas no pescoço da estátua do mineiro que os representava (CAMPOS, 2003, p. 145-146). A Próspera foi fechada, os trabalhadores demitidos, os equipamentos abandonados nos subsolos das minas alagadas.

Conclusão

Quando analisamos as diferentes representações acerca de Criciúma tendo como referência a *Capital do Carvão* e a *Cidade das Etnias*, fica evidente a assimetria que há entre elas. Não se trata de um simples processo de sucessão cronológica entre um discurso e outro, eles coexistem desde o início do século XX. Atualmente, talvez a grande diferença entre uma representação e outra resida no fato de que, enquanto a *Capital do Carvão* é vista basicamente como um ciclo econômico que teve seu auge mas não foi capaz de cumprir as promessas de futuro que trazia, a *Cidade das Etnias* é tida geralmente como uma história de êxito, que explica positivamente aquilo que Criciúma é.

Da mesma forma que a *Capital do Carvão* foi incapaz de proporcionar as conquistas do progresso para todos os criciumenses, também a *Cidade das Etnias* demonstra extrema dificuldade na assimilação de outros “grupos étnicos” que não procedam das imigrações europeias do século



XIX, sem deixar de hierarquizá-los e assim diminuí-los em importância. Por mais que a pedagogia da colonização se abra à inclusão de novos grupos por meio de monumentos, obras historiográficas e comemorações festivas que no limiar do século XXI contemplem lusos, açorianos, negros, árabes, espanhóis, teutos, russos e até índios, ao deformá-los em um conceito de etnia que está diretamente implicado com o de colonização, acaba por fortalecer um discurso que valoriza cada vez mais os imigrantes considerados ideais: poloneses, alemães e principalmente italianos.

De certa forma, toda uma geração de historiadores atuou – e ainda atua – para valorizar a *Capital do Carvão*, porém relegando-a ao passado, como memória e cultura, sempre denunciando e buscando superar o modelo social e econômico que a constituiu. Com eles, aprendemos que também é possível e necessário agir dentro da *Cidade das Etnias*, questionar a sobrevalorização da memória da colonização que a fundamenta e monopoliza as políticas públicas no campo da cultura, que por sua vez reforçam uma cultura política conservadora ainda legitimada nos tradicionais esquemas de identificação étnica.

Referências

CAMPOS, Emerson Cesar de. **Territórios deslizantes:** Recortes, miscelâneas e exposições na cidade contemporânea - Criciúma (SC) (1980-2002). 2003 (Tese de Doutorado) UFSC, Florianópolis.

CAROLA, Carlos Renato. **Dos subterrâneos da história:** as trabalhadoras das minas de carvão de Santa Catarina (1937-1964). Florianópolis: UFSC, 2002.

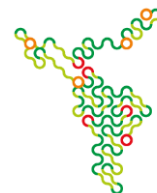
_____. Modernização, cultura e ideologia do carvão em Santa Catarina. In: GOULART FILHO, Alcides (org.). **Memória e cultura do carvão Santa Catarina.** Florianópolis: Cidade Futura, 2004.

CORREA, Jacson. **Proteção ambiental e atividade minerária:** um estudo sobre a defesa da área de proteção ambiental em Criciúma. 2001 (Dissertação de Mestrado) UFSC, Florianópolis.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade:** presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado:** contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-RJ, 2006.

MANIQUE, Nei. A noite que dividiu a nossa história. **Portal Engeplus**, 2016. Disponível em: <<http://www.engeplus.com.br/noticia/memoria/2016/v-deo-a-noite-que-dividiu-a-nossa-historia/>>.



MONTEIRO, Renato de Araújo. **O problema do carvão em Santa Catarina:** uma batalha alheia à questão ambiental. Simpósio Internacional “História Ambiental e Desastres”. Guarapuava, 2011.

_____. **Com quantos pobres se faz 1 rico:** modernidade (e crise) na Criciúma do século XX. 2017 (Dissertação de Mestrado) UDESC, Florianópolis.

NASCIMENTO, Dorval do. **Faces da urbe:** processo identitário e transformações urbanas em Criciúma – SC (1945-1980). São Luís; Criciúma: Café & Lápis; Ediunesco, 2012.

RABELO, Giani. A longa resistência: a luta contra a privatização da CSN. In: GOULART FILHO (org.). **Memória e cultura do carvão em Santa Catarina.** Florianópolis: Cidade Futura, 2004.



ECONOMIA SOLIDÁRIA E PROTAGONISMO SOCIAL: UMA LIÇÃO PARA A ESCOLA.

Geraldo Augusto Locks¹
Júlia Pereira Damasceno de Moraes²
Elisângela de Oliveira Fontoura³

Resumo: O presente trabalho representa uma revisão bibliográfica cuja temática está voltada para os conceitos da economia solidária e as consequências que esse modo diferente de compreender as relações de trabalho e de produção representam para a vida das pessoas. Com o objetivo de relacionar tais conceitos e consequências a possíveis práticas emancipatórias em ambiente escolar, esse artigo também apresenta uma ponte entre o mundo do trabalho e o universo escolar que tem, historicamente, contribuído para manter as relações dos trabalhadores e trabalhadoras com o trabalho em contexto alienante e excludente. Assim, pode-se considerar relevante que a incorporação de conceitos inerentes à economia solidária especialmente em ambiente escolar ressignificando o efetivo sentido do protagonismo social e emancipação do cidadão. Supõe-se que quando há ausência de criticidade no processo de formação escolar, isso atende bem aos propósitos de uma sociedade que, de maneira histórica, tem sido construída sobre os pilares de um sistema de produção cujas relações de trabalho visam, prioritariamente, o acúmulo de bens e riquezas. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, e a bibliográfica, justifica-se por considerar, em uma perspectiva histórica e dialética, as relações que se instauram na sociedade como se fossem o único paradigma de convívio social. Espera-se que este estudo sensibilize a comunidade escolar, gestores de políticas educacionais no sentido de problematizarem e reverem projetos políticos pedagógicos e estruturas curriculares reprodutoras da sociedade de classe e da ordem do exclusivamente do mercado.

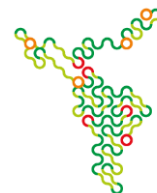
Palavras-chave: Economia Solidária. Protagonismo Social. Escola.

Abstract: The present work represents a bibliographical revision whose theme is focused on the concepts of solidarity economy and the consequences that this different way of understanding the relations of work and production represent for the life of the people. In order to relate such concepts and consequences to possible emancipatory practices in a school environment, this article also presents a bridge between the world of work and the school universe that has historically contributed to maintain the relationships of the workers with the work in alienating and excluding context. Thus, it may be considered relevant that the incorporation of concepts inherent to the solidarity economy, especially in a school environment, re-signifying the effective sense of social protagonism and emancipation of the citizen. It is assumed that when there is a lack of criticality in the process of

¹ Doutor em Antropologia. Professor no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Planalto Catarinense (Uniplac), Lages, Brasil.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Planalto Catarinense – Lages, Santa Catarina.

³ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Planalto Catarinense – Lages, Santa Catarina.



school formation, this serves well the purposes of a society that, in a historical way, has been built on the pillars of a production system whose labor relations aim, as a priority, the accumulation of goods and wealth. It is a qualitative research, and a bibliographical one, justified by considering, in a historical and dialectical perspective, the relationships that are established in society as if they were the only paradigm of social interaction. It is hoped that this study will sensitize the school community, managers of educational policies in the sense of problematizing and reviewing pedagogical political projects and reproductive curricular structures of class society and the order of the exclusively market.

Keywords: Solidary Economy. Social Protagonism. School.

INTRODUÇÃO

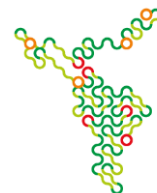
O presente artigo apresenta uma discussão acerca da relevância de princípios inerentes à economia solidária no campo da organização da educação, especialmente abordando a maneira como se dão as práticas educacionais na escola.

Uma pesquisa bibliográfica, traz autores tais como Paulo Freire (2018), Singer (2002), Moura (2016) e Lima (2018) com o intuito de atribuir respaldo teórico à discussão estabelecida. Justifica-se uma proposição dessa linha de estudo porque considera-se importante que se discutam questões tais como o protagonismo real do sujeito em ambiente escolar tal como ocorre nos empreendimentos econômicos solidários.

Supõe-se que haja, a exemplo das relações interpessoais em empreendimentos pautados pela economia solidária, a necessidade de horizontalizar os diálogos que tem sido sempre instituídos por meio de uma hierarquia silenciadora, nos ambientes educacionais.

O QUE É ECONOMIA SOLIDÁRIA?

Às vezes, para entendermos o que é determinada coisa, é preciso antes, saber o que ela não é. O não-lugar das coisas nos diz muito sobre elas. A economia solidária não é um projeto ingênuo que busca extinguir as relações comerciais e mercantis da sociedade. Também não é uma proposta de desrespeito ao direito à propriedade. Ainda, é preciso dizer que não é a desesperada tentativa de um grupo de pessoas de derrubar os sistemas que obedecem às leis tradicionais do mercado capital.



Ao contrário, a economia solidária representa ideais voltados para o bem viver de determinados grupos de pessoas sem acesso às condições básicas de existência por meio do trabalho associado tendo por princípios a cooperação e a solidariedade. Diz-se, pois, que a economia solidária implica no movimento realizado por alguns setores da sociedade com o intuito de se organizar coletivamente para “criar, compartilhar e distribuir algum bem entre seus membros. No Brasil, são conhecidos os modos de vida dos povos indígenas, comunidades caiçaras, quilombolas e comunidades luso-brasileiras. (MOURA, 2016, p. 44)” que se fundam nos princípios e valores da economia solidária.

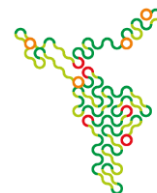
Porém, essa forma de compreender as relações socioeconômicas tem origens que são formadas juntamente com o início da história da humanidade. A primeira solução encontrada pelas comunidades de pessoas, lá nos tempos das cavernas, não foi de vender o que encontravam e nem de acumular o que encontravam para se sobreporem aos semelhantes em uma forma bem atual de luta por poder. Antes, a solução encontrada era de, juntos buscarem ou produzirem alimentos para que pudessem sobreviver como comunidade, diante das contingências representadas pelo modo de vida da época. A economia solidária, como a compreendemos hoje, como veremos abaixo surgiu na Inglaterra em pleno desenvolvimento do modo de produção capitalista industrial, e por uma reação dos trabalhadores e trabalhadoras às condições de exploração do trabalho.

Segundo Moura (2016, p. 44),

A economia solidária surge como um paradigma socioeconômico, uma outra maneira de entender e vivenciar as relações econômicas. Tem como característica principal responder as necessidades dos sujeitos, de um grupo social de modo não acumulativo, tendo como princípios fundantes a colaboração, a distribuição dos excedentes e a ação coletiva na garantia da autossuficiência dos sujeitos envolvidos.

Do jeito que é entendida hoje, a economia solidária passa a ser fortalecida a partir de modificações macroeconômicas, e das configurações oscilantes do ambiente político, econômico decorrentes da Revolução Industrial (MOURA, 2014). Infira-se, nesse contexto específico, que a economia baseada nos princípios de solidariedade representa uma corajosa proposta social gerada em decorrência de insegurança em âmbito de direitos do trabalhador e, mais tarde, de acesso ao trabalho por conta da industrialização.

O trabalho, em Marx, é condição humana. Forja o ser humano e é inerente mesmo à formação da sociedade. Porém, a exploração do homem não é característica decorrente do trabalho, mas do modo como se vive a partir das relações de produção. As péssimas condições de vida e sobrevida



oriundas da supremacia do capital e de um de seus efeitos colaterais, o desemprego, representam forte impulso no processo de solidificação do conceito de economia solidária no curso da história da humanidade.

De acordo com Demoustier (2006, p. 12),

A economia solidária foi inventada por operários, nos primórdios do capitalismo industrial, como resposta à pobreza e ao desemprego resultantes da difusão ‘desregulamentada’ das máquinas-ferramenta e do motor a vapor no início do século XIX, as cooperativas eram tentativas por parte de trabalhadores de recuperar trabalho e autonomia econômica, aproveitando as novas forças produtivas. Sua estruturação obedecia aos valores básicos de movimento operário de igualdade e democracia sintetizado na ideologia do socialismo.

No Brasil, os olhares de diversos segmentos da sociedade tem, de maneira crescente, se voltado para a economia solidária como possibilidade de contraponto ao capitalismo e de restabelecimento de dignidade para as pessoas que vem sendo, também de maneira crescente, sendo colocadas às margens dos processos econômicos e financeiros, por conta da aformalidade ou informalidade ou inexistência de oportunidades de trabalho.

Como bem afirma Moura (2016, p. 52),

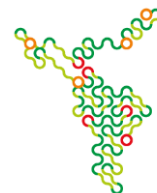
Na década de 80, as particularidades da economia solidária emergem em meio à imposição dos modelos neoliberais no contexto de globalização da economia, intensificando extrema pobreza e marginalização na sociedade brasileira. Nesse período identificamos situações de resistência nos meios rurais e também urbanos, fazendo com que as pessoas se organizassem em grupos para atender suas necessidades básicas, devido às circunstâncias de desemprego criadas pelo modelo econômico neoliberal.

Seria, pois, a necessidade de garantir condições de vida em meio a um sistema fundamentalmente excludente que representou a gênese desse outro paradigma de compreender as relações de produção, a compreensão acerca do trabalho e da economia, para a sociedade.

Teórico de grande importância no processo de solidificação da economia solidária no Brasil foi o professor Paul Singer, de acordo com Pinto (2006, p. 35),

Quanto a iniciativas governamentais, chama atenção a recém-criada (junho de 2003) Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, capitaneada pelo Professor Paul Singer, um dos principais teóricos da economia solidária no Brasil. Vale dizer que a Senaes foi criada a partir da mobilização que antecedeu a criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária. O exemplo dessa Secretaria só tem paralelo na Secretaria de Estado de Economia Solidária durante o governo de Lionel Jospin na França.

Singer (apud PINTO, 2006, p. 43) alerta que não se deve pensar na economia solidária como uma prática desenvolvida exclusivamente a partir das contradições do capitalismo ou na sua atual



incapacidade de assegurar a inclusão social pelo trabalho. Tampouco o crescimento dos empreendimentos solidários em meio à dominância do mercado deva se fazer via “isolamento”, a partir de dinâmicas endógenas baseadas em relações de solidariedade entre produtores e consumidores.

A economia solidária deve, antes, se afirmar como “alternativa superior ao capitalismo”. (SINGER, 1998, p. 120). Essa qualidade superior, capaz de atuar como princípio ordenador das relações sociais, apenas se tornará efetiva quando a economia solidária demonstre, sem se isolar, tanta ou mais eficiência que as empresas capitalistas.

Mas a economia solidária só se tornará uma alternativa superior ao capitalismo quando ela puder oferecer a parcelas crescentes de toda a população oportunidades concretas de auto-sustento, usufruindo o mesmo bem-estar médio que o emprego assalariado proporciona (...) ela terá de alcançar níveis de eficiência na produção e distribuição de mercadorias comparáveis aos da economia capitalista e de outros modos de produção, mediante o apoio de serviços financeiros e científico-tecnológicos solidários (SINGER, 1998, p. 121).

Nesse sentido, é importante compreender a economia solidária não apenas como possibilidade secundária de assegurar condições reais de existência para quem viveu à margem da sociedade e das relações socioeconômicas por algum tempo. Ao invés disso, é válido que se traga de modo evidente sua significação enquanto elemento essencial para que se construam relações sociais pautadas em valores tais como o desenvolvimento do sujeito e no exercício de cidadania ativa, que implica em entender mudança na estrutura de toda a sociedade, tal como se organiza na atualidade. Em suma, a economia solidária, conforme observamos nos empreendimentos econômicos solidários na região do Planalto Catarinense, se orienta pelos princípios da autogestão, propriedade dos meios de produção, geração de trabalho e renda, distribuição equitativa dos resultados do trabalho, cuidado com o meio ambiente e responsabilidade com o entorno social.

Que lições a escola pode aprender com a economia solidária?

Empreendimentos organizados segundo os princípios da economia solidária “permitem e compelem os diretamente interessados a participar das discussões e negociações sobre questões de seu interesse.” (SINGER, 1998, p. 130).



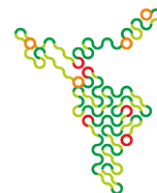
Já há movimentos nas políticas educacionais que sugerem e até cobram a participação da representação estudantil nas decisões referentes aos seus interesses no contexto da escola. Porém, é ainda simbólica tal participação e de modo algum representa a desalienação dos principais interessados, a saber, professores e estudantes. Mas, é sabido que a organização escolar não tem nenhuma similitude com os princípios da economia solidária, uma vez que sua referência de relações de poder é hierárquica na qual as relações sociais de educação são reprodutora das relações de produção, como mostra Enguita (1985).

É como se, de fato, a escola duvidasse da capacidade de escolha e de decisão legítima das pessoas, mesmo sendo a gestão democrática uma política adotada pelo Estado, justamente no intuito de fomentar a participação da comunidade nas práticas decisórias concernentes à organização institucional. Assim, os conselhos representam a comunidade, mas não passam de uma formalização da exigência para garantir o recebimento de verbas de diferentes esferas do governo, limitando-se a assembleias esporádicas, deliberações pontuais e assinaturas em documentos legais.

Na verdade, esse processo de pseudodemocracia no campo da educação é também um risco já identificado por Singer no campo dos empreendimentos comumente chamados de solidários que, nas palavras de Moura (2016, p. 53) alerta:

É preciso estar atento quando se fala em cooperativismo tradicional e em cooperativas populares regidas pelos princípios da economia solidária no Brasil. As cooperativas tradicionais, embora seus estatutos muitas vezes abordem valores como a cooperação, participação nos lucros entre seus associados, elas estão contaminadas pela hierarquização de funções, elitização e perpetuação de suas diretorias, falta de controle social dos cooperados e elevado número de sócios. São cooperativas que acabaram metamorfoseando-se em empresas capitalistas. Isto serve para os modelos de cooperativas reinantes atualmente no campo do agronegócio, econômico-financeiras como as cooperativas de crédito ou de comercialização.

Tem-se uma economia escolar pautada na verticalidade, ainda que os discursos sejam sempre centrados no diálogo e na horizontalidade. Há um acordo tácito entre os diversos órgãos que compõem a comunidade escolar de que os ritos serão cumpridos mas que há acordos silenciosos que não devem ser quebrados. Em se tratando dos diálogos verdadeiramente honestos que possam implicar em movimento de superação de problemas oriundos mesmo das relações ou das divergências de opiniões e mesmo de ideias sobre os mais diversos temas que surgem nesses ambientes, o que se pode dizer é que os conflitos por vezes geram avanços e por vezes legitimam a verticalidade das decisões tomadas.



É o caso também das organizações com pilares estruturados na economia solidária mas que se valem dos conselhos especialmente formados para validar as decisões de uma gestão que deveria agir de maneira mais ‘solidária’ e menos ‘empresarial’.

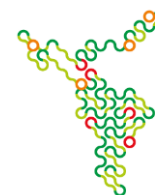
Não há, aqui, uma crítica aos empreendimentos. Antes, o que há é uma observação simples de que nenhum empreendimento brotado num solo semeado historicamente pelas sementes do capitalismo sobrevive incólume a essa realidade. Há que se atentar para a necessidade de que o movimento dialético histórico faça parte da rotina, do cotidiano de todos os participantes de uma organização que pretende estabelecer-se nessa forma de compreender as relações socioeconômicas.

No caso das escolas, o que se pode aprender é algo como a confiança na capacidade do outro de tornar-se autônomo, capaz de raciocinar e escolher. Uma sociedade democrática, com uma economia popular solidária, precisa de uma educação que acredite na autonomia do sujeito e que invista para conseguir formar essa autonomia ou desenvolvê-la, na maioria das vezes.

Assim, as vozes ouvidas tanto dentro quanto fora das salas de aula não seriam apenas as de alguém cujas patentes sejam mais altas em uma hierarquia institucionalizada. Por exemplo, o professor seria ouvido e respeitado, porque não estaria abaixo do diretor. O estudante seria ouvido e respeitado porque não estaria abaixo do professor. Todos estariam lado a lado, mobilizando-se, organizando-se, pensando em uma outra forma de educação possível. Não se trata de abolir todas as formas de organização nesse ambiente. Trata-se de confiar, de acreditar que os estudantes podem mais do que se pensa que podem.

O que se faz é uma educação que impõe. Embora haja muitas falas flutuantes que trazem o ideário de uma práxis libertadora e emancipatória, que assegure o direito de fala e ação do estudante, é sempre esperado que fale e faça o que se quer. Quando se pensa em um ensino de ciências sem experimentos, diríamos que é preciso ir adiante. É preciso acreditar na capacidade inventiva do sujeito. É preciso não apenas que percorra caminhos já trilhados por outros pesquisadores. É preciso que crie seus próprios caminhos, que se perceba como autor do próprio desenvolvimento. Que se compreenda como sujeito do próprio aprendizado. Isso só se consegue, fazendo, mobilizando-se, sendo mobilizado.

Por outro lado, somente de algum tempo para cá, se vinha sentindo a preocupação em nos fazermos identificados com nossa realidade, em caráter sistemático. Era o clima da transição. Daí a nossa insistência no aproveitamento deste clima. E, a partir dele, tentarmos o esvaziamento de nossa educação de suas manifestações ostensivamente palavrescas. A superação de posições reveladoras de descrença no educando. Descrença no seu poder de



fazer, de trabalhar, de discutir. Ora, a democracia e a educação democrática se fundam ambas, precisamente, na crença no homem. Na crença em que ele não só pode mas deve discutir os seus problemas. Os problemas do seu país. Do seu continente. Do mundo. Os problemas do seu trabalho. Os problemas da própria democracia. (FREIRE, 2018, p. 127)

É pertinente trazer para a discussão o conceito Marxista de formação omnilateral do ser humano. Para Marx, a formação de um homem omnilateral implicava em uma formação que unisse atividade material e atividade intelectual. O trabalho, tal como se organiza na sociedade capitalista promove a alienação da força que produz mas não reflete sobre o que produz nem sobre as condições em que faz isso. Alienação predispõe a ausência de criticidade e uma acomodação diante da própria condição de alienação, como se esse fosse o único modo de vida possível.

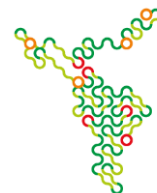
Segundo Marx e Engels (2004) a formação do homem deve superar a oposição entre a formação intelectual e a formação técnica, uma vez que a atividade prática possibilita a aquisição de experiência, bem como saber teórico. Em outras palavras, os saberes práticos e os saberes teóricos são indispensáveis para a formação omnilateral do indivíduo. Neste sentido, a concepção marxiana destaca tais saberes como forma de criticar a sociedade alienante e capitalista. (LIMA, 2018, p. 05)

Compreende-se que o trabalho, na constituição do sistema capitalista, destitui o ser humano de aprender e desenvolver-se a partir dele, já que o automatiza ao invés de torná-lo autônomo. A simples execução de uma tarefa não dá conta de oportunizar desenvolvimento do sujeito. Isso vale tanto para os empreendimentos de economia solidária como para as mais variadas atividades realizadas em sala de aula. Nomear uma atividade de ‘atividade de estudo’ não significa que ela, de fato, seja isso. Mesmo que pareça uma obviedade, questionar não é prática recorrente em ambientes escolares, especialmente quando o questionamento implica em contrariedade ou divergência de pensamento.

Como destaca Freire (2018, p. 126),

Esta nos parecia uma das grandes características de nossa educação. A de vir enfatizando cada vez mais em nós posições ingênuas, que nos deixam sempre na periferia de tudo o que tratamos. Pouco, ou quase nada, que nos leva a posições mais indagadoras, mais inquietas, mais criadoras. Tudo, ou quase tudo, nos levando, desgrazadamente, pelo contrário, à passividade, ao ‘conhecimento’ memorizado apenas, que, não exigindo de nós elaboração ou reelaboração, nos deixa em posição de inautêntica sabedoria. À nossa cultura fixada na palavra corresponde a nossa inexperiência do diálogo, da investigação, da pesquisa, que, por sua vez, está intimamente ligada à criticidade, nota fundamental da mentalidade democrática.

Pensar a educação para a emancipação implica, pois, formar um homem e uma Mulher omnilateralmente, que seja capaz de agir e pensar. Necessário se faz que se forme um sujeito que se



compreenda como ser social e político o que o torna diretamente sensível às coisas do mundo, tirando-o da condição de alienado e recebendo-o no círculo da cidadania ativa.

Nas palavras de Lima (2018, p. 05),

O homem omnilateral é expressão de uma totalidade de determinações não estranhadas, construídas no cotidiano da nova vida social, cujo fundamento é o trabalho social livre, o planejamento e a execução coletiva do trabalho, bem como a repartição justa dos produtos do trabalho.

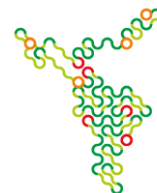
Vale dizer que as possibilidades do desenvolvimento do homem e mulher omnilateral e da educação omnilateral estão pautadas na construção de um outro tipo de sociedade. A tarefa do desenvolvimento humano omnilateral e dos processos educativos que a ele se articulam se opõem ao ideário neoliberal. O desafio é, pois, a partir das desigualdades que são dadas pela realidade social, desenvolver processos pedagógicos que garantam, ao final do processo educativo, o acesso efetivamente democrático ao conhecimento. (FRIGOTTO, 2012).

Ao abordar a necessidade de desenvolver os processos pedagógicos que assegurem o desenvolvimento do sujeito esse autor sinaliza a proposta trazida por este trabalho. Valer-se do protagonismo real do sujeito para promover um movimento de reflexão acerca das ações realizadas no seio da sociedade e em ambiente escolar, para, por meio do constante diálogo, construir uma sociedade em que haja dignidade para todos e todos possam sentir-se cidadãos, de fato e de direito.

Considerações Finais

A economia solidária é uma possibilidade de contribuir para a ‘desalienação’ do sujeito a partir do momento em que mobiliza o sujeito a participar ativamente de todas as decisões que influenciem sobre seu trabalho. É, também, uma “escola para a escola”, no sentido de oportunizar a reflexão acerca do modo como se entende o sujeito nos processos de produção.

Há, na economia solidária, um protagonismo que transcende a representação de papéis sociais. As normas subjetivas e mesmo objetivas que ditam a vivência e a convivência no sistema capitalista são suplantadas pela dialética transformação de quem vê no trabalho não somente uma forma de lucro, mas uma condição tipicamente humana, que contribui para a construção do ser humano que não nasce ser humano mas se constrói constantemente a partir da vivência com seus pares.



A escola pode aprender outra lição importante com a economia solidária. Os movimentos sociais que deram início ao que se entende hoje por empreendimento econômico solidário só foram possíveis porque não houve abafamento nem cerceamento das ideias. Melhor dizendo, o abafamento e o cerceamento que houve não foi suficiente para que não se pudesse pensar em um modo inclusivo de pensar a economia. Pensar a escola como emancipadora e includente é aprender a respeitar as diferenças e a perceber em cada voz um discurso histórico, político e social que merece debate.

Referências

- DEMOUSTIER, Danièle. **Economia social e solidária-Um novo modo de empreendimento associativo (A)**. Edicoes Loyola, 2006.
- ENGUITA, Mariano Fernández. *Trabajo, Escoela, e Ideologia*. Marx y la crítica de la educacion. Madri, Akal, 1985.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. Editora Paz e Terra, 2018.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação omnilateral. **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, p. 267-274, 2012.
- LIMA, Rosângelis R. F. **A categoria da formação omnilateral e o trabalho como princípio educativo na educação do campo**. Disponível em www.gepec.ufscar.br/...educacao-do-campo...trabalho/...categoria-da-formacao-omnil acesso em 20 de maio de 2018.
- MOURA, J. B. **ECONOMIA SOLIDÁRIA NO PLANALTO CATARINENSE**: uma análise na perspectiva de seus protagonistas. 2016. Dissertação de Mestrado. Universidade do Planalto Catarinense.
- PINTO, João Roberto Lopes. **Economia solidária: de volta à arte da associação**. Ufrgs Editora, 2006.
- SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. Fundação Perseu Abramo, 2002.



A REINVENÇÃO DOS MERCADOS? OS PROCESSOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO EXISTENTES EM COLETIVOS/EMPRESAS ATUANTES NO MOVIMENTO SLOW FASHION, NA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE

André Luciano Viana¹

Resumo: O artigo busca contribuir a respeito das discussões sobre a resignificação do trabalho na contemporaneidade. Por meio desta afirmação, partimos com nossas inquietudes, amparados pela diversidade de práticas de enfrentamento ao sistema capitalista habitual. Embora vivenciemos uma época na qual as relações, ditas como fragilizadas por uma liquidez baumaniana, no mundo do trabalho ainda permanecem os mesmos vestígios descritos desde a metade do século XIX. O objetivo da pesquisa é analisar os indícios da onipresença de mercado, vinculados às iniciativas de coletivos/empresas atuantes no Movimento *Slow Fashion*, na Região Metropolitana de Porto Alegre. Através de pesquisa bibliográfica e entrevista, chega-se à conclusão parcial da pesquisa, que corrobora com a compreensão de que essas novas organizações possuem em sua essência características da solidariedade, mas ainda podem manifestar-se processos de inclusão que poderão ser excludentes, e talvez, mesmo de forma inconsciente, contribuam com certa reprodução de um disciplinamento capitalista.

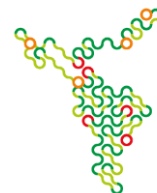
Palavras-chave: Trabalho. *Slow Fashion*. Inclusão

THE REINVENTION OF MARKETS? THE INCLUSION AND EXCLUSION PROCEDURES EXISTING IN COLLECTIVE / COMPANIES ACTING ON THE SLOW FASHION, MOVEMENT IN THE METROPOLITAN REGION OF PORTO ALEGRE

Abstract: The article seeks to contribute to the discussions about the re - signification of work in the contemporary world. Through this affirmation, we set out with our concerns, supported by the diversity of practices facing the usual capitalist system. Although we live in an age in which relations, said to be fragile by a Baumanian liquidity, still remain the same vestiges described in the world of work since the mid-nineteenth century. The objective of the research is to analyze the signs of the omnipresence of the market, linked to the initiatives of collectives / companies operating in the Slow Fashion, Movement in the Metropolitan Region of Porto Alegre. Through a bibliographical research and interview, we arrive at the partial conclusion of the research, which corroborates with the understanding that these new organizations have characteristics of solidarity in their essence, but there may still be processes of inclusion that may be exclusive, and perhaps, even unconsciously, contribute with some reproduction of capitalist discipline.

Keywords: Work. *Slow Fashion*. Inclusion.

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social e também docente na Universidade Feevale – Novo Hamburgo, RS. Orientado por Acacia Zeneida Kuenzer; doutora em Educação: História, Política, Sociedade pela PUC-SP.

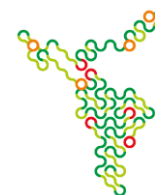


1 Introdução

Na atualidade, há demonstrações de enfrentamentos e novas intencionalidades nas perspectivas de movimentos sociais contemporâneos, representados nesta pesquisa, pelo “Movimento *Slow*” ou “Movimento Lento”, em nossa tradução literal, que, segundo Bauman (2015), são agrupamentos sociais que partem de uma tentativa de mediação do mercado, afastando-se do senso de utilitarismo e buscam uma sociedade mais equitativa na relação entre produção e consumo. Todavia o cuidado e a customização do processo produtivo também oneram custos e assim reiteram a ideia de que há um mercado, no qual o preço mais alto de um produto garantiria “um mundo sem desperdícios” para aqueles que possam usufruir-lhe, um fato que também deve ser problematizada ao pensarmos sobre as questões da inclusão excludente.

Embora vivenciemos uma época na qual as relações, ditas como fragilizadas por uma liquidez baumaniana, no mundo do trabalho persiste determinadas concepções que ainda detém a mesma perenidade muitas vezes criticada ao longo de décadas de contradições. Pois sabemos que existe um mercado sempre que possa haver algum tipo de comércio (pessoas que queiram comprar em contraposição àquelas que queiram vender), mas há muitas (novas) economias na plataforma de mercado, que se desenvolvem por meio de uma evolução espontânea ou necessária das atividades mercantis. São estas (novas) economias que buscam responder ao anseio de uma sociedade que não comporta mais simplesmente a tríade: emprego, trabalho e renda, pois se espera mais ações das indústrias na criação de maiores investimentos na área de sustentabilidade econômica e ambiental, ao mesmo tempo em que se exige maior participação e consciência do consumidor. Sendo assim, em razão dessas questões, o objetivo da pesquisa é analisar os indícios da onipresença de mercado, vinculados às iniciativas de coletivos/empresas atuantes no Movimento *Slow Fashion*, na Região Metropolitana de Porto Alegre.

Como aspectos metodológicos da pesquisa, a investigação é articulada a partir de estudo de caso, que segundo Gil (2002) ocorre quando há um procedimento racional e sistemático em que seu escopo é definido com o intuito de proporcionar respostas ao problema proposto. Busca-se identificar no universo pesquisado o contexto de empreendimentos coletivos, que atuam sob a perspectiva do conceito de *Slow Fashion*, na Região Metropolitana de Porto Alegre. No entanto, a amostra utilizada para a análise deste estudo classifica-se como não-probabilística, selecionada por acessibilidade ou



conveniência, que não possui rigor estatístico, quando o pesquisador seleciona elementos que tem acesso, admitindo que estes possam representar o universo (PRODANOV; FREITAS, 2013).

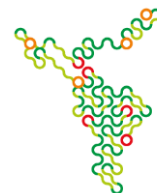
Em relação à amostragem, pode-se dizer que a Região Metropolitana de Porto Alegre – RMPA, segundo o Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul (2017), é a área mais densamente povoada do Rio Grande do Sul concentrando mais de 4 milhões de habitantes - 37,7% da população total do estado. Dela fazem parte nove dos dezoito municípios do RS com mais de 100 mil habitantes, com densidade demográfica média da região de 389,7 hab/km². Foi criada formalmente em 1973, composta inicialmente por quatorze municípios, todavia, os crescimentos demográficos resultantes principalmente das migrações internas, da interligação das malhas urbanas e das sucessivas emancipações, fizeram com que novas áreas fossem se integrando à região metropolitana, totalizando então, os atuais trinta e quatro municípios.

Até o momento, identificamos 16 grupos que trabalham na perspectiva do *Slow Fashion* na região. Em relação à técnica de coleta de dados utilizada, foi realizada a entrevista em um desses coletivos, que, segundo Prodanov e Freitas (2013), é a obtenção de informações de um entrevistado sobre determinado assunto ou problema, e optou-se pela entrevista não padronizada ou não estruturada, quando não existe rigidez de roteiro. Para a entrevista, foi definido quem deve ser entrevistado, o plano da entrevista, questões a serem perguntadas e o pré-teste, a fim de validar o modelo proposto. Neste artigo, optou-se por apresentar-se como “Entrevistada 1”, sendo que a empresária não será identificada por seu nome verdadeiro, assim como seu coletivo não será revelado.

Sendo assim, a seguir apresenta-se após a introdução, uma breve sequência teórica, que possui a intenção de problematizar a ressignificação do trabalho na contemporaneidade e contextualiza-se o Movimento *Slow Fashion*. Logo, apresentam-se detalhes a respeito da entrevista realizada e por fim, as considerações parciais são expostas, assim como a lista de referências utilizadas.

2 As transformações no mundo do trabalho

A diversidade está presente em muitas esferas da sociedade, sendo relacionada aos diversos grupos, sejam eles étnicos, raciais, culturais, econômicos ou de gênero, tendo em vista o fato de ser um fenômeno com estudos relativamente recentes, mas que recebem atenção especial de pesquisadores e das políticas públicas propostas pelos governantes em muitos países. Esta mesma diversidade gera as diferenças, que fazem com que existam novas reconfigurações da sociedade,



provocando uma heterogeneidade que se evidencia no próprio ambiente cotidiano de todas as relações sociais, sobretudo, ao refletirmos sobre os conceitos oriundos do mundo do trabalho.

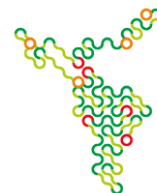
As transformações sofridas pela sociedade contemporânea ao longo das últimas décadas têm impactado tanto nas formas de materialidade quanto na esfera da subjetividade, tendo em vista as complexas relações entre essas maneiras de ser e existir da sociabilidade humana (ANTUNES, 2009).

Com base nas literaturas pesquisadas, as questões envolvidas neste enfoque, relembram também os contextos abordados por Marx e Engels (2002), quando comentam que a divisão do trabalho oferece o primeiro exemplo: a partir do momento em que os homens passam a viver na sociedade natural, desde que, se verifica uma cisão entre o interesse particular e o interesse comum, ou seja, quando a atividade não é mais dividida voluntariamente, mas de forma natural, a ação do homem transforma-se para ele em um poder estranho que se opõe a ele e subjuga-o ao invés de dominá-lo.

Nesse processo de construção de um conhecimento coletivo, os sujeitos ressignificam sua concepção de trabalho, de produção e de comercialização, e melhoram suas condições de inserção no mundo de trabalho, de uma forma menos subordinada ao capital. Ao mesmo tempo, apreendem as contradições impostas pelo mesmo capitalismo, que geram dificuldades e formas de enfrentamento, tendo em vista a manutenção de condições de existência mais dignas.

Kuenzer (1985) revela que em sua concepção geral, o trabalho pode ser concebido como o processo através do qual o homem transforma a natureza, os outros homens e a si mesmo, tendo em vista construir as condições necessárias à sua sobrevivência, não apenas como indivíduo, mas também como humanidade. Desse modo, o trabalho é um meio de transformação da natureza pela ação do homem e ao mesmo tempo, torna-se o instrumento da emancipação dos sujeitos, pois possibilita a geração de renda. Desse modo, está intimamente ligado ao contexto econômico e à criação de um sentimento de pertencimento ao grupo, à sociedade, em distintos contextos nos quais trabalhadores e trabalhadoras estão inseridos.

Mas Singer (2002) acredita que existe a solidariedade na economia, embora só possa permanecer se idealizada a partir da organização igualitária pelos que se associam para produzir, comercializar, consumir ou mesmo unir os recursos e que por isso, o objetivo da proposta é a associação entre iguais, ao invés da criação de contrato entre desiguais. Como por exemplo, na cooperativa de produção, que se torna um modelo da empresa solidária, todos os sócios têm a mesma



parcela de capital e, por decorrência, os mesmos deveres, consequentemente, os mesmos direitos de voto em todas as decisões, considerado como fundamento básico do processo. Assim, se essa empresa cooperativa necessitar de cargos específicos para seu gerenciamento, serão eleitos por todos os sócios e também todos serão responsáveis perante eles para que, como princípio norteador, não haveria competição entre os sócios: se a cooperativa progredir, acumular capital, todos ganham sua parcela de modo equitativo.

2.1 Por um movimento chamado *Slow Fashion*

O conceito do movimento tem inspiração no Movimento *Slow Food*, cunhado pelo jornalista italiano Carlo Petrini quando liderou uma série de ações contra a rede de restaurantes *fast food* McDonald's, na década de 1980, afirma Oliveira (2014). Aborda a contradição à rotina de vida acelerada nas relações pessoais e sociais, ou seja, através de uma trajetória mais *slow* [lenta], que contestaria a acelerada quantidade de tarefas do dia a dia, a superficialidade dos relacionamentos com a natureza e com o outro. A busca por uma vida mais *slow* abarca muitas terminologias, de ramos e atividades diferentes, angariando adeptos em todo o mundo à procura de uma qualidade de vida por meio de suas atividades cotidianas. E por isso, como parte efetiva da constituição do corpus de pesquisa e objeto deste estudo, selecionamos entre as várias possibilidades o Movimento *Slow Fashion*, em que busca-se produzir itens de vestuário de modo menos agressivo ao meio-ambiente, economicamente justo para quem produz e consome e com produção em escala reduzida, uma ação contrária ao mercado *fast fashion* [moda rápida], de grandes redes varejistas, reconhecidamente considerado como um efetivo modelo mundial da intensificação na exploração da mão de obra contemporânea e incentivador ao consumismo.

O conceito, inspirado pelas ações de Carlos Petrini, foi cunhado pela pesquisadora inglesa Kate Fletcher em 2007 e busca traçar um paralelo entre a produção de moda sustentável, na busca de uma visão diferenciada, quando o prazer de se vestir é atrelado à responsabilidade socioambiental com a cadeia produtiva (FLETCHER, 2014, tradução nossa). Ganhou ainda mais notoriedade em 2013, com a criação do Movimento “*Fashion Revolution*”, um conselho mundial de lideranças na área de moda sustentável, que se uniram após o desabamento de uma fábrica de vestuário de grandes marcas no Edifício Rana Plaza, em Bangladesh, em abril de 2013, que deixou mais de mil mortos e



milhares de feridos, expondo, de maneira cruel, as precárias condições de trabalho na indústria da moda.

Após a breve contextualização teórico, a seguir, apresenta-se a entrevista realizada para o presente artigo.

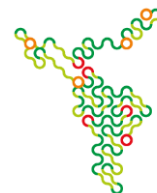
3 Um reconhecimento contemporâneo: “algo que fizesse sentido pra mim”

Nesta seção, serão apresentados trechos entrevista realizada. A respondente, identificada como “Entrevistada 1”, foi convidada a refletir sobre sua trajetória de trabalho, conforme já delimitado na metodologia de pesquisa deste estudo.

Pensar sobre as trajetórias de trabalho, são sempre maneiras interessantes de perceber a própria história de vida, assim como de uma região, de um coletivo, que possibilitou determinados sentidos do trabalho em comum acordo, muitas vezes, com o tipo de manufatura que transformou o ambiente daquela localidade.

Nesse sentido, a Entrevistada 1, Designer de formação e pós-graduada, tem pouco mais de 30 anos. Desde 2015, é designer e proprietária de uma empresa que atua no ramo de vestuário, com produção em pequena escala, seguindo os princípios do *Slow Fashion*, na grande Porto Alegre. Ao ser questionada sobre suas experiências anteriores, comenta que atuou muito tempo no desenvolvimento de produtos de várias empresas de moda, sendo que a última experiência como funcionária, foi em uma empresa do segmento de *fast fashion*. “Especialmente durante esse período, eu me questionei muito sobre o propósito da minha profissão”. Ela ressalta esta posição, pois disse não ver sentido no seu trabalho, quando desenvolvia coleções em quantidade muito grande de modelos que teria de “convencer as pessoas de que elas precisavam daquilo - isso sem falar em outras questões, como o tipo de mão-de-obra que é utilizado para fabricação dos produtos de *fast fashion*”.

Ao analisar seu relato, podemos perceber que a razão entre trabalho e profissão, na percepção da Entrevistada 1, somente existe através de um propósito de vida, uma relação ainda mais profunda que simples horas de trabalho. Percebemos que o termo *fast fashion* a incomodava, e que talvez, por sua profissão de origem criativa, ficasse ainda defasada pela necessidade de restrição ao ambiente imposto pela organização, já que menciona “Quando saí desta empresa, morei um tempo fora, onde tive contato com um mercado de *fast-fashion* ainda mais expressivo, e isso me chocou muito”.



Seu comentário demonstra a importância de perceber novas culturas, como prova de uma relação de mercado, e por isso, a vontade de trazer novos conhecimentos poderá, de algum modo, beneficiar sua relação com o trabalho, pois descreveu sua vontade de aplicar o conhecimento em “algo que fizesse sentido pra mim me fez procurar empresas e pessoas que já estivessem produzindo e consumindo de forma responsável, o que me surpreendeu de forma positiva: descobri que várias empresas no mundo já estavam atuando dentro do sistema de *slow-fashion* e que os consumidores estavam começando a questionar as marcas (Movimento *Fashion Revolution*)”.

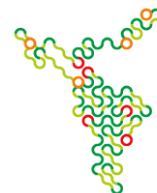
Ou seja, o sentido do trabalho, para a Entrevistada 1, foi na verdade, um modo de perceber o quanto ela poderia fazer algo pelo mundo, mas também como o mundo poderia igualmente representar uma certa leveza, se pudéssemos aproximar a ideia de Lipovetsky (2016) e, no caso da participante, foi o próprio Movimento *Fashion Revolution* uma motivação para essa mudança.

E ainda complementa, quando diz que “Foi então que eu percebi que estava na hora de ter um negócio próprio, que fosse pautado pelas questões nas quais eu acreditava: produtos atemporais, matérias-primas eco-friendly, mão de obra justa, etc.” Por isso, percebe-se que acreditar em algo que tenha sentido, também é uma forma, como relata Sennett (2013), que a experiência – contida na caixa – possa gerar maior qualidade no trabalho realizado, ou seja, a própria vontade de fazer algo. Esse relato, manifestado na primeira exploração das ideias apontadas pela Entrevistada 1, está abarcado na Categoria que revela as trajetórias de vida no mundo do trabalho, pois esta empreendedora, deixa evidente que pretende uma mudança na sua relação com o trabalho a partir de suas próprias convicções.

A seguir, apresentam-se as considerações parciais desse estudo.

Considerações parciais

Podemos afirmar que as discussões a respeito do mundo do trabalho já fazem parte de nosso cotidiano, mesmo que seja a partir de uma perspectiva mecanizada e não, de fato, reflexiva. A relação entre trabalho e emprego, seu significado e ressignificação afetam diretamente as mais diversas áreas de estudo, pois fazem parte do cotidiano da sociedade contemporânea. As reflexões até aqui discutidas na pesquisa nos fazem perceber a importância do tema, pois têm relação com a contemporaneidade.



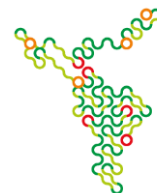
Embora estejamos, neste momento, apenas com algumas compreensões parciais em relação à análise dos dados, podemos, mesmo assim, considerar que o caminho percorrido pode auxiliar na concretude de nossa tese, que conforme destacamos anteriormente, consiste na problematização a respeito da ambiguidade entre os valores fundamentais da ressignificação do trabalho na contemporaneidade e as novas práticas de enfrentamento ao capitalismo. Essas ações tangenciam as premissas que possibilitam a criação de valor compartilhado pelos coletivos/empresas atuantes no Movimento *Slow Fashion*, mas trazem indícios que estão presentes nos mecanismos subjacentes às transações de mercado intrínsecos no mundo do trabalho, mesmo em organizações consideradas econômica e socialmente inclusivas em sua essência, de modo a visualizar a contradição existente no capitalismo e, conseqüentemente, a reinvenção de um mercado.

A criação de um valor compartilhado por parte dos coletivos/empresas que trabalham amparados nas diretrizes do Movimento *Slow Fashion*, tornou-se evidente até o momento, contribuindo, inclusive com a análise a partir das perspectivas sobre as diferenças no mundo do trabalho. No entanto, nossa preocupação também reside na existência de possíveis indícios do sistema capitalista presente nas observações do discurso publicitário, na observação dos locais de comercialização e até mesmo, nas entrevistas realizadas. E a ressignificação do trabalho reside na preocupação de fazer algo que tenha melhor sentido na vida do sujeito. Mas acreditamos e reiteramos, que são iniciativas como essas, presentes no *Slow Fashion*, que poderão, a certa medida, facilitar as relações entre produção e consumo, conseqüentemente, fazer com que o homem vença a natureza e assim, produza objetos que possam melhorar a sua vida, principalmente, coerentes com o propósito de vida desejado.

Contempla-se, também, que este estudo integra um dos eixos de discussão de uma tese, com o intuito de problematizar a temática das relações de trabalho do Brasil na contemporaneidade, e ambiciona contribuir na discussão a respeito dos processos de inclusão e exclusão pelo trabalho e ressalta a diversidade existente em práticas de enfrentamento ao capital e seu impacto nos modos de vida dos sujeitos que buscam a autonomia a partir de perspectivas associativas.

Referências

ANTUNES, R. L. C. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. [2. ed., rev. ampl.]. São Paulo, SP: Boitempo, 2009. 287 p



ATLAS SOCIECONOMICO DO RIO GRANDE DO SUL. Região Metropolitana de Porto Alegre – RMPA. Disponível em: <<http://www.atlassocioeconomico.rs.gov.br/regiao-metropolitana-de-porto-alegre-rmpa>>. Acesso em: 1 Abr. 2017.

BAUMAN, Z. **A riqueza de poucos beneficia todos nós?** [tradução Renato Aguiar]– 1.ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2015

FLETCHER, K. *Sustainable Fashions & Textiles - Design Journeys*. Ed. Earthscan. Londres, Inglaterra, 2014.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

KUENZER, A.Z. **Pedagogia da fábrica:** as relações de produção e a educação do trabalhador. São Paulo, Cortez, Autores Associados. 1985.

LIPOVETSKY, G. **Da leveza:** rumo a uma civilização sem peso; [tradução Idalina Lopes] - Barueri, SP: Manole, 2016.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia alemã**. 2. ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2002.

OLIVEIRA, D. C. **Comida, carisma e prazer: um estudo sobre a constituição do *Slow Food* no Brasil**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ, 2014.

PRODANOV, C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico] : métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico /. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: < <http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>>. Acesso em: 11 Jun. 2017.

SENNETT, R. **O Artífice**. Rio de Janeiro/ São Paulo: Editora Record, 2013.

SINGER, P. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, B. de S. S. et al. **Produzir para viver:** os caminhos da produção não-capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.



A VISITA TÉCNICA COMO PRODUTORA DE (IN)FORMAÇÃO SOBRE O MUNDO DO TRABALHO NA PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE: ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DISCENTE

Daniel Klug¹

Maristela Vargas Losekann²

Resumo: A visita técnica tem sido amplamente utilizada em cursos de formação em saúde. Planejada com diferentes objetivos, tem se mostrado como uma ferramenta educacional de amplo alcance, principalmente quando envolve observação em locais de elevada concentração tecnológica e que, na maioria das vezes, não são disponibilizados como campo de estágio curricular. Método: pesquisa de cunho qualitativo realizada nos cursos de especialização do Centro de Educação Tecnológica e Pesquisa em Saúde, ligada ao Grupo Hospitalar Conceição. Os dados, provenientes da atividade avaliativa proposta para as visitas técnicas, compreendiam relatórios sobre a visita técnica e questionário online. Resultados: a visita técnica presta-se não só para que o aluno conheça uma parte do parque tecnológico de uma região, mas também está associada ao processo formativo como um todo, envolvendo desde a relação com equipes multidisciplinares até distribuição de recursos e formas de acesso dos usuários do Sistema Único de Saúde aos serviços. Realizada em cenários diversos, públicos e privados, os alunos eram acompanhados por docente da instituição e no local de recepção havia um trabalhador do local para acompanhar a visita integralmente e apresentar o serviço. Indicado pelos alunos como favorável ao aprendizado, pois quem apresentava o lugar possuía amplo conhecimento. Conclusão: as visitas aproximam o discente do mundo do trabalho, ampliando seu olhar em relação aos campos de atuação e especificidades locais.

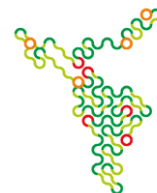
Palavras-chave: Formação. Tecnologias. Saúde.

THE TECHNICAL VISIT AS PRODUCER OF (IN) TRAINING ON THE WORLD OF WORK IN POST-GRADUATE HEALTH: ANALYSIS OF DISCIPLE EXPERIENCE

Abstract: The technical visit has been widely used in health training courses. Planned with different objectives, it has been shown to be an educational tool of wide scope, especially when it involves observation in places of high technological concentration and that, in most cases, are not available as a field of curricular internship. Method: qualitative research carried out in the specialization courses of the Technological Education and Health Research Center, linked to the Grupo Hospitalar Conceição. The data, from the evaluative activity proposed for the technical visits, comprised reports about the technical visit and online questionnaire. Results: the technical visit not only lends itself to the student's knowledge of a part of the technological park of a region, but is also associated with the training process as a whole, from the relationship with multidisciplinary teams to the distribution of resources and forms of access of users of the Unified Health System to services. In a variety of settings, public and private, the students were accompanied by a teacher from the institution and at the reception site there was a local worker to accompany the visit in full and present the service. Indicated by students as being conducive to learning, because those who presented the place had

¹ GRUPO HOSPITALAR CONCEIÇÃO, Porto Alegre, Brasil.

² GRUPO HOSPITALAR CONCEIÇÃO, Porto Alegre, Brasil.



ample knowledge. Conclusion: the visits bring the student closer to the world of work, broadening his perspective on the fields of action and local specificities.

Keywords: Training. Technologies. Cheers.

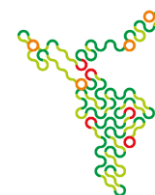
Introdução

Os cursos de pós-graduação *lato sensu* são espaços formativos que oportunizam o uso de metodologias de ensino-aprendizagem com criatividade e diversidade. O plano de ensino do professor deve guiar os alunos aos objetivos que cada unidade de aprendizagem deve atingir. Ele precisa estar alinhado com o plano de curso. No contrato didático o docente explicita suas intenções e estabelece combinações com os discentes para que os objetivos do plano de ensino sejam alcançados. Metodologias de ensino que buscam colocar o estudante no polo ativo da sua aprendizagem são utilizadas nesses cursos e colocam o professor como o moderador da relação dos alunos com o conhecimento.

Os espaços não-formais de aprendizado são incluídos nessas metodologias visando potencializar a apropriação de conhecimentos pelos discentes. Museus, praças, parques industriais, usinas de geração de energia elétrica, hospitais, arquivos históricos, entre outros são exemplos desses locais. As visitas técnicas são encontros de estudantes com a realidade dos locais de produção, ora de serviços, ora de produtos. Na área da Saúde é fundamental que qualquer formação de profissionais ocorra conectada com a realidade epidemiológica, tecnológica, social dos lugares.

A visita técnica tem sido amplamente utilizada em cursos de formação em saúde. Planejada com diferentes objetivos, tem se mostrado como uma ferramenta educacional de amplo alcance, principalmente quando envolve observação em locais de elevada concentração tecnológica e que, na maioria das vezes, não são disponibilizados como campo de estágio curricular.

No Grupo Hospitalar Conceição (GHC) a formação de pós-graduação em Saúde ocorre por meio de diversas ações. Residências médicas e residências multiprofissionais em saúde são formações de pós-graduação conectadas diretamente em um local assistencial de saúde. Mas, não são apenas essas as formações que o GHC oferece. Existem as formações que ocorrem por meio de parcerias entre outras instituições. Nesse contexto institucional é que a pós-graduação *lato sensu* em Informação Científica e Tecnológica em Saúde ocorreu por 11 edições. O objetivo do curso é contribuir para o aprimoramento do desempenho das instituições integrantes do SUS e daquelas voltadas para a ciência e tecnologia em saúde, através da capacitação dos profissionais que atuam nas diversas atividades ligadas à produção, organização, análise e disponibilização da informação



científica e tecnológica. Na 11ª Edição do curso de pós-graduação em Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICTS) foram oferecidas 30 vagas, tivemos 92 inscrições registradas no sistema e 25 pessoas foram selecionadas para compor a turma. O perfil profissional dessa turma são: enfermeiro; administrador; fisioterapeuta; biólogo; biomedicina; medicina; medicina veterinária; educador físico; gestor ambiental; psicologia e pedagogia. O curso é dividido em 15 unidades temáticas e um trabalho de conclusão de curso. Essa formação é uma parceria do GHC, Centro de Educação Tecnológica e Pesquisa em Saúde, com a Fundação Oswaldo Cruz e o Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica registrada sob o número de processo FIOCRUZ 25380.00174/201679 e publicada na página 88 Diário Oficial da União na quarta-feira, 10 de maio de 2017.

Para ensinar é preciso que nos organizemos considerando as áreas interdisciplinares, necessitamos retirar informações das pesquisas para gerarmos conhecimentos, de pessoas que possam desenvolver e ensinar a aplicação do conhecimento e das informações extraídas das diferentes disciplinas, para obter ainda mais resultados favoráveis. (WALL, 2008, p. 518)

A unidade temática Usos e Aplicações da Informação Científica e Tecnológica (ICT) em Saúde estuda o contexto das tecnologias em Saúde, o processo de decisão na incorporação de tecnologias e o papel da informação e da comunicação, a relação da ICT com a avaliação do parque tecnológico nos serviços assistenciais. No planejamento a proposta metodológica de ensino utilizou-se de visitas técnicas no parque tecnológico da rede de serviços de saúde. Os locais foram a central do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) municipal, o Laboratório Especializado em Eletrônica (LABELO), os Serviços de Apoio e Diagnósticos e Terapias (SADTs) do Hospital Nossa Senhora da Conceição e do Hospital São Lucas (HSL), do Hospital de Pronto Socorro (HPS), do Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA) e o Instituto do Cérebro do Rio Grande do Sul (INSCER). Em todos os locais onde uma visita técnica pode ocorrer cabe ao professor o agendamento, o planejamento no plano de ensino a melhor adequação de horário e tempo de cada visita, pois os serviços sofrem interferência com a presença de um grupo de estudantes que pergunta e dialoga. Nos locais havia pelo menos uma pessoa de referência com informações de contato para a recepção e acompanhamento. Os itinerários das visitas ocorreram segundo a concentração tecnológica de equipamentos biomédicos como por exemplo, a ressonância magnética, o tomógrafo, o radiógrafo, o ecógrafo, entre outros.



A visita técnica oferece a oportunidade que diversos saberes sejam manifestados. A expressão saber é apresentada de diversas maneiras, acompanhada na maioria das vezes por complementos que acabam por consolidar particularidades do conhecimento. Pesquisas sobre o trabalho humano mostram que os saberes vêm sendo expressos de múltiplas formas. Saber científico, saber popular, saber operário, saber formal, saber em ato, saber profissional, saber intuitivo, saber tácito, saber da experiência, saber em uso, saber agir, saber conviver. (Catani, 2011, p. 325)

Método

Nesse relato de experiência docente mostramos como a visita técnica colabora na formação e na informação de profissionais da saúde. Realizamos as visitas técnicas em sete lugares do mundo do trabalho em saúde em que concentram tecnologias. As datas das visitas, duração, horário e os locais foram pensados pelos docentes respeitando algumas características dos serviços como, por exemplo, os fluxos internos, a segurança do aluno e o aproveitamento de acordo com o que o local oferece. Os locais escolhidos para a realização das visitas técnicas fazem parte de um planejamento e possuem diferentes propósitos. As visitas são realizadas em grupo, com data e horário previamente agendados, mas sempre dentro do horário da unidade temática, sendo que acontecem com a presença do professor da unidade com outros professores do curso que acompanha cada grupo e auxilia na realização dos questionamentos no local visitado.

A pesquisa de cunho qualitativo realizada no curso de especialização do, ligada ao Grupo Hospitalar Conceição. Os dados, registros que os estudantes realizaram na unidade temática, provenientes da atividade avaliativa proposta para as visitas técnicas, compreendiam relatórios reflexivos sobre a visita técnica e questionário online.



Após a realização das visitas, cabe ao discente realizar o relatório a partir das perguntas enviadas pelo docente no questionário com questões abertas e estruturado em ambiente virtual. Cabe destacar que a existência de um roteiro "prévio de observação" não foi combinado, ter o roteiro ou não, faz parte propósito intencional e esclarecido no contrato docente. As informações sobre o volume de tecnologias consideradas potencialmente interessantes pelas empresas, mas descartadas ao longo do caminho, não são de domínio público (Novaes, 2006, p.137). Assim, nos locais o guia, que é trabalhador, nos recebe e tem o propósito de apresentar as tecnologias e seus aspectos de uso. Os relatórios são compartilhados com a turma por meio de um seminário de apresentação e roda de conversa onde são trazidas as principais vivências do aluno em cada atividade.

Resultados

A visita técnica presta-se não só para que o aluno conheça uma parte do parque tecnológico de uma região, mas também está associada ao processo formativo como um todo, envolvendo desde a relação com equipes multidisciplinares até distribuição de recursos e formas de acesso dos usuários do Sistema Único de Saúde aos serviços.

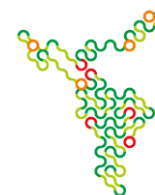
Foi uma unidade temática onde tive grande aprendizado, oportunidade de conhecer mais sobre áreas onde se aplica a ciência em saúde. Foi uma grande experiência vivenciar a rotina de dentro dos hospitais e laboratórios e também ouvir palestrar profissionais de áreas diversas, todas ligadas à saúde e falando sobre tecnologias e vivências do dia a dia nessa área. Foi muito proveitoso e muito interessante conhecer essas realidades de forma prática. (Estudante B, 2016)

As palestras e as visitas técnicas são importantes para ampliar o conhecimento intelectual e ampliar nossa percepção a respeito das diversas tecnologias e das inovações tecnológicas que se ampliam diariamente. Foi uma proposta interessante no sentido de que por vezes só a teoria não nos possibilita a visão que observar na prática nos possibilita. (Estudante J, 2016)

Fico satisfeita com a disciplina, pois oportunizou a aproximação aos recursos tecnológicos mais inovadores voltados à saúde. Foi possível aliar a teoria com a prática e visitar centros referenciais empenhados e investidores em recursos e pesquisas para melhorar a vida das pessoas. (Estudante F, 2016)

Realizada em cenários diversos, públicos e privados, os alunos eram acompanhados por docente da instituição e no local de recepção havia um trabalhador do local para acompanhar a visita integralmente e apresentar o serviço. Indicado pelos alunos como favorável ao aprendizado, pois quem apresentava o lugar possuía amplo conhecimento.

Esta unidade é extremamente interessante pois ela nos leva a campo das práticas do uso das tecnologias as quais ficamos em uma primeira etapa conhecendo e estudando. Acredito que esta segunda etapa seja de fundamentação para o entendimento da primeira etapa, onde muitas vezes ficamos confusos com o montante de informações, textos, filmes, palestras, de



várias informações e conhecimentos já existentes, porém acredito que nesta unidade temática podemos fazer uma reflexão destes conhecimentos e adquirir novos e então fazermos nossas inferências em nossos cotidianos de trabalho, bem como em nossa visão crítica a respeito dos aspectos dos usos destas tecnologias. Podemos vislumbrar claramente também os fluxos de trabalho, utilização dos recursos tecnológicos e humanos e suas finalidades. (Estudante A, 2016)

A unidade temática - Usos e Aplicações de ICT em Saúde - nos proporcionou a obtenção de um melhor entendimento das tecnologias e suas inovações na área de saúde, em especial no município de Porto Alegre. Os atributos percebidos em uma inovação tecnológica são notados quando os indivíduos ou grupos fazem uso dessa inovação. Além disso, aprendemos sobre: A informação científica e sua relação com a organização e trabalho em equipe, trabalho em saúde; trabalho morto e trabalho vivo nos serviços de Saúde; A formação dos profissionais que atuam diretamente na área tecnológica do cuidado/saúde/pesquisa/assistência; As tecnologias leves, leve-duras e duras na prática dos profissionais da saúde; O conhecimento dos Protocolos Clínicos e Diretrizes Clínicas e o processo de gestão tecnológica; A avaliação do impacto econômico, social e ambiental das tecnologias; Os serviços de informação tecnológica. Pois, as redes informáticas são importantes na constituição dos serviços de informação tecnológica, assim como a estrutura e sistemas de organização da Internet. A informação disponibilizada em meio digital traduz-se em ganho de competitividade, constante atualização e, por exemplo, na redução de custos com o desperdício de papel na impressão de exames e laudos. Bases de dados, fontes eletrônicas, sítios e portais permitem o monitoramento da concorrência, o acesso a patentes requeridas e obtidas, dados sobre projetos e pesquisas em desenvolvimento e informações que movem os serviços de informação tecnológica voltados à inovação. É notável a importância da tecnologia e que tenha modelado o nosso universo, pois ela tem sido fundamental no desenvolvimento da economia, no conhecimento e informação científica, na melhoria da qualidade da assistência, na promoção do pensamento crítico e na avaliação dos métodos ineficazes ou nocivos, na tomada de decisão das condutas médicas e tratamentos e não podemos deixar de lado, na relação médico-paciente e na própria interação social. As pessoas continuarão usufruindo dos benefícios que as pesquisas trazem no combate às doenças consideradas, hoje, incuráveis. Porém, ainda para uma grande parte da população, há o receio de que a tecnologia proporcione outros problemas para cada problema que é resolvido. A dúvida de que, se os avanços tecnológicos melhorarão realmente nossas vidas, e assim, ceifarão alguns de nossos problemas mais graves, de modo a nos livrar do sofrimento e a garantir o futuro das novas gerações. Ou senão, acrescentará outros problemas irreversíveis. Novas doenças geradas pelo mundo moderno, que atuam diretamente na parte mais complexa do ser humano, o cérebro. Contudo, se houver uso das tecnologias avançadas de forma regrada e atendendo às necessidades humanas, a nossa vida irá melhorar circunstancialmente, uma vez que, as novas tecnologias além de alguns impactos maléficos que nos assustam, ela também trará benefícios fundamentais à vida. Benefícios esses que tivemos a oportunidade de vislumbrar através desta Unidade do Curso ICTS, da análise das visitas técnicas realizadas e dos esclarecimentos e conversas com os profissionais da saúde inseridos no contexto tecnológico. (Estudante K, 2006)

Nesse último relato, o estudante estruturou a suas observações ao longo das visitas e fica claro o quanto a visita técnica proporcionou de aprendizado e reflexão. O aspecto da tecnologia ligada aos processos e tecnologias de trabalho que é um certo modo de agir no sentido de ofertar certos produtos e deles obter resultados capazes de melhorar a situação de saúde do usuário, individual e coletivo (Mehry, 2002, p. 37). Ainda nas avaliações dos estudantes podemos destacar que o trabalhador na exposição sobre o seu trabalho contribui para a formação acadêmica.



Muito esclarecedor e gratificante ver onde é aplicada e como ela é aplicada pelo profissional de ponta. A importância das avaliações tecnológicas em saúde junto ao avanço e a inserção da tecnologia em prol do usuário, da qualificação do profissional de saúde e da otimização do atendimento ao usuário dos serviços de saúde. Contudo, foi possível ver a diferenças do maquinário e do espaço físico entre as instituições ofereciam o mesmo serviço de saúde, frente as questões financeiras e a instituição hospitalar referência em determinado serviço. Equipe multiprofissional integrada visando a eficiência e eficácia do serviço oferecido no melhor diagnóstico para o paciente. (Estudante G, 2016)

Ainda nas avaliações dos estudantes podemos destacar que o trabalhador na exposição sobre o seu trabalho contribui para a formação, reunir as pessoas em torno de um tema gera debate não só relacionado ao conteúdo teórico, mas também em relação a aspectos funcionais e à aplicabilidade do conteúdo na prática cotidiana do serviço. Instiga a reflexão sobre os processos de trabalho que envolvem uma equipe e um processo de auto-avaliação, individual e coletivo, em relação às práticas usuais (Ciconet, 2008, p. 663).

Conclusão

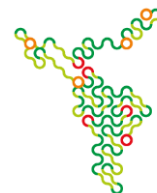
As visitas aproximam o discente do mundo do trabalho, ampliando seu olhar em relação aos campos de atuação e especificidades locais. O trabalhador que guiou a visita tem a oportunidade de produzir um ensino no seu local de trabalho que é reconhecido e elevado para as discussões de formação acadêmica. O que fica claro,

É que o desenvolvimento da ciência do trabalho produtivo, isto é, processo de apropriação contínua de saberes e práticas pelo ser social no devir histórico da humanidade. A ciência e a tecnologia são, portanto, construções sociais complexas, forças intelectuais e materiais do processo de produção e reprodução social. Como processo social, participam e condicionam as mediações sociais, porém não determinam por si só a realidade, não são autônomas, nem neutras e nem somente experimentos, técnicas, artefatos ou máquinas: são saberes, trabalhos e relações sociais objetivadas. (PEREIRA, 2012, p. 193)

Dessa maneira, a experiência de visitas técnicas em ambientes de trabalho em saúde pode produzir situações de aprendizagens de maneira dinâmica e imersas na realidade. O planejamento docente é fundamental para que os locais possam autorizar e receber os grupos de modo satisfatório. A densidade de serviços a disposição para visitas técnicas é um fator determinante para a diversidade de situações de interesse educacional.

Referências

CATTANI, Anton io David; HOLZMANN, Lorena. **Dicionário de trabalho e tecnologia**. Porto Alegre: Zouk, 2011.



CICONET, Rosane Mortari; MARQUES, Giselda Quintana; LIMA, Maria Alice Dias da Silva. Educação em serviço para profissionais de saúde do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU): relato da experiência de Porto Alegre-RS. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 12, n. 26, p. 659-666, Sept. 2008

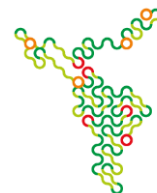
KLUG, Daniel. LOSEKANN, Maristela Vargas. SILVEIRA, Luiz Henrique da. A visita técnica como estratégia de ensino-aprendizagem em Informação Científica e Tecnológica em Saúde. **Interface (Botucatu)**, supl. 3, 2014.

MEHRY, Emerson Elias. **Saúde**: a cartografia do trabalho vivo. São Paulo: Hicitec, 2002.

NOVAES, Hillegonda Maria Dutilh. Da produção à avaliação de tecnologias dos sistemas de saúde: desafios do século XXI. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 40, n. esp, 2006.

PEREIRA, Isabel Brasil; LIMA, Julio César França (Orgs.) **Dicionário da Educação Profissional e Saúde**. 2 ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: editora FIOCRUZ, 2012.

WALL, Marilene Loewen. PRADO, Marta Lenise do. CARRARO, Telma Elisa. A experiência de realizar um Estágio Docência aplicando metodologias ativas. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v.21, n.3, 2008.



A LUTA PELO DIREITO AO TRABALHO NAS EMPRESAS RECUPERADAS PELOS/AS TRABALHADORES/AS NO BRASIL E NA ARGENTINA

Maria Alejandra Paulucci¹

Resumo: A década de 1990 se caracterizou por importantes mudanças na vida social, política e econômica na maioria dos países de América Latina. A adoção por parte dos governos de medidas econômicas de inspiração neoliberal resultou em graves transformações na indústria, levando a um retrocesso das conquistas trabalhistas e um aumento dos índices de desemprego. Essas mudanças impulsionaram o surgimento de diversos movimentos sociais, com diferentes reivindicações e com propostas alternativas de sobrevivência ante a crise econômica. É dentro deste contexto que nascem as empresas recuperadas pelos/as trabalhadores/as (ERTs), inseridas também no re-surgimento do cooperativismo no âmbito global. Estas iniciativas se apresentam como uma forma de resistência ao desemprego, diante do crescimento acentuado das falências das empresas. Assim, mulheres e homens ocupam, resistem e recuperam coletivamente as fábricas nas quais trabalhavam com o intuito de defender sua fonte de trabalho. A proposta deste trabalho é apresentar, por um lado, o cenário atual das empresas recuperadas no Brasil e na Argentina. Por outro lado, desvendar as inovações e estratégias sociais implementadas pelos/as trabalhadores/as no cotidiano dos processos de recuperação com o intuito de sobreviver, lograr sustentabilidade e legitimidade em seu caminho de luta em um contexto adverso.

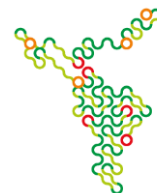
Palavras chaves: Empresas Recuperadas– Autogestão – Trabalho associado.

Introdução

No Brasil se registram as primeiras experiências de ERTs durante a década dos anos 80.¹ Não obstante, foi uma década depois quando surgem com mais força como consequência da grave crise econômica que se apresenta com altos índices de desemprego e aumento da informalidade. Um processo similar aconteceu na Argentina, onde as primeiras experiências surgiram finais dos anos 80 na zona sul de Grande Buenos Aires, quando a seccional Quilmes da União Obreira Metalúrgica (UOM) impulsionou a formação de cooperativas com o objetivo de resgatar algumas fabricas metalúrgicas falidas. Duas décadas depois com a brutal crise econômica, social e política que estourou

¹Pós-doutoranda do programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo sul Catarinense (UNESC), Criciúma, Santa Catarina, Brasil.

¹ Podemos destacar os seguintes casos: COMTERN (Cooperativa Mista dos Têxteis do Rio Grande do Norte, 1982), Rio Grande do Norte; COOPERMINAS (Cooperativa de Extração de Carvão Mineral dos Trabalhadores de Criciúma, 1988), Santa Catarina; CALÇADOS MAKERLY (1991) localizada na cidade de Franca, São Paulo. Para maior informação sobre estas experiências ver: Sardá de Faria, 1997.



fins do ano 2001 as ERTs se multiplicaram em diversas cidades do país, convertendo-se num fenômeno nacional que recebeu amplo apoio da sociedade civil.

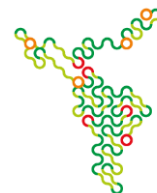
Em nosso entender, embora o fenômeno das ERTs tenha surgido há mais de duas décadas, as experiências se sustentam ao longo dos anos com vários tipos de avanços, desafios, contradições, tanto na produção quanto na organização do trabalho. Assim como o decorrer dos anos, estas experiências estão em permanente definição e redefinição, com disputas constantes, tanto no interior da unidade produtiva quanto no âmbito externo. Em outras palavras, elas estão em permanente construção e se apresentam com muitas oscilações, devem ir ao ritmo das circunstâncias sociopolíticas e econômicas que vão se apresentando e devem lutar diariamente para se sustentar em um contexto adverso.

Pelo mencionado, consideramos que as estratégias adotadas pelas/os trabalhadoras/es nas ERTs não podem ser analisadas de uma forma rígida e/ou linear, como se fossem processos inalteráveis, pois uma de suas peculiaridades é que estão continuamente se transformando, ou seja, são processos dinâmicos.

Tanto no Brasil como na Argentina as ERTs abrangem práticas e identidades diversas, no entanto todas as experiências nascem diante a necessidade e como alternativa para enfrentar o desemprego. Ponderamos que a análise das ERTs pode ser dividida principalmente em dois momentos. No primeiro momento, as/os trabalhadoras/es adotam uma atitude defensiva, com o principal objetivo de preservar seus empregos frente à falência ou pré-falência da empresa onde trabalham. Esta solução não nasce com o intuito de transformar a realidade social ou como uma atitude ofensiva contra o capital, senão simplesmente como fim estratégico.

No segundo momento, o processo de recuperação converte-se em um ato que envolve uma nova proposta de ação coletiva e movimento social, com inovações sociais em um contexto adverso. Perante o desafio de administrar as unidades produtivas, as/os trabalhadoras/es buscam apoio e estabelecem alianças e parcerias com outros atores sociais, tais como dirigentes políticos e sindicais, pesquisadores, e inclusive pessoas da sociedade civil.

Deste modo, o objetivo inicial de preservar os postos de trabalho como alternativa ao desemprego ganharia progressivamente um significado político ligado a uma proposta de democratização das relações sociopolíticas e econômicas, e onde as práticas autogestionárias e formação de cooperativas surge como estratégia central para dar continuidade aos empreendimentos.



Para realizar este trabalho tomamos como eixo de nossa análise as seguintes perguntas: quais são as inovações político-sociais e econômicas que se implementam no âmbito produtivo das empresas recuperadas?; Em que medida os empreendimentos que nascem desde forças defensivas e de resistência frente à expulsão do capital são capazes de gerar alternativas à ordem social capitalista?; Quais são os desafios que enfrentam?; Estes desafios permitem consolidar os processos transformando-lo numa luta ofensiva?

Principais características do fenômeno das ERTs

Junto com outros pesquisadores que formamos parte do Grupo de pesquisa sobre as empresas recuperadas² realizamos entre 2011 e 2012 uma pesquisa de abrangência nacional sobre o universo das experiências de recuperação de empresas pelos/as trabalhadores/as no Brasil.³

Um dos primeiros desafios foi identificar quantas ERTs existiam e estavam funcionando. Realizamos um longo trabalho de pesquisa, pois acreditávamos que as informações e listagens da Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (UNISOL) e pela Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Autogestão (ANTEAG) eram imprecisas e estavam desatualizadas. Utilizamos dados antigos dessas entidades e o mapeamento nacional de Economia Solidária⁴, além da estratégia da “bola de neve”, perguntamos às experiências visitadas se conheciam outras iniciativas para além daquelas que estavam listadas.

Já com todas as informações, organizamos as visitas a 56 ERTs com a finalidade de conhecer as unidades produtivas e aplicar um questionário aos trabalhadores (da diretoria e da produção) baseado no modelo original utilizado no mapeamento das ERTs na Argentina, com algumas adaptações. No questionário foram abordados os seguintes temas: dados gerais da empresa, início dos processos de recuperação, organização do trabalho, aspectos legais, produção, relação com o mercado e crédito, relação com o sindicato e os movimentos sociais, relação com o Estado, a comunidade e a

² O GPERTs é um grupo multidisciplinar e interinstitucional, formado atualmente por pesquisadores das seguintes universidades: UFRJ, CEFET, UNIRIO, UFRN, USP, UFVJM, UNESCO, UNICAMP e UFRB. Realizamos em 2011-2013 com financiamento do CNPq o projeto de pesquisa intitulado “Fábricas e Empresas Recuperadas pelos Trabalhadores: Diagnóstico das Experiências Brasileiras”.

³ A pesquisa realizada se inspirou e tomou como base de referência os sucessivos levantamentos das ERTs realizados na Argentina (Ruggeri et al., 2005; Ruggeri et al., 2010; Fajn, 2004). Os resultados desse esforço coletivo de pesquisa foram publicados no livro: *Empresas Recuperadas por Trabalhadores no Brasil*, de 2013, ed. Multifoco.

⁴ Denominado SIES – Sistema de Informação da Economia Solidária.



universidade, tecnologia, perfil dos trabalhadores, relações de trabalho, educação, seguridade social e segurança do trabalho, entre outras questões.

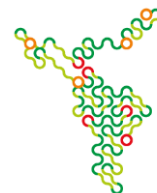
Finalizada a pesquisa em 2013 concluímos que existiam 67 casos de ERTs em funcionamento, 78 casos de recuperação haviam sido encerrados. Logo, em 2017 nosso grupo de pesquisa decidiu coletivamente realizar um esforço, mesmo sem recursos financeiros, para atualizar os dados das ERTs no Brasil. Nesta oportunidade, conseguimos coletar todas as informações com informantes-chaves, por telefone ou e-mail, por vezes com a própria empresa ou com sindicatos e prefeituras locais, pois não tínhamos a possibilidade de realizar novamente às visitas às ERTs.

Decerto, com este segundo levantamento constatamos que com a crise econômica e política que se instaurou no Brasil a partir de 2013 muitas ERTs fecharam suas portas. Dos 67 casos que havíamos mapeado no primeiro relevamento em 2011-2013, conseguimos confirmar o encerramento de 20 experiências. No entanto, nem todas estas experiências apresentaram uma parada completa das atividades produtivas, pois houve casos em que os ativos foram vendidos para empresários, o que consequentemente não se configura uma nova recuperação nos moldes que analisamos, pois não foram realizadas pelos/as trabalhadores/as da empresa. Houve dois relatos de empresas em que as atividades produtivas foram continuadas, todavia com outro nome e apenas por alguns dos/as trabalhadores/as, seguindo o modelo de gestão da iniciativa privada.

Com esses dados, concluímos que cerca de 30% das experiências mapeadas entre 2011 e 2013 deixaram de existir em 2017. Isto se diferencia do o que acontece na Argentina, pois, segundo o último informe realizado pelo “Programa de Facultad Abierta” em maio de 2017 ⁵, houve nos últimos anos um aumento de casos de ERTs. Segue o a tabela com os dados da quantidade de ERTs ao longo de anos.

Ano	Nº ERTs
2002	128
2004	169
2010	251
2013	324
2017	367

⁵ Na Argentina, a equipe do “Programa Faculdade Aberta” da Faculdade de Filosofia e letras da Universidade de Buenos Aires, coordenado por Andrés Ruggeri, realiza os levantamentos nacionais das ERTs desde 2002.



Fonte: Elaboração da autora

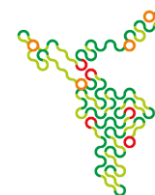
Podemos constatar, também, com base nos mapeamentos realizados na Argentina que o encerramento de casos de ERTs é relativamente baixo: desde 2002 até 2016 apenas 43 cerraram, o que significa que a taxa de mortalidade é de aproximadamente 1 de cada 10.⁶ Este dado, também, se diferencia do que acontece no Brasil, que como foi mencionado anteriormente, nos últimos anos no houve um aumento no número de ERTs, senão pelo contrario, muitas se vieram obrigadas a fechar ou interromper a produção. Vale mencionar que no Brasil houve algumas tentativas de recuperação de empresas e apenas uma consolidou-se. Deduzimos que isto se deve, principalmente, à falta de políticas públicas e movimentos sociais que possam dar apoio e informação às iniciativas. Esta situação também defere com as experiências Argentinas, pois tanto os sindicatos quanto diversos movimentos e organizações sociais, e inclusive a comunidade, oferecem apoio e se solidarizam com as/os trabalhadores em luta pelo seu emprego.

Com relação ao ramo que ocupam as 67 ERTs brasileiras analisadas no primeiro levantamento constatamos que, 30 casos, ou seja, quase a metade (45%) é do ramo metalúrgico. O ramo têxtil é o segundo mais frequente, compreendendo 11 empresas (16%). Em seguida, destacam-se 9 empresas do ramo alimentício (13%) e 7 empresas que atuam na indústria química e do plástico (10%). As empresas restantes estão distribuídas em uma maior diversidade de ramos de atividade (hotelaria, educação, cerâmica, papel, calçados) (Henrique et al, 2013). Esta relação da distribuição se mantém na ultima pesquisa realizada em 2017, pois 27 ERTs são metalúrgicas, 8 têxtil, 6 do setor gastronômico, 5 químicas, 2 do setor hoteleiro, 1 mineraria, 1 que produz açúcar e álcool, 1 que fabrica móveis e 1 de vidro.

A situação na Argentina não difere do Brasil, pois a maioria das ERTs pertencem ao rubro metalúrgico 61 casos, (19%), em segundo lugar as gráficas com 31 casos (9,97%), logo as têxtil com um total de 26 ERTs (8,36%), e, finalmente há casos no rubro gastronômico, químico, plástico, vidro, construção.⁷ Verificamos, analisando os dados dos levantamentos realizados nos anos anteriores que, desde o ano 2010, a importância relativa das metalúrgicas está diminuindo. O fenômeno na Argentina

⁶ Las empresas recuperadas por los trabajadores en los comienzos del gobierno de Mauricio Macri, 2016. Disponível em: <http://www.recuperadasdoc.com.ar/informe-mayo-2016.pdf>.

⁷ Idem.



esta cada vez menos industrial, pois efetivamente existe uma maior diversificação de sectores econômicos e um aumento de casos de ERTs dentro do ramo dos serviços.

No que diz respeito à localização geográfica das ERTs, verificamos que a maioria das experiências brasileiras está concentrada nas regiões: sueste (55%) e sul (32%), ou seja, nos estados mais industrializados: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo. Também há experiências em outras regiões do país, nordeste (10%) e norte (3%) (Henriques, et.al 2013).

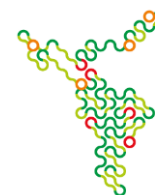
As ERTs Argentinas também se concentram em determinadas regiões, por exemplo: grande Buenos Aires (112 casos), CABA (Cidade Autônoma de Buenos Aires) 70 ERTs, interior de Buenos Aires (46) e logo Santa Fe (26 casos); os restos das experiências se distribuem em todo o país. Nos últimos anos se verifica uma maior distribuição geográfica, pois existem experiências em 21 dos 24 distritos do país, sendo que nos primeiros levantamentos se confirmou que a maioria das estavam concentrada em Buenos Aires e Grande Buenos Aires.

As principais causas que levaram aos trabalhadores brasileiros a recuperar a empresa foram: a cessação do pago e o incumprimento dos direitos laborais (43 %), a demissão das/os funcionarias/os (23%), a falência da empresa (15%), o processo de esvaziamento (15%) e outras causas (4%) (Henrique et al. 2013). Da mesma forma que acontece no Brasil, na Argentina as principais causas que originaram o processo de recuperação foram à conduta empresarial tendente a esvaziamento e o fraude laboral em detrimento dos postos de trabalho junto à capacidade produtiva das empresas.

A maior parte das experiências de ERTs, tanto as Argentinas quanto as Brasileiras, os operários que trabalham no chão de fábrica são os que iniciam o caminho da recuperação. Isto se deve, em ambos os países, principalmente, porque são eles os que frente à iminência de ficar desempregados têm menores chances de entrar novamente no mercado de trabalho⁸. Ao mesmo tempo, são em geral os que maior quantidade de anos de trabalho tem dentro da empresa. Eles conhecem o processo de produção, a organização do trabalho, e fundamentalmente operar o maquinário. Não obstante, na hora de dar início à produção depois de recuperada e começar a administrar a unidade produtiva se enfrentam com muitas dificuldades e obstáculos de diversos tipos: econômicas, gerenciais, técnicas e tecnológicas, além das culturais.

Diante as dificuldades que se apresentam cotidianamente e com o intuito de garantir o direito ao trabalho as/os trabalhadoras/os recorrem à ajuda externa com o objetivo de colocar novamente as

⁸ A maioria está com avançada idade (40-50 anos) e quase por se aposentar.



empresas em funcionamento, como, por exemplo: sindicatos, movimentos sociais, dirigentes políticos, e inclusive a vizinhança. O apoio externo foi fundamental para dar continuidade à luta. Em muitos casos, foi o sindicato que colocou a proposta de formar uma cooperativa, ofereceu recursos econômicos e deu apoio para negociar com os donos das empresas, com a polícia e com juízes. Também a comunidade foi fundamental, oferecendo cestas básicas para os trabalhadores e suas famílias, dando apoio nas mobilizações, e inclusive acampando junto com os trabalhadores como “guardiães dos meios de produção”, para impedir que a polícia e os donos das empresas retirassem o maquinário da empresa. Esta medida de força se apresenta como um câmbio na modalidade de realizar uma protesta, deixando a um lado as formas tradicionais de luta sindical, como foram as greves históricas, tanto no Brasil quanto na Argentina.

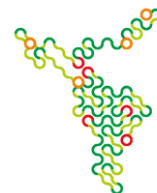
Principales innovaciones adoptadas por las ERTs

Conforme Ruggeri (2005) no desenvolvimento e no exercício das ERTs surgem práticas de inovação social que, sem pensar em mudanças tecnológicas ou de organização da produção, conseguem esboçar estruturas empresariais com padrões diferentes do modelo empresarial capitalista. A essas rupturas do conceito de empresa o autor chama “inovações sociais”.

O conceito de inovação compreende as estratégias e métodos adotados pelas/as trabalhadoras/es para estabelecer empresas de um novo tipo, em um complexo processo destinado a promover unidades produtivas fora dos caminhos pautados pela organização econômica capitalista. Estas inovações sociais vão além do fato da gestão coletiva; trata-se principalmente da abertura social da empresa, da socialização do segredo empresarial, da constituição de redes solidárias, de quebrar com a estrutura hierárquica tradicional.

Um aspecto importante a registrar é que a maior parte das ERTs, tanto as Argentinas (95%) quanto as Brasileiras (57 casos), optaram por formar uma cooperativa de produção ou de trabalho depois de recuperar a unidade produtiva. Vários autores destacam que a opção de constituir uma cooperativa não se deve a uma decisão ideológica e sim a um contexto sociopolítico favorável nesta direção, pois em ambos os países existem políticas públicas de incentivo e apoio ao cooperativismo (Fajn, 2003; Rebón, 2006; Ruggeri, 2005).

Deve se levar em consideração que a formação de uma cooperativa é a saída judicial com maior facilidade para dar continuidade à empresa anterior e permite que o empreendimento seja

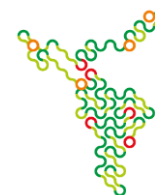


juridicamente responsável para poder realizar as transações econômicas e financeiras necessárias para continuar com a produção e as vendas. No entanto, o processo costuma ser demorado, desgastante, burocrático e na maioria dos casos envolve ações judiciais.

Contudo, verifica-se que o fato de formar uma cooperativa implica um processo de aprendizagem complexo e diário que também abrange múltiplos aspectos práticos e laborais que influenciam na construção da subjetividade das/os trabalhadoras/es, que transitam o caminho da transformação de deixar de ser trabalhador/a- assalariado/a para converter-se em trabalhador/a associado/a. Isso, implica necessariamente a construção de nova identidade, assim como nos aspectos práticos assumir novas responsabilidades e ser, principalmente, sujeitos de experiências coletivas. Dita ação se transforma num processo que renova o saber simbólico - cultural e se desprendem ações orientadas aos entendimentos, construção de uma identidade coletiva- não é uma questão automática senão um processo pedagógico que se constrói intersubjetivamente.

Vejamos isso melhor, com o novo papel como associada/o- cooperada/o, e com uma gestão democrática dentro das unidades produtivas as/os trabalhadoras/es devem tomar decisões sobre as questões referentes ao funcionamento da cooperativa, ou sejam não só produtivos, senão também administrativos e de gestão. Podemos mencionar como exemplo algumas das novas tarefas que devem assumir as/os trabalhadoras/es: planejar as metas de produção, decidir sobre a política de investimento e modernização do maquinário, organizar as retiradas dos trabalhadores, realizar as compras da matéria prima, escolher fornecedores e negociar com eles e se vincular com os clientes.

Pelo fato de ser cooperativas autogestionadas os mecanismos de decisão se realizam de forma democrática e coletiva. O mecanismo utilizado freqüentemente são as assembléias onde se delibera com uma freqüência mensal ou anual no caso das experiências brasileiras, e 44% das Argentinas mencionaram que realizam assembléias semanais e 35% dos casos mensais. Isto não significa necessariamente que exista uma garantia de maior autonomia (capacidade de decidir, de dirigir, controlar e de auto-governar-se). No entanto, é importante salientar que ao integrar a cooperativa muitas/os das/os experimentam pela primeira vez em suas vidas o gozo de direitos iguais para todos/as, o prazer de poderem se expressar livremente e de serem escutados/as, e o orgulho de perceber que suas opiniões são respeitadas e pesam no destino do coletivo, assim como também a construção de sua própria cidadania, na medida em que começam a exigir sua participação e inclusão nas decisões políticas.



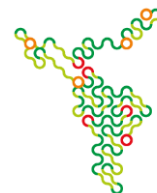
Ao longo de todo o processo de recuperação as ERTs enfrentaram e enfrentam diariamente diferentes entraves para viabilizar suas atividades produtivas produzir e colocar os produtos a venda e subordinar-se ao jogo das oscilações do mercado: dificuldades na comercialização de seus produtos; baixa produtividade do processo de produção; dificuldades para aceder a crédito bancário; a falta de investimento na formação de seus trabalhadores para o desenvolvimento de novas competências fundamentais para a manutenção e renovação da cooperativa.

Com relação às mudanças nas relações de produção e organização do trabalho, a maioria dos casos brasileiros mencionaram que com a nova gestão houve uma descentralização do poder e dos cargos hierárquicos. Também aludiram à ampliação da colaboração entre as/os trabalhadoras/es; a implementação de rodízio nas funções; maior flexibilidade (com os horários, funções e postos de trabalho); câmbios nos usos dos espaços, maior autonomia, liberdade e acesso à informação (contas, dívidas, gastos); inclusive há existência de uma distribuição do saber-poder dentro da cooperativa (Henrique, et al 2013; Paulucci, 2014).

Nas experiências Argentinas de ERTs existem distinções no que se refere à atuação política e comunitária, que quase não sucede nas brasileiras. A relação das/os trabalhadoras/os quebrando os muros das fábricas permitiu a construção de novos significados ao espaço de trabalho. De fato, muitas das ERTs, além de funcionar como unidade produtiva, adquiriram com o tempo uma responsabilidade social. Muitas das ERTs cedem espaços dentro das fábricas para que funcionem centros culturais, escolas, centros de saúde, bibliotecas e várias atividades comunitárias. A abertura da fábrica é uma forma de retribuir todo o apoio recebido à comunidade, nos primeiros momentos da recuperação, assim como também tomar uma atitude solidária a favor da vizinhança. Desta forma, a fábrica converte-se num espaço comum, aberto para toda a comunidade, um lugar de encontro e aprendizagem (Ruggeri, et al. 2011; Rebón, 2007).

Nas ERTs brasileiras existe um distanciamento com a comunidade, com o movimento de Economia Solidária, assim como também com outros movimentos sócias. Inclusive, quase não existem ações sociais, por fora dos muros das empresas brasileiras, obstaculizando desta forma a possibilidade de envolver associações comunitárias localizadas perto de suas instalações.

A falta de vínculos entre as ERTs dificulta a busca de soluções e estratégias conjuntas e as coloca em uma situação maior de vulnerabilidades. Esta característica se apresenta como uma das



principais diferenciais com as experiências Argentinas, assim como também um completo desconhecimento desta estratégia de luta por parte da população em geral.

Na Argentina existem varias organizações que representam às ERTs, sendo que quase o 80% dos casos forma parte de algum dos movimentos. Os mais representativos são: o Movimento Nacional de Empresas Recuperadas (MNER), o Movimento Nacional de Fábricas Recuperadas por seus Trabalhadores (MNFRT), a Federação Argentina de Cooperativas de Trabalhadores Autogestionados (FACTA), a Associação Nacional de Trabalhadores Auto-gestionados (ANTA), que forma parte da Central de Trabalhadores da Argentina (CTA) e a Federação de Cooperativas de Trabalho da província de Buenos Aires (FEECOOTRA).

Com ajuda dos movimentos sociais e a pressão sobre o governo conseguiram interpelar ao Estado, reivindicar reformas de lei de falência, diálogo com funcionários e representantes políticos, assim como também a possibilidade de participar em estruturas político-partidárias.

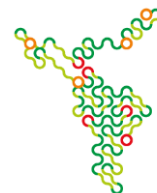
Novos desafios para as ERTs

Nos últimos dois anos próximos se ha produzido um cambio abrupto, tanto na Argentina quanto no Brasil, com a chegada ao poder da aliança “Cambemos” com Mauricio Macri e com o presidente e Michel Temer (PMDB)⁹, respectivamente.

Como foi mencionado anteriormente, a nova etapa transita o regresso às políticas neoliberais causando a mais grave recessão econômica dos últimos 20 aos. Em forma imediata as políticas neoliberais implementadas pelos governos em curto prazo provocaram um desmantelamento do Estado com a conseqüente: caída dos salários, aumento do desemprego, o feche de pequenas empresas y uma abrupta perca do poder aquisitivo da população Inevitavelmente, todas estas medidas afetam em maior medida aos sectores mais vulneráveis. Em ambos os países os direito e proteções sociais das/os trabalhadoras/es estão continuamente sendo atacados.¹⁰

⁹ Asumió como presidente en Agosto de 2016 luego de la destitución de la presidente Dilma Rousseff (2012-2016), mediante un golpe institucional llevado a cabo por el proceso de impeachment.

¹⁰ Durante os governos anteriores as demandas das experiências das ERTs deixaram de estar isoladas, e se colocaram na realidade institucional, política e social mais ampla e atravessada por diversas forças sociais, integrando-se nas políticas do Estado. Não obstante, com o governo de Mauricio Macri y Michel Temer, a rede institucional e as políticas que eram a favor das ERTs são anuladas. Podemos mencionar como exemplo, o veto da lei de expropriação a favor das ERTs na Cidade de Buenos Aires, e atualmente houve alguns casos na Provincia de Buenos Aires. Nos últimos meses a prefeita da Provincia de Buenos Aires, María Eugenia Vidal, vetou a expropriação das seguinte ERTs: Cooperativa de Precisão Limitada (CDP), ex Rench, localizada em Don Torcuato; metalúrgica Raimat de Quilmes, e a Petinar.



Na Argentina, as principais medidas econômicas adotadas desde a assunção do novo governo há consistido em: desvalorização da moeda, abertura das importações e, a consequência destas a grande dificuldade para que os produtos nacionais compitam dentro do mercado. Além disso, a eliminação das subvenções estatais das empresas fornecedora de luz, gás, e água há provocado exorbitantes aumentos nas tarifas entre 400% e mais de 1.000%, que pesam sobre os ombros, tanto de particulares quanto de pymes e/ou empresas recuperadas.

Argentina vive o aumento nos insumos, uma baixa no consumo, e uma inflação que já supera a taxa de 30% e projeta uma inflação anual de 50%. Estas medidas econômicas e suas consequências, por se mesmas bastante alarmantes, constituem uma pequena mostra dos acontecimentos negativos que vivem milhões de argentinas e argentinos neste momento.

No Brasil, podemos destacar que uma das primeiras medidas adotadas por Michel Temer ao tomar o poder foi eliminar a Secretaria Nacional da Economia Solidária (SENAES)¹¹, que funcionava dentro do Ministério de Trabalho e tinha como dirigente a uma das principais figura representativas do movimento da Economia solidária e social brasileiro: Paul Singer.¹²

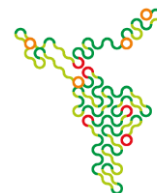
De fato, tanto os fatores macroeconômicos junto com a hostilidade governamental e judicial, tanto na Argentina quanto no Brasil, há afetado o desempenho das ERTs.

Considerações finais

Este trabalho buscou dar “novos passos” para uma maior compreensão do fenômeno das ERTs. Em nosso entender, os processos autogestionários nas ERTs podem ser instrumentos para transformações sociais em direção a uma sociedade mais justa e equitativa. Seu potencial democrático, igualitário, coletivo, emancipatório e solidário constitui-se como espaços onde se questione a lógica patriarcal produtivista acumulativa e capitalista. A riqueza das unidades recuperadas não consiste apenas na sua produtividade, senão em seu carácter de mecanismo de inclusão social; por tanto, a importância reside no lugar desde donde construir uma cidadania e garantir a participação dos mais desfavorecidos.

¹¹ Criada em julho de 2003, durante o primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), com o objetivo de fortalecer as atividades econômicas organizadas coletivamente pelas/os trabalhadoras/os com princípios da autogestão.

¹² Desde o ano 2003 foi o titular da SENAES. Sociólogo e Economista, membro fundador do Partido dos Trabalhadores (PT). Entre muitas de suas contribuições no mundo acadêmico, podemos mencionar a criação das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares em 1998 na Universidade de São Paulo.



Mesmo, levando em conta o fato de que as experiências de ERTs são incipientes em relação à alteração da lógica capital e da organização do trabalho, buscamos principalmente valorizar as experiências existentes, com a firme convicção de que a autogestão é um processo em construção permanente e que permite às mulheres questionar e inovar seus papéis.

As eventuais mudanças adotadas nas ERTs convivem com elementos culturais de trabalho hierarquizado e de divisão do trabalho, que são resquícios da organização anterior, mas isso não implica na inexistência de elementos para criar um novo modelo de gestão e de relações de trabalho.

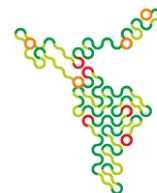
Acreditamos que as iniciativas de ERTs podem criar espaços intermediários entre o privado/doméstico e a vida pública, entre o trabalho remunerado e o não remunerado, podendo contribuir para a superação desses bloqueios por que: criam espaços de discussão, reflexão, deliberação e reivindicações coletivas.

Na proposta de autogestão, existe a possibilidade de viabilizar a dignidade da existência do/da trabalhador/a, e na produção, com base de uma visão que prevalece a lógica do desenvolvimento humano através do trabalho, se contrapondo à lógica de reprodução do capital. Deste modo, entendemos que o que mobiliza as ERTs e as diferencia das empresas capitalistas não é a acumulação do excedente por uma classe social, e sim a reprodução do trabalho coletivo, como uma ação coletiva mediante práticas inspiradas em fins solidários e políticos.

Para fortalecer esta estratégia de luta das/dos trabalhadores/as é preciso dar visibilidade às experiências, com seus ganhos e desafios. Embora o horizonte que se apresenta para as/os trabalhadoras/es seja incerto, observa-se que, ao longo de todo o processo de luta, em muitos dos casos das ETRs, estes conseguiram recuperar seus trabalhos, a unidade produtiva e, sobretudo, manter sua união em organizações maiores, encontrando novas alianças e redes dinâmicas. Finalmente, e pela experiência destes últimos anos passando acompanhando o processo, as ERTs continuam se apresentando como casos paradigmáticos no conjunto de outras experiências, dentro da Economia Social e Solidária, para pensar e praticar novos modelos de produção e organização do trabalho.

Referências

DUAIBS, Raquel. **Algumas questões sobre as fábricas recuperadas no Brasil: da luta às dificuldades**. Revista da Abet, volume 12, nº 1, 2013.



HENRIQUES, Flávio Chedid; SÍGOLO, Vanesa Moreira; RUFINO, Sandra; ARAÚJO, Fernanda Santos; NEPOMUCENO, Vicente; GIROTO, Mariana Baptista; PAULUCCI, Alejandra; **Empresas Recuperadas por Trabalhadores no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2013.

HENRIQUES, Flávio Chedid; BANDEIRA DE AZEVEDO, Alessandra; SÍGOLO, Vanessa Moreira; RUFINO, Sandra; ARAÚJO, Fernanda Santos; NEPOMUCENO, Vicente; CASTRO MOTA, Beatriz; MIRANDA, Andrielle; PAULUCCI, Alejandra. Segundo levantamento das Empresas Recuperadas por Trabalhadores no Brasil. Trabalho apresentado no VI Encontro Internacional Economia de los/as Trabajadores/as, realizado na cidade de Pigue, Buenos Aires, Argentina, Agosto 2017.

PAULUCCI, M. Alejandra. **O Internacionalismo e as Fábricas Recuperadas**. Dissertação do Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2007.

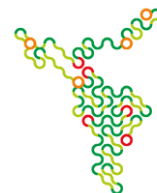
PAULUCCI, M. Alejandra. **Novos olhares: de trabalhadores assalariados a trabalhadores cooperados. Um estudo sob a caminhada de luta dos trabalhadores das empresas recuperadas do Brasil**. Teses de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2014.

RUGGERI, A.; MARTÍNEZ, C.; TRINCHERO, H. **Las empresas recuperadas en Argentina**. Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras, 2005.

SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

VIEITEZ, Candido Giraldez; DAL RI, Neusa Naria. **Trabalho Associado: Cooperativas e empresas de autogestão**. Rio de Janeiro: DPA, 2001.

Informe del Relevamiento entre Empresas Recuperadas por los Trabajadores 2003; Las empresas recuperadas por los trabajadores en los comienzos del gobierno de Mauricio Macri, 2016.



A LUTA DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DE ALAGOAS

Ana Maria Rita Milani¹
Emanuel Lucas de Barros²

Resumo: Este trabalho trata da organização coletiva dos catadores de materiais recicláveis de Alagoas. Categorias basilares acerca do desenvolvimento econômico, ecologia popular e economia solidária foram utilizadas a fim de elucidar o objeto de estudo. Como fonte de pesquisa foi consultada as informações disponibilizadas pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e a pesquisa empírica realizada com os grupos de catadores de recicláveis durante o Encontro Estadual em 2016. Foram identificados 14 empreendimentos de catadores em 11 municípios de Alagoas.

Palavras-chave: Economia Solidária. Ecologia Popular. Catadores de Materiais Recicláveis

Abstract: This paper deals with the collective organization of waste pickers in Alagoas. Basic categories about economic development, popular ecology and solidarity economy were used in order to elucidate the object of study. As a research source, the information provided by the State Department of Environment and Water Resources and the empirical research carried out with the groups of recyclable waste pickers during the State Meeting in 2016. Fourteen waste collector organization were identified in 11 municipalities in Alagoas.

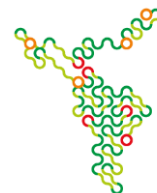
Keywords: solidarity economy, popular ecology, wasted collectors.

Introdução

Tensões pelo acesso aos recursos naturais são cada vez mais recorrentes, e a necessidade do aumento da produção, de bens duráveis ou não, devido a lógica de acumulação capitalista, estimula a confrontação pelo uso da natureza. O sistema de mercado auto regulável tem se mantido hegemônico desde as primeiras revoluções industriais e, apesar de ter contribuído para o desenvolvimento das forças produtivas, tem gerado crises econômicas e ambientais sem precedentes, além de distúrbios como aumento do desemprego, da desigualdade de renda e social, e ainda, a

¹ Doutora em Economia pela UFRGS. Professora Adjunta da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade Federal de Alagoas. (FEAC/UFAL). Professora do Curso de Mestrado em Economia Aplicada (CMEA-UFAL).

² Mestrando em Economia pela Universidade Federal de Alagoas (CME/UFAL). Graduação em Ciências Econômicas pela mesma instituição. Bolsista CAPES/FAPEAL.



exclusão da parcela menos abastada da sociedade do mercado formal de trabalho, aprofundando a problemática da relação capital-trabalho.

Os catadores de materiais recicláveis resistem a exclusão social e lutam pela manutenção e melhoria de seu ofício. Na busca do trabalho decente e do avanço na cadeia produtiva da reciclagem, através da coleta seletiva solidária, procuram a geração de emprego e renda, contribuindo com o meio ambiente, de onde surge em forma contraditória a consciência ambiental no processo em si e para si.

O presente artigo busca caracterizar a prática solidária e ecológica realizada pelos catadores de materiais recicláveis de Alagoas. Por meio de formulação teórica buscou-se apreender algumas correntes ambientalistas e pontos de convergência com a economia solidária.

Para compreender a realidade desses empreendimentos solidários que emergem em meio ao que é rejeitado pela população, utilizaremos os conceitos de desenvolvimento econômico, ecologia popular e autogestão, redefinindo sua forma de participação e inserção social. Para tanto, será utilizado elementos da pesquisa empírica realizada com os grupos de catadores organizados em Alagoas durante o VI Encontro Estadual de Catadores de Materiais Recicláveis. Além desta introdução, na primeira seção abordar-se-á o conceito de economia solidária e as diferentes interpretações sobre sustentabilidade e a interação entre esses dois arcabouços. Na segunda seção, apresentar-se-á o levantamento da pesquisa em construção considerando os conceitos de economia solidária e sustentabilidade no estado de Alagoas. Por último, as considerações finais.

1. A economia solidária e o trabalho associado como ferramenta de luta

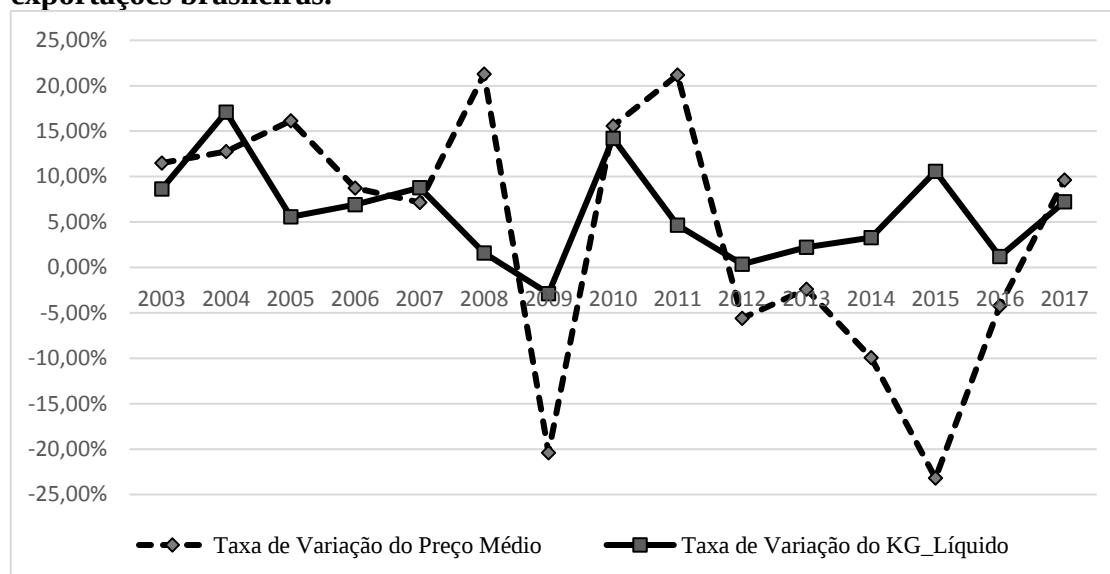
A utilização do excedente econômico pela classe dominante raramente se dá através de investimento na produção industrial, pois a classe dominante “encontram sempre melhores oportunidades de lucros na compra de terras já arrendadas, no exercício de atividades complementares à operação de empresas estrangeira, nos negócios de importação e exportação, no empréstimo de dinheiro e em especulações diversas” (BARAN, 1983, p. 161).

O Brasil é uma expressão desse exemplo, que tem se especializado na exportação de *commodities* agrícolas e minerais, principalmente para a Ásia. Avaliando-se a variação anual do volume de exportação (gráfico 1) no período de 2003-2011 percebe-se que a diminuição da quantidade exportada é compensada pelo aumento dos preços, de modo que o *boom* das exportações brasileiras se deu em termos de aumento de preços e não da quantidade exportada, porém a partir de



2012-2015 os preços passam a cair vertiginosamente, período no qual o Brasil passou por problemas econômicos e políticos.

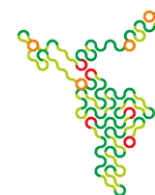
Gráfico 1 – Variação anual (%) dos índices de preços e quantidades das exportações brasileiras.



Fonte: MDIC (2018), elaboração própria

Além disso, de acordo com Pereira & Souza (2011), ocorreu uma “reprimarização” da pauta de exportação brasileira movida pela elevação do preço das *commodities* no comércio mundial, pois em 1999 os produtos manufaturados eram responsáveis por 57% do total exportado pelo país, enquanto que os produtos básicos (*commodities* primárias: soja em grão, café em grão e minério de ferro) respondia por 25%, enquanto que no ano de 2010 as exportações de manufaturados caíram para 39,5%, e há uma elevação nas exportações dos produtos básicos para 44,6%. E, mesmo assim, não foi utilizado esse excedente econômico para aumentar a produtividade da indústria, que é o principal setor responsável pela geração de emprego.

A exploração e uso do solo de forma frenética e a monocultura pode gerar um excedente econômico que, se bem empregado, poderá contribuir para o desenvolvimento das forças produtivas, podendo elevar o nível de vida da população. Porém, a realidade que se vê nas nações periféricas é o fenômeno da dualidade dentro das nações subdesenvolvidas, na visão de Furtado (1968), na qual se encontra centros industriais tecnológicos, convivendo harmonicamente com a produção atrasada de baixa intensidade de capital, vivenciada pela maior parcela da população. Na visão do autor, o

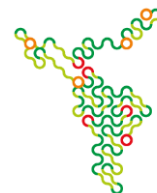


desenvolvimento econômico deve ser entendido como um processo mais amplo e complexo, de dimensão histórica autônoma na qual aspectos culturais estão envolvidos, como por exemplo, no padrão de consumo imitativo e conspícuo, especialmente da elite, das nações periféricas.

A caracterização de países em: desenvolvidos e subdesenvolvidos, não leva em consideração aspectos não econômicos, como exemplo, a utilização sustentável do meio ambiente, a preservação da biodiversidade e o consumo consciente. Deste modo, o pensamento ambientalista cresceu como reação ao crescimento econômico, porém não é correto afirmar que todos os ambientalistas se opõem ao crescimento econômico. De modo que, algumas correntes até o defendem sob promessas de desenvolvimento tecnológico. Existem diferentes visões acerca do entendimento do desenvolvimento sustentável, pode-se definir três correntes principais desta abordagem: “o culto ao silvestre”, o “evangelho da ecoeficiência” e “o ecologismo dos pobres” (ALIER, 2007).

O culto ao silvestre é a defesa da natureza intocada, o respeito aos bosques primários e aos cursos d’água. Não ataca o crescimento econômico, porém coloca em discussão uma “ação de retaguarda”, buscando proteger da influência de mercado o que resta da natureza, a fim de frear a perda da biodiversidade. A principal proposta política dessa corrente do ambientalismo consiste em manter reservas naturais, também conhecida como parques nacionais ou naturais, livres da interferência humana. Como forma de medir a pressão humana sobre o meio ambiente, utiliza-se do índice de Apropriação Humana da Produção Primária Líquida de Biomassa (AHPPL).

A segunda corrente do pensamento ecologista, o evangelho da ecoeficiência, se preocupa com a economia na sua totalidade, defende o crescimento econômico, mas não a qualquer custo. De modo que, acredita no desenvolvimento sustentável, na modernização ecológica e na boa utilização dos recursos, preocupando-se com os impactos da produção de bens e com a utilização sustentável dos recursos naturais e, diferentemente do culto ao silvestre, não possui tanto interesse pela perda dos atrativos da natureza ou dos seus valores intrínsecos. Esta teoria tem dominado os debates ambientais, sociais e políticos, utiliza o conceito das “curvas Ambientais de Kuznets”, pela qual o aumento de investimento gera, em primeiro lugar, o aumento da contaminação, mas em momentos seguintes levará a sua redução, ou seja, a busca de soluções de ganhos econômicos e ganhos ecológicos. Assim, afirmam que as mudanças tecnológicas tornarão compatível a produção de bens com a sustentabilidade ecológica, preservando parte da natureza que se mantém fora da economia. Entende-se, portanto, que as duas primeiras escolas se cruzam e entrelaçam em diversos momentos.

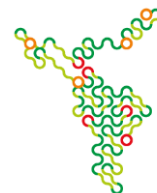


Uma terceira corrente ecologista tem desafiado essas duas primeiras, conquistando notoriedade, e é conhecida como “ecologismo dos pobres”, “ecologismo popular” ou “movimento de justiça ambiental”. Assinala que o crescimento econômico implica maiores impactos no meio ambiente, chamando a atenção para o “deslocamento geográfico das fontes de recursos e das áreas de descarte dos resíduos”. De modo que os países desenvolvidos, para manter seus padrões de consumo, dependem cada vez mais das matérias-primas exportadas pelos países periféricos, gerando impactos que não são solucionados pelas políticas econômicas ou por inovações tecnológicas (ALIER, 2007, p. 33 e 34).

Neste sentido, grupos sociais têm protestado e resistido ao avanço da espoliação dos recursos naturais dos países periféricos, apelando para causas como o direito dos indígenas, camponeses e quilombolas (no caso brasileiro). O interesse desta terceira corrente não é o culto ao sagrado, mas um interesse material pelo meio ambiente como fonte de condição para a subsistência. A preocupação inicial não está ligada a causa ambiental, da preservação das espécies ou das gerações futuras, mas sim uma preocupação com os humanos pobres de hoje, demandando por justiça social contemporânea entre os humanos.

Neste sentido, encontramos diversos pontos de ligação da corrente da ecologia popular com o surgimento da economia solidária. Apesar de surgirem em espaços distintos, ambos estão pautados na contestação social e construção de práticas alternativas ao modo de produção vigente, a princípio como forma de geração de trabalho e renda, viabilização econômica da agricultura familiar ou apenas forma de subsistência de uma minoria abastada pelo capitalismo, apresentam em si uma série de temas que remetem sobre as possibilidades de construção de formas de vidas sustentáveis. De modo que as experiências vivenciadas pelos Empreendimento Econômicos Solidários (EES) de catadores de materiais recicláveis apresentam estratégias criativas de mobilização de recursos, na produção de novas formas da organização do trabalho e o desenvolvimento de capacidades e vínculos que não são evidenciados na execução do trabalho individual.

A economia solidária pode ser definida como um modo de produção que surge devido às contradições do sistema capitalista e da impossibilidade deste de abarcar a todos os indivíduos dentro das atividades econômicas: produção, distribuição e consumo. Seus princípios são baseados em valores pautados na solidariedade, igualdade, democracia e na dignificação dos indivíduos, para tanto



se faz necessária à igualdade dos sujeitos, tanto nos direitos quanto no aspecto econômico, tendo a autogestão como forma de organização do sistema de economia solidária (SINGER, 2002).

A economia solidária ressurge a partir do ano 1970 como resposta a crise econômica e desemprego em massa, período que coincide com o fim dos “anos dourados” do capitalismo, derrota da socialdemocracia, retrocesso de direitos da classe trabalhadora, transferência do capital financeiro para regiões que possuía pouca, ou nenhuma, proteção ao trabalhador. Este período também é marcado pela retomada da organização sindical dos trabalhadores e mobilizações pela obtenção e avanço de direitos da classe e, ainda, pelo volta a democracia e o fim do regime militar na América Latina (GAIGER, 2012).

Esta crise do modelo de bem-estar social atinge não somente a Europa, mas também transfere sérias consequências as economias da América Latina durante as décadas de 1980, conhecida como década perdida, na qual sofre o processo de concordata e falimentar de indústrias, inclusive de grande porte. O processo de fechamento e demissão dos trabalhadores prossegue pela década seguinte (SINGER, 2002).

É neste contexto que os movimentos sociais observam na solidariedade uma alternativa para superação dessas dificuldades. Em ambientes diferentes, organizações coletivas, como sindicatos, movimentos de trabalhadores sem-terra e pastorais das igrejas, retomam e reinventam as práticas do cooperativismo. A partir de experiências exitosas nos municípios de Belo Horizonte -MG, Porto Alegre – RS e Santo André – SP e Diadema – SP, passou-se a estimular a criação de novas organizações coletivas de catadores de materiais recicláveis no final da década de 1990 (AMORIM, 2012).

Os catadores de lixo têm contribuído para a sustentabilidade e preservação do meio ambiente, realizam este trabalho não preocupados com as gerações futuras, ou por cultuarem a natureza, mas com a sobrevivência e a reprodução da vida. Apesar da recente notoriedade da categoria, formam a base mais excluída economicamente da pirâmide social brasileira, e encontram na solidariedade e autogestão as ferramentas de luta para a superação da miserabilidade. Estes são uma classe com níveis de baixa escolaridade e qualificação profissional, elevada faixa etária, com jornadas de trabalho extensa, ganhos abaixo do salário mínimo e trabalhando em condições insalubres.

A alternativa encontrada para mitigar essas condições adversas é a solidariedade e a autogestão, na qual a economia solidária se transforma no elemento da constituição de melhora de

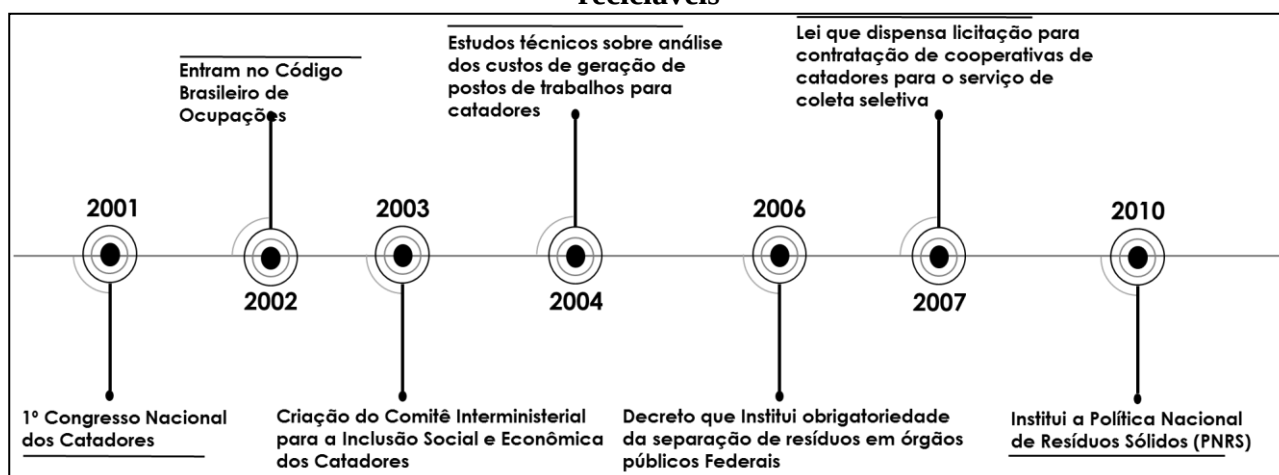


vida dos catadores. Amorim (2012) apresenta que o trabalho coletivo e a mobilização política permitem que os catadores melhorem sua autoestima e avancem na cadeia produtiva da reciclagem, destacando a importância da política pública como ferramenta de emancipação social destes.

Neste mesmo sentido, Moura, Serrano & Guarnieri (2016) destacam o papel da coleta seletiva solidária e da organização no trabalho associado como ferramentas importantes na melhoria do trabalho decente e do reconhecimento social da profissão. A autogestão, desta forma, é a garantia de emprego e renda para esta categoria profissional, especialmente aos que não poderão mais catar nos lixões a céu aberto, devido a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).

Do ponto de vista de reconhecimento enquanto categoria, pode-se destacar que a partir dos anos 2000 os catadores saíram de uma condição de inexpressividade para protagonistas de políticas sociais e ambientais, como pode ser observado na figura 1.

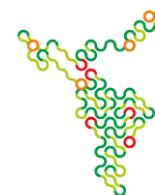
Figura 1: Linha do tempo marco legal e políticas públicas dos catadores de materiais recicláveis



Fonte: Amorim (2012), elaboração própria.

2 As práticas econômica e ecológica dos catadores de materiais recicláveis de Alagoas

A PNRS está vigente no Brasil desde 2010, e determina que os vazadouros a céu aberto deveriam ter suas atividades encerradas até dezembro de 2014. Porém, diversos municípios não conseguiram cumprir o prazo legal, de modo que, das cidades alagoanas, somente Maceió havia iniciado o processo de destinação ambientalmente adequado dos seus resíduos sólidos. Porém, em 2016 com intervenções do Ministério Público de Alagoas – MP/AL e do Instituto do Meio Ambiente de Alagoas – IMA/AL algumas cidades do interior deram início ao encerramento das atividades dos



mesmos. Até maio de 2017 havia sido encerrado 28 lixões, passando os municípios a destinarem seus resíduos para as Centrais de Tratamento de Resíduos (CTR) do município de Pilar e Craíbas, bem como no aterro sanitário em Olho D'Água das Flores. As demais prefeituras fizeram um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o MP/AL com prazos para cumprimento da lei.

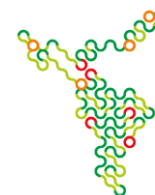
O estado de Alagoas tem adotado medidas para cumprir a legislação ambiental. Porém, observando pela ótica social, diversas famílias, excluídas pelo sistema de mercado, retiram seu sustento da catação de lixo, e precisam de políticas públicas que contribuam para o momento de transição entre o fim do trabalho nos vazadouros a céu aberto, para o trabalho da coleta seletiva solidária.

O relatório do IPEA (2013) que trata da situação socioeconômica dos catadores de materiais reciclável e reproveitável do Nordeste mostra que existem 8.294 catadores no estado de Alagoas, destes 33,6% são mulheres, 74,4% de negros (pretos e pardos) e 88,9% são residentes de áreas urbanas. A taxa de analfabetismo é de 41,3% e possuem um rendimento médio de R\$455,40, acerca das condições de moradia dos catadores, 75,6% deles residem em locais sem esgotamento sanitário adequado e apenas 17,1% de crianças (0 a 3 anos) residentes em domicílio com ao menos 1 catador que frequentam creche. Porém, por se tratar de uma profissão predominantemente informal é uma ocupação com uma grande facilidade de entrada e saída, esse número pode elevar-se com crises econômicas e aumento do desemprego.

O plano estadual de resíduos sólidos de Alagoas apresenta alguns indicadores que dimensiona as condições insalubres de residência e a falta de políticas públicas para essa classe, que por morarem próximo aos lixões, facilita o acesso de crianças a este tipo de trabalho. A tabela 1, abaixo, apresenta mais informações sobre locais de atuação e moradia dos catadores alagoanos.

Tabela 1. Indicadores Sobre Locais de Atuação e Moradia dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis no Estado de Alagoas

Região	Nº de catadores morando próximo ao lixão	Nº de catadores trabalhando no lixão	Nº de catadores trabalhando na rua	Nº Total de catadores	Nº de crianças trabalhando no lixão	Nº de crianças morando próximo ao lixão
Agreste Alagoano	184	331	164	495	20	71



Bacia Leiteira	0	65	18	83	2	0
Litoral Norte	2	28	23	51	2	0
Metropolitana	0	69	103	172	6	0
Sertão	5	61	64	125	1	0
Sul do Estado	0	76	49	125	0	0
Zona da Mata	3	129	79	208	0	0
Alagoas	194	759	500	1.259	31	71

Fonte: SEMARH, 2015.

Além dos catadores que trabalham nos lixões e nas ruas, há os que encontraram na autogestão e solidariedade uma forma de superação da exclusão social e ferramenta de luta para busca do trabalho decente. Em Alagoas, existem pelo menos 14 organizações coletivas de catadores, que geram renda para cerca de 258 famílias. Os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) de catadores apresentam níveis diferentes de organização e estrutura, os da capital são superiores nestes termos, porém todos apresentam histórias de luta e resistência pela sobrevivência e manutenção de seus trabalhos.

A coleta seletiva solidária têm sido a ferramenta encontrada para a manutenção do trabalho dos catadores de Maceió após o encerramento dos lixões. Esta é uma tecnologia social criada pela categoria e que tem permitido avançar na cadeia produtiva da reciclagem, para tanto contam com o apoio de outras organizações sociais e da adesão da população para separarem seus resíduos recicláveis. Apesar disso, os catadores ainda dependem de intermediários, que comprem a produção para revenderem as indústrias, de modo que os catadores compõem o elo mais frágil, porém o mais importante, da cadeia produtiva da reciclagem.

Somente as cooperativas de catadores de Maceió possuem contrato remunerado com o poder público para prestação do serviço de coleta seletiva, que permitiu aumentarem os postos de trabalho e suas rendas, e ainda, permitindo que os catadores tenham maior autonomia no gerenciamento de seus empreendimentos. Diferentemente dessas, as demais organizações de catadores não possuem nenhum contrato remunerado, e lutam em busca de locais de trabalho, reconhecimento e políticas públicas, desde a implantação da coleta seletiva até o pagamento pelo serviço prestado.

Quadro 1. Cooperativas e Associações de Catadores de Alagoas

Cooperativas/Associações	Associados	Quant. (ton)	Município
Associação dos Catadores de Delmiro – ASCADEL	34	12	Delmiro Gouveia
Associação dos Catadores de Arapiraca – ASCARA	09	15	Arapiraca
Associação dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis São José – ASCAMARE	15	10	Coruripe



Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis – ACAMARE	13	15	São Miguel dos Campos
Associação de Catadores e Recicladores do Município de Piranhas – ASCARPI	14	08	Piranhas
Associação de Catadores de Mata Grande, Inhapi e Canapi – ASCAMIC	18	14	Inhapi
Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis de Campo Alegre – COOPECMARCA	08	25	Campo Alegre
Cooperativa dos Catadores da Vila Emater – COOPVILA	35	20	Maceió
Cooperativa dos Recicladores de Alagoas – COOPREL	18	16	Maceió
Cooperativa dos Recicladores de Alagoas - COOPREL Benedito Bentes	32	15	Maceió
Cooperativa de Recicladores de Lixo Urbano de Maceió – COOPLUM	18	15	Maceió
Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Palmeira dos Índios – ASCAMRPI	14	-	Palmeira dos Índios
Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis Marechal Deodoro – COOPMAR	10	-	Marechal Deodoro
Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Mangabeiras– ASCAMAM	20	-	Arapiraca

Fonte: Entrevista com lideranças dos catadores e SEMARH (2015). Elaboração do autor.

Como forma de cobrar e propor políticas públicas os catadores se organizam como movimento social a nível nacional através do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) e sua representação a nível estadual, em novembro de 2016, organizaram o VI encontro estadual de catadores de Alagoas. Neste encontro estiveram presentes representantes de 12 municípios do estado, na qual apresentaram as necessidades de apoio para o fortalecimento de suas organizações e para o avanço da coleta seletiva solidária, ilustradas no Quadro 02.

Quadro 02- Necessidades Apontadas no VI Encontro Estadual dos Catadores

Eixos	Ações
Política Pública de Apoio aos Catadores	Programa de apoio à estruturação das cooperativas/associações; Programa de coleta seletiva; Contratação das organizações de catadores; Vigilância contra incêndio nos lixões.
Estrutura Física	Concessão de Terrenos; Construção/reforma de galpões.



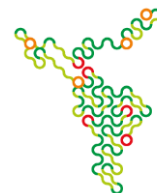
Aquisição de máquinas e equipamentos	Veículos para coleta seletiva; Prensa; Balança; Mesa/esteira para catação; fragmentadora de papel; Elevador de carga; Empilhadeira; Computador; Telefone; Bebedouro.
Assessoria Técnica	Apoio jurídico e contábil para formalização; Capacitação ambiental e econômica, no âmbito do cooperativismo; Integração para funcionar em rede e Apoio a formação de cooperativas.
Campanhas de Comunicação	Folder, panfletos, inserções no rádio e TV conscientizando a população para a coleta seletiva, campanhas junto a empresas.
Aquisição de Materiais de Consumo	Aquisição de “bigbag” para coleta, material de limpeza e de escritório, Fardamentos, Equipamentos de Proteção Individual – EPIs, Bombonas etc.
Apoio para Despesas Diversas	Motorista, manutenção de maquinário, seguro para caminhão, Combustível e em outros custos fixos.
Isenção de Impostos	IMCS, IPVA, taxa de localização e outros.

Fonte: Elaboração do autor com informações do Movimento Estadual dos Catadores.

Considerações finais

Por se tratar de uma pesquisa ainda em andamento, ainda há muitas lacunas e questões a serem levantadas e aprofundadas, pois o concreto apresenta-se em construção e contínua mudança para ser pensado e repensado. Porém, podemos tecer algumas reflexões acerca do objeto estudado. A organização coletiva mostra-se como uma possibilidade de construção de um novo tipo de sociedade, não baseada na competitividade e nas relações monetárias, mas sim em práticas de autogestão, solidariedade, democracia e liberdade. Dessa forma, os catadores encontram na prática da autogestão uma ferramenta não só para superação da miserabilidade e criação de empregos de baixo valor agregado, mas da perspectiva do crescimento na sua cadeia produtiva, com possibilidades de agregar valor ao seu produto e adentrar a escalas industriais.

A pesquisa ilustra que os catadores de materiais recicláveis estudados não são agentes ambientais, que realizam seu trabalho a fim da preservação do meio ambiente ou preocupados com a sobrevivência com as gerações futuras. Desenvolvem suas atividades em meio a um sistema excludente, apresentam suas críticas e revolucionam esse sistema na medida que sobrevivem em meio a prática da autogestão, produzindo sem competir ou explorar seus pares. Mesmo assim, é necessário se pensar políticas públicas que deem subsídios a estas práticas não só como forma de geração de renda e sim como forma emancipatória desta sociedade excludente com consciência ambiental.



Referências

ALIER, Juan Martínez. **O Ecologismo dos Pobres**. São Paulo: Contexto, 2007.

AMORIM, L. S. Economia solidária e catadores de materiais recicláveis em Salvador e Curitiba: políticas públicas e a enunciação de identidades no Brasil. **Revista Avaliação de Políticas Públicas** (AVAL), Fortaleza, ano 5, v. 2, n. 10, p. 21-35, jul./dez. 2012.

BARAN, Paul. **Economia Política do Desenvolvimento**. Coleção Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

FURTADO, Celso. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. 2 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1968.

MDIC – Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. **Base de dados do comércio exterior brasileiro**. 1997-2018. Brasília. Disponível em: < <https://goo.gl/euvpDk> >. Acesso em: 03/03/2018.

MOURA, G. R.; SERRANO, A. L. M.; GUARNIERI, P. Análise socioeconômica dos catadores de materiais recicláveis no Distrito Federal. **Holos**, Rio Grande do Norte, v. 3, n. 32, p. 251-273, abr. 2016. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/1857/pdf>>. Acesso em: 01 fev. 2018

PEREIRA, Lia Vallz; SOUZA, André Luiz Silva de. “Exportações brasileiras na primeira década do século XXI: desempenho e fonte de crescimento”. In: BONELLI, Regis (org.). **A agenda de competitividade do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, p. 323-377, 2011.

SEMARH – Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos. **Resíduos Sólidos Alagoas**. Disponível em: <<<http://www.residuossolidos.al.gov.br/>>>. Acesso em 10 de Maio de 2017.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. 1ª Ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.